

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ERLANDO DAMIÃO DE OLIVEIRA

**UM RIO DE OPORTUNIDADES?
PESCA E PESCADORES NO MÉDIO RIO NEGRO**

MANAUS

2013

ERLANDO DAMIÃO DE OLIVEIRA

**UM RIO DE OPORTUNIDADES?
PESCA E PESCADORES NO MÉDIO RIO NEGRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Sociologia – nível Mestrado – da
Universidade Federal do Amazonas – UFAM,
como requisito para obtenção do título de Mestre
em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski

MANAUS

2013

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

O48r

Oliveira, Erlando Damião de
Um rio de oportunidades? Pesca e pescadores no médio Rio Negro /
Erlando Damião de Oliveira. - 2013.
183 f. : il. color. ; 31 cm.
Dissertação (mestre em Sociologia) — Universidade Federal do
Amazonas.
Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski.

1. Pesca artesanal – Amazonas – Aspectos sociais 2. Pescadores –
Barcelos (AM) – Aspectos sociais I. Witkoski, Antonio Carlos, orientador
II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (2007): 316.47/8:639.2(811.3)(043.3)

ERLANDO DAMIÃO DE OLIVEIRA

**UM RIO DE OPORTUNIDADES?
PESCA E PESCADORES NO MÉDIO RIO NEGRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Banca Examinadora:

.....
Prof. (a) Dr.(a): Antonio Carlos Witkoski – UFAM (Presidente)

.....
Prof. (a) Dr. (a): Kátia Helena S. C. Schweickardt – UFAM (Membro)

.....
Prof. (a). Dr. (a): Manoel de Jesus Masulo da Cruz – UFAM (Membro)

.....
Prof. (a) Dr. (a): Carlos Edwar de Carvalho Freitas – UFAM (1º Suplente)

.....
Prof. (a) Dr. (a): Henrique Pereira dos Santos – UFAM (2º Suplente)

.....
Prof. (a) Dr. (a): Márcia Regina Calderipe Rufino – UFAM (3º Suplente)

MANAUS, 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

Agradecimentos

Em primeiro, lugar, agradeço a Deus e à minha família, por me apoiar nessa etapa de vida.

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Witskoski, pelas sugestões e pela paciência durante a realização desse estudo.

Aos pescadores do Município de Barcelos, com seu jeito simples e acolhedor, por me terem permitido participar, mesmo como ouvinte, de suas histórias de vida. Sem o seu apoio, essa dissertação não se teria concretizado.

À dona Eliete, presidente da Colônia de pescadores de Barcelos Z-33, pelo apoio e disponibilidade em ceder o espaço da Colônia para que se pudesse desenvolver esta pesquisa.

Aos professores de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas.

Aos colegas de turma, que foram importantes nos momentos de partilha de ideias e críticas ao trabalho.

À Érica e Maria Ferreira (*in memoriam*), pelo apoio, paciência e compreensão durante todo o processo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de Estudos.

Ao Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX/FAPEAM/CNPq, pelo apoio financeiro e logístico.

RESUMO

Na Região do Médio Rio Negro, especificamente no Município de Barcelos – AM, a pesca se tornou a principal atividade econômica. Nessa Região, encontram-se quatro modalidades de pesca – pesca esportiva, pesca artesanal comercial, pesca artesanal ornamental e pesca de subsistência – que sustentam a economia Barcelense durante todo o ano, especialmente a pesca esportiva, que a cada ano se destaca mais na economia local. Cada modalidade de pesca possui um tipo de pescador, e esses agentes, com exceção dos pescadores esportivos, associam-se na Colônia de pescadores de Barcelos – Colpesca Z-32, e na Associação dos Pescadores e Pescadoras Ornamentais do Médio e Alto Rio Negro – Ornapesca. Com esta dissertação, objetiva-se descrever a atividade da pesca no Município Barcelos; analisar as relações sociais presentes nas diversas modalidades de pesca, bem como compreender o conflito social entre os pescadores artesanais da pesca comercial e os demais pescadores e agentes sociais envolvidos nessa atividade.

PALAVRAS – CHAVE: Pescadores artesanais; relações sociais; conflitos sociais.

ABSTRACT

In the Middle Rio Negro region specifically in the municipality of Barcelos – AM, fishing became the main economic activity. In this region we find four types of fishing – sport fishing, commercial fishing, fishing ornamental and subsistence fishing – that sustain the economy Barcelense throughout the year, with particular emphasis on sport fishing, that each year increases its stake in local economy. Each type of fishing has a kind of fisherman, and these fishermen, with the exception of sports fishermen, are associated with the Colônia de Pescadores de Barcelos – Colpesca Z – 32, and also the Associação dos Pescadores e Pescadoras do Médio e Alto Rio Negro – Ornapesca. This thesis aims to describe the fishing activity in Barcelos municipality; analyze social relations present in different forms of fishing, as well as understand the social conflict between the fishermen of commercial fishing and the other fishermen and social agents involved in fishing.

KEY - WORDS: Artisanal fishermen; social relations; social conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa hidrográfico do Município de Barcelos – AM	26
Figura 2	Beira – (orla de Barcelos) onde os pescadores artesanais ancoram seus barcos	45
Figura 3	Pequeno geleiro, com freezer, realizando o desembarque de pescado na beira (orla)	45
Figura 4	Barco geleiro que utiliza isopor para armazenar o pescado	50
Figura 5	Barco geleiro que utiliza caixa para armazenar o pescado	51
Figura 6	Barco geleiro que utiliza freezer para armazenar o pescado	51
Figura 7	Paneiro de cipó, coberto por plástico ao lado de vasilhames	58
Figura 8	Pescador ornamental preparando o peixe para enviar a Manaus	67
Figura 9	Embarque do peixe ornamental em barco recreio	68
Figura 10	Rapiché à direita; peneira à esquerda	70
Figura 11	Pescador ornamental utilizando o rapiché na pesca do bodó em lagos	72
Figura 12	Viveiros improvisados onde os pescadores ornamentais estocam os peixes capturados	75
Figura 13	Barco motor que realiza o transporte do peixe ornamental do interior até a sede do município	76
Figura 14	Cardinal em aquário	78
Figura 15	Barco-hotel na orla de Barcelos	91
Figura 16	Fluxo dos tipos de pescadores encontrados em Barcelos	94
Figura 17	Licença de Pesca esportiva federal e estadual	101
Figura 18	Flutuante onde se armazena peixe ornamental em frente à cidade de Barcelos	113
Figura 19	Pequeno atravessador vendendo peixes nas ruas de Barcelos	115
Figura 20	Fluxo da cadeia produtiva da pesca artesanal em Barcelos	121
Figura 21	Carteira de pescador emitido pelo Ministério Agricultura e do Abastecimento	130
Figura 22	Carteira de pescador emitida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	130
Figura 23	À esquerda carteira de pescador artesanal emitido pela antiga Sudepe, à direita carteira de pescador emitida pelo Ibama	131
Figura 24	Cadeia produtiva do peixe ornamental	138

Figura 25	Alicates de contenção tipo boga grip: “A” desencapado e “B” encapado	158
Figura 26	Pesca do tucunaré com a utilização de iscas artificiais e alicate <i>boga grip</i> desencapado	159
Figura 27	Vista aérea do Hotel Rio Negro <i>Lodge</i> , localizado na zona rural de Barcelos	163
Figura 28	Fabricas de gelo localizadas na orla de Barcelos	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produção de pescado (t) da pesca extrativa continental nos anos de 2008, 2009 e 2010 discriminadas por espécie	23
Tabela 2	Apetrechos de pesca utilizados por pescadores no MRN	39
Tabela 3	Síntese das atividades do pescador gelador	53
Tabela 4	Síntese das atividades do pescador facheador	56
Tabela 5	Síntese das atividades do pescador ornamental	69
Tabela 6	Preço do cardinal (<i>Paracheirodon axelrodi</i>) ao longo da cadeia produtiva	81
Tabela 7	Tripulação de um barco hotel com as respectivas remunerações	92
Tabela 8	Tipologia dos conflitos sociais em torno dos recursos pesqueiros	146

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIMRN	Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro
AM	Estado do Amazonas
AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo
ANEPE	Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva
ASIPA	Associação Indígena de Barcelos
CARITAS	Cáritas Arquidiocesana de Manaus
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação (SDS)
CEPAM	Centro de Pesquisas da Amazônia
COLPESCA Z 33	Colônia de Pescadores de Barcelos (AM)
COMAGEPT	Cooperativa Mista Agroextrativista dos Povos Tradicionais do Médio Rio Negro
COPIAÇAMARN	Cooperativa de Piaçabeiros do Médio e Alto Rio Negro
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DTRS	Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FAPESCA	Federação Estadual dos Pescadores do Amazonas e Roraima
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
INI	Instrução Normativa Interministerial
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
ISA	Instituto Socioambiental
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MRN	Médio Rio Negro
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização de Cooperativas Brasileiras
ONG	Organização Não – Governamental
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A PESCA DE SUBSISTÊNCIA NO MÉDIO RIO NEGRO	18
1.1 O RIO NEGRO	18
1.2 PEIXES DO RIO NEGRO	21
1.3 A PESCA NO AMAZONAS	22
1.4 A PESCA EM BARCELOS	25
1.5 A PESCA DE SUBSISTÊNCIA NO MRN	33
2 PESCA E PESCADORES DE BARCELOS	40
2.1 PESCA ARTESANAL COMERCIAL DE PEIXE COMESTÍVEL	40
2.1.1 De agricultor a pescador	41
2.1.2 O gelador	43
2.1.3 O facheador	53
2.2 PESCA ARTESANAL DE PEIXE ORNAMENTAL	57
2.2.1 A cadeia produtiva do peixe ornamental	65
2.2.2 O trajeto do peixe ornamental hoje	66
2.2.3 Caracterização dos pescadores ornamentais	69
2.2.4 Os apetrechos utilizados pelos pescadores ornamentais	69
2.2.5 A pesca do peixe ornamental	71
2.2.6 Espécies ornamentais	78
2.3 PESCA ESPORTIVA	81
2.3.1 Diferenciação dos pescadores na pesca esportiva	87
2.3.2 Bate e volta	88
2.3.3 Barco-hotel ou flutuante	91
2.3.4 Pesca de acampamento	92
3 RELAÇÕES SOCIAIS NA PESCA	96
3.1 RELAÇÕES SOCIAIS NA PESCA ESPORTIVA	96
3.1.1 O piloteiro	96
3.1.2 O sistema de gorjetas	97
3.1.3 Os operadores de turismo	98
3.1.4 De pescador a guia	102
3.2 RELAÇÕES SOCIAIS NA PESCA COMERCIAL DE PEIXE COMESTÍVEL	104

3.2.1 A parceria	104
3.2.2 A relação entre o pescador-proprietário e o patrão	105
3.2.3 A relação entre o pescador-parceiro e o pescador-proprietário	105
3.3 RELAÇÕES SOCIAIS NA PESCA ORNAMENTAL	110
3.3.1 A relação entre pescador ornamental e empresa exportadora	110
3.4 A FIGURA DO ATRAVESSADOR NA PESCA ARTESANAL EM BARCELOS	114
3.5 ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS DE BARCELOS	122
3.5.1 Colônia de Pescadores de Barcelos – Colpesca Z-33	132
3.5.2 Cooperativa de Pescadoras e Pescadores Ornamentais do Médio e Alto Rio Negro – Ornapesca	136
4 CONFLITOS SOCIAIS NA PESCA	141
4.1 O CONFLITO SOCIAL	141
4.2 O CONFLITO SOCIAL NA PESCA NO RMRN	145
4.2.1 Os <i>outsiders</i> e os pescadores comerciais locais	146
4.2.2 Pescadores artesanais e piloteiros: a questão do seguro-defeso	148
4.2.2.1 O seguro-defeso	151
4.2.3 O conflito entre pesca comercial e pesca esportiva	153
4.2.4 Desvelando o conflito	156
4.2.5 A questão do acesso ao gelo	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	168
ANEXO	181

INTRODUÇÃO

Com o tema proposto, “Pesca e Pescadores do Médio Rio Negro”, objetiva-se caracterizar a realidade dos usuários dos recursos pesqueiros no Município de Barcelos, estado do Amazonas, com ênfase especial aos pescadores artesanais e ao conflito entre eles e a indústria do turismo gerada pela pesca esportiva. O trabalho está delimitado ao município de Barcelos, porque aí se encontra uma realidade diferenciada, que ilustra bem a complexidade do trabalho de pesca no Médio Rio Negro.

O interesse pelo tema da pesca artesanal surgiu quando ainda trabalhávamos na antiga Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no Amazonas (SEAP/AM), hoje Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que transformou seu escritório regional em Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Amazonas (SFPA/AM).

Durante o tempo de trabalho nesse órgão (2009-2010), pudemos observar a luta dos pescadores artesanais do Amazonas, protagonizada por suas organizações representativas, suas lutas por melhores condições de trabalho, por mais incentivos e por maior participação na elaboração de políticas públicas para o setor pesqueiro. A opção por esta temática se justifica por entendermos que o viés que buscamos, ao tentar caracterizar a pesca no Médio Rio Negro, representa um espaço de luta dos pescadores artesanais e também a complexidade da pesca artesanal na Amazônia.

Optamos por deixar aflorar a visão dos pescadores moradores de Barcelos sobre a pesca no Médio Rio Negro. Nossa função, como pesquisador, foi montar esse mosaico de percepções descritas pelos pescadores e transformá-lo numa visão geral sobre a pesca na Região do Médio Rio Negro (RMRN). Fizemos essa opção por acreditarmos que os próprios pescadores são os que mais conhecem sua realidade e, em função disso, deixamos-los falar, como nosso principal interlocutor.

Referimo-nos especificamente aos pescadores da cidade de Barcelos, porque todas as nossas entrevistas e a pesquisa de campo foram realizadas na sede desse Município, por isso a visão aqui apresentada tem essa restrição de partida, isto é, ainda que alguns dos entrevistados sejam provenientes das comunidades rurais, todos moram na sede, vivem lá há alguns anos.

O primeiro capítulo, intitulado “A Pesca de Subsistência no Médio Rio Negro”, está dividido em duas partes: Inicialmente, descreve-se de forma breve o lugar onde se desenvolveu a pesquisa, a Região¹ do Médio Rio Negro (RMRN), especificamente, o

¹ O termo região daqui em diante será empregado apenas como identificação geográfica, divisão político-administrativa utilizada pelos órgãos oficiais como o Governo do Estado do Amazonas e o IBGE. Em todo o

Município de Barcelos, no estado do Amazonas. Posteriormente, apresentam-se quatro modalidades de pesca existentes nessa região. Nessa secção, deu-se ênfase à pesca de subsistência.

O segundo capítulo, cujo título é “Pesca e Pescadores de Barcelos”, tem como objetivo principal identificar e/ou tipificar as modalidades de pesca e de pescadores do MRN. Traçou-se um perfil das duas modalidades de pesca artesanal existentes nessa região, a pesca artesanal de peixes ornamentais e a pesca artesanal comercial de peixes comestíveis, e os tipos de pescadores que as desenvolvem. Descreveu-se também a pesca esportiva acentuando a diferença entre os pescadores artesanais e os pescadores esportivos de Barcelos.

Não se trata de uma listagem enciclopédica, nem se pretende construir um tipo ideal desses grupos, pois isso seria inútil, uma vez que a realidade é plástica e dinâmica demais para se enquadrar em conceitos fechados, outrossim, esses agentes estão sempre se recriando, numa verdadeira metamorfose. Essa complexidade na definição de pescador artesanal ficou evidente quando tratamos a questão do seguro-defeso, no quarto capítulo.

Dessa forma, a partir de um enfoque descritivo da labuta cotidiana pela sobrevivência desses agentes, traçou-se um breve perfil dos diversos tipos de pescadores e se tentou situá-los dentro do campo social (econômico, político e cultural) e analisar sua relação com o setor pesqueiro em que desenvolvem suas atividades. Essa identificação dos grupos envolvidos na pesca possibilitará demonstrar posteriormente as suas relações tanto no que diz respeito ao reconhecimento entre si, quanto à luta pela apropriação dos recursos pesqueiros.

No terceiro capítulo, analisando o processo de trabalho, descrevem-se as relações sociais na pesca e a organização dos pescadores artesanais, daí o estudo sobre as relações entre os diversos agentes, em cada modalidade de pesca. Identificam-se, também, dois agentes responsáveis pela organização dos pescadores: a Colônia de Pescadores de Barcelos (Colpesca Z-33) e a Cooperativa de Pescadoras e Pescadores de peixes Ornamentais do Alto e Médio Rio Negro (ORNAPESCA).

Em relação à pesca esportiva, deu-se ênfase à relação entre o pescador-piloteiro e o pescador-cliente, bem como entre o pescador-piloteiro e os operadores de turismo, proprietário dos hotéis responsáveis pela pesca esportiva no Município.

No quarto capítulo, intitulado “Conflitos sociais na pesca”, descreve-se a apropriação dos recursos pesqueiros na RMRN, com destaque para o conflito entre a pesca comercial e a

pesca esportiva e entre a pesca comercial e os outros grupos que disputam o mesmo recurso. Nesse capítulo, o conflito é analisado a partir da visão dos pescadores artesanais de Barcelos.

Na execução do projeto, fizemos uso de uma pesquisa qualitativa com o objetivo de obtermos uma visão geral e aproximativa do tema em tela, cujo enfoque foi a caracterização da pesca e dos pescadores no MRN. O lócus da pesquisa foi o município de Barcelos, e essa escolha se justifica por ter o maior número de pescadores artesanais da RMRN.

A realização desse trabalho ocorreu em três momentos distintos: o primeiro momento tratou de uma pesquisa documental, em uma escassa bibliografia disponível sobre o tema, que foi levantada e, posteriormente, analisada e depurada. Nesse processo, buscou-se utilizar autores que já trataram do tema da pesca na Amazônia de maneira mais aprofundada, como Loureiro (1985), Furtado, (1993) e Witkoski (2010).

No segundo momento, realizou-se uma pesquisa de campo junto aos pescadores da cidade de Barcelos. Dessa maneira, é oportuno considerar as reflexões de Bourdieu (1997) sobre o método da pesquisa sociológica, uma construção a partir de uma reflexão, que orientará *a posteriori* as práticas de campo, no que se refere aos procedimentos de coleta de dados e descrição das informações que orientaram na construção do objeto.

O trabalho de campo foi realizado no período de dezembro de 2011 a janeiro de 2013, quando foram feitas quatro viagens a Barcelos. A primeira, em dezembro de 2011, objetivou uma aproximação com o campo e com o objeto de estudo. Na oportunidade, foi feita uma pesquisa exploratória que nos aproximou da realidade da pesca em Barcelos. Na segunda, em janeiro de 2012, tivemos a oportunidade de participar da Festa do Peixe ornamental da cidade e também do encontro anual dos pescadores artesanais de Barcelos. A terceira viagem a Barcelos se deu em dezembro de 2012 e nos proporcionou amadurecer os conhecimentos sobre a região e ter um contato mais próximo com os pescadores locais. A quarta viagem ocorreu em janeiro de 2013, quando concluímos a fase de análises sobre a realidade a ser estudada.

Nessa etapa, fizemos uso de entrevistas semiestruturadas centradas nas questões sociopolíticas que envolvem os pescadores artesanais e os usuários dos recursos pesqueiros. A entrevista semiestruturada contou com a elaboração prévia de um roteiro flexível, com perguntas a respeito do tema investigado. O instrumento serviu de base para nortear o trabalho e possibilitou dinamizar as entrevistas. Salientamos, ainda, que durante as entrevistas o principal foco era a narrativa do pescador, por isso, muitas vezes, o roteiro servia apenas para iniciar uma conversa livre com os pescadores.

Além da entrevista semiestruturada, utilizaram-se enquetes livres e conversações formais e informais com os pescadores e outros agentes, de alguma forma, envolvidos com a pesca, como autoridades locais, funcionários públicos, pesquisadores ligados a centros de pesquisas e integrantes de organizações não governamentais (ONGs), a fim de proceder às comparações possíveis com a situação social delimitada, subsidiando a análise do trabalho bibliográfico, em busca de uma apreciação qualitativa do objeto.

1 A PESCA DE SUBSISTÊNCIA NO MÉDIO RIO NEGRO

1.1 O RIO NEGRO

O rio Negro² é o rio de águas pretas mais significativo do mundo, e sua bacia ocupa uma área aproximada de 750.000 km², correspondente a 7% da área total da bacia Amazônica, com uma descarga média de 44.000 m³/seg, o que representa cerca de 15% da água que o rio Amazonas lança no oceano Atlântico. Seu comprimento, que se estende da Colômbia pré-andina até sua foz, é de aproximadamente 1.700 km e é o maior afluente do rio Amazonas (PRANG, 2001; GOULDING et al., 1988; SOBREIRO et al., 2006; SIOLI, 1985). É considerado um rio sazonal na medida em que tem flutuações acentuadas e bastante regulares de níveis de água.

De forma geral, “os solos da bacia do rio Negro são ácidos e extremamente pobres em nutrientes químicos associados, sendo este claramente refletido nas águas que agem como um produto químico revelador da geologia.” (GOULDING et al, 1988, p. 17) Ao contrário do Solimões e do Amazonas, o rio Negro transporta poucos sedimentos em suas águas. Por ser um rio mais estável, é pouco afetado pelo processo de sedimentação (GOULDING et al, 1988).

Nessa região não se registra o fenômeno fluvial conhecido como “terras caídas”, que provoca o desprendimento das terras às margens dos rios, isto é, dos barrancos, e é muito comum nas margens dos rios Solimões, Madeira e Amazonas. “Terras Caídas” designa deslocamento, escorregamento, desmoronamento, desabamento dos barrancos fluviais, que são formados normalmente de lama e areia (CARVALHO, 2006). “[...] ‘Terras Caídas’ é uma modalidade erosiva deflagrada por causas naturais, devido ao processo de transporte de sedimentos, deposição e erosão que ocorrem na fase atual de colmatagem e, configuração da planície fluvial amazônica.” (FREITAS et al, 2012)

Os rios de águas pretas são extremamente pobres em nutrientes em razão de seus solos fracos e dos poucos sedimentos que carregam, como bem ilustram o rio Negro e seus tributários de águas pretas. “São águas ácidas e com poucos nutrientes. A cadeia alimentar desenvolvida em suas águas depende essencialmente da decomposição da matéria orgânica oriunda das florestas.” (SOUZA; BARBOSA; FREITAS, 2006, p. 18)

² “Consta no diário de viagem de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio – o ouvidor Sampaio (1985), que o descobrimento do rio Negro foi feito no ano de 1668 ou 1669 por Pedro da Costa Favella oficial da Armada Imperial” (OLIVEIRA, 1995, p. 36).

Os rios de águas pretas da Amazônia Central se originam no platô das Guianas, com formação geológica muito antiga, datado do período Pré-Cambriano, do Cretáceo e também do Terciário. Nessa formação geológica, observam-se solos com alta concentração de matéria orgânica não decomposta, elevado pH da água, porosidade e alta concentração de areia. A cor preta e a acidez das águas³ são o resultado da lenta decomposição dos materiais ali depositados.

O rio Negro tem extensas áreas alagadas, conhecidas como florestas de igapó⁴, que permanecem dessa maneira de um a três meses por ano. Suas águas podem ser comparadas à água da chuva, destilada, pois é pobre em nutrientes. (GOULDING, 1997; GOULDING et al., 1988; SILVA, 2003; SIOLI, 1985; PRANG, 2001; SOBREIRO, 2007)

Silva (2003, p. 30–31) relata que

devido à elevada oligotrofia resultante das condições supracitadas, os rios de água preta na Amazônia Central são referidos na literatura como “rios de fome”. Em vista de sua origem secundária ou terciária, alta porosidade e baixa retenção de nutrientes, eles estão entre os solos mais pobres do mundo quando comparados a latossolos e outros solos tropicais, contendo menos da metade de carbono e quantidades ainda menores de outros nutrientes. As águas do rio Negro podem ser comparadas à ‘água da chuva’ ou à “água destilada”, dada sua pobreza em termos de nutrientes, [...]. Assim, tais fatores limitantes tornam estes ecossistemas pouco produtivos em termos de biomassa animal e vegetal, como é o caso do rio Negro.

Pela composição do solo, mais pobre em comparação a outros tipos de solos encontrados na Amazônia e outros solos tropicais, bem como pela pobreza de nutrientes de suas águas escuras, o rio Negro foi considerado por viajantes como rio da “fome”, com o que corrobora Morán (1990). Entretanto, ao contrário do que afirma Morán (1990), o rio Negro se

³ A discussão acerca da cor das águas pretas do rio Negro foi motivo de especulação pelos primeiros viajantes, entre eles Wallace, Humboldt, Alexandre Ferreira, que, por não terem os conhecimentos científicos modernos, atribuíam a coloração preta à dissolução de minerais ou à presença de algas microscópicas ou, ainda, ao tipo de solo presente na região (OLIVEIRA, 1995).

⁴ Os *igapós* são áreas de florestas inundadas durante certo período do ano, de um a três meses, de acordo com a cheia sazonal. Essas áreas servem como lugar de reprodução de várias espécies devido à sua composição florística e, consequentemente, uma farta fonte alimentos para os peixes (FERREIRA, 1997; GOULDING, 1980; SILVA, 2003). Além dos igapós, Silva (2003) enumera outros ambientes de pesca na Região do Rio Negro: “As zonas ecológicas de extração de recursos são categorizadas pela população local em *rio* (canal principal), *paraná* (canal entre um rio e um lago, ou entre dois rios), *igarapé* (pequeno curso d’água), *lago* (“lago de boca franca” desemboca no rio e “lago central” desemboca em paraná ou terra), *boca de rio ou de lago*, *igapó* (floresta inundada), *costa* (litoral do rio), *furo* (canal dentro do igapó que liga um canal a outro), *remanso* (banco de areia), *ressaca* (canal antigo), ilha, *queimada* (subcategoria de ilha que sofre incêndios antrópicos ou naturais), *damiçá* (área de terra firme ligada ao continente que na época da inundação se transforma temporariamente numa ilha), *chavascal* (lago com vegetação aquática), *restinga* (alta e baixa), *campina* (praia com vegetação rasteira) e *praia* (local com areia nua, sem nenhum tipo de vegetação)” (SILVA, 2003, p. 74-75).

apresenta, desde a década de 1950, como um rio de oportunidades, devido à endemia de espécies de peixes, principalmente de peixes ornamentais, como o cardinal tetra (*Paracheirodon axelrodi*) (PRANG, 2001), e devido ao incentivo à pesca esportiva, Silva (2003, p. 33) conclui que

as águas pretas têm sido consideradas genericamente sistemas oligotróficos, sendo denominadas como “rios de fome” pela literatura do alto rio Negro, entretanto o rio Negro possui uma larga extensão e grande complexidade de gradientes ambientais, e os padrões biológicos descritos na literatura do alto rio Negro não podem ser generalizados para todo curso do rio. Como exemplo, a entrada de afluentes de águas brancas (ex. rio Padauri, rio Branco e outros) forma regiões de águas mistas, podendo ser este um dos fatores que contribuem para maior produtividade do médio rio Negro.

A quantidade de espécies de peixes encontradas no rio Negro, em comparação a outros rios da Amazônia, como o rio Solimões, é bem menor, porém, como ressalta Goulding et al (1988, p. 98) “[...] the region centering on the middle and upper Rio Negro drainage appears to be an area of potentially important fish species endmeciety”.⁵ Silva (2003, p. 33) aponta que “outro fator que caracteriza os ecossistemas de águas pretas é a elevada diversidade biológica e alta taxa de endemismo.”⁶

A Amazônia Central, especificamente a bacia do rio Negro, apresenta elevada taxa de endemismo tanto de peixes quanto de vegetal. Assim, Goulding et al. (1988) refere que, chegar a uma conclusão taxonômica definitiva do endemismo dos peixes encontrados no rio Negro seria hoje muito prematuro, pois novas espécies ainda estão por ser descobertas.

A região amazônica é considerada a região de maior diversidade de peixes do planeta, cerca de 2.500 espécies catalogadas e tantas outras por descrever, podendo chegar a 3.000 espécies, aproximadamente 25% de todo o recurso ictiofaúnico de água doce, muitas das quais são endêmicas da Bacia Amazônica. O rio Negro tem perto de 700 espécies conhecidas (GOULDING et al, 1988; SILVA, 2003).

O caráter endêmico das espécies de peixes encontrados no rio Negro e suas águas pretas o distinguem de outros rios amazônicos, por isso é visto com grande potencial para a pesca de peixes ornamentais no mundo (PRANG, 2001). Segundo Souza; Barbosa; Freitas

⁵ “[...] a região do Alto e Médio rio Negro se apresenta como uma importante área de endemismo ictiofaúnico.” (Tradução nossa)

⁶ Endemismo se refere em biologia àquelas espécies de plantas e animais que são encontradas somente em uma determinada região. Assim, “área de endemismo é entendida como uma região geográfica indicada a partir da combinação de áreas de distribuição de táxons endêmicos, isto é, espécie ou grupos de espécies relacionados com ocorrência exclusiva em uma região particular.” (CARVALHO, 2009)

(2006, p. 18), o rio Negro possui grande riqueza e potencial para desenvolver a pesca ornamental e a pesca esportiva:

A riqueza das espécies de peixes ornamentais na região deve-se a vários fatores, dentre os quais a dimensão espacial da bacia do rio Negro, a variedade de condições ecológicas, além da conexão com outras bacias hidrográficas (Orinoco e Solimões), permitindo a proliferação de diferentes espécies na região. O desenvolvimento dos peixes ornamentais ocorre principalmente nos igapós e igarapés de florestas, em áreas total ou parcialmente inundadas. A melhor época para a captura dos peixes é durante a vazante e seca dos rios, pois, na época da cheia, eles se dispersam para igapós, procurando alimentos e assegurando a reprodução. Algumas das mais belas espécies, como o cardinal tetra, estão restritas aos igarapés, igapós e lagos do médio rio Negro. [...]. Outra atividade que vem crescendo de forma acelerada, com alto potencial econômico, é a pesca esportiva. Os pescadores, brasileiros e estrangeiros, vêm ao rio Negro em busca do tucunaré *Chichla sp.* e de alguns bagres com características apreciadas pelos aficionados pelo esporte.

1.2 PEIXES DO RIO NEGRO

Algumas das principais espécies de peixes comestíveis e ornamentais encontradas na RMRN são: peixes comestíveis, sardinhão ou apapá-amarelo (*Pellona castelnaeana*), jaraqui escama grossa e escama fina (*Semaprochilodus insignis* e *Semaprochilodus taeniurus*), aracu-amarelo, aracu-flamengo (*Leporinus fasciatus*), piranha (*Serrasalmus spp*), matrinxã (*Brycon amazonicum*), dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), surubim, pintado (*Pseudoplatystoma fasciatum*), mapará (*Hypophthalmus marginatus*), acará-açu (*Astronotus ocellatus*), tucunaré-comum (*Cichla monocullus*), tucunaré-paca, tucunaré-açu (*Cichla temensis*), tucunaré (*Cichla spp*), pescada-branca (*Plagioscion squamosissimus*), pacu (*Myleus spp* e *mylossoma spp*).

Os peixes ornamentais mais encontrados são: Ornamental – arraia-motoro ou arraia-de-fogo (*Potamotrygon motoro*), rodóstomo (*Hemigramus bleheri*), aruanã (*Osteoglossum ferreirai*), borboleta-rajada (*Carnegiella strigata*), rosacéu (*Hyphessobrycon erythrostigma*), lápis (*Nannostomus trifasciatus*), cardinal-tetra (*Paracheiroduon axelrodi*), néon (*Paracheiroduon innesi*), coridora (*Corydoras adolfoi*), bodó-seda (*Ancistrus oplogenys*), ituí-cavalo (*Apteronotus albifrons*), sarapó (*Gymnotus carapo*), apistograma (*Apistograma pertensis*), acará-bandeira (*Pterophyllum scalare*), acará (*Pterophyllum scalare*), acará-disco (*Symphysodon discus*), acará-bararuá, baru, bararuá (*Uaru amphiacanthoides*), entre outras (SOUZA; BARBOSA; FREITAS, 2006).

1.3 A PESCA NO AMAZONAS

A produção mundial de pescado, tanto da aquicultura quanto da pesca extrativa continental e marítima, atingiu a marca de 142 milhões de toneladas em 2008 e 146 milhões de toneladas em 2009. O Brasil, de acordo com os dados do Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura do MPA (MPA, 2012, p.13), em 2008, participou com 1.156.423 t/ano de peixe representando apenas 0,81% da produção mundial. No ano de 2009, esse número aumentou para 0,86% da produção mundial, com 1.240.813 t/ano.

Esses números demonstram que apesar de o País ter grande extensão costeira, sua produção de pescado ainda é pequena⁷ em relação a outros países, como a China, que contribuiu em 2008 com 41,68% da produção mundial e ficou em 1º lugar no ranking da produção mundial do pescado. O nosso vizinho, o Peru, que contribuiu com cerca de 4,80% da produção, ficou em 4º lugar. Nesse ranking, elaborado pelo MPA, o Brasil ficou na 18ª posição (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2012).

Entre as décadas de 1950 e 2000, somente em 1985 o Brasil registrou a maior produção de pescado, com a marca de 956.684 t/ano. É possível apontar alguns eventos que historicamente influenciaram a produção do pescado: o programa de industrialização da pesca no governo Kubitschek, no final da década de 1950, a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962; o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, conhecido como o novo Código da Pesca.

A partir de 1986, a produção pesqueira entrou em declínio e só retomou o crescimento a partir dos anos 2000, quando passou de uma produção anual de 666.846 t para 825.164 t em 2009 (pesca extrativa continental e marítima, excluindo-se a produção em cativeiro) (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2012, p. 15-16).

É possível enumerar outros episódios, ocorridos a partir de 2003, que vieram influenciar a atividade pesqueira, entre as quais a criação da Seap – PR, logo em seguida transformada em Ministério da Pesca, e a aprovação do novo marco regulatório da pesca, a Lei nº 11. 659/10, conhecido como a nova lei da pesca e aquicultura.

⁷ “A produção de pescado do Brasil, para o ano de 2010, foi de 1.264.765 t, registrando-se um incremento de 2% em relação a 2009, quando foram produzidas 1.240.813 t de pescado. A pesca extrativa marinha continuou sendo a principal fonte de produção de pescado nacional, sendo responsável por 536.455 t (42,4% do total de pescado), seguida, sucessivamente, pela aquicultura continental (394.340 t; 31,2%), pesca extrativa continental (248.911 t; 19,7%) e aquicultura marinha (85.057 t; 6,7%) (Tabela 4). Em 2010, foi registrada uma redução de 8,4% na produção de pescado oriunda da pesca extrativa marinha em relação a 2009, resultado de um decréscimo de 49.217 t. Por outro lado, a produção da pesca extrativa continental e a aquicultura continental e marinha fecharam em alta em relação a 2009, com um acréscimo de 3,9%, 16,9% e 9%, respectivamente.” (MPA, 2012, p.17)

Dentro desse contexto, o estado do Amazonas, em 2010, assim como nos anos de 2008 e 2009, foi o maior produtor de pescado de água doce do Brasil (pesca continental) com 70.896 t anual, 28,5% do total de peixes continentais capturados, seguido pelos Estados do Pará (50.949 t) e do Maranhão (22.944 t) (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2012). É o sexto maior produtor de pescado do Brasil. Na tabela abaixo, vemos as principais espécies capturadas, com ênfase nas espécies encontradas no Estado do Amazonas.

Tabela 1 - Produção de pescado (t) da pesca extrativa continental nos anos de 2008, 2009 e 2010 discriminadas por espécie

Espécie/Grupo	2008	2009	2010
Acará	3.865,2	3.542,9	3.682,2
Aracu	5.430,2	4.977,3	5.173,1
Aruanã	1.813,3	1.662,1	1.727,4
Filhote	3.449,4	3.161,8	3.286,1
Curimatã	29.845,4	27.356,3	28.432,6
Jaraqui	17.251,7	15.813,0	16.434,8
Mapará	10.049,0	9.211,0	9.573,2
Matrinxã	5.347,5	4.901,5	5.027,7
Pacu	11.590,8	10.624,2	11.042,0
Piramutaba	25.830,5	23.676,3	24.607,4
Piranha	3.826,9	3.507,8	3.645,7
Pirapitinga	2.279,0	2.089,0	2.237,6
Pirarara	758,4	695,2	722,5
Pirarucu	1.315,4	1.205,7	1.253,1
Sardinha	3.533,4	3.238,8	3.366,1
Surubim	9.120,3	8.359,7	8.688,5
Tucunaré	9.695,2	8.886,6	9.236,1

Fonte: MINISTÉRIO DA PESCA AQUICULTURA, 2012.

Como mostra a tabela acima, as espécies mais pescadas são encontradas principalmente no Amazonas (jaraqui, curimatã, pacu, mapará, entre outros) e no estuário paraense (piramutaba). Assim,

A Região Norte, novamente, liderou o cenário da pesca extrativa continental, sendo responsável por 55,7% da produção pesqueira de água doce brasileira, a qual foi fortemente impulsionada pelos Estados do Amazonas (70.896 t) e do Pará (50.949 t), que somados foram responsáveis por, praticamente, a metade da produção pesqueira continental do Brasil (49% do total capturado) [...]. Com relação à produção continental por espécie, os recursos que apresentaram os maiores volumes de desembarque em 2010 foram: o Curimatã (28.432 t), a Piramutaba (24.607 t), o Jaraqui (16.435 t), a Pescada (14.967 t), a Dourada (14.379 t) e o Pacu (11.042 t) (MPA, 2012, p.29-33).

Em relação à produção mundial de pescado, em 2008, 81% da produção voltou-se ao consumo humano, correspondendo a 115 milhões de toneladas. O consumo de peixe no Brasil apresenta singularidades regionais⁸ em relação ao poder aquisitivo da população, quantidade e qualidade ofertada, conservação, alternativas de preço e hábitos alimentares.

No restante do país, o maior consumo é de pescado proveniente da pesca Marinha, no entanto, no Norte, essa lógica se inverte, e o consumo é predominantemente da pesca continental. Nessa região, o consumo de peixes de água doce representa cerca de 60% do total, e no Amazonas, essa porcentagem se eleva para 87%, à exceção do Estado do Pará, que tem uma pesca marinha intensa (LOPES et al., 2010).

No Brasil, o consumo *Per Capita* Aparente de Pescado⁹ – CPA = $(PN + IMPO - EXPO) / POP$ – foi, em 2010, de 9,75Kg/hab./ano. No entanto, esse consumo no estado do Amazonas é, em média, superior, e em zonas rurais pode aumentar significativamente (MPA, 2012, p.85). Dessa forma, o estado do Amazonas é, de longe, o maior consumidor de pescado *per capita* do Brasil, com aproximadamente 30 kg/hab/ano (LOPES et al., 2010).

Assim, “o elevado consumo de pescado, perto de 550 g/*per capita*/dia na Amazônia Central fornece uma ideia da importância social dessa atividade, que pode representar até 60% de todo o pescado capturado anualmente na região.” (FREITAS; ALBUQUERQUE, 2012)

⁸ “Quanto ao consumo *per capita* de pescado, no que diz respeito à faixa de renda, observa-se que quanto maior a renda, mais elevado o consumo de peixe. Essa tendência se verifica nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Na região Norte, que possui consumo *per capita* extremamente elevado, a tendência é oposta.” (LOPES et al, 2010, p. 20)

⁹ O consumo per capita aparente (CPA) é aferido por meio do levantamento da produção nacional (PN), incluídas as importações (IMPO) e excluídas as exportações (EXPO), sendo o volume total dividido pela população brasileira (POP) (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2012, p.830).

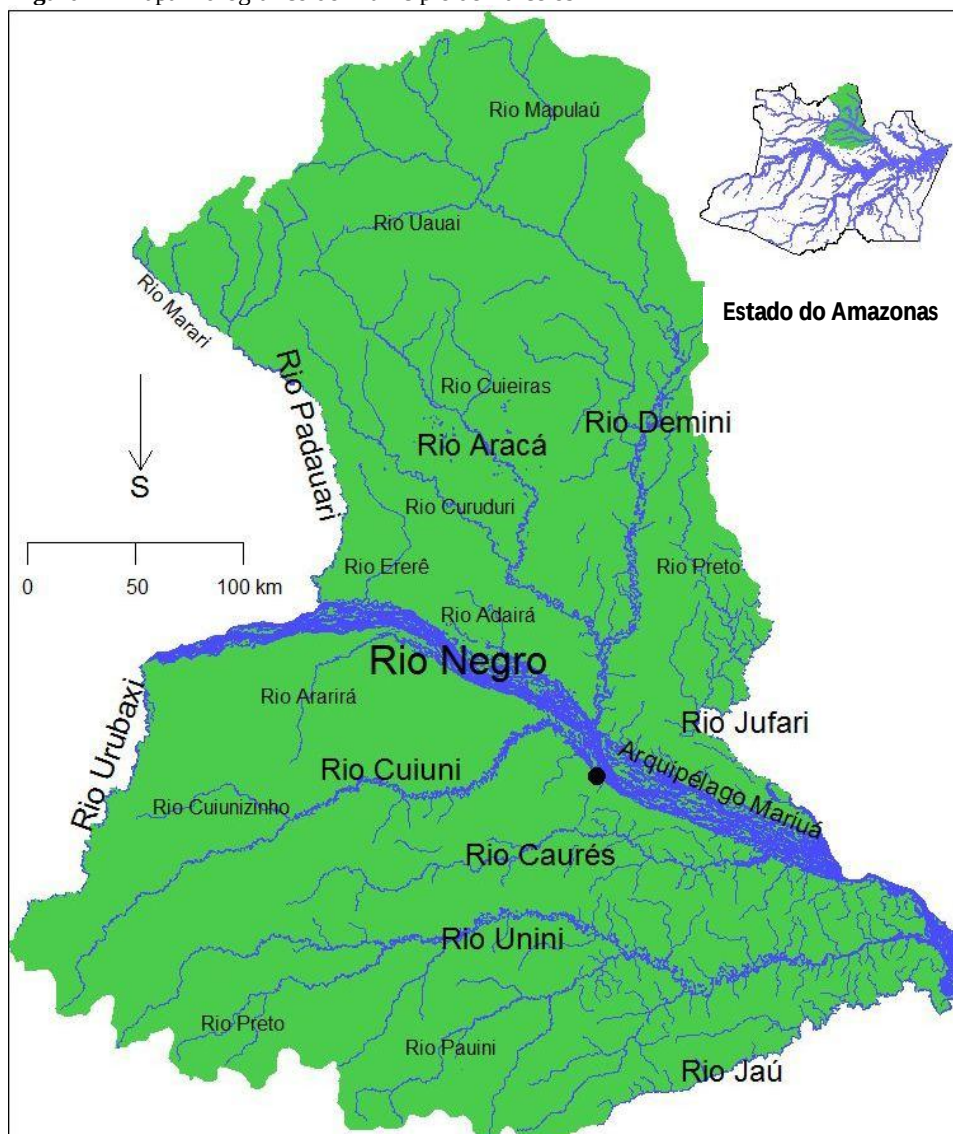
1.4 A PESCA EM BARCELOS

“O pescador é ainda neste século um homem símbolo da bacia, característico e inconfundível.” (MONTEIRO, 2010, p. 25)

O município amazonense de Barcelos se localiza à margem direita do rio Negro, na mesorregião norte-amazonense, tem uma área de 122.476 mil km² e uma população de 25.718 habitantes, 56, 62% dos quais na zona rural. Sua densidade demográfica é de 0,21 hab/km², tem 106 empresas atuantes, empregando mão de obra local de 683 pessoas (IBGE, Censo 2010). Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010, era de 0,500, considerado baixo pelos padrões do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD).

Localiza-se a uma distância da capital, Manaus, de 396 km em linha reta, e, por via fluvial, 496 km. Apresenta área de 122.475,73 km² e é considerado o maior município em extensão territorial do Brasil, com altitude de 40 m acima do nível do mar. Seu clima é tropical, chuvoso e úmido, com temperatura máxima de 34,3 °C, mínima de 19,3 °C e média de 26,3 °C.

Limita-se, ao sul com os municípios de Codajás e Maraã; ao sudeste, com Novo Airão; a oeste, com Santa Isabel do Rio Negro; a leste, com o Estado de Roraima; e ao norte, com a Venezuela. Está localizado na mesorregião norte-amazonense e na microrregião do rio Negro (IBGE, 2010). É entrecortado pelo rio Negro, e seus principais afluentes são: na margem direita, os rios Jurubaxi, Arirahá, Cuiuini, Caurés e Unini; na margem esquerda, os rios Jufari, Aracá, Demeni, Ereré e Padauri, conforme se vê representado na figura 1.

Figura 1 - Mapa hidrográfico do Município de Barcelos – AM

Fonte: IBGE, 2013 (Org. Erlando D. de Oliveira)

Barcelos teve sua origem em uma missão carmelita, chamada aldeia de Santo Eliseu de Mariuá, datada de 1728. Tornou-se sede da antiga capitania de São José do Rio Negro, atual estado do Amazonas, em 1758, e também serviu como referência para demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha. Permaneceu como capital até 1791, quando a sede da Capitania se transferiu para o lugar da Barra, atual cidade de Manaus.

Em 1799, retomou à anterior qualidade de capital e assim se conservou até 1808. Em 1833 recebeu a denominação de Mariuá, até que, por força da Lei nº 33, de 04 de novembro de 1892, passou à atual denominação. A comarca de Barcelos foi criada pela Lei de 30 de abril de 1876. O Ato estadual nº 45, de 28 de novembro de 1930, suprimiu o município, sendo restaurado em 14 de setembro de 1931 (Ato estadual nº 33). O Decreto-lei estadual nº 68, de

31 de março de 1938, concedeu à sede do município, foros de cidade. Compõe-se de três distritos: Barcelos, que é a sede, Carvoeiro e Moura (REIS, 1999; MACHADO, 2001; SOBREIRO, 2007; IBGE, 2010).

A renda *per capita* média de Barcelos cresceu 18,23% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 200,70 em 1991, para R\$217,27, em 2000, e R\$ 237,29, em 2010, quando ocupou a 5.531ª posição, na escala dos 5.565 municípios do Brasil, ou seja, 5.530 (99,37%) municípios estão em situação melhor e 35 (0,63%) municípios estão em situação igual ou pior (ATLAS BRASIL, 2013).

Em relação aos 62 municípios do Amazonas, Barcelos ocupa a 55ª posição, 54 (87,10%) municípios estão em situação melhor, e 8 (12,90%) municípios estão em situação pior ou igual. A desigualdade aumentou. Conforme o índice de Gini, um instrumento utilizado por órgãos de governo para medir o grau de concentração de renda em uma população ou país, passou de 0,43, em 1991, para 0,64, em 2000, e 0,74, em 2010. Esse índice também aponta as diferenças dos rendimentos entre os mais ricos e os mais pobres (ATLAS BRASIL, 2013).

Entre 2000 e 2010, a população de Barcelos teve uma taxa média de crescimento anual de 0,61%. Na década anterior, a taxa média de crescimento anual foi de 9,12%. No estado, essas taxas foram de 1,02%, entre 2000 e 2010, e 1,03%, entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01%, entre 2000 e 2010, e 1,02%, entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 19,14% (ATLAS BRASIL, 2013).

Segundo Peres (2003), a cidade cresceu nas últimas décadas, principalmente em função da migração de famílias indígenas¹⁰, provenientes das comunidades rurais de municípios vizinhos, como São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro. Assim, “O Município de Barcelos – AM e a sua sede têm atraído uma parcela significativa da migração indígena no Rio Negro, nos últimos vinte anos.” (PERES, 2003, p. 242)

A população total de Barcelos em 1991 era de 11.035, dos quais 4.018 vivem na zona urbana e 7.017, na zona rural, representando os percentuais de, respectivamente, 36,41% e 63,59% da população total. Em 2010, a população total era de 25.718 hab., sendo 11.157 na zona urbana (43,38% da população total), e 14. 561, na zona rural (56,62% da população total) (ATLAS BRASIL, 2013).

¹⁰ “Encontram-se morando na cidade famílias pertencentes às seguintes etnias: Tukano, Baniwa, Baré, Desana, Piratapuaia, Tariana, Arapaço, Cabarí, Yanomami, Canamar, Lanaua e Cubeu. Os Baré, Baniwa e Tukano constituem os grupos étnicos majoritários (gráfico abaixo). Uma ampla proporção é católica e dedica-se à agricultura como atividade econômica principal. O nheengatu é a língua indígena predominante.” (PERES, 2003, p. 243).

A atividade pesqueira no MRN, especificamente no Município de Barcelos, por sua hidrografia, tem um caráter *sui generis*. Diferentemente de outras regiões do estado, como nos rios de águas claras, ela não é unívoca, apresenta-se de forma diversificada e, conseqüentemente, o que se convencionou chamar de pescadores artesanais¹¹, em oposição aos pescadores industriais, também é diferenciado. “O pescador artesanal é proprietário dos meios de produção, e, quando isso não ocorre trabalha em sistema de parceria com outros donos de embarcações [...]” (ROCHA et al, 1996, p. 437)

Nessa região, encontram-se quatro modalidades de pesca: a pesca esportiva, a pesca de subsistência, a pesca de peixes ornamentais e a pesca comercial de peixe comestível. O termo peixe comestível apareceu diversas vezes neste trabalho de campo, sempre caracterizando a pesca do peixe que não é a de peixe ornamental. Neste trabalho, portanto, o peixe comestível é o oposto de peixe ornamental, a piaba, e também como sinônimo de peixe proveniente da pesca artesanal comercial¹².

Cada uma dessas quatro modalidades de pescarias, exceção feita à pesca de subsistência, que é praticada, em geral, por ribeirinhos da Amazônia, tem um ou mais agentes sociais envolvidos, ou seja, cada uma exige um tipo de pescador. Neste trabalho, fala-se, primordialmente, do pescador artesanal.

Neste trabalho, trata-se ribeirinho¹³ como sinônimo de pescador de subsistência, mas o olhar do pesquisador se lançará sobre o pescador “profissional” associado – aquele que, de alguma forma, depende quase que exclusivamente da pesca, e as outras atividades, como a agricultura e extrativismo, entram em sua vida como atividades complementares. No entanto, necessário se faz conhecer o pescador de subsistência, sendo base da pesca no Amazonas e um dos tripés da vida camponesa amazônica.

¹¹ Para maior aprofundamento sobre o conceito de pescador artesanal, conferir Sobreiro (2007). Ela percorre a literatura especializada sobre a pesca na região amazônica e organiza uma excelente tipologia sobre o conceito de pesca e pescador artesanal.

¹² Rivas et al. (2011) identificaram seis modalidades de pesca. “Coexistem seis modalidades de pesca na bacia amazônica: uma pesca predominantemente de *subsistência*, praticada por grupos familiares, pequenas comunidades, subestruturas étnicas e outras estruturas de pequeno porte que buscam a sobrevivência física; uma *pescaria comercial multiespecífica*, destinada ao abastecimento dos centros urbanos regionais e praticada, em geral, por pescadores residentes nesses centros; uma *pescaria comercial monoespecífica*, voltada para a exportação e dirigida principalmente à captura de bagres como a piramutaba *Brachyplatystoma vailantii* e o surubim *Pseudoplatystoma filamentosum*; uma *pesca em reservatórios*, resultante da construção de grandes represas para geração de energia elétrica, como Tucuruí e Balbina, que vem sendo desenvolvida por uma nova categoria de pescadores denominados ‘barrageiros’; uma *pesca esportiva*, que tem como espécie alvo o tucunaré *Cichla sp.* e vem sendo praticada principalmente em rios de águas pretas; e, uma *pescaria de espécies ornamentais* destinadas, principalmente, à exportação e realizada predominantemente no rio Negro e em seus afluentes.” (RIVAS et al., 2011, grifo nosso)

¹³ Esse termo não tem consenso entre os pesquisadores da Amazônia, no entanto, aqui utilizo para denominar o indivíduo que mora no interior do Município de Barcelos e pratica a pesca de subsistência.

Witkoski (2010) apresenta o camponês (ribeirinho) da várzea amazonense como aquele que pratica suas atividades nas terras, na floresta e nas águas de trabalho. Nas terras de trabalho, desenvolve a agricultura e a criação de pequenos animais; na floresta, pratica o extrativismo vegetal e animal; nas águas de trabalho, ele pratica o extrativismo animal, pesca e caça. Essa tríade engloba as atividades dos camponeses da várzea amazonense.

Esses camponeses se aproximam muito do que Furtado (1993) definiu, no estuário paraense, como sendo pescadores polivalentes. Segundo a autora, existem duas classes de pescadores artesanais na Amazônia; os monovalentes, que dedicam 70% do seu tempo de trabalho a essa atividade, e os polivalentes, que têm na pesca uma fonte de subsistência, colocado-a no mesmo grau de importância das outras atividades, tais como a criação de pequenos animais, o extrativismo e a agricultura (WITKOSKI, 2010). Não é o caso do pescador artesanal profissional associado na Colônia de Pescadores de Barcelos.

Nesse sentido, a realidade dos pescadores de Barcelos se mostra mais complexa,¹⁴ isto é, não se enquadra nas classificações dos órgãos oficiais de governo. A maioria dos pescadores considerados artesanais são monovalentes, no sentido apontado por Furtado (1993), pois se dedicam quase exclusivamente à pesca, porém, são também polivalentes, como revelou Witkoski (2010), não praticando outras atividades diversas à pesca, como o extrativismo ou a agricultura do camponês da várzea, mas diversificando suas modalidades de pescarias. Eles exercem mais de uma modalidade de pesca, isto é, sua polivalência se expressa dentro da própria atividade da pesca.

Assim, o mesmo pescador artesanal pode ser, em um determinado período, piabeiro, aquele pescador que se dedica à pesca de peixes ornamentais na região de Barcelos, e, em outro período, praticar a pesca de subsistência. Quando não está na pesca do peixe ornamental, pode praticar a pesca artesanal de peixe comestível, e ainda, no período da pesca esportiva, abandonar essas formas tradicionais de pesca para trabalhar como piloto, também conhecido como guia de pesca, pescador que, em determinada época do ano, coloca-se à disposição de empresas de pesca esportiva para servirem como guia de pesca na RMRN, nas empresas de pesca esportiva, disponibilizando sua força de trabalho e seus conhecimentos tradicionais da pesca na região.

¹⁴ Nesse sentido nos distanciamos de Monteiro (2010, p.15), que argumenta: “todavia, devemos declarar que os processos de pesca na Amazônia brasileira são comuns, e certamente homogêneos, correspondendo a vários ciclos de experiências adquiridas pela lei do cotidiano, que seria o mesmo que dizer a lei da sobrevivência. [...] e se a pesca no Estado do Amazonas se revela, a certos respeito, diferente das demais de outras regiões, às vezes resulta apenas na nominação, enquanto a técnica seja igual.”

Como diz o pescador: “olha, o meu trabalho é o seguinte, eu trabalho com peixe ornamental, peixe comestível, e trabalho [na] pesca esportiva [...], aí quando tá ruim o peixe ornamental, eu vou pro peixe, [para] pesca esportiva, quando acaba vou pro peixe comestível. [...] [procuro] o melhor, preciso trabalhar [...]” (J. S. F., 33 anos, trabalho de campo, 2011)

Na literatura especializada, encontram-se diversas classificações de pescadores da região amazônica. Furtado (1993), no nordeste paraense, descreve três tipos de pescadores: (1) Pescadores polivalentes ou varjeiros, cuja pesca é destinada, primordialmente, ao autoabastecimento e, secundariamente, à venda. Definem-se como “agricultores”, e não, como pescadores; (2) pescadores monovalentes ou citadinos, os quais ocupam a maioria de seu tempo com a pesca, e seu pescado é destinado ao autoabastecimento e à venda; (3) pescadores marreteiros ou geleiros–donos de barcos, que pescam com fins estritamente comerciais ou para revenda à empresa de beneficiamento de pescado.

Parente (1996) refere dois tipos de pescadores: (1) pescadores ribeirinhos, os que residem na zona rural às margens dos rios, lagos e paranás, que pescam para atender ao mercado e fazem da pesca sua atividade principal ou uma alternativa a mais para complementar a renda familiar; (2) pequeno pescador, donos de pequena embarcação a motor, com caixa isotérmica para o acondicionamento do pescado, geralmente abaixo de 10t, e seu produto visa exclusivamente ao mercado.

Leonel (1998) aponta a existência de quatro tipos de pescadores: (1) pescador artesanal especializado, que reside nas grandes cidades, opera como um pequeno produtor autônomo, embora a sazonalidade da pesca também o obrigue a outras atividades; (2) beiradeiro ou ribeirinho, que reside nas margens dos rios; (3) pescadores profissionais assalariados, contratados na pesca estuarino no Pará; e (4) Piabeiro, que trabalha na pesca de peixes ornamentais no rio Negro.

Essas classificações não dão conta da especificidade dos pescadores encontrados no MRN. Por mais que se tente enquadrar em uma dessas categorias, isso não é possível. E, se assim se proceder, corre-se o risco de cometer os mesmos erros que os órgãos de estado, principalmente federais, cometem ao elaborar políticas e leis para legislar sobre a pesca e a o trabalhador nela envolvido na Amazônia, pois muitas dessas leis são definidas tendo em vista o pescador do litoral que, normalmente, sendo pescador artesanal ou industrial, dedica-se exclusivamente à pesca. Mais adiante, mostrar-se-ão as características dos pescadores de Barcelos.

Por outro lado, entre os pescadores do litoral paraense, existem várias modalidades de pesca, porém não praticadas pelo mesmo indivíduo, como ocorre em Barcelos (MOURÃO,

2003; MARQUES, 2001, LOUREIRO, 1985). Loureiro (1985) encontrou quatro modalidades de pesca no município de Vigia/PA, porém, desenvolvidas por indivíduos diferentes. Cada pescador se especializava em uma única modalidade de pesca. Diferentemente de Barcelos, os pescadores do MRN alternam as modalidades de pesca ou as atividades seguindo o ciclo do mercado ou do ambiente.

Encontram-se, nos relatos coletados durante a pesquisa de campo, pescadores que alternam entre a pesca de peixe comestível e peixe ornamental e/ou guia de pesca; outros que alternam entre pesca comercial de peixe comestível e guia de pesca; e, ainda, pescadores que praticam a pesca de subsistência e a agricultura na unidade familiar e, quando o mercado de peixe ornamental aquece, praticam também essa modalidade de pesca. Encontram-se também pescadores dedicados apenas à pesca de peixe ornamental.

De forma geral, nesta pesquisa, referir-se-á à categoria do pescador monovalente (FURTADO, 1993), isto é, aquele indivíduo que dedica mais de 70% de seu tempo de trabalho à atividade da pesca, no entanto, essa categoria simplesmente posta, como refere Furtado (1993), não dá conta de caracterizar a complexidade do pescador artesanal de Barcelos, pois, quando se diz que são pescadores monovalentes, quer-se apenas dizer que a pesca é sua atividade principal, no entanto, eles podem praticar diversas modalidades de pesca.

Nesse sentido, o pescador considerado artesanal pode se dividir em três tipos de pescadores, a saber: o comercial, o ornamental e, ainda, o guia de pesca. Ele trabalha, por exemplo, na função de pescador de peixe ornamental, de peixe comestível e pode trabalhar, ainda, como guia de pesca, utilizando-se de seus conhecimentos de pescador.

Por isso, é feita a referência à realidade do pescador de Barcelos como *sui generis*. Não se têm notícias de que em outra região amazônica ocorra essa diversidade de pescaria praticada pelo mesmo indivíduo de forma tão acentuada. Tal “estratégia de adaptabilidade” (MORÁN, 2010), ou “resposta adaptativa” (WITKOSKI, 2010), é possibilitada pelas características singulares da geografia da bacia do rio Negro.

Os pescadores dessa região são ribeirinhos com uma função dinâmica e adaptável, de acordo com o ambiente que o cerca e as fontes de recursos naturais disponíveis, formulando estratégias de sobrevivência para superar os limites impostos tanto pela natureza, quanto pelo mercado consumidor de seus produtos (MORÁN, 2010; WITKOSKI, 2010). Além disso, “o não reconhecimento desta dinâmica no uso dos recursos naturais e a interação entre os diferentes usuários podem levar a falhas de futuros programas de gestão ou manejo dos recursos naturais da região.” (SOBREIRO, 2007, p. 61)

As tipologias de diversos autores, como Furtado (1993), Parente (1996) e Leonel (1998) são insuficientes para descrever e explicar a pesca, e os pescadores do MRN, no entanto, podem servir para efeito comparativo. As quatro modalidades de pesca encontradas no rio Negro são feitas de forma artesanal, tanto no ato de pescar quanto no uso das tecnologias¹⁵, excetuando-se a pesca esportiva, praticada por turistas que vão para região especificamente em função desse esporte/lazer.

O conceito de pescador artesanal unifica uma grande diversidade de agentes presentes no setor pesqueiro no Brasil e no Amazonas e em seus organismos de representação. O “pescador artesanal ou pequeno produtor pesqueiro se define em oposição à outra modalidade de organização da atividade pesqueira - qual seja a pesca empresarial e industrial, atentando para a grande gama de situações que este conceito abarca.” (CARDOSO, 2001, p. 102)

Não há indícios de pesca industrial, *strictu sensu*, no sentido dado ao termo, que é larga escala conduzida por grandes barcos pesqueiros, efetuada por empresas pesqueiras (FURTADO, 1993). O que se verificou na RMRN foi a presença de alguns barcos pesqueiros, chamados de geleiros, mas isso não chega a configurar pesca industrial, que realizavam grandes pescarias para abastecer o mercado de Manaus. Porém, com o advento do decreto do rio negro, em 2001, esse esforço de pesca sobre os estoques pesqueiros da RMRN diminuiu, principalmente sobre o tucunaré (*chichla spp*).

Na literatura especializada, verifica-se a existência de seis modalidades de pesca na região amazônica: pesca de subsistência em geral; pesca comercial, destinada aos mercados local e regional; pesca industrial no estuário amazônico, voltada para exportação; pesca em reservatórios; pesca de peixes ornamentais; e pesca esportiva (SOBREIRO, 2007).

Ressalta-se, entretanto, que a pesca mencionada por pesca comercial, destinada aos mercados local e regional, também é praticada de forma artesanal, principalmente no estado do Amazonas. Por outro lado, a pesca industrial só ocorre basicamente no nordeste paraense e visa tanto à exportação quanto ao abastecimento regional, como é o caso da pesca da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*).¹⁶

¹⁵ Violeta Loureiro já em 1985 encontrava essa realidade na pesca artesanal de Vigia – PA . “O que se pretende enfatizar é que os aparelhos de pesca, então utilizados não se constituem em produtos de origem industrial, exceção feita, em alguns casos, aos fios utilizados na confecção das redes de pesca, mas estas foram adotadas tardiamente na região.” (LOUREIRO, 1985, p. 30)

¹⁶ De acordo com o Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura do MPA - 2012, a piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii* da família dos *Pimelodidae*) é a segunda espécie mais capturada na pesca extrativa continental. Em 2008, foram 25.830,5; em 2009, 23.676,3; e 2010, 24.607,4, só perdendo para a curimatã (*Prochilodus spp.* da família dos *Prochilodontidae*).

Assim, excluindo-se a pesca esportiva, em sua grande maioria, a pesca realizada na região amazônica pode ser considerada como pesca artesanal. Em Barcelos, não é diferente, mesmo que lá existam alguns barcos pesqueiros (geleiros), mas eles próprios não realizam a pesca, pois para isso se servem de canoas menores para realizarem a captura do pescado, feita de forma artesanal (SOBREIRO; SOUZA; FREITAS, 2006). “As condições objetivas de trabalho desses pequenos produtores estava garantidos por uma forma de articulação com a natureza que lhes possibilitava passar ao largo da produção industrial.” (LOUREIRO, 1985, p. 31)

Barcelos se diferencia de outras cidades amazonenses, pois lá se encontram, de forma acentuada, quatro modalidades de pesca, a saber, a pesca esportiva, a ornamental, a comercial e a pesca de subsistência.

1.5 A PESCA DE SUBSISTÊNCIA NO MRN

A pesca, como evidencia Silva (2003, p. 77), “é uma das atividades centrais na economia dos ribeirinhos do MRN. A criação de animais domésticos é rara, à exceção de algumas galinhas e porcos, e a maioria da população local depende direta ou indiretamente da pesca para sobrevivência”. A pesca de subsistência de peixe comestível que ocorre nessa região não se diferencia das outras regiões da Amazônia, e ribeirinhos e pescadores artesanais profissionais praticam tal forma de pescar.

Witkoski (2010), ao se referir aos ribeirinhos encontrados na várzea dos rios Solimões e Amazonas, chama-os de camponeses, porém, diferenciado das outras regiões do Brasil, e explica que a vida destes se sustenta sob a tríade terra, florestas e águas, em que desenvolvem suas atividades de subsistências e sobrevivência.¹⁷ Em outras regiões, a terra é o fator primordial para a vida camponesa se desenvolver, e o camponês mantém uma estreita ligação com a terra (CHAYANOV, 1981)¹⁸, entretanto, no universo amazônico, ela é um fator que concorre com outros dois – água e floresta, na dinâmica da vida camponesa.

Ao falar de camponês na Amazônia, deve-se, então, sempre considerar esses três itens de extrema importância na condição humana (ARENDT, 2009) da vida do ser

¹⁷ Witkoski (2010) em “Terras, florestas e águas de trabalho”, esclarece como cada subsistema exerce seu papel na vida do camponês amazônico.

¹⁸ Ver CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A Questão Agrária** - Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.

amazônico (FRAXE; WITKOSKI; SILVA, 2009) e sua adaptabilidade ao meio ambiente (MORÁN, 2010) ou na sua adaptação (WITKOSKI, 2010).

Por isso, além da terra, que continua a exercer seu papel, onde o camponês pratica a agricultura, com a influência direta da floresta e sua grande biodiversidade para a manutenção da vida e nela, e onde ele pratica o extrativismo vegetal, madeireiro e não madeireiro, na água, ele pratica o extrativismo animal, caça e pesca. Os três se tornam elementos constitutivos da vida que brota desse mundo amazônico. Desse modo, constitui a vida do ser camponês na várzea:

A terra, a floresta e a água participam de modo decisivo da forma como esses agentes sociais procuram dar plenitude à vida. A terra, substrato tanto da floresta como da água, nunca, ou quase nunca, aparece como mercadoria – ou seja, terras, para se fazer negócios – mas sempre como terra que tem por destino nela se trabalhar. A terra e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrimônio que cria as condições para que o camponês e sua família apareçam como trabalhadores de sua unidade de produção (WITKOSKI, 2010, p. 189-190).

O camponês amazônico se apresenta como um ser detentor de capital material e simbólico, dentro de uma organização social e política distinta. É um indivíduo ligado diretamente ao seu ambiente, numa relação íntima com a natureza, desvelando seus mistérios e utilizando seus recursos de maneira racional e sustentável.

A pesca de subsistência se mostra uma atividade concorrente à agricultura. Em outras localidades, o camponês é definido por sua relação com a terra, todavia na Amazônia, essa relação é diversificada. A mesma relação que mantém com a terra, ele desenvolve também com as águas e as florestas de trabalho. Sua unidade de produção familiar se estende a esses três ambientes naturais, terra, água e floresta. Os camponeses amazônicos desenvolvem suas atividades em diversos ambientes naturais.

Dessa forma, as águas, as terras e as florestas tornam-se o lócus onde os camponeses desenvolvem suas atividades. Daí, então serem polivalentes, pois o próprio ambiente exige essa adaptação para diversificar as atividades. Nesse contexto, o ambiente se torna condicionante da condição de camponês,¹⁹ porém, não determinante. Na Amazônia, Ser camponês é se deixar modelar e, ao mesmo tempo, reconfigurar o trabalho e seu entorno.

¹⁹ Segundo ARENDT (2009), o trabalho, o labor e a ação são três atividades fundamentais da vida humana, e segundo essas três dimensões da vida (*vita activa*), constituem a tríade que condiciona a forma de ser do humano na Terra, tornando-se condições de sua existência, cada uma correspondendo a uma condição de ser.

Essa adaptação a um meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado. Suas atividades apresentam-se complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos, e é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo (CASTRO, 1998, p. 6).

Assim, a polivalência é a forma de *ser-aí-no-mundo* do camponês amazônico (HEIDEGGER, 2012). Segundo Arendt (2009), a condição do ser no mundo compreende algo além das condições da vida imputada ao homem. O ser humano, ao entrar em contato com seu entorno, seu ambiente torna-se imediatamente condicionado, e esse mesmo ambiente logo se transforma em condição da existência do homem no mundo.

Dessa forma, diferentemente do que se poderia pensar, ele não é um sujeito passivo e nem pacato, pois, no seu processo de adaptação, desenvolveu capacidades que fogem desses conceitos. Nas palavras de Witkoski (2010), ele desenvolveu uma resposta ao seu meio.

Assim, visto desse ponto, “o mundo no qual transcorre a *vita activa*²⁰ consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos.” (ARENDT, 2009, p.17) O homem do campo, aqui no caso, as terras, as águas e as florestas, ou seja, o camponês amazônico transforma o ambiente que o circunda, que, porém, simultaneamente se transforma em condição de sua existência.

Segundo Ferreira (2009, p. 18), “a luta pela sobrevivência desses sujeitos sociais que se organizam em torno das terras, florestas e águas, rompe com o paradigma do sujeito pacato e passivo a que fora submetida à representação caboclo/ribeirinho – camponês Amazônico – em outras épocas”. Nesse sentido, salienta Ferreira (2009, p. 17) que

O camponês amazônico é portador de singularidades que o diferencia de outros no Brasil. A exigência de que trabalhar nas terras, florestas e nas águas é um imperativo categórico à prática polivalente. Assim, a polivalência nas atividades camponesas relaciona-se com as necessidades do trabalho agrícola, a criação de animais, o extrativismo vegetal e/ou animal – todas elas ligadas diretamente à unidade de produção familiar.

²⁰ “A *vita activa*, ou seja, a vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente” (ARENDT, 2009, p. 31).

Por ser o camponês amazônico polivalente, para além da adaptação exigida pelo meio, as autoridades, com a mentalidade do Sul e Sudeste, têm dificuldade de reconhecer essa característica e, com isso, reconhecer a muitos ribeirinhos o direito de pescador artesanal, pois a própria lei define o pescador artesanal como aquele que tem sua atividade exclusiva na pesca. O pescador para os padrões oficiais é aquele ser que tem 100% de seu tempo dedicado à atividade pesqueira e dela tira seu sustento.

Aqui, como já ficou demonstrado, com a polivalência do camponês amazônico, a pesca é parte integrante de sua estratégia de adaptação às condições do ambiente em que vive. “A profunda interação dos ribeirinhos com o ecossistema aquático amazônico é refletida no processo de exploração dos recursos pesqueiros, sendo possível identificar padrões sazonais em seu uso, na exploração de ambientes e na escolha dos apetrechos de pesca.” (RIVAS et al., 2011)

Outra questão relevante dentro da pesca artesanal no Amazonas, principalmente na pesca de subsistência, é a participação da mulher na atividade. Em dezembro de 2010, o Registro Geral da Atividade pesqueira do MPA tinha cadastrado 853.231 pescadores profissionais, das 27 unidades federativas. A região Norte aparece em segundo lugar, com o registro de 330.749 pescadores (38,8% do total do país) só perdendo para o Nordeste, com 372.787 pescadores (43,7%). O número de pescadores registrados no MPA, no ano de 2010, no estado do Amazonas, foi de 64.912, dos quais 44.792 eram homens e 20.121, mulheres, o que representa, respectivamente, 69% e 31% do total do estado (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2012, p. 32-36).

Diante desses números, percebe-se que o trabalho da pesca não pode ser considerado uma atividade masculina. A divisão do trabalho na pesca, hoje, não é visto de maneira rígida. Faz-se necessário compreender o trabalho na pesca de forma global. Ele não se restringe apenas ao ato de retirar o peixe do rio, mas também, antes, preparar as redes e apetrechos, e depois do rio, limpar o produto, vender.

O mesmo, porém, não acontece como trabalho da pesca. Esta é uma ocupação essencialmente masculina. Sua formação, e não poderia ser diferente, também acontece no seio da família. Não parece exagerado afirmar que a arte da pesca praticada pelos curumins, arte que começa na socialização primária e prossegue na passagem da socialização primária para a secundária, torna esses atores, no seu devir relacional com o meio aquático, notáveis pescadores: desde muito cedo, na faixa dos cinco anos de idade, os meninos começam a participar, com seus pais, parentes e amigos, da arte da pesca, ajudando nas pequenas tarefas. (WITKOSKI, 2010, p. 293-4)

Essa concepção da divisão por gênero não é fixa. Não pode ser vista de forma cristalizada. O autor vislumbra um locus específico, a várzea e os ribeirinhos que lá vivem. A realidade geral não pode ser vista dessa maneira. A pesca engloba todo o trabalho dos pescadores e pescadoras.

Sabe-se que a atividade da pesca contém as mulheres numa certa divisão do trabalho, é claro. O homem fica com parte, diga-se, mais dura, com a captura, e a mulher com o trabalho anterior e posterior à captura, isto é, a preparação dos apetrechos, principalmente malhadeiras, e o preparo do peixe para comercialização ou outro destino. Isso ficou evidenciado, depois que os pescadores artesanais, no Brasil, após uma longa luta, conseguiram que o Governo Federal reconhecesse essas mulheres como pescadoras.

Existem movimentos só de mulheres na pesca. No estado do Amazonas, já foi realizado um encontro das pescadoras artesanais. Toda a família do ribeirinho participa da atividade da pesca, com menor ou maior intensidade. No entanto, o “pai de família” é aquele que desempenha os trabalhos mais pesados. É comum encontrar pescador artesanal que, diante da pergunta sobre com quem pesca, responde que pesca só com a sua mulher. Do mesmo modo, ao se interrogar a uma pescadora sobre com quem pesca, esta responde que ajuda o marido na atividade pesqueira.

O autor desenvolve o argumento a partir da constatação empírica em algumas regiões de várzea do Solimões, e se fixa na transmissão do conhecimento tradicional da atividade pesqueira. Nesse sentido, é razoável adotar a postura da divisão social do trabalho entre “coisas dos meninos”, ou seja, a atividade da pesca que aprende com o pai, e “coisas de meninas”, os afazeres domésticos que as cunhatãs aprendem com suas mães.

Hoje, porém, a atividade pesqueira, principalmente a pesca artesanal, envolve todos os membros da família, principalmente a mulher que ajuda seu marido no rio. Talvez a caça seja a atividade mais masculinizada que qualquer outra na região amazônica.

Nota-se, assim, a modalidade de pesca de subsistência, no MRN, de modo que Witkoski (2010) observou que, nas várzeas dos rios Solimões e Amazonas, é praticada primordialmente pelas famílias locais para seu consumo, e, quando a pescaria é boa, elas vendem o excedente. Os camponeses-pescadores geralmente trabalham próximos das suas casas, com barcos pequenos e utilizam caixas de isopor para armazenar o peixe. Assim, pode-se dizer que os locais de pesca utilizados pelos camponeses/ribeirinhos na Amazônia fazem parte de sua unidade de produção familiar.

Esse tipo de pesca é o mais comum em toda a Bacia Amazônica, e sua importância como provedora de proteínas e sustento das famílias que vivem às margens dos rios é

primordial na estratégia de sobrevivência do camponês/ribeirinho. Ela tem sua origem, como relatam os viajantes e naturalistas, nas tribos indígenas que habitavam as margens dos rios (VERÍSSIMO, 1970; SOBREIRO, 2007; SILVA, 2003). Assim,

[...] este tipo de pescaria é desenvolvida por pessoas residentes em zonas rurais, geralmente chamadas de ribeirinhos, ou indígenas, que pescam de forma tradicional e cotidiana, sendo, também, praticada ocasionalmente pelos moradores das pequenas cidades da Amazônia, [...]. As embarcações utilizadas são pequenas, podendo ser motorizadas ou não. A pescaria acontece geralmente próximo à morada do pescador e tem como finalidade a alimentação do grupo familiar. (SOBREIRO; SOUZA; FREITAS, 2006, p. 17)

O ribeirinho envolvido nessa modalidade de pesca é considerado pescador de subsistência. Muito comum em toda a Bacia Amazônica, o pescador de subsistência é definido como aquele que pratica a pesca de peixes comestíveis para consumo próprio, com meios próprios, porém dividem seu tempo entre a pesca e outras atividades, como extrativismo e/ou agricultura: “estes são essencialmente rurais e eventualmente podem comercializar e/ou trocar o pescado dentro da própria comunidade, com moradores próximos a ela [...]” (SOBREIRO, 2007, p. 25) Os apetrechos utilizados na pesca de subsistência são basicamente a malhadeira e a zagaia.

O apetrecho de pesca predominante é a malhadeira, em face da facilidade de uso por uma única pessoa e pela possibilidade de desenvolver outras atividades como a agricultura, enquanto a rede permanece armada. Explora uma grande diversidade de espécies, com predominância de espécies que habitam os lagos de várzea. A diversidade das capturas é maior nas épocas de cheia e vazante do que nas épocas de seca e enchente, provavelmente devido a maior disponibilidade de *habitats* para os peixes que passam a explorar as matas alagadas, além da área aberta do lago. (RIVAS et al, 2011)

De acordo com Silva (2003, p. 81), os apetrechos de pesca mais usualmente utilizados por esse tipo de pescador no MRN são o caniço, a linha comprida, o espinhel, a pinauaca e armadilhas fixas (Tabela 2). Barbosa; Freitas (2006) e Sobreiro et al (2006) relatam que, no MRN, essa modalidade de pesca é a que mais utiliza apetrechos, como por exemplo, cacuri, caiá, matapi de cachoeira e de igapó, arco e flecha, zagaia, arpão, puçá, malhadeira, tarrafa, espinhel, grozeira, linha de mão, caniço, (pesca de subsistência e pesca artesanal comercial).

Tabela 2 - Apetrechos de pesca utilizados por pescadores no MRN

Apetrecho	Descrição
Arpão	Ponta metálica bidentada fixa numa haste de madeira, semelhante à zagaia, utilizado para capturar animais grandes.
Cacuri	Armadilha fixa confeccionada com fibras naturais de palmeiras e cipós.
Caniço	Linha e anzol, com chumbo (<i>poita</i>) ou não, presos numa haste de madeira flexível.
Espera	Linhas individuais com anzóis penduradas em árvores na beira do rio ou no igapó para captura peixes lisos e quelônios.
Espinhel	Conjunto de 25 a 100 anzóis ligados por uma linha de náilon, separados de 20cm, suspensos na vegetação do igapó.
Fogueteiro	Haste com linha e anzol fixa no solo, captura animais que se alimentam no litoral do rio à noite, usado na captura de peixes lisos.
Jaticá	Instrumento pontiagudo de metal preso a uma haste de madeira; usado para capturar animais atraídos por anzóis iscados e presos num isopor (camorim) ou fixados a uma haste de madeira (baliza).
Linha comprida	Linha de náilon com anzol.
Malhadeira	Malha de 45 a 80mm para captura de peixes médios, e 80 a 300mm para peixes grandes e quelônios; colocadas em lagos, rios ou “ressacas”.
Matapi	Armadilha fixa consistindo num tubo longo com um funil interno, com uma ou duas entradas ou “bocas”, construída com fibras naturais.
Mergulho	Captura direta de quelônios no igapó, lagos ou tabuleiros.
Pinauaca	Pano vermelho usado como isca, preso à linha e anzol.
Viração	Captura de quelônios nos sítios de nidificação (tabuleiros).
Zagaia	Tridente de metal preso a uma haste de madeira (2,5m), usado com holofote nas pescarias noturnas para captura de peixes que descansam perto da superfície entre troncos e galhos submersos no igapó.

Fonte: SILVA, 2003

O indivíduo que pratica essa modalidade de pesca enquadra-se na caracterização de pescador polivalente, de acordo com Furtado (1993); pescador-lavrador, segundo Petrere (1992); pescador ribeirinho, seguindo a tipologia de Parente (1996); ou, ainda, pescador interiorino, na acepção de Barthém (1992).

2 PESCA E PESCADORES DE BARCELOS

2.1 PESCA ARTESANAL COMERCIAL DE PEIXE COMESTÍVEL

A pesca artesanal comercial de peixe comestível tem como principal objetivo a venda do pescado. Normalmente quem pratica essa modalidade de pesca são pescadores citadinos (FURTADO, 1993), que trabalham com barcos grandes e/ou canoas maiores que a dos ribeirinhos, da pesca de subsistência, e tiram seu sustento quase que exclusivamente dessa atividade. Exclusivamente porque se sabe que, no Amazonas, o pescador, mesmo o profissional e associado a uma colônia de pescadores, pratica outras atividades de menor importância para sua renda familiar.

Esses pescadores, em Barcelos, trocam de modalidade de pesca de acordo com o período do ano e segundo a conveniência financeira, ou seja, optam pela pesca que está sendo mais lucrativa. A área percorrida por esses pescadores, por utilizarem geleiros e/ou embarcações maiores, também é maior em relação aos pescadores de subsistência (BARRA; DIAS; CARVALHEIRO, 2011; SOBREIRO, 2007; SOBREIRO; SOUZA; FREITAS, 2006; SILVA, 2003).

Sobreiro; Souza; Freitas (2006) encontraram dois tipos de pescadores profissionais: o geleiro (pesca de grande impacto) e o pescador artesanal profissional em embarcações menores. Os autores também citam três tipos de embarcações: o barco pescador, com forte investimento em aparelhos de pesca, como redes e malhadeiras, e com pescadores profissionais; o barco pescador/comprador, com investimento moderado, pesca apenas em época favorável; e, por último, o barco comprador, cuja atividade é comprar os peixes dos ribeirinhos e vender na cidade, uma espécie de barco atravessador.

No entanto, nesta pesquisa de campo, que ocorreu entre dezembro de 2011 e janeiro de 2013, não se encontraram essas embarcações de grande porte, dedicada exclusivamente à compra de pescado dos ribeirinhos, mas somente barcos de pequeno porte e canoas tipo rabeta, ambas dedicadas à pesca comercial de peixe comestível.

2.1.1 De agricultor a pescador

Os pescadores artesanais de Barcelos, sejam eles pescadores artesanais de peixes comestíveis ou pescadores artesanais de peixes ornamentais, em sua grande maioria, originam-se do interior do próprio município, onde exerciam o recolhimento da seringa e a sorva, nas comunidades rurais, onde também exerciam a pesca de subsistência.

Nota-se, no entanto, uma nova geração de pescadores, filhos desses pescadores provenientes das comunidades do interior, que estão totalmente dedicados à pesca. Pode-se perceber a origem de alguns pescadores a partir dos diálogos abaixo:

Primeiro diálogo:

Pesquisador: Quando o senhor começou a pescar?

Pescador: Aos oito anos de idade.

Pesquisador: Seu pai era pescador?

Pescador: Não, meu pai nunca foi pescador [...] a minha família, meus irmãos, todos são pescadores, só tem um que não era. Não, meu pai era agricultor. Ele era roceiro [...] quando meus irmãos vieram [do interior do município], já vieram grande, eu não, vim com 12 anos, fui estudar.

Pesquisador: No interior eles trabalhavam em quê?

Pescador: Com a castanha, a seringa, a sorva, [era] muito pesado, quando viemos pra cá pra Barcelos, o emprego na cidade era [muito difícil], aí eles acharam melhor ir pra pesca. Os mais velhos começaram a pescar, aí a gente foi achou. Foi o tempo que eu trabalhei muito na mata ainda, trabalhei piaçaba, trabalhei seringa, trabalhei castanha, [...] eu saí da escola, terminava de estudar o ano, eu ia para mata cortar piaçaba, período de cortar seringa. Quando eu vim, aos doze anos de idade, todo mundo tinha o dinheiro mais fácil né, aí fui pescar, gostei, arranjava meu dinheiro mais fácil do que tá na mata ralando né. Aí continuei pescando, mas eu tou pescando porque a gente tem que pescar né [...]. Desde dos oito anos de idade que vivo na pesca, já estou cansando (B. N., 47 anos, facheador, trabalho de campo, 2012).

Segundo diálogo:

Pesquisador: O senhor sempre trabalhou na pesca?

Pescador: Com os dez anos de idade, mas depois fui trabalhar com outras coisas, com a sorva, com a borracha, castanha, piaçaba, essas coisas assim, aí depois eu larguei pra pescar, e estou com mais ou menos dez anos de pescaria. Só pesca.

Pesquisador: Por que resolveu ser só pescador?

Pescador: Porque é mais fácil que negócio de cortar sova é difícil, entra no igarapé só vai sair no outro ano. Às vezes você entra no inverno e aí trabalha o inverno todinho, e aí entra no verão, aí fica preso lá dentro, fica seco e não entra nem uma canoa pequena, fica empossado, só vai sair de lá no outro inverno, presta conta tudinho, aí eu disse isso aqui não dá certo, não tem

futuro, não compra nada, se acaba só em rancho, a mercadoria para lá é muito cara assim, não tem futuro.

Pesquisador: Vocês moravam no interior?

Pescador: No interior.

Pesquisador: Então a saída da sorva, da castanha entre outros, foi uma melhoria de vida?

Pescador: Foi, na pesca. Ixi, a vida melhorou muito. Porque a gente sai daqui segunda – feira né, eu passo duas semanas ai pescando, nós chega, ao passar dois, três, quatro dias, aí de novo, duas semanas, uma semana, chega o peixe ai tudinho, eu não tenho o comprador de peixe, eu vendo aqui para comunidade aqui, o pessoal de Barcelos mesmo, tem gente que não, leva para outra cidade né, São Gabriel, eu não vendo tudinho aqui em Barcelos (W. C. S., 58 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012).

Terceiro diálogo:

Pesquisador: Quando o senhor começou a trabalhar na pesca?

Pescador: Em 1986, trabalhava na mata, quebrava castanha, cortava sorva, piaçaba, parei para pescar.

Pesquisador: O que o motivou a pescar?

Pescador: Foi quando eu me mudei para cá. Minha família veio pra Barcelos.

Pesquisador: No interior, qual era a sua principal atividade?

Pescador: Era a castanha, a sorva e a piaçaba, eu cheguei para cá em 81, e aí eu ainda fui cortar piaçaba lá no Aracá. Aí já voltei e 1986 comecei a pescar.

Pesquisador: O senhor já começou a pescar como dono de barco?

Pescador: Comecei a pescar, o dono do barco era outro, eu pescava para ele (J. J. M. N., 55 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012).

Com a chegada desses agentes à sede do município, tornaram-se pescadores de tempo integral, porque enxergaram na atividade pesqueira uma oportunidade de ter uma renda melhor e mais rápida, bem como a possibilidade de trabalhar em um serviço mais fácil de realizar. A pesca, por mais que seja um trabalho árduo e exija muito do trabalhador, em comparação ao corte da piaçaba ou outra atividade extrativista, torna-se mais leve e de lucratividade maior.

Quanto à origem, identificam-se dois tipos de pescadores: aquele que vem de uma família de pescadores, em que o pai era pescador, e o filho seguiu na profissão; e outro, que, após um tempo trabalhando na piaçaba ou em outra atividade extrativista, viu na pesca a oportunidade de melhorar a vida e, assim, evitar o sistema de aviamento característico dessas atividades extrativistas no MRN.

No Município de Barcelos, encontram-se quatro tipos de pescadores que se relacionam diretamente a cada modalidade de pesca: o pescador artesanal na pesca comercial;

o pescador artesanal na pesca ornamental; o pescador turista, ou seja, pescador na pesca esportiva; além, é claro, do pescador de subsistência.

Em nossa pesquisa de campo, encontram-se duas modalidades de pesca comercial de peixe comestível: a pesca de geleiro e o facheado²¹, além de uma diferenciação entre os pescadores comerciais. Dessa forma, podem-se classificar os pescadores comerciais de Barcelos como pescador geleiro (pescador-proprietário, pescador-parceiro) e pescador facheador.

2.1.2 O gelador

O pescador gelador é aquele que trabalha em um pequeno barco carregado com isopor, freezers ou caixas e utiliza gelo para conservar o peixe durante a viagem, ou seja, pesca “gelando”, daí a denominação de gelador. Muitas vezes, os próprios pescadores, quando dizem “fulano agora está ‘gelando’”, fazem referência à pesca comercial de peixe comestível em barcos. A expressão “gelando” serve para diferenciar esse tipo de pescador do pescador que pesca facheando, o facheador, isto é, aquele que pesca à noite com zagaia ou malhadeira.

Os pescadores artesanais que trabalham “gelando” podem ser divididos em pescadores-proprietários, pescadores-parceiros e o atravessador, a quem chamam de patrão, que não chega a ser um pescador *strictu sensu*, porém, hoje, é parte essencial da cadeia produtiva da pesca artesanal de peixe comestível em Barcelos.

O proprietário é aquele pescador dono do barco. É o responsável por organizar toda a viagem (comprar o rancho, o gelo, o diesel, disponibilizar alguns apetrechos para pescaria) e convidar os pescadores-parceiros para compor a tripulação, além de negociar com o patrão o preço do peixe. Outra função sua é organizar a pescaria e as parcerias, isto é, no rio ele tem o trabalho de administrar, pesar e anotar em um caderninho toda produção diária de cada pescador.

Outra função importante e essencial do pescador-proprietário é conseguir, junto ao patrão, o vale, isto é, uma quantia em dinheiro que o proprietário disponibiliza aos pescadores-parceiros. Cada pescador, antes de sair numa viagem, quando casado, necessita deixar algum dinheiro com a família, por isso pede um vale ao proprietário do barco. Quando

²¹ “*Tatàtica* – Pesca à noite, chamado facheado e ainda Piraquirá ou piràkira – Pesca noturna, pelas margens com fachos (atualmente usa-se lanterna de bolso) a fim de atordoar os peixes adormecidos.” (MONTEIRO, 2010, p. 63) Em Barcelos os facheadores usam o farol (lanterna com bateria).

este não tem o dinheiro em mãos, recorre ao patrão, que, dessa forma, transforma-se em financiador da viagem.

O parceiro é o pescador convidado que entra apenas com sua força de trabalho e sua canoa rabeta. Este é o pescador propriamente dito, está na base da cadeia produtiva e tem que pagar o rancho, o vale, e o combustível que utiliza em sua rabeta. Para tirar o “seu”, o pescador proprietário, compra seu peixe abaixo do preço de mercado. Isso ocorre para ele poder “cobrir” a despesa com o rancho, o diesel e o gelo.

O patrão²², de certa forma, é aquele que dá suporte financeiro à pesca comercial de Barcelos. Ele é o grande atravessador, por isso também chamado, tradicionalmente, de patrão. Ele é quem dá o preço do peixe, estabelece que espécie pescar e também é o responsável por enviar o peixe para Santa Izabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

Na pesca de gelador, a duração da viagem, isto é, a duração da pescaria, depende muito do tamanho da embarcação, de sua capacidade e de forma de armazenamento, se usam caixa fixa, isopor ou freezer, bem como dos regimes das águas, como cheia ou seca, no entanto, em média, dura entre cinco e oito dias. Assim, são “oito dias, na média uma semana. Quando pega muito [peixe] vem mais rápido, quando tá difícil demora mais.” (J. J. M. N., 55 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012) Outro pescador ainda diz: “Passa mais de sete dias, dez dias quando é uma viagem completa [dura] sete dias, cinco dias. Eu passo uma semana aqui, aí saio de novo para pescar.” (C. P. C. B. N., 44 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Normalmente o desembarque de pescado ocorre aos sábados às margens do rio Negro, na frente da cidade de Barcelos, em um lugar conhecido pelos moradores como a “beira” (Figura 2). O custo da viagem vai depender sempre da duração, do número de tripulantes e do local onde ocorrerá a pesca, porém, o custo de um geleiro “grande” supera os mil reais, e seu maior custo é com o diesel.

²² Na seção que trata sobre o atravessador, aprofundaremos o papel desse agente dentro da cadeia produtiva da pesca artesanal em Barcelos.

Figura 2 - Beira (orla de Barcelos), onde os pescadores artesanais ancoram seus barcos



Fonte: Trabalho de campo, Barcelos, 2013.

Figura 3 - Pequeno geleiro, com freezer, realizando o desembarque de pescado na beira (orla)



Fonte: Trabalho de campo, Barcelos, 2013

Normalmente, o custo da viagem gira em torno de R\$ 1 mil reais, mas pode ir até R\$ 6 mil reais, como se pode perceber na entrevista de alguns pescadores do gelador abaixo:

porque a gente tem motor né, e a despesa é alta, porque a gente tem que pagar [...] porque tem que tirar a despesa, porque vem gelo, vem diesel, vem gasolina, vem óleo, vem a despesa do rancho né, tudo é por conta [do dono]. Toda a despesa a gente faz de três mil pra gente sair. [abastecer o barco, mais o vale do pescador fica] A base de uns 6 mil a gente sai. Esse negócio de rancho tudo é por conta do barco. A gente tira no *coiso* do peixe né. (C. P. C. B. N., 44 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

A pesca de gelador utiliza quase todos os apetrechos de pesca (Tabela 2), porém, a malhadeira e o espinhelão são as principais ferramentas de captura. A canoa, tipo rabeta, é bem utilizada, porque a pesca propriamente dita não ocorre no “motor”, este é o lugar de armazenamento, conservação do pescado e dormitório dos tripulantes, ela ocorre essencialmente na rabeta.

O pescador-parceiro sai pela manhã em sua canoa e retorna à tarde com o peixe capturado. É nessa fase que ocorre a pesagem do peixe, que o dono do barco anota em um caderno, para, depois, quando estiver na cidade, pagar ao pescador. “Eles pescam mais de zagaia, de anzol para pegar fera, pegar isca, botar o anzol na beirada, o peixe de escama na zagaia, cará, o pacu é de malhadeira, o surubim é na baixa da praia focando, quando vai pegar tucunaré.” (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

A malhadeira é o principal apetrecho do pescador de geleiro, e, com sua utilização, ele pode aumentar a produção e facilitar a pescaria. No entanto, a presença da malhadeira na pesca no MRN é recente, segundo o pescador: “Se pescava só de zagaia, naquele tempo, zagaiaando, ninguém usava malhadeira, e no inverno quando a água subia pescava de anzol, de espinhelinho. Hoje já facilitou muita coisa, já pesca de zagaia, espinhelão, malhadeira, todo material de pesca ainda pega.” (J. J. M. N., 55 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

A utilização da malhadeira foi introduzida no final da década de 1950, e sua difusão, nas décadas seguintes, foi de uma rapidez impressionante. A malhadeira passou a ser o principal apetrecho da pesca artesanal profissional, mesmo na pesca de subsistência. Na década de 1970, seu uso se intensificou na pesca embarcada, que tinha como objetivo abastecer o mercado consumidor de Manaus (CRUZ, 2007; PETRERE JÚNIOR, 1978). Cruz (2007) referiu-se à mudança na pesca dos camponeses-ribeirinhos da várzea amazonense com a introdução da malhadeira:

O aparecimento e a rápida proliferação da malhadeira na Amazônia, segundo os moradores, foi um fator determinante para a diminuição dos recursos pesqueiros disponíveis nos diferentes ambientes aquáticos. O uso desse utensílio possibilitou, aos camponeses – ribeirinhos, um maior poder de

captura, principalmente no ambiente lago, do que outros instrumentos utilizados até então. A facilidade de seu uso, inclusive em áreas de igapó, onde os peixes se refugiavam da captura, aliada a um aumento da demanda por peixe nas cidades amazônicas, impulsionou sobremaneira a pesca, sobretudo aquela realizada nos lagos. Esse novo instrumento foi adotado tanto nas pescarias executadas pelos barcos pesqueiros como por muitos camponeses-ribeirinhos. O resultado tem sido uma redução acentuada dos estoques pesqueiros, sobretudo nos lagos de várzea (CRUZ, 2007, p. 158).

Durante as entrevistas e conversas informais com os pescadores de Barcelos, sempre se perguntava sobre as mudanças ocorridas no trabalho da pesca nas últimas décadas, e os mais antigos sempre se referiam à introdução da malhadeira como uma mudança que revolucionou a forma de pescar. Nas palavras de um pescador, a vida com a malhadeira ficou mais “mansa”:

A diferença era bem pouca, porque naquele tempo a gente não tinha quase conhecimento, não tinha material pra pegar, sofria mais que agora, agora não a gente sofre mais pouco, na época, logo que nós chegemos aqui, não sabia pescar de malhadeira, tinha que ficar facheando no tempo do rio cheio, era sofrimento (...), agora não, nós já aprendemos a pescar de malhadeira, tempo da arribação pegar aracu, aí coisa fica mais mansa né. (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

O gelador, tal como o facheador, pesca o ano inteiro, mesmo durante o defeso. Isso acontece porque as espécies capturadas vão mudando de acordo com a cheia ou com a seca dos rios. Também porque algumas espécies, apreciadas pela população local, não são proibidas pelo defeso.²³

A pesca é condicionada pelo ritmo das águas e das cheias e secas dos rios e, dessa forma, baixa e alta temporada se relacionam com a subida ou descida dos rios. Nesse sentido, percebe-se que o pescador artesanal não usa o termo enchente, vazante, cheia e seca, ele se guia pelo nível das águas.

A gente consegue [enviar peixe para Manaus] quando é tempo de fera. Só para mês de maio e junho, aí leva direto de novo, a gente para de pegar fera no mês de maio, aí junho começa a pegar aracu, até novembro por aí, que para [...]. É porque tá cheio, tá difícil, é muita despesa grande, aí não tem como tirar, a gente pega muito pouco, então é melhor parar [...]. Quando começa a parar a água, começa a arribação de peixe e começa a melhorar. (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

²³ Discutir-se-á a questão do defeso no MRN, na terceira seção.

As espécies capturadas pelos pescadores artesanais de Barcelos são classificadas entre peixe liso, peixe branco e peixe preto. Hierarquicamente, o peixe liso tem o maior valor, seguido do peixe branco e, por último, o peixe preto. Essa divisão ocorre em razão da procura no mercado local e do gosto da população, bem como do preço. As espécies que constituem o peixe liso são o surubim e o fera, conhecidos como peixes de couro, já o peixe branco engloba o pacu, o aracu e a matrinxã. O peixe preto é constituído de todas as outras espécies, entre as quais o tucunaré (*cichla, spp.*).

O peixe preto, normalmente, é aquele que não tem saída na venda dentro do município. A classificação de uma espécie em peixe preto se dá em razão da pouca venda no município. O peixe branco corresponde àquelas espécies de qualidade média, preço razoável e as mais procuradas pelos moradores de Barcelos. O fera corresponde a algumas espécies de peixe liso, de preço alto.

Assim, o peixe preto são todas as espécies que não se enquadram nas outras categorias. Essa classificação não se relaciona apenas com o preço do peixe, mas com o gosto da população local, e até mesmo o preço se relaciona com esse gosto. É importante destacar a relação entre o gosto da população local e a atividade pesqueira. Uma vez que a população prefere determinadas espécies, os pescadores se esforçam para capturar essas espécies.

[O peixe branco é o] pacu, aracu, e a matrinxã. [o peixe preto é o] cará, tucunaré, traira, pirandira, piranha, jacundá, tem muito mais... outros tipos de peixe. [A fera é] só o filhote e o surumbim. Outro peixe liso não entra, só se for a piraíba. A pirarara já sai [dessa categoria], ela é [considerada] peixe preto, peixe que não tem saída. [...] Não, tem o primeiro e tem o segundo. O primeiro paga de quatro reais e o segundo a gente paga só de dois. O primeiro é em tamanho. De três quilos é de primeiro, dois quilos e meio já de segundo, aí o preço cai. O aracu, já é outro preço. O aracu a gente chama de peixe branco. O preço do peixe branco já caiu muito, né. (J. B. O., 39 anos, gelador, trabalho de campo, 2013)

O pescador de peixe comestível prefere pegar o peixe branco, que vende rápido. O peixe liso, o filhote, o surubim é mais caro, porém, de difícil captura para o pescador. Ele vende para fora do município, mas na cidade o mais valorizado é o pacu e o aracu, ou seja, peixes brancos. “Pega o tucunaré, o aracu, o cará, a fera, a gente chama a fera aqui é o filhote, peixe liso, o surubim, tudo isso a gente pega. (A espécie que dá mais lucro), hoje, é o surubim, o filhote, o peixe liso.” (C. P. C. B. N., 44 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Os pescadores entrevistados foram unânimes em dizer que preferem pegar peixe branco, pois este tem muita saída, isto é, vende fácil em Barcelos. Já o tucunaré,

normalmente, é pego em janeiro, porém, dizem, não compensa capturá-lo. Primeiro porque o morador local não consome tucunaré, ele prefere o peixe branco, e enviá-lo para outro município se torna caro e, para Manaus, é proibido.

Rapaz, é peixe branco, o pacu, agora tá no defeso, a gente só pega agora é fera é o peixe que estamos mais pegando. [As espécies mais capturadas] mais é o aracu, sem ser fora do defeso, aqui não tem a matrixã, o tucunaré a gente só pega mais um pouco em janeiro, mas também já alagando, já pega pouca quantidade. [A gente prefere] fera, surubim, o filhote, o peixe que tá melhor, a gente vende a cinco reais o quilo né. O tucunaré não compensa em pegar né, vender de um e oitenta o quilo não tem como, a despesa é muito grande, muito peixe e não dá nada (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012).

A quantidade do pescado nessa modalidade depende basicamente do tamanho do gelador e de sua capacidade de armazenamento. Conta-se em toneladas, no entanto, a arqueação dos barcos não ultrapassa três toneladas.

A gente pega umas quarenta toneladas, porque toda semana a gente chega com 600, 800, às vezes mil quilos [...]. Eles encomendam, e aí a gente precisa de dinheiro, a gente pega dinheiro. “rapaz me dá tanto aí pra gente sair”. Sempre que a gente pega esse vale, a gente paga com produto, né. (C. P. C. B. N., 44 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

A principal fonte de proteína do ribeirinho é, sem dúvida, o peixe, e, seguindo essa dinâmica, a dieta do pescador durante a viagem é constituída basicamente de peixe, pescado no local mesmo, e farinha, e algumas vezes carne de caça. O rancho, isto é, os produtos levados para alimentação dos pescadores é constituído de farinha, açúcar, café e algum tempero. “Não, é só farinha, café, açúcar, mas tempero a gente leva, temperar a comida né. Um ranchozinho de R\$ 400-500 reais, um tambor de 300 litros de diesel tá custando quase mil reais.” (J. B. O., 39 anos, gelador, trabalho de campo, 2013)

Eu gasto mais ou menos uns mil e pouco reais [numa viagem]. É despesa para abastecer o barco para sair. Passar duas semanas, comprar o *combustol* [combustível], o gelo, o rancho. A gente leva comida daqui só mesmo pra chegar até lá. Duas semanas [comendo peixe] assado, cozido, frito. [...] rapa, a gente caça pra comer, tá cansado de comer peixe, aí mata uma paca e de noite come. (W. C. S., 58 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Podem-se diferenciar os barcos (Figuras 4, 5 e 6) utilizados pelo pescador gelador em três tipos: o barco com caixa fixa, com isopor e com freezers, no entanto todos utilizam gelo para conservar o pescado. O barco com caixa fixa é mais raro de se encontrar. Na realidade, os barcos têm a função de armazenar, transportar e servir como dormitório, pois a pesca em si é realizada em canoas rabetas. “Um barco, a diesel, tem 12 metros, de arqueação de três toneladas, mas a gente não usa tudo porque nós não tem vasilhames. [...] freezer, a gente usa quatro freezers mais uma caixa.” (C. P. C. B. N., 44 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Figura 4 - Barco geleiro que utiliza isopor para armazenar o pescado



Fonte: Trabalho de campo, Barcelos, 2013

Figura 5 - Barco geleiro que utiliza caixa para armazenar o pescado



Fonte: Trabalho de campo, Barcelos, 2013

Figura 6 - Barco geleiro que utiliza freezer para armazenar o pescado



Fonte: Trabalho de campo, Barcelos, 2013

No final da década de 1940 e início da década de 1950, começaram a aparecer, na região, os primeiros barcos de pesca, movidos a motores a diesel e com caixas de gelo acoplado na parte central dessas embarcações. No Estado do Amazonas, essas embarcações foram denominadas de “motores de pesca”, enquanto no Pará de “geleiras”. As inovações tecnológicas na pesca, sobretudo no transporte e armazenamento a bordo [...]. Este autor nos revela que no Estado do Pará a introdução do motor na embarcação, no final da década de 40, ocasionou intensa campanha contestatória por parte dos portugueses que então detinham o monopólio das geleiras de velas que transportavam o pescado”. Por outro lado, não há notícias, no Amazonas, de protestos conduzidos pelos portugueses, proprietários das poveras, com o surgimento dos barcos motorizados. Nesse Estado, tão logo os barcos de pesca a motores a diesel surgiram, as empresas de canoa a remo e à vela foram paulatinamente deixando de sair para as viagens, sendo, em seguida, desativadas. [...] Com o advento dos barcos motorizados para a atividade pesqueira, em substituição às poveras e das inovações que os acompanharam, houve mudanças significativas ao nível da produção e da circulação no setor pesqueiro regional. A introdução do motor permitiu aos barcos, um deslocamento mais rápido, possibilitando alcançar lugares de pesca até então não explorado pela pesca comercial intensiva, assim como um maior tempo de permanência nas viagens. Além disso, essa inovação tecnológica permitiu a utilização de embarcações maiores, tornando possível um aumento na capacidade de captura, permitindo, assim, uma certa regularidade de desembarque de pescado para os principais centros urbanos da região. Uma outra mudança verificada com a introdução do motor nos barcos ocorreu no processo de trabalho. Além do proeiro e do largador de rede, já presentes nas poveras e geleiras à vela, surgiram novas funções como a de maquinista, gelador, cambiteiro, motorista, cozinheiro, dentre outras. [...] Em Manaus, o crescimento da frota pesqueira, nas últimas décadas, foi significativo: passou de 135 barcos, em 1970, para aproximadamente 1.200, em 1991. Cerca de 80% dessa frota que desembarca na capital amazonense é composta de barcos de porte médio, 20 a 30 m de comprimento com capacidade entre 15/30 toneladas. (CRUZ, 2007, p. 154-5)

Os locais de pesca dessa modalidade são lagos, igapós e os canais do rio Negro e seus afluentes. Mais uma vez, o fator determinante na escolha dos ambientes de pesca, além da espécie a ser capturada, é o nível das águas. De acordo com o tipo de peixe que se vai pescar, os pescadores escolhem os locais de pesca, e essa escolha é determinada pelo nível dos rios.

Por que só dá peixe tucunaré, cara, peixe que o pessoal não gosta aqui. Na beira do rio não, da o pacu e o aracu. O verão mais é na beira do rio [...] e quando tá cheio, é no igapó... no verão, é com a malhadeira, já no inverno é com o espinhelinho [por causa do igapó]. (W. C. S. 58 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

A canoa rabeta também é uma peça fundamental nessa modalidade de pesca, pois é nela que ocorre a pesca propriamente dita. Cada pescador tem a sua e, caso não tenha, o dono do motor empresta uma. “Todo pescador tem rabeta. É uma despesa muito grande, a gente vamos comprar o rancho, tudo por minha conta [...] só o que eles compra de lá de mim é só a gasolina mesmo, a gasolina eles pagam, é por conta deles.” (J. B. O., 39 anos, gelador, trabalho de campo, 2013) Essa gasolina é utilizada pelo parceiro em sua canoa rabeta. A tabela 4 sintetiza de modo esquemático as características da pesca de gelador:

Tabela 3: Síntese das atividades do pescador gelador

O gelador	Apetrechos/material	Zagaia, malhadeira, anzol (espinhel/espinhelão), farol (holofote), bateria, isopor, gelo e canoa tipo rabeta, além é claro do motor (pequena embarcação a motor a diesel).
	Espécies mais capturadas	Pacu, aracu, tucunaré, cará, fera, piranha, filhote, entre outras.
	Horário da pesca	Dia e noite, dependendo da espécie a ser capturada.
	Quantidade do pescado estimado por viagem	Depende do tamanho do motor, vai desde 400 quilos até uma tonelada.
	Custo da viagem	Os barcos maiores gastam acima de mil reais, fora o vale que o proprietário dá ao pescador-parceiro.
	Duração da viagem	De cinco a oito dias.
	Período da pesca	Durante todo o ano, não importando se cheia ou seca.
	Número de tripulantes por embarcação	Entre quatro a dez pescadores, incluído o proprietário do barco.
	Locais de pesca	Principalmente nos igapós, lagos e canal central dos rios.

Fonte: Trabalho de campo, 2012

2.1.3 O facheador

O pescador facheador ou zagaiaador é aquele que sai para pescar nas primeiras horas da tarde e passa a noite pescando, voltando na madrugada do outro dia. Geralmente passam de um a dois dias.

Diferentemente de outros pescadores de Barcelos, entre eles o piloteiro e o pescador-parceiro, que não possuem os meios de produção, o pescador facheador é dono, tanto de sua rabeta, como de seus apetrechos de pesca. Ele é dono dos meios de produção e também do tempo de trabalho. Ele não foi alienado dos meios de subsistência.

O trabalho do pescador facheador tem caráter mais solitário, pois ele pesca normalmente sozinho, às vezes pesca em parceria com outro pescador e, no final da viagem, divide o lucro de forma igual. O pescador²⁴ em Barcelos pode tanto utilizar da zagaia, modo

²⁴ No que diz respeito à pesca tradicional no Amazonas, pescador “pode praticar sozinho, usando a tarrafa-balão, a flecha, o arpão ou zagaia, a linha comprida, o caniço, os engodos vários no tamanho e na forma, tanto quanto pode associar-se a outros pescadores e fachear, fazer batição, tapagens, tinguijada, dentro ou , fora das ‘águas redondas’ (lagos), nas cabeceiras dos igarapés, nos furos, igapós, nas águas correntes impetuosas (*ituarana*) ou nas paradas (*muiúna*).” (MONTEIRO, 2010, p. 21)

tradicional de fachear e de onde se origina o nome, quanto utilizar malhadeira, dependendo sempre da claridade da lua, isto é, quando a lua está mais escura, ele vai zagaia, quando está mais clara vai “botar” malhadeira.

Quando eu vou pescar é só de malhadeira, quando vou fachear é só fachear. Por isso que eu falo para o senhor que no período do escuro eu trabalho mais facheando, é o período que tá caindo agora a noite escura, vou fachear, aí fica mais ruim de pescar com a malhadeira. Aí quando está período bem claro, vou com malhadeira. (B. N., 47 anos, facheador, trabalho de campo, 2012)

A zagaia e a malhadeira são os principais apetrechos do pescador facheador, no entanto, nessa atividade essencialmente noturna, ele precisa utilizar outros materiais, como o farol, um holofote com bateria, além é claro, da canoa tipo rabeta, e do isopor, se for passar mais de um dia.

Nessa modalidade de pesca, não existe uma espécie de peixe que é mais capturada, mas todas que vão aparecendo são zagaia, “porque no fachear, a gente mata todo tipo de peixe, tá na água, a gente foca, é traíra, surubim, tucunaré, o que o cara vai enxergando, vai mata tudo.” (B. N., 47 anos, facheador, trabalho de campo, 2012) A exceção é quando eles põem malhadeiras, pois aí o peixe capturado depende do tamanho da malha, ou seja, existe malha para determinadas espécies.

O facheador não sai para pegar determinada espécie de peixe, ele sai pra pescar e pegar o que aparecer. Ao contrário do geleiro, que vai sempre com encomenda, e visando sempre às espécies mais rentáveis de boa venda. Por isso ele pega mais tucunaré, segundo alguns geleiros.

O facheador costuma sair em um dia e voltar no outro, e em algumas vezes, ele passa mais de um dia, quando, então, é preciso levar gelo para conservar o peixe fresco. Geralmente saem por volta do meio-dia e voltam na madrugada do dia seguinte, ou do segundo dia. “Às vezes não dá certo né, mas conforme as distâncias né. Se for longe, sai cedo da manhã.” (B. N., 47 anos, facheador, trabalho de campo, 2012)

Esse tipo de pesca ocorre sempre à noite, assim que escurece no rio. “Se for pra trabalhar a noite toda, a gente trabalha a noite toda e aí dá uma paradinha para gelar o peixe que pegou no período da noite, aí continua de novo, aí vai até cinco horas da manhã, aí encerra de novo, e vai para casa.” (B. N. 47 anos, facheador, trabalho de campo, 2012)

O tempo de pescaria é curto, e os pescadores facheadores não têm como conservar o peixe por muito tempo, pois o local de armazenamento é pequeno, normalmente uma ou duas

caixas de isopor, a quantidade do pescado capturado varia entre 20 quilos, em um dia ruim, e 150 quilos, em um dia bom. “Varia, tem lugar bom, tem vez que o cara pega cem quilos, cento e cinquenta quilos, tem canto que você não pega vinte quilos. Depende do local. Se pegar um local bom pega muito.” (B. N., 47 anos, facheador, trabalho de campo, 2012)

Uma vez que o tempo da viagem é curto, seu custo também é baixo, gastando-se, em média, R\$ 50,00 reais de gasolina, a maior despesa do facheador. Assim, “não é inferior a duzentos, se a gente pegar pouquinho não dá para cobrir, é despesa, a gente vai atrás do melhor, o peixe de primeira, por exemplo, se eu pegar cem quilos de peixe dá para pagar as contas e as despesas, sobra pouco, mais sobra.” (B. N. 47 anos, facheador, trabalho de campo, 2012)

O tucunaré, consumido na cidade de Barcelos, tem como seu principal pescador, o facheador, esse pescador artesanal que sai à tardinha e volta no outro dia com o peixe fresco, mais preferido pelos moradores, ao contrário do pescador geleiro, que passa a semana com o peixe no gelo. Esse pescador desenvolve sua atividade normalmente sozinho, porém, quando precisa colocar malhadeira, “quando tem lua”, vai de parceria com outro pescador. Esse tipo de pescador goza de certa autonomia, pois não tem patrão, e não é dependente de outro para ir pescar. Só fica à mercê do mercado, feito pelos pequenos atravessadores.

Atualmente, há muitos pescadores em Barcelos que pescam facheando. “Tem sim, toda noite eles vão e voltam. Sai de tarde umas três horas quando é quatro horas da madrugada estão aqui.” (J., geleiro, trabalho de campo, 2012) Nessa modalidade de pesca, como nas outras também, aparece a figura do atravessador, de outra forma, mas ele está lá, compra o peixe e vende pelo dobro do preço inicial.

Essa atividade propicia dinheiro todos os dias e independência, pois vendem seus peixes para os pequenos atravessadores, pessoas que comprem os peixes dos facheadores e saem vendendo nas ruas em porta em porta, ou se aglomeram em uma esquina da cidade para vender o produto.

Tabela 4 - Síntese das atividades do pescador facheador

O facheador	Apetrechos/material	Zagaia, malhadeira, anzol, farol (holofote), bateria, isopor, gelo e canoa tipo rabeta.
	Espécies capturadas	Pacu, aracu, tucunaré, cará, entre outras que aparecer.
	Horário da pesca	Essencialmente durante à noite.
	Quantidade do pescado estimado por viagem	Pega-se em média entre vinte a cem quilos de peixe.
	Custo da viagem	O maior custo da viagem é com a compra da gasolina. R\$ 50,00 reais de gasolina, mas o gelo.
	Duração da viagem	De um a dois dias.
	Período da pesca	Pesca-se nessa modalidade durante todo o ano, não importando se cheia ou seca.
	Número de pescadores	De um a dois pescadores.
	Local de pesca	Principalmente nos igapós e lagos.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

A primeira diferença entre o geleiro e o facheador está basicamente no tipo de embarcação que cada um utiliza. Enquanto o geleiro utiliza um motor e rabetas em suas pescarias, o facheador utiliza apenas canoa rabeta. Outra diferença marcante é relação de trabalho em cada modalidade de pesca. No barco geleiro há uma relação de parceria entre o pescador e o proprietário, já o facheador é um pescador mais solitário e, quando pesca em dupla, divide a produção meio a meio. Outra diferença é a venda do pescado, o facheador vende seu produto para pequenos atravessadores na cidade, enquanto o geleiro vende sua produção para o patrão, que a envia para outros municípios.

O patrão do geleiro também vende o peixe na cidade, principalmente peixe branco. Apesar de o facheador também utilizar a malhadeira em suas pescarias, seu principal petrecho é a zagaia, e isso o diferencia do gelador, pescador quase exclusivamente de malhadeira e espinhelão, que, antigamente, utilizava também a zagaia, porém, a malhadeira facilita a pesca de determinadas espécies, ao mesmo tempo em que aumenta a produção.

É oportuno e interessante observar aqui que, normalmente, os pescadores-proprietários só trabalham com pesca comercial, não desenvolvem outra atividade, porque o barco não pode ficar parado na beira. Já o pescador parceiro é mais flexível. Como não é o dono dos meios de produção, muda de modalidade pesca de acordo com o momento e a possibilidade de melhorar a renda. A migração maior ocorre da pesca comercial e ornamental para a pesca esportiva.

2.2 PESCA ARTESANAL DE PEIXE ORNAMENTAL

Ribeiro (2011) define espécimes ornamentais como quaisquer espécies de Organismos Aquáticos Ornamentais, isto é, quaisquer espécies predominantemente aquáticas que possam ser mantidas em cativeiro, em tanques, aquários,²⁵ lagos com fins estéticos, educativos ou diversão. “Em suma, qualquer espécie aquática pode ser considerada como ornamental, se for mantida para este fim.” (RIBEIRO, 2011, p. 11)

Os órgãos oficiais, Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), definem aquariofilia como o ato de manter ou comercializar, para fins de lazer ou de entretenimento, indivíduos vivos em aquários, tanques, lagos ou reservatórios de qualquer tipo. Ainda segundo os dois organismos, ornamentação é o ato de utilizar organismos vivos ou não, para fins decorativos, ilustrativos ou de lazer (INI, 001 de 03 de janeiro de 2012 – MPA/MMA)²⁶.

O comércio do peixe ornamental na bacia do MRN se estabeleceu desde a década de 1950 e se mostrou um comércio bem-sucedido e de grande importância para a economia do município de Barcelos, o principal polo dessa atividade.²⁷ A maioria dos peixes é exportada para países da Europa, Japão, Estados Unidos e Ásia. Esse comércio é de caráter sazonal, começa com a captura de peixes entre os meses de agosto e abril, tem como pico os meses de outubro a fevereiro, coincidindo com a época da seca (FERRAZ, 1999).

A captura de peixes para fins de aquariofilia na RMRN teve seu auge na década de 1970-1990. O *boom* de vendas levou uma grande parcela da população de Barcelos a se dedicar à pesca das espécies ornamentais. O transporte era feito de forma precária, mas, mesmo sem recursos, os pescadores levavam o peixe até Manaus e entregavam à empresa exportadora. Assim relata um piabeiro:

Logo que abriu essa venda de peixe, dava muito dinheiro, era muita gente de fora, a venda, era um absurdo de venda, não tinha, era o tanto que chegava vendia, logo que chegava vendia, a gente tinha dificuldade porque a gente não tinha material, não tou te falando que a gente fazia aqueles paneirinhos de cipó, igual um balaiozinho, aí metia os plástico dentro, aí virava a beira do plástico por cima aí já ficava com aquilo com o plástico fechado, e não tinha como [...] já levava pra Manaus nos paneiros, diz papai que eles

²⁵ O Japão, berço do aquarismo mundial, importa mais de USD 25 milhões de OAO por ano, e estima-se que uma em cada duas residências possua um aquário. De acordo com a APPA (2010), os EUA possuem 14 milhões de casas com aquários, totalizando mais de 180 milhões de peixes ornamentais (RIBEIRO, 2011, p. 11).

²⁶ Esta INI 001/12 lista 725 espécies de captura para fins ornamentais.

²⁷ Apesar de, nas entrevistas realizadas em dezembro de 2011, os entrevistados serem unânimes em dizer que essa modalidade de pesca está em decadência desde a década passada.

levavam antes, que levavam em baldes, não tinha aquelas latas de diesel, furada no meio, de querosene branco[?!] Limpava, tudo arrumadinho nas pratadeiras, daqui pra Manaus, lá do rio Jufari. Era assim, não existia caçapa, era em baldes ou paneiros de cipó (Figura 7)²⁸. (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Figura 7 - Paneiro de cipó, coberto por plástico ao lado de vasilhames



Fonte: Pesquisa de campo, Barcelos, 2013.

A comercialização das espécies de peixes considerados ornamentais no MRN deve-se à iniciativa do pesquisador norte-americano, Herbert Axelrod, que transportou pela primeira vez dez milheiros de cardinais aos Estados Unidos, em 1956,²⁹ e cujo nome foi dado à principal espécie ornamental de Barcelos, o cardinal *paracheirodon Axelrodi*. Com o sucesso de seu empreendimento, voltou e contratou 50 pescadores. Desde então essa atividade vem dinamizando a economia da cidade de Barcelos (PERES, 2003; PRANG, 2001).

Peres (2003) ainda salienta que Axelrod se associou a um grande empresário do comércio mundial de animais silvestres, Willi Schwartz, dando início à indústria do peixe ornamental no RMRN.

²⁸ Um cesto tecido de cipó e recoberto por plástico. “Paneiro (cofo, cesto). Também para camarões e caranguejos fluviais, quando forrados com pano. Já é de invenção do caboco.” (MONTEIRO, 2010, p. 103)

²⁹ “Neste momento o cardinal ingressou na comunidade científica sendo reconhecido como uma nova espécie de peixe e numa rede de agentes e instituições acadêmicas, exportadoras e hobbystas. Axelrod ficou famoso como o descobridor de centenas de espécies de peixes ornamentais impulsionando ainda mais este setor empresarial. Apesar de atribuir o mérito ao saber dos ‘índios’ e ‘caboclos’, poderíamos verificar aqui um dos primeiros registros na região de apropriação dos conhecimentos locais segundo a lógica do mercado sem beneficiar os seus depositários.” (PERES, 2003, p. 273)

Nos anos 1960 esta atividade se tornou tão importante, sendo comercializados outras espécies além do cardinal, que Anildo Macedo mandou construir uma pequena pista de pouso, onde se localiza atualmente o aeroporto da cidade, para facilitar o transporte dos peixes ornamentais. Nas duas últimas décadas a economia extrativista dos peixes ornamentais cresceu gradativamente com a queda dos preços de outros produtos da floresta como a balata, a sorva e a seringa, superando atualmente inclusive o corte de piaçava (PERES, 2003, p. 274).

Assim, para Chao et al (2001), “com o advento do transporte aéreo comercial, os peixes ornamentais se tornaram uma indústria extrativista alternativa a produtos extrativistas tradicionais, como piaçava e castanha do Brasil”, esses produtos eram a base da economia da RMRN. Segundo os relatos de Chao *et al* (2001), estima-se que, nas décadas que se sucederam (1960-1980), essa atividade pesqueira chegou a envolver direta ou indiretamente mais de mil famílias da Região do Médio e Alto Rio Negro e que

Barcelos é o centro da atividade de pesca de peixes ornamentais, e esta tem sido uma atividade econômica estável na região. É possível que haja uma correlação direta entre o crescimento demográfico na área, e a existência desta atividade extrativista, especialmente no que toca ao aumento da população rural (CHAO et al, 2001).

Ainda segundo Chao et al (2001), a pesca ornamental contribuía, no final do século passado, com 60% da renda dos pescadores em Barcelos e era a mais importante fonte de emprego e renda para a população ribeirinha (pescadores-parceiros) de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Assim:

Os peixes ornamentais (piabas), principalmente o cardinal e o acará-disco, constituem outra fonte alternativa de renda para uma parcela substancial (em torno de 1.000 mil pessoas diretamente envolvidas na atividade) da população indígena e ribeirinha; assim como o suporte econômico mais importante, responsável por 60% da renda municipal, de Barcelos. Esta atividade é a maior fonte municipal de arrecadação de impostos (Imposto sobre Circulação de Mercadorias/ICMS) para o Estado do Amazonas. Cabe observar que uma parcela considerável destes produtos (piaba e piaçava) não é registrada na coletoria estadual de Barcelos; deixando assim de pagar os impostos devidos. (PERES, 2003, p. 271)

Peres (2003) refere o peixe ornamental como o 14º produto de exportação do estado do Amazonas, em 2003, com uma receita em 1997 de U\$ 2.654,92. Tendo como principais

países importadores do peixe ornamental do rio Negro, Estados Unidos (25%), Alemanha (19%) e Japão (17%). Em 1999, Barcelos contava com seis empresas exportadoras: Aqua Amazon, Aquarium Corydoras Tetra, Prestige Aquarium, Talismã Aquarium, Turkey's Aquarium e Wild Amazon, todas com sede em Manaus e com representantes em Barcelos (PERES, 2003).

Atualmente, os pescadores relatam a presença de apenas três empresas. As outras estão falidas ou mudaram de ramo, pois o risco envolvido nesse empreendimento é grande devido aos cuidados necessários aos peixes para poder exportar. “Este é um ramo de negócios que requer para ser bem-sucedido um considerável investimento científico para criar tecnologias de manejo sustentável deste recurso aquático no seu próprio ambiente natural ou de reprodução em cativeiro.” (PERES, 2003, p. 272)

Em 2008, a empresa Turkys, de propriedade do senhor Acher³⁰, a maior exportadora de peixes ornamentais de água doce do Brasil, contava com um centro de captação de peixes em Barcelos e comercializava diretamente com os pescadores-atravesadores locais de peixes ornamentais. Nessa época, a viagem durava perto de uma semana de barco recreio. Tinha-se conhecimento de mais ou menos 800 pessoas envolvidas, direta e indiretamente, com o comércio de peixe. A Turkys contava com 35 funcionários em Manaus, que cuidavam da preparação do peixe para exportação (BOSCH, 2008).

As principais empresas eram: Aqua Fish, Prestige Aquarium, Aquaneon, K2, Turkys, J.A. Loureiro e Corydoras. Para estar apta a exportar peixes, a empresa precisa cumprir alguns requisitos, entre os quais o cadastro e autorização do Ibama, cadastro no Mapa, Suframa, Ipaam, e registro no MPA, CRV – AM, Serasa. Hoje os pescadores ornamentais de Barcelos falam em apenas três empresas, e comentam que o senhor Acher, proprietário da Turkys, faliu e não trabalha mais no ramo.

A pesca artesanal do peixe ornamental na RMRN, principalmente no município de Barcelos, já foi uma das atividades mais rentáveis. Hoje, para a economia local, segundo relatos de piabeiros,³¹ como os pescadores de peixes ornamentais mais antigos se autodenominam, essa atividade vem numa acentuada decadência desde a década de 2000. Eles relatam que não encontram mais compradores, ou que, muitas vezes, a venda do peixe ornamental não paga os gastos dispensados na sua captura.

³⁰ Em 2008, era considerado o maior comerciante de peixe ornamental do Brasil.

³¹ Piabeiro é uma forma geral de se referir ao pescador da pesca ornamental. Mais adiante se definirá cada pescador, segundo a função que desempenha dentro da cadeia produtiva do peixe ornamental.

A pesca ornamental não tem, hoje, a importância econômica de outrora na vida de Barcelos. É unânime entre os piabeiros a ideia de que a pesca está em decadência. Para afirmar essa realidade, levam em conta a grande redução dos pedidos e o fechamento de algumas empresas exportadoras. “Se ela (a pesca) aumentasse de novo, como era antes, era uma boa renda para cá.” (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012) Apesar de, no último ano, terem aumentado significativamente os pedidos, está longe de alcançar um patamar de antes. No final do ano de 2012, um piabeiro estava animado com os pedidos feitos.

Disseram que tinha melhorado, e estavam pedindo muito embarque. Tinha quatro a cinco embarques por semana. [...] Rapaz, já vinha uns três anos já. O cara ficava aí com peixe aí na rede e eles ao pediam não. Agora não, nem demora o peixe lá e já estão pedindo de novo. Se melhorasse 2013, como está esse finalzinho agora, seria bom (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012).

Com a diminuição do comércio de peixes ornamentais, o que se nota é que alguns piabeiros se voltaram para o “turismo”, isto é, para pesca esportiva, vendendo sua mão de obra para empresas de turismo e trabalhando como guia de pesca, os chamados piloteiros. “Acabou, meus colegas de profissão acabou, foi todo mundo trabalhar no turismo, quase, aí quando termina eles passam pro peixe ornamental, acabou o negócio aí.” (F. D. F., 70 anos, trabalho de campo, 2011)

Não ocorreram grandes mudanças nas formas e nos apetrechos de capturar o peixe ornamental. Nessas últimas duas décadas, também não mudou o tipo de apetrechos utilizados pelos piabeiros, pois eles continuam a utilizar o rapiché e o cacuri. “O material era o cacuri e rapiché que tinha. [...] É o merminho, não mudou o material não.” (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012)

Essa atividade tem conexão direta com o mercado internacional de pescado, e Manaus se tornou o ponto de partida para outros países.

[...] no entanto pouco se sabe sobre o impacto dessa pescaria sobre as populações de peixes, ou mesmo sobre os ecossistemas envolvidos [...]. No Estado do Amazonas, o comércio de peixes ornamentais chegou a gerar entre US\$ 2-3 milhões/ano, atingindo a terceira colocação dentre os produtos extrativistas do Estado, entretanto, nos últimos anos, em contradição ao crescimento que o setor apresenta mundialmente, essa atividade tem se retraído na Bacia do Rio Negro. (CEPAM, 2009)

Segundo os piabeiros entrevistados, o estoque de peixes nos rios e lagos da região não diminuiu. O que ocorreu foi uma queda drástica das exportações, e com isso, diminuíram as encomendas das empresas exportadoras: “Tem não, só a venda que caiu mesmo, mas a quantia de peixe tá do mesmo jeito.” (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012) “Trespassei do limite, peixe tem demais, se bem não tem é quem pesque, porque a venda caiu né. [...] o pessoal não vai pescar não tem venda, a venda caiu do Brasil.” (E. S. S. 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012)

Chao et al (2001) apontam alguns problemas para o comércio de peixes ornamentais no Amazonas, atingindo em especial seu principal polo produtor, o Município de Barcelos: a preocupação com a taxa de mortalidade e os métodos de tratamento dos peixes vivos durante o transporte nas cadeias de comercialização; a criação em cativeiro fora do centro de origem dos peixes ornamentais endêmicos da Amazônia; a preservação da biodiversidade dos peixes amazônicos e a sobrepesca; a falta de um programa de ordenamento e manejo da pesca na região; o desconhecimento da importância da atividade por parte dos governos estaduais e do Governo Federal.

Verificam-se, na pesquisa de campo, os reflexos dessas preocupações, tanto por parte dos piabeiros, quanto das autoridades locais, sobre o comércio de peixe ornamental. Para eles, o comércio de peixes ornamentais da RMRN se encontra em crise, principalmente porque os problemas não foram devidamente resolvidos, ou mesmo não se deu a devida atenção para esse setor da pesca artesanal do MRN.

Um dos problemas mencionados pelos pescadores e por outros agentes envolvidos com a cadeia produtiva do peixe ornamental foi a criação em cativeiro de peixes ornamentais endêmicos da região amazônica. Essa reprodução, com custos mais baixos, seria uma das causas da diminuição das exportações provenientes do extrativismo que ocorre no Médio e Alto Rio Negro. Segundo Ribeiro (2011, p. 18), já foi desenvolvida tecnologia para a criação em cativeiro de algumas espécies de peixes de água doce com fim de aquarofilia, entre as quais se encontram algumas espécies endêmicas do rio Negro.

Entre as espécies de organismos aquáticos ornamentais de água doce que possuem tecnologias viáveis de produção em cativeiro há mais de uma década, encontram-se: Guppy (*Poecilia reticulata*), Kingiuo (*Carassius auratus*), Acará-bandeira (*Pterophyllum scalare*), Plati, Espada (*Xiphophorus* spp.), Carpa (*Cyprinus carpio*), Acará-disco (*Symphysodon* spp.), Molinésias (*Poecilia* spp.), Barbos (*Puntius* spp.), Mexirica (*Europlus maculatus*), Beta (*Betta splendens*), Paulistinha (*Danio rerio*), Kribensis (*Pelvicachromis pulcher*), Peixe-paraíso (*Macropodus opercularis*), Tetra - preto (*Gymnocorymbus ternetzi*), Oscar (*Astronotus*

ocellatus), Colisas (*Colisa* spp.), Coridora-albina (*Corydoras* spp.), Tricogásters (*Trichogaster* spp.), Killifish *Aphyosemion australe*) (RIBEIRO, 2011, p. 20).

Entre as espécies de organismos aquáticos ornamentais de água doce, que possuem tecnologias viáveis de produção em cativeiro desenvolvidas recentemente, encontram-se: Rásbora-arlequim (*Trigonostigma heteromorpha*), Acará-severo (*Heros severus*), Acari-zebra (*Hypancistrus zebra*), Tetra-neon (*Paracheiroduon innesi*), Papagaio (*Cichlasoma* sp. híbrido), Pangassius (*Pangasius* sp.) Tetra-imperador (*Nematobrycon palmeri*), Uaru (*Uaru amphiacanthoides*), Aruanãs asiáticos, (*Scleropages* spp.), Tetra-pristela (*Pristella maxillaris*), Duboisi (*Tropheus duboisi*), Peixes-arco-íris (*Melanotaenia* spp.) (RIBEIRO, 2011, p. 21).

Para algumas outras espécies ornamentais, ainda não foi desenvolvida uma tecnologia para sua reprodução em cativeiro: Borboleta (*Carnegiella* spp.), Rodóstomo (*Hemigrammus rhodostomus*), Neon-cardinal (*Paracheiroduon axelrodi*), Jacundá (*Crenicichla* spp.), Acará-bandeira-altum (*Pterophyllum altum*), Ciclídeos-anões (*Apistogramma* spp.), Limpa-vidro (*Otocinclus* spp.), Panaque (*Panaque nigrolineatus*), Cascudo pepita (*Baryancistrus* sp.), Aruanã-prateado, conhecida no rio Negro como aruanã branca (*Osteoglossum bicirrhosum*) , Arraia-motoro (*Potamotrygon motoro*) (RIBEIRO, 2011, p. 21).

Como se pode perceber, entre as espécies com tecnologia desenvolvida e sedimentada, encontram-se algumas espécies da RMRN exportadas pelo município de Barcelos.

Uma grande ameaça a essa atividade é a produção em cativeiro dessas mesmas espécies (nativas do Brasil) por aquicultores de outros países. O neon-tetra (*Paracheiroduon innesi*) e a pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*) são espécies que deixaram de ser exportadas por países sul-americanos por serem produzidas por países asiáticos ou europeus. O neon-cardinal (*Paracheiroduon axelrodi*) já é produzido por aquicultores na Tchecoslováquia e Estados Unidos. O fato de 18 milhões de indivíduos dessa espécie serem exportados todo ano preocupa a indústria da pesca ornamental amazônica. (RIBEIRO, 2011, p. 17)

Isso faz acreditar na versão, muito difundida em Barcelos, de que a principal causa da decadência das exportações de peixes ornamentais é a reprodução em cativeiro em outros

países de espécies endêmica da RMRN.³² O autor salienta ainda que a reprodução de algumas espécies ornamentais onera muito o preço final para o consumidor. Assim, de acordo com Ribeiro (2010), a tecnologia do cardinal, principal espécie exportada pela RMRN, ainda se encontra em fase de desenvolvimento.

A ideia defendida por Chao et al (2001) e corroborada por piabeiros é que o peixe ornamental do MRN é farto e tem sua pesca sustentável, porém a demanda do comércio exterior diminuiu bastante, como mostram os relatos a seguir:

[...] o Atauí [rio local, afluente do rio Negro], eu tenho mais de trinta anos pescando lá, quando eu cheguei em 1971, eu cheguei aqui eu fui direto para esse Atauí e lá a gente tinha fartura disso, tinha abundância, eu conheço tudo lá, e a gente pesca muito lá, quando foi ano passado, eu vou dizer ano passado já, foi bem ai, já passou o ano, no final nós estávamos lá, em abril nós estávamos lá, antes nós estávamos lá, a gente pescava cardinal, a gente pescava pra lá e vinha um pouquinho, deu a água, só um trouxe 900 caixas de cardinal, dessas daqui (apontando uma caixa branca que fica na sala, onde os piabeiros armazenam o peixe ornamental para transporte) se quisesse pegar um milhão de caixas pegava rapidinho de cardinal [...]. (F. D. F., 68 anos. Trabalho de campo, dezembro de 2011)

E assim,

O peixe ornamental sofreu. Até a dada de 1980 - 1995 o peixe ornamental era bom, tinha mercado, era um potencial danado, movimentava a economia de Barcelos, ai de lá começou a despencar o peixe ornamental [...]. É, tava melhor, porque assim, como você vendia muito, mas o preço era sempre esse, mas era um dinheiro que você ganhava, dava para fazer outra viagem, sei lá, sobrava, aquele pouquinho, você não ganhava dinheiro, mas tinha aquele movimento, aquela [...]. Você sabia que quando chegava o cara tinha o dinheiro, o cara pagava viu, hoje em dia não, é diferente, tem pouco peixe, o cara compra pouco peixe, você manda e não recebe, aí complica. (J. S. F., 46 anos, trabalho de campo, 2011)

³² “Devido à concorrência e exigência do mercado consumidor por novidades, o produtor precisa buscar sempre formas de redução de custo e valorização de seu produto, que neste caso, ocorre quando o produtor consegue fornecer uma nova variedade ou espécie. Os aquicultores de Cingapura produzem de sete a dez novas variedades comerciais por ano, que alcançam alto valor nos primeiros anos de comércio. O desenvolvimento dessas variedades só é possível graças ao domínio da reprodução da espécie e a um bom programa de cruzamento seletivo.” (RIBEIRO, 2011, p. 20).

2.2.1 A cadeia produtiva do peixe ornamental

Segundo o relatório do Centro de Pesquisas da Amazônia (CEPAM), 90% dos peixes ornamentais comercializados no mundo têm sua origem em sistemas artificiais de criação (CEPAM, 2009). Isso é facilitado pela não certificação do pescado posto no mercado mundial, pois peixe cultivado em cativeiro é de fácil acesso e tem custo moderado no mercado, além de diminuir os gastos com logística, já que esta exportação no Amazonas dificulta o comércio de peixes ornamentais e encarece o produto para o consumidor final.

O pescador acaba sofrendo o revés desse efeito do mercado, assim “pressão negativa (cai) sobre o preço que se paga ao pescador, todos os demais elos da cadeia produtiva devem se ajustar para propiciar um preço competitivo no mercado final, mas é sobre o pescador que o corte é mais profundo.” (CEPAM, 2009) Essa realidade pode ser constatada nos depoimentos coletados durante este estudo de campo com os piabeiros de Barcelos.

Anteriormente, o peixe ornamental era transportado até Manaus de motor; hoje, ele vai de barco recreio³³. “Peguei nessa época [...] ainda levei em *paneiro*, não levava em recreio. Recreio naquela época só tinha um que ia para Manaus.” (E. S. S. 42 anos, trabalho de campo, 2012) O tempo de viagem até Manaus durava cerca de uma semana, ou até mais, como assim relata:

Demorava muito, às vezes chegava de semana pra chegar em Manaus, de motorzinho né, chegava naquele largão dava uns três dias pra atravessar pra chegar em Manaus, o banheiro tando forte ninguém pode viajar, que senão balançou eles [peixes ornamentais] começam a passar mal, agora barquinho pequeno, e aí a gente custava muito chegar em Manaus [...]. Agora te digo mesmo, se tivesse naquela dificuldade o peixe ainda estava bom venda, porque a gente custava da uma viagem, e chegava com aquele tanto, aquele pouco, porque tudo que abastece cai (se referindo a grande quantidade de peixe que chega, hoje em Manaus e que faz o preço cair, e antes como era mais difícil a aquisição de peixe, o preço era melhor). Agora se for possível, todo dia chega peixe em Manaus, porque é muito recreio, é rápido, toda semana ta aqui levando, se tivesse venda de peixe, toda semana ia peixe. (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Ferraz (1999) sistematizou e explicou o trajeto da captura do peixe ornamental na bacia do rio Negro até sua exportação em cinco etapas distintas. Na primeira etapa, de captura e de armazenamento, os peixes são pescados e transportados em pequenas canoas para os

³³ Os barcos recreios no Amazonas são os barcos que transportam os passageiros de diversas cidades do interior do estado para capital, considerados os ônibus interurbanos da Amazônia.

tanques, lugares onde ficarão à espera do comprador/atravessador, classificados por tamanho e espécie. Nesse período de manutenção, os peixes sofrem com a densidade variável da água, com certo tempo de fome e com a ação de predadores, como aves, peixes, répteis, pois esses espaços normalmente ficam nos rios. Nessa etapa, esses lugares de armazenamentos não podem ser limpos com regularidade, o que diminui a qualidade da água.

Na segunda etapa, os peixes são levados pelos pescadores ou atravessadores para as áreas de armazenamento dos exportadores. Esse trajeto dura aproximadamente 12 horas, o que torna as condições de transporte difíceis, pois os peixes são armazenados em tanques de plásticos, com densidade variável da água. Embora, nesse ínterim, os pescadores renovem a água e removam os peixes mortos, os sobreviventes ficam expostos à baixa ventilação, aos gases do motor do barco, entre outras condições precárias.

Na terceira etapa, os pescadores entregam a remessa de peixes em Barcelos. A recepção desses peixes é feita em flutuantes (Figura 18), na orla da cidade. Ali é feita a triagem dos peixes por tamanho e espécie, e eles são armazenados em caixas para transportes. Ocorre troca periódica da água e constante remoção dos peixes mortos. Os peixes sobreviventes podem ou não ser mantidos em tanques no rio ou em caixas de transportes ou podem, ainda, permanecer nos barcos dos pescadores. O armazenamento das piabas por muito tempo se torna difícil, dependendo do pescador ou da empresa.

Na quarta etapa do processo da pesca do peixe ornamental, os peixes são transportados para Manaus, com destino aos principais exportadores. Esse transporte é feito de barco e dura de dez a doze horas, porém, na época da seca, o trajeto pode demorar mais. Quando nessa situação, é feita mais uma vez a troca de água, que se deteriora rápido com o aquecimento e fumaça do motor.

Na quinta e última etapa, ocorre a exportação. Nessa fase, já em Manaus, os peixes são recebidos pelo exportador, que logo faz nova triagem por tamanho e espécie, colocando-os em quarentena. Ocorre mais uma vez o armazenamento com novo tratamento profilático, verificação das condições da água, melhoria da dieta dos peixes e, finalmente, a preparação final para a exportação (FERRAZ, 1999).

2.2.2 O trajeto do peixe ornamental hoje

Não existe barco apropriado para o transporte do peixe ornamental. Esse transporte é feito em barco de linha e é bastante demorado, o que ocasiona muitas mortes de peixes, pois eles seguem em bacias, e a água não é renovada durante o trajeto, que dura de 30 a 40 horas,

dependendo do barco, condições em que a oxigenação é significativamente diminuída. Ademais, eles ficam em meio aos passageiros, que, por curiosidade ou descuido, colocam as mãos nos vasilhames.

Pode-se assim resumir o trajeto do peixe ornamental, desde sua captura até o aquário em Manaus: o pescador-parceiro captura o peixe nos rios do interior do município, leva o peixe para cidade e o entrega ao pescador-atravessador. O pescador-atravessador avalia se o peixe está em condições de ser enviado ao aquário em Manaus. Caso o peixe esteja magro ou fraco, ele permanecerá alguns dias em um viveiro improvisado nas margens do rio Negro (Figura 12). Depois de alimentados e recebidos os devidos cuidados, os animais são colocados em “bacias” (vasilhames de plásticos) e embarcados em um barco recreio, que faz o trajeto Barcelos – Manaus (Figuras 8 e 9), viagem que demora aproximadamente 30 horas. Em Manaus o peixe é entregue à empresa exportadora.

Figura 8 - Pescador ornamental preparando o peixe para enviar a Manaus



Fonte: Pesquisa de Campo, Barcelos, 2012

Os pescadores/ atravessadores, antes de enviar o peixe à capital, tiram uma nota fiscal no posto da Secretaria Estadual Fazendária (SEFAZ/AM), uma guia de transporte, que garante a procedência do peixe. A nota que o pescador/atravessador tira na SEFAZ é feita em seu nome, usando seu cadastro, no entanto, o custo é de responsabilidade da empresa exportadora. Isso ocorre porque o pescador é considerado o dono do peixe, e ele é quem está enviando para empresa, em Manaus.

Depois de receber os peixes dos pescadores do interior, o atravessador os coloca nos viveiros localizados às margens do rio Negro, em frente à cidade de Barcelos. Os peixes permanecem alguns dias nesses viveiros, onde são alimentados e ficam “descansando”, e só depois são enviados a Manaus. Essa medida é necessária para que o peixe, bem alimentado, fique forte e aguente o trajeto até seu destino na capital.

Só ficam aqui quando eles estão magros ele. Vai engordar, quando eles veem magro na bacia, aí você conta os dias e coloca comida, lá na rede. A rede que eu chamo é um depósito que a gente tem no rio mesmo (no outro lado do rio que passa em frente à cidade de Barcelos, rio Negro). [...]. Aí eu dou a ração para eles. Quatro vezes por dia. (J. N. G. B., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Pela descrição do procedimento da pesca do peixe ornamental no MRN, desde a captura até a exportação, percebe-se uma estreita relação entre essa modalidade de pesca e o mercado externo. Quando as condições econômicas desse mercado se alteram, modificam-se as condições de trabalho dos piabeiros. Por isso, muitos piabeiros de Barcelos alegam que estão migrando da pesca ornamental para a pesca comercial, ou estão se tornando guias de pesca, porque a pesca ornamental já não tem condições de sustentar suas famílias.

Figura 9 - Embarque do peixe ornamental em barco recreio



Fonte: Trabalho de campo, Barcelos, 2012.

2.2.3 Caracterização dos pescadores ornamentais

O pescador ornamental se divide em pescador da cidade, nas categorias de pescador/atravessador ou pescador-parceiro, e pescador do interior, como pescador-parceiro. O pescador ornamental da cidade mora na sede do Município e, normalmente, passa em pesca de um a dois dias. Sua rotina é sair pela manhã e voltar à tarde, às vezes dorme no local e volta no outro dia. Ele pode ser também um pescador/atravessador, aquele que negocia com os aquários e faz as encomendas aos pescadores do interior e aos outros pescadores da cidade. O pescador ornamental do interior mora e trabalha nas comunidades rurais. Em sua maioria, são camponeses ribeirinhos, com prática de pesca de subsistência. Não são pescadores de tempo integral, quais os citadinos.

Tabela 5 - Síntese das atividades do pescador ornamental

Pescador ornamental	Apetrechos/material	Rapiché, cacuri, puçá, ³⁴ rede, canoa tipo rabeta, e motor.
	Espécies capturadas	São dezenas de espécies ornamentais do rio Negro
	Horário da pesca	Durante a noite e dia, depende da espécie a ser capturada
	Quantidade do pescado estimado por viagem	É por milheiro, depende do pedido do aquário.
	Custo da viagem	Difícil quantificar.
	Duração da viagem	De um a sete dias.
	Período da pesca	Pesca-se nessa modalidade durante todo o ano, não importando se cheia ou seca, mas o período da alta temporada vai de agosto a abril.
	Número de pescadores	De um a dois pescadores, normalmente pescam sozinhos.
	Local de pesca	Igapó, Igarapés e lagos.
	Tipo de Embarcação utilizada	Barco (motor) e rabeta

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

2.2.4 Os apetrechos utilizados pelos pescadores ornamentais

Os apetrechos utilizados nessa modalidade de pesca são, basicamente, armadilhas, e as principais são o cacuri, o rapiché (Figura 10), o puçá e a rede. No entanto, para a captura de algumas espécies, a exemplo do Acará-disco, os pescadores costumam utilizar o puçá com o auxílio de uma lanterna, que se torna essencial, já que a captura dessa espécie ocorre à noite.

A introdução dessas novas armadilhas, como o cacuri, aumentou a produtividade dos pescadores e a captura do ornamental. Quando se iniciou a atividade de pesca ornamental, o principal apetrecho era o rapiché. “Não, com o cacuri não, porque a gente só pegava na seca,

³⁴ “Palavra indígena que significa ‘que colhe’, colhedor. É uma pequena rede auxiliar, em forma de coletora de insetos, presa a um círculo de cipó e com cabo mais ou menos longo, conforme o emprego. Se for para coletar peixes nas beiradas ou corredeira, o cabo é mais longo; se for para retirar peixe dos engodos ou tarrafas é pequeno.” (MONTEIRO, 2010, p. 101)

porque tava com a beira de fora, com o cacuri não, a gente mete ele lá no fundo ele vai, senti a coisa da isca, ele (o peixe) vai chegando né. [...] quem pesca com cacuri, o cara não acompanha ele no rapiché não.” (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012).

Figura 10 - Rapiché à direita; peneira à esquerda



Fonte: Trabalho de Campo, Barcelos, 2012.

Não ocorreram grandes mudanças nas formas e nos apetrechos de capturar o peixe ornamental. Também nessas duas últimas décadas não mudou o tipo de apetrecho utilizado pelos piabeiros, que continuam a utilizar o rapiché e o cacuri.

O rapiché só usado só quando seca muito, aí [...], porque o cacuri no limpo ele não é nada não, colocou ele no limpo nenhum peixe entra ali, porque ele não gosta, o limpo é igual uma praia, que não tem mato, que não tem rama, que não tem os troncos, que não tem aquela escuridãozinha, que eles gostam do escuro, da sombra [...], o cacuri gosta mais da sobra, se tiver claro o peixe não entra, tem que usar na sobra, mais ele no meio cerrado para ele é melhor. (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Com o uso do cacuri³⁵, o pescador não só aumentou a produção, mas ganhou mais mobilidade em suas pescarias, melhorando assim a qualidade de vida no trabalho. “Deu mais liberdade, [pega mais peixe] e ainda dá pra você dá um sono. Ele fica lá, e aí você vai

³⁵ “Palavra tupi, que significa: caá = pua, madeira, vara; curi = tempo curto, sem espaço marcado.” (MONTEIRO, 2010, p. 65) Engodo para peixe.

despescar ele e pronto aí vai catar o peixe né, e no outro dia né, [...] deixa lá, vai buscar aí você já traz a comida.” (E. S. S. 42 anos, trabalho de campo, 2012)

O rapiché é utilizado para pegar algumas espécies, em especial o bodó e o cardinal, serve para pegar uma dúzia delas, mas não pega rodóstomo.

O rapiché, pega bodó, cardinal, outros tipos de peixes, só não pega rodóstomo. [...] o cacuri pega cardinal e rodóstomo, rosa-céu e neon. [...] o puçá, para pegar acará-disco. [...] Pegar os peixes com o rapiché é muito trabalhoso. O tempo da seca a gente usa o rapiché, porque ele tá muito, o peixe tá na beira, aí o cacuri não entra. Na seca, usa o rapiché; na cheia, o cacuri, e o puçá é no verão também, para o acará-disco, com puçá e lanterna. (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Podem-se pescar peixes ornamentais o ano inteiro, na cheia e na seca. O que realmente muda, de acordo com a subida ou descida das águas, é o apetrecho utilizado para essa pesca. Exemplo disso é a utilização de uma armadilha, chamada rede, que serve para pegar todo tipo de peixe na enchente. “E a armadilha, uma rede, com um funil no final. Ele [o peixe] entra e não volta. É um viveiro, uma rede. Boca larga e fundo fino. Para pegar variedades de peixe na enchente.” (E. S. S. 42 anos, trabalho de campo, 2012)

2.2.5 A pesca do peixe ornamental

A pesca do peixe ornamental pode ser realizada durante o dia ou à noite, dependendo sempre da espécie a ser capturada. Por exemplo, a captura do o acará-disco é feita à noite, de puçá e com a ajuda de uma lanterna; já ao pesca do bodó é feita em lagos, durante o dia, com rapiché, como se vê na Figura 11.

Figura 11- Pescador ornamental utilizando o rapiché na pesca do bodó em lagos



Fonte: Trabalho de Campo, Barcelos, 2012.

A pesca ornamental é uma atividade marcadamente solitária. “É se você tiver parceiro, companheiro de pescar vai, senão você pesca sozinho.” (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012) É uma atividade desenvolvida tanto por homens quanto por mulheres, como em algumas comunidades do Município de Barcelos. Ela ocorre durante todo o ano, mas se intensifica no mês de abril e diminui no mês de agosto.

O período a que os piabeiros mais se referiam como alta temporada do peixe ornamental foi de agosto a abril, com uma rápida parada durante o mês de dezembro, para festas do final de ano.

A pesca do peixe ornamental para em abril, porque, segundo os pescadores, fecha a exportação na capital, isto é, as empresas exportadoras param de fazer pedidos aos pescadores atravessadores. São normas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). “Não, é o Ibama que manda fechar. Vem a licença para eles (aquários de Manaus), até esse mês, aí agosto manda fechar.” (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012)

Essa parada só vale para algumas espécies, principalmente para o cardinal, no entanto, os pescadores, com menor regularidade, continuam pescando outras espécies, entre as

quais o borboleta, o rodóstomo e outros que não estão entre as espécies proibidas, caso haja encomenda por parte das empresas.

Tal qual a pesca comercial de peixe comestível, a pesca ornamental acontece o ano inteiro. Aqui vale salientar o que foi repetidas vezes enunciado pelos pescadores de Barcelos, a saber, que o defeso para o rio Negro não condiz com a época da desova do peixe. A pesca de peixes ornamentais ocorre nos lagos, igapós, nos rios e seus afluentes, dependendo sempre da espécie a ser capturada. Pode ser nos rios de água preta ou nos de água branca. Não há preferência por locais específicos de pesca, mas, normalmente os pescadores evitam o canal central dos rios, pois dizem que não dá peixe.

Eu pesco no [rio] Demeni, no itu, no cuini. [...] Água preta, mesmo e o Demeni de água branca, lá só dá bodó. Dá bodó, dá tui, dá rosa-céu, dá epistograma, dá o neon, mas o neon ele dá na água limpa, ele não dá na água clara. [...] Rapaz, a gente... em lago é mais pouco, mais é no igapó. Porque quando tá no inverno, agora no verão não, mais nos lagos às vezes cai muito. (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

O nível da água é sempre a baliza da pesca nos rios da Amazônia. Ela determina a escolha dos locais de pesca e o tipo de peixe a ser capturado e é referencial tanto para pesca comercial quanto para pesca esportiva e ornamental. Em Barcelos, a cheia e a seca são determinantes na vida dos pescadores³⁶. Existem quatro períodos identificados dos níveis das águas, a saber, a cheia, a seca, a enchente e a vazante. No entanto, nos relatos dos pescadores, a referência é apenas à subida e descida dos rios, ou cheio e seco.

Um fator de grande importância nos rios da Amazônia central diz respeito aos pulsos de inundação, isto é, às grandes variações do nível das águas, entre 8 a 15 m entre os períodos de seca e cheia. Essas variações, embora decorrentes de um processo quase contínuo de subida e descida das águas, determinam quatro fases distintas, a saber:

³⁶“Como todas as atividades desenvolvidas pela unidade de produção camponesa da várzea – agricultura, criação e o extrativismo (vegetal ou animal) – a pesca, como atividade extrativista, também obedece aos imperativos da natureza, isto é, não pode ser desenvolvida sem levar em consideração o ciclo das águas. Podemos dizer, portanto, que as águas definem os momentos de se realizarem todas as atividades do camponês – inclusive a pesca. [...] Na atividade da pesca, pelo fato de a maneira de viver de seu trabalho serem inseparáveis das próprias águas de trabalho, a condição cíclica do tempo ecológico aparece com força ainda mais imperativa: o camponês pode pescar durante todo o ano, mas não há como deixar de observar, para o maior ou menor sucesso da atividade pesqueira, o período da enchente e cheia – julho a dezembro (estação do inverno) – e o período da vazante e seca – de agosto a novembro (verão). Inseridos na dimensão cíclica do tempo ecológico, os camponeses saem à pesca, na busca de um meio aquático que, na forma como percebemos, pode ser compreendido em termos de ecossistema, no qual a natureza desenvolve processos de produção e reprodução de espécies vivas – o que nos leva a afirmar a diversidade de ecossistemas e das espécies que cada um deles comporta.” (WITKOSKI, 2010, p 294-5)

Enchente: fase mais duradoura, entre dezembro e abril, quando a maioria das espécies forma cardumes e empreende migrações para desovar na boca de igarapés ou nas margens dos rios, sendo seus ovos e larvas carreadas pela correnteza para as áreas que começam a ser inundadas.

Cheia: fase de duração curta, entre maio e junho. É nela que os peixes desovados e os jovens recrutas, em fase de crescimento, se alimentam intensamente, aproveitando a farta oferta de frutos, sementes, raízes, folhas e invertebrados e outros alimentos proporcionados pela floresta inundada. Essa intensa atividade alimentar resulta na produção e no acúmulo de gordura e outras substâncias de reserva, as quais serão utilizadas nas fases seguintes, tanto para suportar as condições adversas do meio como também para elaborar os produtos gonadais que serão utilizados na fase reprodutiva seguinte.

Vazante: fase intermediária de duração, entre julho a setembro. Corresponde ao período em que os peixes se agrupam para abandonar as áreas da floresta que começam a secar, iniciando a saída pelas ligações do lago com o rio e, a partir daí, pelo canal principal, em movimento de dispersão ascendente.

Seca: fase curta, entre outubro e novembro. É nessa ocasião que os peixes se tornam mais concentrados, por causa do menor volume de água. Essa época é crítica para a maioria deles, tanto por causa da maior vulnerabilidade à predação, como pela depleção de oxigênio nos corpos d'água mais rasos e sob forte influência de material em decomposição.

Considerando a grande dimensão e os diversos gradientes geográficos que fazem parte da bacia, resulta que essas fases ou estações se dão em momentos distintos ao longo de sua área de abrangência. Trata-se, portanto, de um fator adicional e importante para a complexidade da diversidade ictiofaunística, bem como do comportamento dos peixes e da dinâmica das pescarias. (SANTOS; SANTOS, 2005)

Quando os rios estão cheios, e a captura do ornamental fica mais escassa, alguns pescadores se aventuram em outros municípios mais distantes, como Lábrea. “É porque aqui tá cheio e lá tá seco já. A gente pega corredora e limpa-vidro lá. Aí agosto tá fechado aqui, aí depois é que a gente chega pra cá pescar cardinal.” (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012) Assim, a complexidade da bacia Amazônica molda o fazer dos pescadores de seus rios.

A duração da viagem dos pescadores ornamentais é de acordo com o local de pesca escolhido, e esse local é escolhido dependendo da espécie a capturar. Muitos piabeiros se deslocam para muito longe, levam até 30 horas de viagem até o local de pesca e lá permanecem por mais de uma semana.

A viagem na pesca ornamental pode durar de um dia a uma semana. Alguns pescadores da cidade passam normalmente um dia, pescam nas proximidades da sede do município, porém há pescadores que passam uma semana ou mais. Esses pescadores podem ser tanto da cidade quanto do interior. O pescador atravessador vai até aos locais de pesca buscar o peixe e os pescadores-parceiros, que capturaram os peixes ornamentais e aguardam o seu recolhimento.

Esses pescadores, que passam uma semana no rio, guardam o peixe capturado no dia a dia em viveiro improvisado. Assim que chegam ao local da pesca, logo se preocupam em armar o viveiro para estocar o peixe. Passam uma semana pescando e estocando peixe em viveiros diferenciados para cada espécie capturada. “Os peixes ficam aprisionados em locais conhecidos como ‘depósitos de piabas’, espécie de currais aquáticos, instalados nos rios e igapós.” (PERES, 2003, p. 272)

Quando saem de Barcelos, já levam tudo preparado, desde o rancho até a ração do peixe, que permanecerá nos viveiros armados. O pescador/atravessador, que é o intermediário representante das empresas em Barcelos, recebe as encomendas e divide a quantidade da captura entre seus pescadores - parceiros.

Isso, aquela quantidade, né, porque tem um limite que eles pegam, porque de primeiro antes, agora não, eles já dizem o tanto – eu quero tantas caixas desses, tanta daqueles –, aí eu já mando pegar aquele tanto, antes, não, o cara levava o tanto que ele podia, agora não. Eles têm um limite já, do tanto que eles vão comprar. (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Figura 12 - Viveiros improvisados onde os pescadores ornamentais estocam os peixes capturados



Fonte: Trabalho de Campo, Barcelos, 2013.

No início da pesca, um barco motor (Figura 13) vai deixando os pescadores nos pontos de pesca. Eles montam acampamento e, depois de alguns dias, esse mesmo transporte volta e sai recolhendo os peixes e os pescadores. Quando os pescadores chegam com o peixe a Barcelos, o pescador/atravessador paga a produção, mesmo que não a tenha enviado ainda a Manaus.

Eles guardam no viveiro (figura 12) e cada qual tem seu material, e quando chegam lá, já vai armando [...], já na hora de embarcar passa pra caixa. [...] O pescador, ele tem deles, porque tem um motorzinho levando eles, cada qual anda com sua lonazinha. Ele arma a barraquinha dele e lá ele fica [...]. Isso, acampamentozinho, ele fica lá, e cada qual outro vai ficando noutro canto, e o motor vai embora, e quando vem baixando, o motor vem colhendo. [...]. Sempre ficam de dois em dois, mas ficam longe, quando não ficam só um. Eles passam a semana lá, duas semanas, passa até de mês, se for possível [...], quando chegam já montam o viveiro deles. Quando for pescar ele já deixa armado [...]. Não, sempre já chega na hora do recreio chega aqui, a gente só faz, quando que tá bem alimentado, a gente tem que ver se tá bem alimentado, se tiver bem alimentado vai, se tiver gordinho vai, se não tiver, a gente arreja aqui de novo, para alimentar uma semana aí é que ele vai. Isso, [...] porque agora numa seca dessa, até os peixe grandes estão magros, os outros grande não deixam ele comer mesmo. (E. S. S. 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Figura 13 - Barco motor que realiza o transporte do peixe ornamental do interior até a sede do município



Fonte: Trabalho de Campo, Barcelos, 2012

As empresas fazem os pedidos aos pescadores/atravessadores, que encomendam aos pescadores-parceiros da cidade ou do interior. Cada pescador/atravessador pode trabalhar com até 12 pescadores parceiros, de acordo com o tamanho da encomenda. Segundo relatos dos piabeiros mais antigos, antes alguns chegavam a trabalhar com trinta pescadores parceiros.

Essa quantidade de pescadores parceiros demonstra como a pesca ornamental era economicamente importante para o município. Se cada atravessador podia trabalhar com até trinta pescadores parceiros, então a renda era alta. Antes “era mais, eu conseguia subir daqui

pro Demeni com trinta pescador [...] era muito pescador, eu seu ribeiro aí eu nem sei quantos ele tinha.” (E. S. S., 42 anos, pesquisa de campo, 2012)

Era a renda maior do Município o peixe ornamental. Esse turismo, não chega nem a metade do peixe ornamental, era muito dinheiro que rolava aqui na cidade, muitos que não soube aproveitar, não foi que não ganhou dinheiro, é que não soube aproveitar [...]. (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Hoje, o pescador só desce o rio se houver encomenda. Caso contrário, ele procura outro meio de se ocupar. A encomenda é a garantia da venda do peixe. Às vezes, com encomenda, os pescadores ficam no prejuízo, pois a empresa não compra toda a produção. Em alguns casos, quando o peixe já está na orla de Barcelos, o pescador atravessador recebe o dinheiro da empresa, com o qual paga os pescadores parceiros. O pescador/atravessador é o fornecedor dos aquários, recebe a encomenda, passa para os parceiros, paga os parceiros e remete o peixe a Manaus, mas não é empregado da empresa.

O maior gasto do pescador ornamental está na confecção de suas armadilhas, ou seja, no material de seus apetrechos de pesca. Isso se dá porque o cacuri, principal armadilha, rapidamente se extravia em razão de os bichos arrebitarem durante a noite, a exemplo do jacaré, o cabeçudo e a traíra. Um pescador atravessador chega a fazer 50 cacuris por temporada.

Atualmente, em Barcelos, não há aquário ou empresa de exportadora. Todas as empresas são de Manaus, e os antigos compradores fecharam as portas em Barcelos, como o senhor Acher e o senhor Ribeiro. São três as principais empresas exportadoras de peixes ornamentais que atuam em Barcelos, a Tetra Corredora, Tabatinga Aquarium e Prestígio. Essas empresas exportam peixe o ano inteiro e, com isso, garantem empregos em Barcelos. No entanto, durante o ano, vão mudando as espécies capturadas. Há uma unanimidade entre os pescadores: todos pescam o ano inteiro, dependendo sempre dos pedidos feitos pelos aquários de Manaus.

Normalmente os pescadores preferem se dedicar à pesca ornamental, em que eles ganham mais, quando está boa. Esse pescador ornamental, e guia de pesca, diz que:

Isso mesmo, se a ornamental estiver bom, era a ornamental, nela a gente ganha muito mais que a pesca esportiva. [...]. Não, a pesca esportiva desgasta mais, você pega sol, e tem que ficar lá, na pesca ornamental não, você pesca na hora que quer. [...]. Isso mesmo, sai na hora que quiser, sai dez horas do dia, a pesca esportiva é mais complicado que a ornamental, sai seis horas da manhã e volta no sete da noite, às vezes mais. Porque a gente

depende do dono, botar regra no barco dele. Se ele disser que a partir desse ano, vamos trabalhar até cinco horas da tarde, a gente trabalha. Entendeu, e nosso trabalho de ornamental sai nove sete horas da manhã, o dia que quiser sair pra trabalhar a gente sai, no que não quiser a gente não sai. Essa é a questão. (J. D, 32 anos, trabalho de campo, 2011)

2.2.6 Espécies ornamentais

As espécies de peixes ornamentais da RMRN mais exportadas são os bodós –³⁷ cutia – (*Loricariidae* spp.), luminol (*Ancistrus* spp.), jauari (*Pseudocanthicus* spp.), entre outros – zebra, coridora (*Corydoras* spp.), neon (*paracheiroidon simulans*), cardinal tetra (*paracheiroidon Axeroldi*) (Figura 14), rodóstomo (*Petetella giorgiae*), borboleta (*Carnegiella mathae* e *strigata*), lápis (*Nannostomus* spp.), rosaceu (*Hiphessobrycon bentosi*), xadrez (*Dicrossus filamentosus*), Apistograma (*Apistogramma diplotaenia*), limpa-vidro (*Otocindus* spp.) arraia (*Patamotrygon* spp.), acará-disco (*Symphysodon discus*) acará-bandeira (*Pterophyllum altum*).

Figura 14 - Cardinal em aquário



Fonte: Trabalho de campo, Barcelos, 2013.

O bodó jauari, o bodó peconte, luminol, o cutia, zebra, corredora, neo, cardinal, rodostomo, borboleta, lápis, xadrez, epistograma, arraia, quando ta liberada [vários tipos] motora, aí vai eles vão, ver a cota lá, o Ibama libera, aí eles vão passar pra gente, aí parou, porque tem o prazo do limite da cota, né. (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

³⁷ Para uma lista mais completa, ver MPA/MMA INI 001/2012.

As duas espécies de aruanã, a preta (*Osteoglossum ferreri*) e a branca (*Osteoglossum Bicirrhosum*), por mais que sejam peixes ornamentais cobiçados pelos exportadores, não são liberadas pelo Ibama para exportação. Sabe-se, no entanto, que os países vizinhos ao Brasil, principalmente a Colômbia, exportam essa espécie de peixe.

Pediam sim, eles pedia era muito antes [...] mas agora ninguém vende, porque não passa, né fiscalização, e mesmo a gente não vai buscar, o cabra sabe que é proibido [...] eu não trabalho com peixe proibido, até porque os peixes que saem daqui, são tudo tirado nota na Sefaz, para poder ir tudo legalizado, eu mando no barco do recreio. (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Existem outras espécies entre as arraiaas que são capturadas por meio de cotas. Cada empresa cotista, depois de legalizada junto ao Ibama, envia para o pescador-atravesador em Barcelos.

Uma das espécies apreciadas pelos aquários são as arraiaas, ou raias, (*Potamotrygon spp.*). Os principais tipos de arraiaas encontradas na RMRN são: a arraia-motoro (*Potamotrygon motoro*), arraia cururu (*Potamotrygon sp.*), arraia-branca (*Potamotrygon shroederi*) e arraia nari nari (*Paratrygon arieba*).

Essa captura é regulamentada pela Portaria IBAMA/MMA nº 204, de 17 de julho de 2008, que estabeleceu normas, critérios e padrões para a exploração, com finalidade ornamental e de aquariofilia, de exemplares vivos de raias nativas de água continental, Família *Potamotrygonidae*. A forma de se capturar esse peixe é muito interessante e merece ser mencionada aqui. Para pegar os filhotes de arraiaas, é preciso capturar uma arraia adulta e prenhe.

Após a captura da arraia adulta, o pescador retira os filhotes de dentro de sua barriga. Ele corta o esporão da arraia e, logo em seguida, ela solta os filhotes dentro de um vasilhame. Não se mata o adulto; após a desova dos filhotes, os pescadores devolvem a mãe ao rio. Outra forma de pegar a arraia pequena é focando a noite, com o uso de uma lanterna. Nessa pesca, utilizam-se os mesmos apetrechos para a captura do acará-disco: o rapiché e o puçá.

A arraia a gente pega tirando do bucho da mãe. [...]. Não, você corta só o esporão dela, aí ela mesma solta os filhotes, ninguém mata a mãe, a gente pega ela tira o filho e solta. E às vezes pega já pequeninha assim fora do bucho mãe, focando de novo [...]. O rapiché e o puçá de pegar a acará-disco é isso aí que nós usa. Aí quando não demora muito ela solta [...]. A gente vê que atrás tá buchuda (atrás da arraia). Aí quando a gente pega uma que não tá buchuda, a gente conhece, a diferença nela. Não, na água mesmo, a gente

já sabe mesmo. (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012)

A venda da arraia se dá por meio de cota. A empresa cotista, sediada em Manaus, detém uma parcela da cota disponibilizada pelo Ibama e repassa essa quantidade ao seu representante na cidade de Barcelos. Segundo o Ibama, empresa cotista é a empresa, ou cooperativa de pescadores ornamentais, sediada no estado do Amazonas, que detém cotas para venda de raias de água continental da família *Potamotrygonidae*, capturadas nas áreas jurisdicionais do respectivo estado (IN - IBAMA/MMA 204/2008).

Nas entrevistas realizadas com os pescadores ornamentais de Barcelos, eles relacionaram alguns pontos que poderiam ser os responsáveis pela queda nas vendas dos peixes ornamentais do Amazonas, entre eles: “O imposto que tá muito alto, e o transporte do avião que é muito caro, aí os outros, tem muitos que já reproduziram né, tão vendendo mais barato, aí, quer dizer, eles tão preferindo comprar de outros lugares, né.” (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

O primeiro motivo seria a grande carga tributária incidente sobre as exportações, o que aumenta o preço do peixe ao consumidor final nos países de destino. Segundo eles, os impostos são altos e tornam o preço dos produtos, peixes provenientes do Amazonas, acima do preço praticado no mercado global.

O alto preço da logística para fazer o produto chegar até Manaus seria o segundo motivo, o que provoca uma dificuldade em escoar a produção. Os peixes que saem de Barcelos ainda vão de barco recreio, que demora perto de 30 horas para chegar até Manaus. Outro motivo seria a possível reprodução das espécies endêmicas do rio Negro, em outros países. Fala-se até em clonagem entre os pescadores.

O preço do milheiro do peixe geralmente é estabelecido pela empresa exportadora, que fazem as encomendas e já determinam o preço do milheiro do peixe de cada espécie, ou da unidade. No final de 2012, o milheiro do cardinal custava R\$ 20,00 reais, o preço que a empresa pagava ao pescador/atravessador, no entanto, quando este pescador ia pagar para o pescador do interior, reduzia esse valor para R\$ 16,00 reais.

É eles lá que dão o preço, já vem na nota aquele valor [...], eu dou o preço aqui, já pra tirar minha despesa, o meu ganhozinho, aí eles dão o preço deles lá, nós aqui já damos pro pescador, a gente normaliza a despesa, quando é um peixe mais caro, aí não [...] o peixe mais caro que a gente vende aqui é o bodó do Januari, do Demeni [...], o pequeno, mas o grande a gente nem pega, é onde reproduz é o grande. Eu não pego o grande, mas tem colega que pega. (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

As empresas exportadoras definem o preço do peixe segundo o tamanho. Para medir o cardinal, há diversas peneiras (Figura 10), e, de acordo com o tamanho do cardinal, o preço varia. No final de 2012, a tabela de valor do milheiro do cardinal, para o exportador, estava assim: R\$ 20,00, R\$ 25,00 e R\$ 40,00 reais, o cardinal que se chama jumbo, isto é, o maior cardinal. “É o aquário que chama assim. Quando fala jumbo, o cara já sabe, é o maior.” (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012) O médio chega a custar entre R\$ 25,00 e 30,00 reais; já o preço do pequeno é de R\$ 20,00 reais o milheiro (tabela 7).

Tabela 6 - Preço do cardinal (*Paracheirodon axelrodi*) ao longo da cadeia produtiva

Ponto da cadeia	Preço do milheiro do cardinal	Percentual de valorização	Principais despesas e outras considerações
Pescador	US\$ 6,70		Canoa, faca, facão, redes de mosquito e combustível.
intermediário	US\$ 11,00	100%	Barco, óleo e combustível, adiantamentos, mortalidade de peixes, possível transporte até Manaus.
Exportador	US\$ 100,00	900%	Transporte do peixe para Manaus, mortalidade, água, serviços, instalações, funcionários, medicamentos e comida, alfândega, impostos, embalagem e propaganda.
Importador	US\$ 300,00	300%	Transporte e todos os outros custos iguais aos do exportador
Atacadista	US\$ 750,00	250%	Transporte e todos os outros custos iguais aos do exportador
Varejista	US\$ 3.000,00	400%	Mortalidade, água, serviços, instalações, funcionários, medicamentos e comida, embalagens e venda em pequenas escala.

Fonte: PRANG, 2001

Para quem não conhece a realidade da pesca do peixe ornamental em Barcelos, falar em milheiros de peixe parece muito peixe, no entanto essa quantidade não significa muito peixe, pois eles capturam centenas de milhares de peixes por ano e, para se pegar um milheiro, não demora muito. Um pescador/atravessador chega a pegar entre 100 e 200 mil peixes por semana. “Não custa não, quando ele tá arribando mesmo, o cara pega 100, 200 [mil] em uma semana. Mil peixes é rápido. A gente põe aqueles cacuri, quando a pessoa vai tirar no final do dia, tem é muito lá dentro.” (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012)

2.3 PESCA ESPORTIVA

A pesca esportiva é quarta modalidade de pesca praticada em Barcelos, no MRN. O tucunaré (*Chichla sp.*) é a principal espécie disputada nesse tipo de pesca. Segundo a Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE), o Brasil tem um grande potencial para esta prática em razão de sua extensa bacia hidrográfica, sua extensa costa, bem

como a grande diversidade de espécies nativas propícias para a pesca amadora (ANEPE, 2011).

Pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, a pesca esportiva é definida como aquela praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto, e o pescador esportivo, ou amador, é a pessoa física, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade competente, pratica a pesca sem fins econômicos.

Segundo a ANEPE, a pesca esportiva é aquela praticada como um esporte ou hobby, sem que dela dependa a subsistência do pescador, chamada também de pesca de lazer ou desporto (ANEPE, 2011). No estado do Amazonas, esse tipo de pesca é regulamentado pelo Decreto nº 22.747, de 26 de junho de 2002.

A pesca esportiva no Brasil movimentava anualmente perto de R\$ 1 bilhão e é responsável por mais de 200 mil empregos diretos e indiretos. Mais de 287 mil pescadores amadores são licenciados no MPA, e, segundo o órgão, esse número aumentou cerca de 8% /ano, entre 2009-2010 (ANEPE, EMBRATUR, MPA, SEBRAE, 2010).

De acordo com a ANEPE, a pesca esportiva no Brasil enfrenta os seguintes desafios: conservação dos estoques e fim da pesca predatória; pouco incentivo para a atividade da pesca esportiva; carência de regulamentação específica para a atividade; carência de incentivos na qualificação de mão de obra especializada para pesca esportiva³⁸. Em muitos lugares onde é praticada, a pesca esportiva não se tornou uma alternativa na composição de renda das comunidades locais e, assim, a atividade torna-se um instrumento de promoção de desenvolvimento socioeconômico sustentável, do ponto de vista ambiental.

Segmento que gera emprego e renda nas regiões mais carentes do Brasil, muito longe dos centros urbanos. São guias de pesca, piloteiros, produtores e/ou catadores de iscas-vivas, fornecedores de refeições, mecânicos de motores, balconistas de lojas (cerca de 7.000 lojas), empregados da hotelaria, dentre outros (ANEPE-CONBEP, 2011).

No Amazonas, houve um crescimento de mais de 100% em dez anos, tanto do total de turistas que visitaram o Amazonas, como de turistas da pesca esportiva. Assim, a quantidade anual de turistas distribuídos por segmentos de 2003 a 2011 no Amazonas foi: 278.775 hospedaram-se nos hotéis urbanos; 154.750, em hotéis na floresta; 154.750 visitaram

³⁸ Existe um falso conceito de que todo pescador que saiba conduzir uma embarcação é um guia de pesca esportivo.

o estado nas temporadas de cruzeiros marítimos; e 48.085 participaram das temporadas de pesca esportiva, segundo dados da Empresa Estadual de Turismo. Segundo dados da mesma empresa, o volume de turistas registrados nas temporadas de pesca esportiva, no período de 2003 a 2011, foi de 48.085, dos quais 3.775, em 2003, e 7.293, em 2011, com um crescimento médio estimado de 9% ao ano e um crescimento de mais de 100% na década.

A pesca esportiva na região de Barcelos é feita na forma de pesque e solte e é praticada principalmente por estrangeiros e turistas nacionais. Os pescadores, juntamente com seus guias/piloteiros, saem pela manhã e só voltam ao entardecer, e, em alguns casos, a pesca se estende até à noite, pois alguns turistas - pescadores querem pescar espécies de peixe liso, por exemplo, os bagres amazônicos – *Pimelodidae* e *Hypophthalmidae*.

O mercado da pesca esportiva no Brasil movimenta anualmente R\$ 1 bilhão e é responsável por aproximadamente 200 mil empregos diretos e indiretos. Mais de 6 milhões de brasileiros podem ser considerados pescadores e, desses, 287 mil são licenciados pelo órgão responsável, o MPA, número que aumentou em 8,85%, de 2009 a 2010 (ANEPE, 2012). Esses números da pesca esportiva no Brasil mostram como esse tipo de pesca é importante tanto para a economia regional, quanto para desenvolvimento do local onde ela é exercida.

A pesca esportiva no MRN, principalmente na cidade de Barcelos, movimenta a economia do município e envolve toda uma logística que exige a mobilização de alguns agentes sociais. Entre eles, destacamos os turistas, juntamente com as empresas de turismo, os comerciantes locais e outros prestadores de serviços, os pescadores da região, que nos meses da pesca esportiva tornam-se pilotos, os hotéis locais que aumentam o número de trabalhadores e os moradores das comunidades ribeirinhas onde é realizada a pesca (BARRA; DIAS; CARVALHEIRO, 2011, p. 34).

Os turistas são sempre acompanhados de pilotos, os guias nas pescarias, e de práticos, motoristas dos barcos-hotéis. Estes, muitas vezes, são também pescadores artesanais ou ornamentais, moradores da região, que trabalham como guias, pilotos e práticos durante a temporada de pesca esportiva (BARRA; DIAS; CARVALHEIRO, 2011).

A diferença básica entre as outras modalidades de pesca e a pesca esportiva é o produto final de cada uma. Enquanto nos outros tipos de pesca, o peixe é o produto, na esportiva, o produto valorizado é o turismo, e sua finalidade é proporcionar ao praticante diversão e lazer.

O pescado é o principal produto da pesca comercial, o qual é destinado ao comércio pelos distintos processos. Entretanto, o peixe capturado pelos

pescadores esportivos não constitui mercadoria comercial em si, pois se destina ao consumo próprio, ou mesmo, para devolução compulsória. O principal produto economicamente valorado da pesca esportiva é o turismo de pesca, que inclui os bens e serviços que os pescadores esportivos compram, tais como: equipamentos de pesca, transporte, hospedagem, alimentação e serviços especializados como o aluguel de barcos e equipamentos, e a contratação de guias e piloteiros de embarcações, entre outros. Nesse caso, o peixe é a principal motivação para que o pescador amador eleja o local de destino da viagem, com base no peixe encontrado na região. (LOPES, 2010)

Dessa forma, o pescador esportivo busca, na prática, o lazer.³⁹ Segundo Provonost (2011), são três os valores sociais do lazer: o valor de legitimidade, de identidade social e de integração social. O valor de legitimidade se refere a uma série de mecanismos de controle social que definem as situações em que os excessos são proibidos ou permitidos dentro dos limites sociais e tem a função essencial de permitir certos números de atividades e comportamentos, para que não sejam considerados desvirtuados ou anormais.

Já o valor social do lazer, como expressão de identidade social, refere-se ao grau de escolarização ou ao *status* profissional dos indivíduos. Aqui, ao lazer se atribui um caráter de desejabilidade, na medida em que representa a possibilidade de definir e de exprimir uma imagem simbólica coerente e gratificante de si.

Como função de integração social, “o lazer é definido por seu papel eventual na construção ou na manutenção da ordem social, o que constitui uma das funções essenciais dos valores sociais.” (PROVONOST, 2011, p. 34) Essa função é interpretada segundo a faixa etária ou os estilos de vida dos indivíduos.

Por motivações sociais do lazer, o autor em tela entende os valores sociais que legitimam as atividades cotidianas de lazer, isto é, processos gerais para afirmar o caráter legítimo ou não do lazer. Provonost (2011, p. 35) agrupa em nove categorias as motivações sociais do lazer: (1) O lazer como forma de explorar o meio ambiente, o contexto, em que as motivações tratam menos da atividade em si do que das condições externas da prática; (2) o lazer como busca de prazer e diversão; (3) o lazer como forma de fuga das atividades cotidianas, percebidas como rotineiras e monótonas; (4) o lazer como forma de preencher funções manifestas de repouso e de descontração; (5) o lazer como mediador de sociabilidade ligada aos parentes, à família, aos amigos e aos grupos; (6) o lazer como busca da solidão,

³⁹ “A questão do lazer surgiu nas sociedades industriais em transformação. O campo do lazer abre a via para o estudo da mudança social. por meio do estudo do lazer. A certa leitura da sociedade foi e ainda é proposta ou dada a ver, especialmente em sua institucionalização, suas mudanças de estrutura e de valores.” (PROVONOST, 2011, p. 134)

como opção e não como isolamento social; (7) o lazer como meio de expressão das emoções ou dos sentimentos; (8) o lazer com finalidades educativas e culturais; (9) o lazer como forma de alcançar a saúde psíquica e mental.

Essas nove categorias, segundo o autor, ilustram a complexidade e a diversidade das expectativas, motivações, conotações que se podem observar nas práticas cotidianas associadas ao lazer moderno. Provonost (2011) também defende que o lazer segue algumas normas sociais, como as normas de ação, de implicação, de interação e contextuais. Na ação, o lazer não se associa a um estado de espírito, mas a um ato, a uma ocupação, a uma conduta. Aqui não se restringe necessariamente a fazer alguma coisa, mas estar e parecer ativo aos olhos dos outros.

Quanto às normas de implicação, o lazer pressupõe um tipo de descomprometimento com as atividades cotidianas. Em relação às normas de interação, o lazer aparece como fator de integração social entre grupos de uma sociedade, sem relações hierarquizadas, mas com similitude e igualdade. No referente às normas sociais de contexto, quando se fala em lazer, evoca-se o lugar, o momento, as companhias, o ambiente, a ocasião de sua prática.

Em relação à pesca esportiva, as normas contextuais são muito importantes, pois normalmente são grupos de amigos que se deslocam dos grandes centros urbanos para prática do lazer na forma de pescarias. Eles vão em grupos ou em duplas. A pesca esportiva, nesse caso, é uma forma de se estreitarem os laços de amizade, de viver emoções em conjunto, fora do meio familiar.

Houve oportunidade de entrevistar duas duplas de amigos de pescadores esportivos de gerações distintas. Percebeu-se que, mesmo com a diferença de idade, dois jovens entre 28 e 35 anos e dois senhores entre 55 e 65 anos, ambas as duplas buscavam o mesmo fim: viver emoções em conjunto, divertir-se ao lado de um amigo, partilhar experiências de conhecer novas pessoas, lugares, longe do cotidiano, longe do conhecido. Eles queriam se aproximar do desconhecido, porém, ao lado de um conhecido, sem deixar de lado, é claro, a emoção da pesca do tucunaré. Ambas as duplas eram aficionadas na adrenalina da captura do tucunaré, tanto que ficavam o dia inteiro jogando e recolhendo a isca, e seus braços à noite estavam cansados devido à repetição do movimento.

Essa constatação nos leva a perceber as motivações feitas por Provonost (2011), em muitos casos, não podem ser separadas, ou pode surgir mais de uma motivação para uma mesma atividade, isto é, podem os turistas da pesca esportiva querer se divertir, mas também buscar socialização com o desconhecido, ao mesmo tempo em que fogem de suas atividades cotidianas, dentro de um estreitamento de laços com amigos.

As significações sociais do lazer podem, assim, ser relacionadas a esse todo simbólico, relativamente coerente e estruturado, que se pode depreender da análise e que se compõe dessas três dimensões fundamentais que são os valores sociais, as normas sociais e os sistemas de expectativas. Trata-se aí de processos clássicos de conhecimento e de reconhecimento sociais, baseados nos fundamentos da interpretação da realidade social cotidiana. As significações fornecem aos atores as ferramentas simbólicas necessárias à definição da ação, permitindo distinguir o que se refere ou não ao domínio do lazer, escandindo seus atributos maiores e pontuando a hierarquia das atividades cotidianas. (PROVONOST, 2011, p. 42)

A pesca esportiva ocorre de quatro a seis meses durante o ano, dependendo do nível da água do rio, principalmente entre os meses de outubro e fevereiro. Nos discursos do município, do estado e dos empresários donos de hotéis, ela é apresentada como um imperativo, uma necessidade da região, mesmo em detrimento das formas de vida tradicionais e das mudanças que possam causar na cultura do RMRN.

Em muitos discursos, ela não é vista apenas como mais uma alternativa, mas como a alternativa. Nesse embate quem sai perdendo é o pescador comercial. Enquanto nos discursos oficiais a pesca comercial, em muitos casos, é vista como predatória, a esportiva é vista como seu oposto. No entanto, pode-se, superando o conflito latente, perceber uma sinergia entre as duas modalidades de pesca.

A pesca esportiva se torna um caminho para conservação dos recursos pesqueiros e, ao mesmo tempo, motor da economia local. Porém, aprofundando o assunto, em conversas informais com funcionários e pescadores locais, percebe-se que essa modalidade de pesca não mostra, de imediato, seu potencial predatório. Isso ocorre por falta de estudos na área, ou então, por seu grande potencial para dinamizar a economia local.

A relação entre o pescador esportivo e o roteirista ocorre de forma assimétrica. Este fica o dia ou dias totalmente à disposição do turista-pescador, fazendo as suas vontades. Quando compra o pacote da pesca esportiva dos empresários, normalmente donos de hotéis, o turista já está incluindo o serviço de guias de pesca. Muitas vezes, os turistas - pescadores reconhecem e valorizam o saber do pescador roteirista sobre a região e manifestam esse reconhecimento com gorjetas, quando o roteirista consegue levá-los a pescar um tucunaré grande. Porém, nem sempre é assim.

No entanto, os maiores conflitos não se desenvolvem entre turista e roteirista, mas entre estes e os empresários da pesca esportiva. Como esse tipo de pesca é sazonal, ocorre de outubro a março, alguns relatam o que ocorre durante os outros seis meses do ano: os

empresários da pesca esportiva não querem pagar pelos meses parados, pois alegam não ter condições. Essa realidade na baixa temporada da pesca esportiva leva os piloteiros a migrarem para outras modalidades de pesca.

2.3.1 Diferenciação dos pescadores na pesca esportiva

A pesca esportiva em Barcelos se divide em três modalidades: a realizada em barco hotel, a modalidade de bate e volta e o acampamento.

O pescador esportivo é chamado pelos operadores de turismo de cliente⁴⁰. A categoria de pescador/cliente dada ao turista, ou pescador da pesca esportiva, é mais abrangente, pois demonstra o caráter real de seu *status*. Ele não é só pescador. Para o guia e o operador de turismo, o pescador é, acima de tudo, um cliente, então precisa ser servido de acordo com o pacote que pagou, por isso o serviço deve ser prestado de forma impecável.

Nesse ponto, os guias não se esquecem, em nenhum momento, de que eles são empregados a serviço dos pescadores-clientes. Sua autonomia é retirada e se estabelece a relação patrão-empregado. Como em qualquer outra indústria, o pescador-guia vende sua força de trabalho dentro de um sistema elaborado pelo operador de turismo.

O dono do hotel, ou dos barcos-hotéis, é conhecido como operador de turismo, isto é, os empresários da pesca esportiva em Barcelos. Esses operadores são oriundos, em sua grande maioria, de Barcelos, no entanto trabalham em parceria com outros empresários de outras regiões do país ou mesmo do exterior.

Há uma visão difundida entre os moradores locais de que os atuais operadores de turismo geralmente são de fora, mas, na realidade, há uma crescente participação de operadores da cidade de Barcelos, como é o caso do operador que trabalha com o bate e volta ou com o acampamento.

Os pescadores esportivos se diferenciam na forma de estar no rio ou pela opção do tipo de peixe que irão pescar. Por isso, há entre eles aqueles que pescam peixe de couro ou o tucunaré (o mais pescado) à noite. Dessa forma, a maioria dos pescadores leva consigo

⁴⁰ Chamaremos os pescadores da pesca esportiva de pescadores/clientes. Clientes porque, antes de tudo, estão pagando por um serviço e exigem que sejam tratados como tal – para diferenciá-los dos outros pescadores, como o guia de pesca que também faz parte da pesca esportiva e é um exímio pescador. Esse pescador, transformado em guia, detém o conhecimento de que fala Monteiro (2010, p. 25): “o pescador nativo possui qualidades indispensáveis: intrepidez, paciência, mobilidade, alicerçada estes valores pelo conhecimento profundo da vida dos peixes, sem o qual nada se faz. Porque não basta apenas a ele saber estrovar um anzol e atirá-lo à água, ou ajudado de muitos lançarem uma rede de muitos metros quadros. É preciso primeiramente habituar-se à soma de conhecimentos imprescindíveis do meio em que vive a espécie.” Nesse sentido, não basta portar GPS; é necessário o conhecimento local para fisgar tucunaré grande a cada temporada.

apetrechos para os dois tipos de peixes. O que muda na realidade é o horário de pesca de cada espécie, o local e o apetrecho a ser utilizado.

2.3.2 Bate e volta

A modalidade de pesca bate e volta iniciou no ano de 2006 com um dos atuais operadores de turismo que atuam nessa modalidade. Esse operador recebeu um turista que queria pescar durante o dia e voltar para dormir na cidade. Esse turista passou cinco dias pescando e gostou da forma como ocorreu. Desde então, essa modalidade vem crescendo, e outros operadores de turismo, dono de hotéis, vêm disponibilizando esse serviço.

Fui eu, foi eu. Em 2006, um dentista de São Gabriel me ligou querendo vir se hospedar, e nós não tínhamos motor (barco-hotel) próprio (bote), disse que queria pescar, então eu disse que só tínhamos de canoa normal, então ele foi. E quando eu vi que ele pescou cinco dias, pegou peixe e gostou, com tudo isso me chamou atenção. Porque aqui perto, até eu achava que não ia pegar peixe, e como ele pegou, então a partir daquele momento me despertou para começar a trabalhar. Aí comecei graças a Deus, e quando eu me dispus a trabalhar com a pesca esportiva eu não tinha site, eu não tinha nada, mas as pessoas procuravam pelo telefone me perguntando, se eu poderia oferecer, tinha tempos assim que eu recebia de doze clientes, como recebo né, oito clientes, é muito normal, oito pescadores por semana, dá mais clientes assim que vêm em dupla, no máximo quatro pessoas (V. S. M. J., 29 anos, trabalho de campo, 2013).

O contato inicial entre o operador de turismo e o cliente ocorre, geralmente, por telefone. Por mais que alguns operadores mantenham *websites* de seus hotéis, o contato na hora de fechar o pacote ocorre mesmo por telefone. No caso do cliente do bate e volta, na modalidade diária, o pacote inclui a hospedagem no hotel, o barco para pescar (bote conhecido como motor de polpa), o café da manhã, o pilotoiro, o combustível e o gelo a ser utilizado na viagem.

Essa estrutura custava no início do ano de 2013 entre R\$ 380,00 e R\$ 400,00 reais/dia. Essa diária não inclui as outras refeições que porventura o pescador venha a realizar durante a noite, ao voltar da pescaria. Esses pescadores/clientes saem pela manhã, todos os dias e voltam à noite. As refeições realizadas à noite são feitas fora do hotel e por sua própria conta, como se confirma na fala “apartamento duplo no hotel, café da manhã e barco e guia de pesca, já incluso nessa estrutura. O cliente entra com o consumo, ele mesmo vai pagar o almoço, a janta, a gasolina e a bebida.” (V. S. M. J., 29 anos, trabalho de campo, 2013)

Quando o pescador/cliente do bate e volta não quer ter trabalho algum, ele contrata um pacote completo, e todos os serviços ficam por conta do operador de turismo. Esse pacote, no final de 2013, estava em torno de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00 reais. O custo da viagem propriamente dita não foi revelada pelos operadores de turismo, mas sim, o quanto é cobrado ao pescador/cliente por diária.

Ao contratar o pacote completo da modalidade bate e volta, o pescador/cliente só paga a mais a gorjeta do pilotoiro. Essa gorjeta é uma tradição entre os pescadores/clientes e sua relação com o guia de pesca local. Nesse sentido, há dois tipos de pacotes, um integral e o outro parcial:

Isso, dois tipos [pacotes]. O que aluga só a estrutura, na verdade a gente não chama nem de pacote, a gente chama de diária, nós alugamos por dia cada dia R\$ 380, só a estrutura e o cliente entra com o consumo. Já o pacote com tudo incluso, nós cobramos R\$ 2.500,00 reais, porque já tudo incluso, restaurante, café da manhã, gasolina, gelo, tudo incluso, aí já é responsabilidade até nossa de conduzir o cliente até o restaurante [...]. Sou eu que pago o pilotoiro, quando nós alugamos, já tá incluído o apartamento do hotel, o bote, e o pilotoiro, ele fica na minha responsabilidade (V. S. M. J., 29 anos, trabalho de campo, 2013).

O tempo de viagem nessa modalidade de pesca é, normalmente, de uma semana. O pescador/cliente chega no início da semana e vai embora no sábado ou no domingo. Esses pescadores/clientes podem pescar em dupla, no mesmo bote, ou sozinhos, mas sempre acompanhados por um pilotoiro.

Os apetrechos de pesca utilizados pelos pescadores/cliente são anzóis, vara de pescar e alicate tipo boga grip (Figura 25) um tipo de alicate adaptado para pesca esportiva.

O tucunaré é a principal espécie procurada pelos pescadores/clientes que visitam Barcelos. Em alguns casos podem ir atrás de peixe liso,⁴¹ mas não é muito comum. O tucunaré, por seu temperamento agressivo e lutador ao ser fisgado tornou-se a estrela da pesca esportiva. “Ele é o principal. Tem uns que vêm para pescar peixe de couro, né, que é a piraíba, a pirarara.”⁴² (V. S. M. J., 29 anos, trabalho de campo, 2013)

⁴¹ Também conhecidos como peixes de couro. Algumas espécies de bagres da família dos Siluriformes. Para uma lista mais completa ver SANTOS, G *et al.* Peixes Comerciais de Manaus. Manaus: Ibama/Provárzea, PROVARZEA, 2006.

⁴² *Siluriformes*, a Piraíba também conhecida como filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*) bagre amazônico que atinge maior tamanho, alcançando cerca de 2,5 m e 150kg e a Pirarara (*Phractocephalus hemioliopterus*) de grande porte, chega a medir 1m e pesar 50kg, de fácil reconhecimento, por ter um padrão colorido (SANTOS *et al.*, 2006).

Na verdade, a maioria desses pescadores traz o material para pescar o peixe de couro também. Eles pescam até determinado horário do dia, depois de três horas em diante, ele para de pescar (o tucunaré) e vai para o peixe de couro, até umas cinco, seis horas da tarde. (V. S. M. J., 29 anos, trabalho de campo, 2013)

A viagem até o local de pesca pode durar entre 30 minutos e três horas. O piloto avisa ao operador de turismo, no dia anterior, aonde vai levar os pescadores/clientes. Isso acontece para dar segurança tanto ao operador quanto ao cliente, pois, como nessas áreas não é possível a comunicação via rádio, é preciso que operador saiba a rota traçada pelo piloto e, caso ocorra algum problema, ele saberá tomar as decisões para encontrá-los e resolver.

Três fatores podem ser apontados como fundamentais para que o pescador/cliente opte pela modalidade bate e volta. O primeiro é um espírito mais aventureiro, pois ele abre mão do conforto oferecido pela modalidade de pesca em barco hotel. O segundo é o valor cobrado, que chega a ser de 40% a 50% menor que o pacote pago para pescar num barco-hotel. E finalmente, o terceiro fator é a segurança. Esses pescadores afirmam que se sentem mais seguros pescando próximo à sede do município, pois, caso precisem de alguma emergência médica, com duas ou três horas de viagem estão em Barcelos.

Os pescadores pescam aqui pelo hotel, aqui na cidade, eles, segundo eles mesmos dizem, que se acham mais seguros. [...] eles se sentem mais seguros, por quê? Porque eles dizem que qualquer problema, o médico tá na cidade, ou seja, aconteceu um problema ele vem e pode levar direto para o hospital mesmo, né, questão de segurança, até mesmo uma discussão, tem polícia na cidade. Como um disse que gostou muito porque ele acorda cinco horas da madrugada e ele sai pra caminhar na cidade pra depois ir pescar, disse que achou isso muito bom, outros saem, cansei de ver casal que vem, saem os dois juntos, correr um pouco na cidade antes de saírem pra pescar, então quer dizer que essa é uma diferença que eles mesmos disseram que uma vantagem [em relação] ao barco-hotel. O preço também, com certeza, e varia por barco, às vezes chega à metade [...]. (V. S. M. J., 29 anos, trabalho de campo, 2013)

Nessa modalidade de pesca, há uma terceirização do serviço de alimentação, por parte do operador de turismo. Como o pescador/cliente está todos os dias na sede do município, ele toma café da manhã e janta em outros estabelecimentos comerciais parceiros do operador, dentro do município. Dessa forma, há uma terceirização dos serviços de alimentação, o que proporciona uma dinamização da economia e distribui entre outros comerciantes da cidade os dividendos gerados com a presença desses pescadores.

Não, não, como eu falei, quando é alugado, nós não oferecemos no hotel, nem o café da manhã que oferecemos, nós não damos no hotel, nós damos aqui na frente que é um café regional nós deixamos livre aí [...], como os que chegaram quarta-feira, disseram se não dava para providenciar uma fruta, então, nós já pedimos para que fosse providenciada uma fruta. [...] Já o jantar não é aqui, é no restaurante, já fecho com a proprietária do restaurante, quer dizer, cada um já sai ganhando o seu. [...]. Então você tá entendendo né, a gente da um pouquinho pra, outro pra ali, não é só a gente [...] não estamos concentrando, porque até então se você for fazer mesmo, for examinar, é mais problema, mais dificuldade às vezes vai te dar até mais despesas, então tu dividindo, o que é restaurante, passa lá pro restaurante, a gente passa um valor mais, mas passa pra lá, e aí é uma coisa assim, que te tira mais a responsabilidade, a responsabilidade é de levar até o restaurante, quando a gente chega lá, já tudo arrumado, tudo preparado, é uma coisa já que te tira a preocupação. E querendo ou não, eles estão ganhando o deles também. (V. S. M. J., 29 anos, trabalho de campo, 2013)

2.3.3 Barco-hotel ou flutuante

A maioria dos turistas que visita Barcelos, atrás do tucunaré do rio Negro pesca em barco-hotel (Figura 15) ou em flutuante. Isso ocorre porque esse grupo fecha o pacote bem antes, com até um ano de antecedência. Eles vão para longe da sede em busca dos maiores tucunarés.

O barco-hotel é um barco adaptado para acolher de dez a doze pescadores/clientes durante uma semana. Cada barco-hotel sai de Barcelos preparado para a viagem com gelo, rancho, bebidas e botes. Os piloteiros e os outros ajudantes não dormem no barco-hotel. Junto segue outro barco de apoio onde guias, garçons e cozinheiros ficam alojados.

Figura 15 - Barco-hotel na orla de Barcelos



Fonte: Trabalho de campo, Barcelos, 2012.

Um dos grandes operadores de turismo que trabalha com barco hotel recebe por temporada “uma média de uns 500 ou 600 pescadores por temporada. Esse operador que estou

falando, ele trabalha com dois barcos hotéis, dois flutuantes-hotéis, vamos supor que ele receba por semana setenta clientes, é toda semana, ele não para.” (V. S. M. J., 29 anos, trabalho de campo, 2013)

Um barco-hotel, ou um flutuante com capacidade para acomodar oito pescadores-clientes, terá doze tripulantes entre eles quatro pescadores-piloteiros (Tabela 7). Caso a capacidade do barco-hotel seja para doze pescadores-clientes, ele terá quatorze tripulantes e entre esses seis pescadores-piloteiros. Os tripulantes se dividem em pescador-piloteiro, moço de convés, serviços gerais, cozinheira da tripulação, cozinheira dos pescadores-clientes, prático, motorista do barco, maquinista, gerente-administrador e camareira. Um dos grandes operadores de turismo em Barcelos tem dois flutuantes e dois barcos-hotel.

Tabela 7 - Tripulação de um barco-hotel com as respectivas remunerações

Tripulação	Remuneração/mês
Pescador-piloteiro	R\$ 1.300,00
Moço de convés – serviços gerais	R\$ 1.000,00
Cozinheira dos pescadores-clientes	R\$ 1.600,00
Cozinheira da tripulação (barco de apoio)	R\$ 1.000,00
Prático – motorista do barco	R\$ 1.400,00
Maquinista	R\$ 1.400,00
Garçom	R\$ 1.400,00
Gerente administrador	Não revelado
Camareira	R\$ 1.000,00

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Nessa modalidade, a gorjeta é dividida em duas partes, uma para a tripulação e outra para os pescadores piloteiros. Os pescadores-clientes, por meio do líder do grupo, entregam uma quantia ao gerente administrador para que ele possa distribuir entre os tripulantes. A gorjeta do piloteiro é dada diretamente a ele, de acordo com a satisfação do pescador-cliente.

2.3.4 Pesca de acampamento

A terceira modalidade de pesca esportiva encontrada no Município de Barcelos é na forma de acampamento. Esta modalidade não é muito comum, mas, segundo um operador de turismo, sempre aparece turista querendo pescar dessa maneira. “Eu também trabalho com acampamento né, só que é muito difícil um pescador que vai acampar na ilha, e passa sete dias. Eu tenho esse ano um cliente que pesca comigo com acampamento.” (V. S. M. J., 29 anos, trabalho de campo, 2013)

Na modalidade acampamento, o pequeno operador recebe poucos pescadores, se comparado aos operadores de barcos-hotéis, que recebem por mês, em média, de 500

pescadores na temporada. Esse tipo de pescaria é mais procurada por grupos de duas a quatro pessoas, que, além da adrenalina da pesca, buscam também a aventura de acampar na selva amazônica. “Eu acho que recebo uma média de 40 pescadores por temporada. É porque assim, eu trabalho sempre com poucos clientes, quatro, dois clientes. Não passa de 70 pescadores por temporada.” (V. S. M. J., 29 anos, trabalho de campo, 2013)

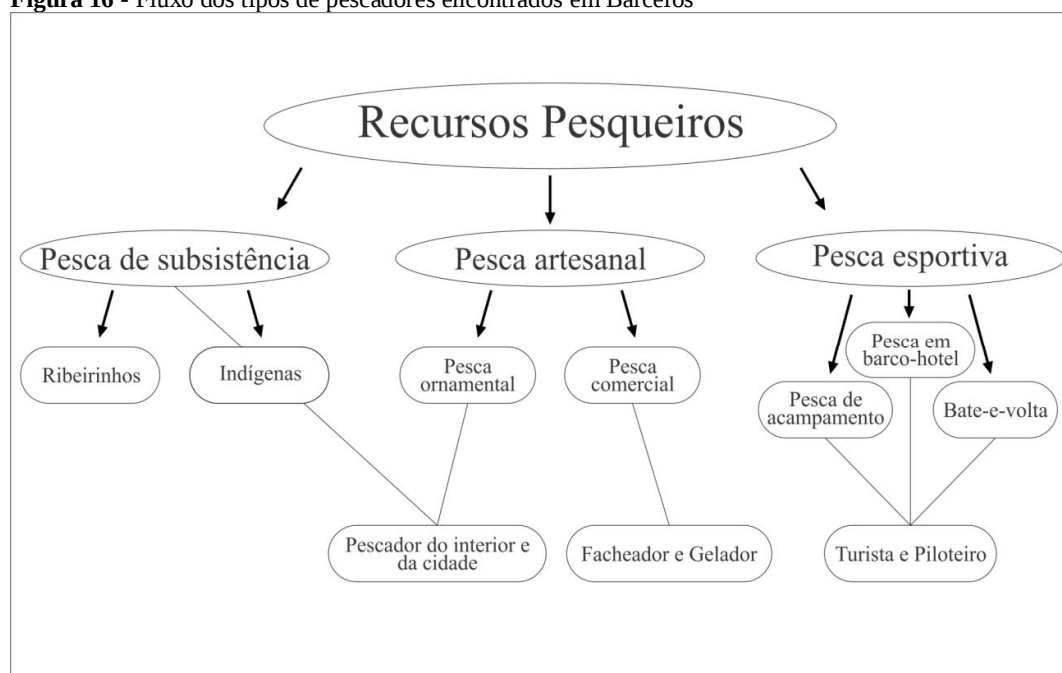
Esse tipo de pesca exige um espírito aventureiro muito maior do que aquele exigido do pescador do bate e volta, pois exige mais despojamento do pescador/cliente. É uma aventura que poucos turistas estão dispostos a enfrentar. Mas levando em conta as belezas naturais das ilhas e praias do MRN, compreende-se que alguns corajosos se arrisquem nessa empreitada. Os grupos que vêm para pescar acampando não são grandes, são compostos de três a quatro pessoas.

Eles saem com todo o material necessário e com o guia, acampam em uma ilha e lá permanecem por uma semana. Nenhum barco motor maior acompanha o grupo, eles vão nos botes onde realizam a pesca.

Não, eu até evito (barco motor), porque atrasa muito a pescaria, então, eles saem com todo o material dentro já e tiram o dia que chegaram para viajar e chega ao local determinado que eles vão pescar, preparam uma barraca, montam uma barraca e passam o dia pescando, quando é a noite eles voltam para aquela ilha onde tá a barraca, dormem ali, jantam ali. (V. S. M. J. 29 anos, trabalho de campo, 2013)

Diferentemente das outras duas modalidades de pesca esportiva, o preço da viagem na forma acampamento é mais barata, porque não é cobrada a diária do hotel ou do barco-hotel, o pescador/cliente, neste caso, só paga o aluguel do material, a diária do pilotoiro, o rancho e o bote.

No entanto, esse tipo de pescaria é mais árduo para o guia, que tem que acampar junto como pescador/cliente. Em função disso, o operador aumenta o valor da diária paga ao guia. “Sim, às vezes, a gente dá, eu dou um valor a mais para o guia, porque eu sei que um acampamento é mais pesado.” (V. S. M. J., 29 anos, trabalho de campo, 2013)

Figura 16 - Fluxo dos tipos de pescadores encontrados em Barcelos

Fonte: Trabalho de Campo, Barcelos, 2012

Um fator é essencial e decisivo para o cliente escolher uma empresa de pesca esportiva e comprar um pacote, ou alugar uma estrutura, na pesca esportiva, seja na modalidade bate e volta, acampamento ou barco-hotel: o serviço oferecido por essa empresa. Dentro do serviço é essencial a escolha de um bom piloto, pois é ele quem vai levar o pescador a fisgar um peixe grande. Nesse sentido, o piloto se torna peça chave na engrenagem da pesca esportiva. Ele é o cartão de visita de cada empresa operadora de turismo. No entanto, os dividendos dessa pesca não são repassados com justiça ao piloto.

O piloto é o protagonista no trabalho da pesca esportiva, é ele quem lhe dá brilho, na medida em que leva o turista a pescar grandes tucunarés, e este deixa Barcelos feliz com vontade de retornar e, principalmente, voltar a pescar com o mesmo operador de turismo na próxima temporada.

Há uma grande preocupação dos operadores de turismo quanto à má reputação de sua empresa. Esse medo de ser mal vista entre os pescadores-clientes os leva a melhorar cada vez mais os serviços oferecidos, e hoje, com o avanço das redes sociais, a comunicação entre os pescadores esportivos se tornou mais intensa, na mesma proporção uma péssima reputação pode levar a falir um negócio, ou reduzir drasticamente os lucros de uma operadora.

As operadoras de turismo vivem de seu produto, que é proporcionar um lazer tranquilo e seguro. Qualquer erro nesse serviço pode sair caro. Daí mais uma razão para que os pilotos, garotos propagandas das operadoras, sejam sempre os melhores.

No entanto, por mais que os piloteiros sejam essenciais na pesca esportiva em Barcelos, região de difícil conhecimento, mesmo com o advento do GPS, as empresas de turismo não dão o devido valor a esses trabalhadores, que vendem não só sua mão de obra, mas seus conhecimentos tradicionais, seu conhecimento sobre a fauna e flora da região e, principalmente, seus conhecimentos sobre os rios e os comportamentos dos peixes, nesse caso, do tucunaré.

O turista chega com seu GPS, mas sem o conhecimento tradicional⁴³ do pescador local. Transformado em funcionário, em guia, esse GPS é uma ferramenta inútil, pois não o levará onde o tucunaré, os peixes maiores, estão. Como salienta Castro (2000, p. 6) a respeito dos grupos tradicionais amazônicos,

Observa-se que grupos nos países amazônicos - índios, castanheiros, seringueiros, pescadores artesanais, etc. - são capazes de identificar com enorme riqueza de detalhes as diferenciações de fauna e flora no interior da floresta, como a diversidade de espécie de peixes dos rios, igarapés e lagos. Mas também de sons produzidos na mata e suas diferenças em relação ao fato de ser noite ou ser dia, o mesmo em relação aos movimentos e aos odores. Tais grupos distinguem uma série de processos complexos inerentes aos ecossistemas de florestas úmidas tropicais. Esquadrinham ainda referências fundadas em suas experiências coletivas sobre o tempo de vida das espécies, suas formas e funções, bem como os usos que delas fazem os humanos.

Daí decorre a necessidade do trabalho e do conhecimento do piloteiro na pesca esportiva em Barcelos. Por isso, as palavras “guia” e “piloteiro” são limitadas para definir esse tipo de trabalhador e não demonstra todo o conhecimento tradicional que esse homem tem, não demonstra todo o conhecimento que eles operam para chegar até o tucunaré e permitir que o pescador-cliente faça uma boa pescaria.

⁴³ “Conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração.” (DIEGUES, 2000)

3 RELAÇÕES SOCIAIS NA PESCA

3.1 RELAÇÕES SOCIAIS NA PESCA ESPORTIVA

Nas relações sociais dentro da indústria do turismo, dar-se-á atenção específica às relações entre o pescador-cliente, o piloto e o operador de turismo. Como já referido, a indústria do turismo em Barcelos emprega diversas categorias de trabalhadores, no entanto, neste capítulo, o foco é as relações sociais dos pescadores que deixaram a pesca artesanal comercial ou ornamental para se tornarem pilotos.

3.1.1 O piloto

Na pesca esportiva, seja ela praticada na modalidade bate e volta, acampamento ou barco-hotel, um fator fortemente contribuinte e até determinante para a escolha do pescador-cliente pelos serviços de uma empresa de pesca esportiva, para a compra de um pacote ou para o aluguel de uma estrutura de apoio é a qualidade dos serviços oferecidos por essa empresa. Dentro desses serviços, estão incluídas as habilidades de bom piloto, pois este é quem levará o turista a fisgar um grande tucunaré.

Nesse sentido, o piloto se torna peça central na engrenagem da pesca esportiva. Ele é o cartão de visita de cada empresa de pesca esportiva. Como um personagem essencial no trabalho da pesca esportiva, é ele quem lhe dá brilho, na medida em que leva o turista a pescar grandes tucunarés, e este deixa Barcelos satisfeito com vontade de retornar na próxima temporada e, principalmente, utilizando os serviços da mesma operadora. Ao descrever seu trabalho diário na pesca esportiva, um piloto resumiu assim seu dia a dia:

É levar os turistas para conhecer os peixes, nos lagos, quando a gente embarca eles, quanto mais a gente leva eles para os lugares difíceis, mais eles gostam, né, é melhor para eles, isso é melhor pra gente do que tá arrastando barco, pescando à noite [...]. Tem muitos lugares que a gente almoça lá, tem outros que vem almoçar no barco. Faz um assado. [...] Às vezes nós se junta, os pilotos, pra fazer [a comida] tudo junto. Às vezes não, às vezes só dois se juntam, aí faz o assado e a gente come. A gente assa o peixe e ainda vai catar pra eles. Cata bem catadinho e servem nas vasilhas, e damos para eles comerem. É tudo nós que faz, trata o peixe, faz o fogo, depois que tá tudo assado serve nas vasilhas e daí chama eles. A gente bota numa mesa, ajeita lá, e depois que eles terminam de almoçar, tem muitos que levam rede, aí a gente ata a rede pra eles, e daí eles descansam um pouco, aí a gente sai de novo, até seis horas da tarde. Tem vez que a gente vai até a noite pescando peixe de couro, quando dá nove horas da noite [...]. É à noite

eles querem [pescar peixe liso], aí nove horas a gente chega, daí nós vai quietar. (S. S. S., 43 anos, trabalho de campo, 2012)

A temporada de pesca esportiva dura seis meses e um bom guia poderá trabalhar o ano inteiro, mesmo na baixa temporada. Isso dependerá muito de seu trabalho prestado às operadoras de pesca esportiva.

3.1.2 O sistema de gorjetas

As empresas operadoras de turismo que atuam com barco-hotel pagam entre R\$ 300,00 a R\$ 400,00 reais por semana aos piloteiros. No entanto, cada piloteiro complementa sua renda mensal com as gorjetas recebidas dos clientes.

Isso, aí o que ele ganha lá, a gorjeta, se pegar tucunaré, ele ganha \$50 dólares, é vinte, aí é por fora. [...]. É, só aquele mesmo, se o [turista] americano dá gorjeta, mas é difícil não dá, porque eles já têm uma placa lá no barco sinalizando tudinho. Dá cem reais, a gorjeta dali é segura, fora o da semana dele, aí com o que ele ganha 400, aí ganha 500 e poucos, aí ele arrasta 700 reais, às vezes mil e mil e pouco. [...]. (V. S. S., 40 anos, trabalho de campo, 2011)

O sistema de gorjetas, que opera entre o pescador esportivo, ou cliente, e o guia, ou piloteiro, é muito semelhante às outras formas de prestação de serviços que vigoram em outros lugares conhecidos, como é o caso de alguns bares e restaurantes nos grandes centros urbanos, em que o cliente dá 10% ao garçom que o atendeu. Essa gorjeta não é obrigatória, porém já se tornou uma tradição na relação entre prestador de serviço, que é o garçom, e os clientes, que são os consumidores. Não dar a gorjeta demonstra uma indelicadeza para com o trabalhador que está prestando um serviço com dedicação.

Nesses bares e restaurantes, os garçons são contratados por um salário mensal fixo, porém as gorjetas que recebem, às vezes, duplicam esse ganho mensal. Para que isso ocorra, no entanto, a simpatia e o atendimento dispensados ao cliente pelo garçom são fundamentais.

Na pesca esportiva, essa relação é muito semelhante, o bom guia, que receberá mais gorjetas e duplicará sua remuneração mensal, será o que, além de atender bem o cliente, dedica-se para que o turista possa fregar um grande tucunaré. Segundo os guias, toda vez que um pescador-cliente consegue pescar um grande peixe, ele acaba dando uma boa gorjeta.

Há uma grande preocupação por parte dos operadores de turismo quanto à reputação de sua empresa. Esse medo de ganhar má reputação entre os pescadores-clientes leva as operadoras de turismo a melhorar cada vez mais os serviços oferecidos. Hoje, o temor se justifica principalmente em razão do avanço das redes sociais. Com essas redes, a comunicação entre os pescadores esportivos se tornou mais intensa e fluida, e uma má reputação, se disseminada entre os pescadores clientes na velocidade das redes sociais, seria catastrófico para o negócio do turismo.

Essas operadoras sobrevivem de seu produto, que é o lazer tranquilo e seguro, proporcionado aos pescadores-clientes, seus consumidores. Qualquer erro na prestação desse serviço pode custar caro ao operador. Daí mais um motivo para que os piloteiros, garotos propagandas das operadoras, sejam sempre os melhores.

Hoje o turista, geralmente, traz consigo mais um item entre os apetrechos para pesca esportiva, que é um aparelho de geoposicionamento por Satélite – GPS (*Global Positioning System*), mas lhe falta o conhecimento tradicional que o pescador local tem. Transformado em seu guia, esse GPS torna-se uma ferramenta inútil, pois não o levará aonde o grande tucunaré está⁴⁴. Daí a necessidade do piloteiro.

Agora, por mais que os piloteiros sejam fundamentais na pesca esportiva em Barcelos, onde a região é de difícil acesso, as empresas de turismo não lhes dão o devido valor⁴⁵. Esses trabalhadores vendem, não só sua mão de obra, mas também seus conhecimentos tradicionais sobre a fauna e flora da região e, principalmente, seus conhecimentos sobre os rios e sobre o comportamento de peixes, entre os quais o tucunaré.

As palavras “guias” e “piloteiro” não conseguem definir corretamente essa categoria de trabalhadores da pesca que se tornaram figura central na indústria do turismo em Barcelos. Essa denominação não abrange ou não demonstra todo o conhecimento que eles operam para chegar até o tucunaré e permitir que o pescador-cliente faça uma boa pescaria. Usar-se-á essa nomenclatura por falta de um conceito mais abrangente, porém, salienta-se que o chamado guia é antes de tudo um pescador.

3.1.3 Os operadores de turismo

Nos últimos anos, houve uma significativa participação de operadores locais na indústria da pesca esportiva. Atualmente, a maioria dos operadores de turismo da RMRN é de

⁴⁴ Encontra-se tucunaré em toda a RMRN, no entanto, só os pescadores locais, acostumados com a variação dos rios, sabem a cada temporada onde encontrar os grandes tucunarés, quais lagos e paranás estão dando peixe que os turistas procuram.

⁴⁵ Veremos esse conflito no capítulo quarto.

Barcelos. Essa constatação contradiz a teoria dispersa na cidade de que muitos operadores são apenas empregados de empresários de “fora”.

A pesca esportiva na RMRN ocorre de 4 a 6 meses do ano, de outubro a fevereiro, de acordo com o ciclo de cheia e seca dos rios. Ela é responsável por dinamizar e potencializar a economia da cidade de Barcelos, pois mobiliza diversos grupos, entre os quais: turistas-pescadores, empresas de turismo da pesca, empresas de aviões para transporte, comerciantes locais e outros prestadores de serviço, guias de pesca, piloteiros, camareiras, garçons, cozinheiros; pescadores artesanais; moradores das comunidades onde os turistas pescam; Secretarias Municipais e órgãos estaduais e federais, como IPAAM e MPA (BARRA; DIAS; CARVALHEIRO, 2010).

Dentre esses grupos e instituições, destacamos as empresas de pesca esportiva, por estarem diretamente envolvidas na pesca esportiva e por ser o grupo que mais lucra com a atividade turística no Município. De acordo com os dados coletados na Secretária municipal de turismo de Barcelos, no final do ano de 2011, existiam vinte e oito empresas e trinta e cinco barcos-hotéis operando na RMR. Porém, nem todas essas empresas têm sede no município. Cada empresa tem dois ou três barcos. Como se pode perceber, essa modalidade de pesca vem gradativamente aumentando seu poder econômico e sua presença em Barcelos.

No Brasil, essa atividade é denominada de pesca amadora, de acordo com a Lei 11.959/2009, ou seja, aquela praticada por brasileiros ou estrangeiros com a finalidade de lazer, turismo e desporto, sem finalidade comercial. O IBAMA regulamentou a pesca esportiva com a Portaria nº 04/2009, definindo-a como uma das modalidades da pesca amadora, caracterizada pela captura e devolução dos peixes, pesque e solte.

Barcelos é um dos maiores pontos de pesca esportiva do estado do Amazonas, bem como do Brasil. Essa atividade, segundo a Secretária municipal de turismo chega, na alta temporada, a contribuir com 40% do Produto Interno Bruto do município. Segundo um funcionário municipal que trabalha na área do turismo, esse crescimento econômico acarreta uma situação positiva e outra negativa: traz benefícios para aqueles agentes sociais locais envolvidos e, ao mesmo tempo, aumenta os problemas de turismo sexual.

Eu acredito que a primeira coisa que eu poderia elencar seria o aumento da parte econômica, né, que corre em torno de 40% da economia do município, acaba que naquele tempo ali, as pessoas se dão o direito de ter uma vida melhor, poder frequentar uma pizzaria no final de semanas com os filhos nos dias de folga, adquirir um eletro eletrônico que nunca tinha tido posse para adquirir, eu acredito assim, que uma vida melhor resumiria tudo isso, na questão da parte econômica para o município, essa questão de uma melhor qualidade de vida pro piloteiro, para camareira, ou para cozinheira, ou para o

prático do barco, para todos os atores envolvidos nessa questão. E negativamente, eu acredito que a gente não pode deixar de falar é a questão do turismo sexual, isso para mim [é uma] questão, infelizmente, não acontece da forma que acontecia, mas continua acontecendo. A gente ver que por uma questão mais social, algumas famílias que não tem condições de dar um sustento acabam sendo coniventes, com seus filhos ou seus parentes que se propõem a vender seu corpo para de repente ter 50 reais na sua carteira para poder no outro dia comprar comida, comprar uma carne. Eu acredito que negativamente seria uma das questões. (G., 37 anos, trabalho de campo, 2011)

Em Barcelos e na Amazônia, o tucunaré é a principal espécie alvo da pesca esportiva, na modalidade pesque e solte, por ser uma espécie que proporciona bastante resistência ao ser fogado. Por causa disso, os empresários de pesca esportiva pressionam tanto autoridades locais quanto pescadores comerciais profissionais para que mantenham o tucunaré preservado.

Em razão dessa pressão, em 06 de abril de 2011, o estado do Amazonas publicou o Decreto nº 31.151 (ANEXO 1), que regulamenta a pesca em área da bacia do rio Negro, compreendendo o trecho situado da divisa do estado do Amazonas com a Colômbia até a foz do Rio Branco. Esse decreto, já em sua terceira edição, é conhecido como o decreto do rio Negro.

De acordo com o Instituto Sócio-Ambiental, ele foi elaborado pela primeira vez em 2001, com o Decreto Estadual nº 22.304, “de maneira apressada, sem as devidas discussões com a população local e poderes públicos municipais de sua área de abrangência” (ISA, 2010). Esse decreto foi reeditado em 2007, com mais restrições para o pescador artesanal comercial. A pesca esportiva se apoia em uma racionalidade econômica, e os empresários, donos de barcos e de hotéis na cidade de Barcelos, deixam claro na forma de agir como empresas, por mais que alguns agentes em seu discurso levistem a causa ambiental.

As empresas de pesca esportiva, juntamente com as agências de viagens que oferecem os pacotes de pesca, ficam encarregadas de orientar os pescadores dessa modalidade de pesca a se legalizarem junto aos órgãos competentes, que seria o MPA, em âmbito federal, ou o IPAAM, em âmbito estadual. Cada um destes órgãos emite sua própria licença de pesca (Figura 17), que habilita o pescador esportivo, tanto nacional quanto estrangeiro, a pescar nos rios e mares do território nacional.

Figura 17 - Licença de Pesca esportiva Federal e Estadual

LICENÇA PARA PESCA AMADORA
Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA
Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC
Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura - DRPA
Coordenação Geral de Registro e Licenças da Pesca Amadora - CGRPA

CATEGORIA:
☒ A - Desembarcada ☐ B - Embarcada ☐ C - Subaquática

DADOS PESSOAIS:
Nome: **ERLANDO DAMIAO**
CGC/CPF/PASSAPORTE (apenas estrangeiros): **000.000.000-00**
Endereço: **RUA HAROLDO BARBOSA**
Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69000-400**

Data de validade: **14 / 05 / 2013**

Esta licença comprova a inscrição de interessado no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP
Banco: 031 - Nosso número: 0000300000000000-0
Valor do Pagamento: **R\$ 20,00**
Linha digitável: 0019080009 01920357019 00565.379183 7 0000000000
Devem ser respeitadas as normas específicas aplicáveis à Pesca Amadora.

Dúvidas e esclarecimentos: <http://www.mpa.gov.br>

LICENÇA PARA PESCA ESPORTIVA NO ESTADO DO AMAZONAS
SDS/IPAAM
Governador do Estado do Amazonas

Modalidade: **Esportiva** Nº Licença: **LPE-2229 2012**
Nome: **ERLANDO DAMIAO**
Endereço: **Rua Haroldo Barbosa**
CPF/RG/Passaporte: **84773**
Cidade: **Manaus** Estado: **AM**
País: **Brasil** CEP: **690764**

MODALIDADE	R\$	LIMITE DE CAPTURA
Pesca Esportiva (pesque e solte)	35,00	0 (zero)
Pesca Recreativa	50,00	10kg + 1 exemplar de qualquer peso

Válido por (12) doze meses em todo o estado do Amazonas mediante a apresentação de documento de identidade e comprovante de pagamento.

OS SETE PRINCÍPIOS DO BOM PESCADOR ESPORTIVO

1. Faça o seu planejamento de pesca
2. Respeite os animais e as plantas
3. Respeite os outros pescadores e a população local
4. Cuidado com o seu lixo
5. Cuidado com o fogo
6. Responsabilize-se por sua segurança
7. Ajude a fiscalização ambiental

Logos: **IPAAM**, **Amazonas Tur**

Fonte: MPA, 2012; IPAAM, 2012.

Uma das reivindicações das autoridades municipais e dos pescadores pilotos é que a taxa cobrada por esses órgãos para licenciarem esses pescadores não se traduz em benefícios para a categoria ou mesmo em melhoria da fiscalização dos recursos pesqueiros na RMRN.

Caso as instituições conseguissem realizar um acordo de pesca⁴⁶ em torno dos recursos pesqueiros, e, assim, a pesca comercial e a esportiva fossem realizadas de forma democrática, dentro de um plano de manejo que contemplasse os anseios de todos os grupos envolvidos (comunidades ribeirinhas e indígenas, pescadores comerciais de peixe comestível e ornamental, empresários, pilotos, mediados pelo Estado), os conflitos acerca da apropriação dos recursos naturais poderiam ser resolvidos ou, pelo menos, amenizados.

Os operadores imaginam que o que garantirá o futuro da pesca esportiva na cidade de Barcelos é uma fiscalização efetiva, isto é, o pescador de peixe comestível deixar de pescar o tucunaré, estrela da pesca esportiva, adotando o sistema de cota zero. Esse sistema que postula a proibição total da captura de uma espécie, defendido somente pelos operadores, não é aceito

⁴⁶ Definido como um processo de gestão comunitária e participativa dos recursos pesqueiros de uma determinada região ou área. Nele, de forma participativa e incluindo todos os grupos que disputam os recursos pesqueiros, são definidas as regras e critério de como pescar. Instrumento complementar do ordenamento pesqueiro como forma de prevenir danos e conflitos ambientais. Este instrumento é regulamentado pelo Ibama na Instrução Normativa nº 29, 31 de dezembro de 2002. O Estado é apenas o regulamentador, pois as decisões são tomadas pelos grupos envolvidos.

em lugar algum, e muito menos em Barcelos pelas demais categorias de pescadores locais⁴⁷, principalmente pelos pescadores comerciais. Os operadores flexibilizaram a pesca do tucunaré para o consumo local, no entanto, argumentam que a população local não inclui o tucunaré em sua dieta.

Podemos realmente constatar essa afirmação em nossas entrevistas com os pescadores comerciais. O tucunaré é pescado para ser enviado para outros municípios. A população local prefere o peixe branco e não inclui o tucunaré, considerado peixe preto.

3.1.4 De pescador a guia

Com o declínio da pesca ornamental e *boom* da pesca esportiva, ocorreu a mudança da condição de pescador para guia. Assim a atividade de guia/piloteiro se apresentou como uma oportunidade de conseguir renda. O pescador autônomo que administrava seu tempo de trabalho e era o dono dos meios de produção, guiado pela natureza, passa a ser um operário da indústria do turismo, à mercê dos caprichos tanto do operador quanto de cada pescador-cliente⁴⁸.

Na visão de alguns pescadores e autoridades entrevistadas só o dinheiro não é o suficiente para que o pescador se sinta bem na pesca esportiva como piloto. Segundo relatos de alguns pescadores ornamentais, se os pilotos tivessem melhores condições na pesca ornamental, eles não sairiam dessa modalidade para se tornarem guias.

Isso ocorre porque, na pesca ornamental, o pescador é autônomo, administra seu tempo, tem maior autonomia. Embora ganhando menos do que ganhariam como guias na pesca esportiva, preferem trabalhar na coleta do peixe ornamental. Pode-se perceber que, para eles, a liberdade e a autonomia são sinais de qualidade de vida, e isso está acima do dinheiro que possam ganhar como guias. Alguns afirmaram não ter liberdade como guias, são empregados, funcionários de uma empresa, com vários patrões, isto é, além do operador, cada pescador-cliente, também se torna um patrão durante a pescaria.

Então surge uma falácia muito difundida entre os que se beneficiam da pesca esportiva em Barcelos de que ser guia é uma mudança de vida, uma melhoria nas condições de trabalho, mas essa visão não é partilhada plenamente pelos guias. Eles reconhecem que

⁴⁷ Os pescadores locais sentem que, se algo assim for implantado, seus direitos tradicionais sobre a pesca será transferido para os pescadores de fora, os *outsiders*, no qual está incluído o turista.

⁴⁸ A opção por pescador-cliente é para acentuar a relação de consumo entre o pescador local e o turista. Neste trabalho os termos pescador-cliente, turista, pescador esportivo se alternaram como sinônimos.

conseguem dinheiro para comprar objetos de consumo no final do ano, porém, preferem que a situação da pesca ornamental fosse melhor.

Neste trabalho, definir-se-á o turista da pesca esportiva com a categoria de pescador-cliente, categoria mais abrangente, que mostra o real caráter de seu *status* e demonstra a relação que mantém com o guia e com o operador de turismo. Ele não é só pescador, mas, para o guia e o operador, é essencialmente um cliente que deve ser servido de acordo com serviço pelo qual está pagando, por isso o serviço deve ser prestado de forma impecável. Nesse sentido, os piloteiros nunca se esquecem de que são empregados a serviço dos pescadores-clientes. Sua autonomia é retirada, e se estabelece a relação tradicional de consumo.

Diante dessa constatação e considerando o trabalho numa visão exclusivamente econômica, poder-se-ia concordar com afirmação acima, mas em relação às condições de trabalho e à autoestima do indivíduo, isso não se confirma. Quando o sujeito passa de pescador autônomo, livre, administrador de seu tempo de trabalho para um empregado da indústria do turismo, ou seja, um assalariado, com horários e deveres a serem cumpridos, ele perde sua autonomia.

Muitos pescadores não estão dispostos a deixar de lado sua liberdade para se submeterem a esse regime de trabalho, mesmo que essa atividade seja mais rentável e, assim, preferem ganhar pouco realizando a pesca comercial ou ornamental. Outros só aceitam porque não veem outra oportunidade de trabalho que tenha uma renda razoável na cidade de Barcelos.

Dessa forma, Barcelos parece embriagada pela pesca esportiva. Como ela está em seu auge e gera muita renda para o município, esquecem-se as outras modalidades de pesca, como a pesca esportiva, e é dada àquela mais atenção. Basta observar as últimas festas do peixe ornamental na cidade. Segundo moradores tradicionais que acompanham essas comemorações, a festa vem decaindo a cada ano.

3.2 RELAÇÕES SOCIAIS NA PESCA COMERCIAL DE PEIXE COMESTÍVEL

3.2.1 A parceria

Há três formas de parceria na pesca comercial de peixe comestível em Barcelos. A primeira se estabelece entre o pescador-proprietário, dono do barco geleiro, e o pescador-parceiro; a segunda, entre os pescadores-parceiros, chamada de pescaria de *parceiragem*; e a terceira parceria se estabelece entre o pescador-proprietário e o patrão.

A parceria entre o pescador-proprietário e o pescador parceiro se dá de forma tradicional, isto é, o dono do barco proporciona as condições materiais, quais sejam o motor, o rancho, o combustível e o gelo, para que ocorra a pescaria, e, em contrapartida, o pescador-parceiro lhe vende a produção por um preço abaixo do praticado no mercado local.

A segunda forma de parceria na pesca é aquela que os pescadores chamam de *parceiragem*, ou seja, uma pesca em grupo ou em dupla, e que ocorre em razão da espécie de peixe que os pescadores querem capturar. Eles dizem que colocar malhadeira na pescaria do fera e do pacu exige, pelo menos, duas pessoas, caso contrário, correm o risco de o bicho, jacaré ou boto, rasgar a malhadeira.

Em dupla ou em grupo, eles agilizam a pesca e não dão tempo para o bicho danificar a malhadeira ao tentar comer os peixes emalhados. Essa relação pode ser considerada a parceria *strictu senso*, e seu objetivo precípua é evitar perder o material e o peixe para o jacaré.

Às vezes eles convidam para pescar de *parceiragem* [parceria]. Pescar de *parceiragem*, de dois em dois. Assim, quando o cara tá pegando pacu ou quer pescar fera mesmo, aí bota a malhadeira, vai em dois em dois. O fera, e o pacu é com a malhadeira, tem que ser dois, senão tem muito jacaré, não dá tempo pegar a malhadeira da gente rasga tudo. [...]. Porque um estar de um lado, e o outro do outro. Se for só um o jacaré vai comendo atrás [os peixes que caem na malhadeira]. (J. J. M. N., 55 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

A parceria entre o pescador-proprietário e o atravessador não se poderia chamar propriamente uma parceria, mas uma relação comercial, com todas as suas peculiaridades amazônicas, isto é, com a permanência de algumas características do sistema de aviamento. O atravessador é uma figura central na pesca comercial de peixe comestível, tanto para o gelador quanto para o facheador.

3.2.2 A relação entre o pescador-proprietário e o patrão

A relação entre o pescador-proprietário e o patrão é assimétrica, principalmente em relação à venda do pescado, cujo preço o patrão determina, bem como determina quais espécies devem ser capturadas por viagem.

O patrão-atravesador ganha pelo menos 100% de lucro em cima do valor pago ao pescador na beira. Assim se expressa um pescador-proprietário: “quando a gente entrega para eles, eles pagam mais barato pra gente, se eles estão vendendo de R\$ 6 reais, eles pagam no mínimo pra gente de R\$ 4,00 e 3,50 reais o quilo [...]. Eles que dizem o preço do peixe.” (J. J. M. N., 55 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

O pescador-proprietário chega da pescaria cansado, por isso ele tem interesse em vender logo a produção, tanto para descansar entre uma viagem e outra, como para pagar logo os pescadores-parceiros e começar imediatamente a preparação para próxima viagem. Prefere vender todo o produto ao patrão ou outro atravessador a tentar ele próprio vender.

Uma vez que o pescador acha mais vantajoso vender o seu peixe mais barato, é melhor vendê-lo de uma vez do que ter trabalho em vender o peixe no atacado, de porta em porta. Então, é nesse momento que o atravessador aparece como uma peça principal na cadeia produtiva do peixe comestível. “O preço é quatro reais, aí o atravessador diz que dá três e cinquenta, mas fica com tudo, aí o cara entrega né, para evitar de tá vendendo o peixe. Aí o cara passa dois ou três dias, e já tá dispensado para o cara viajar de novo né (J. J. M. N., 55 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012).

3.2.3 A relação entre o pescador-parceiro e o pescador-proprietário

A relação entre o pescador-proprietário e o pescador-parceiro, assim qual na relação com o patrão é assimétrica, porém, na hora da pesca, há uma parceria. O dono do barco, antes de tudo, é um parceiro do pescador.

Com o término da temporada de turismo, aumenta o número de pescadores comerciais na beira⁴⁹; quando o turismo está em alta, diminui o número de pescadores comerciais. Isso ocorre, porque alguns pescadores-parceiros acham que o trabalho como guia é uma oportunidade de ganhar mais e, assim, comprar eletrodomésticos ou outros produtos na cidade.

⁴⁹ Local em frente à cidade de Barcelos onde ancoram os barcos pesqueiros.

Alguns pescadores-proprietários relataram que na alta temporada da pesca comercial, isto é, na época da cheia, seu motor chega a ter dez pescadores-parceiros. Vale salientar que, para o pescador comercial, a alta temporada não se confunde com o aumento da captura do pescado que ocorre na seca, ao contrário, a alta temporada se confunde com o aumento do preço do pescado provocado por sua escassez.

Dessa forma, quando o peixe escasseia, aumenta o número de pescadores-parceiros para capturar mais peixe. Quando o rio desce, inicia a pesca esportiva, mas também aumenta a captura do peixe. Logo o preço baixa e diminui a mão de obra na pesca comercial.

Com quatro pescadores, o proprietário consegue pegar a mesma quantidade de peixe, que antes exigia dez pescadores. Quando o rio seca, é necessário mão de obra na pesca esportiva e diminui a demanda por pescadores na pesca comercial, porque tem muito peixe e sua venda fica difícil.

Perguntou-se a um proprietário qual o período da alta temporada e o que a caracterizaria, ao que ele respondeu: “mês de julho, o rio tá cheio [...] aí o peixe é mais difícil né, aí tem que colocar mais pescador pra pegar mais peixe. Ai quando seca tem mais peixe, e diminui os pescadores [...]. É mais difícil vender o peixe.” (C. P. C. B. N., 44 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Assim, em julho, o rio está cheio, o que torna mais difícil a captura do peixe. Então, para que o proprietário possa ter algum lucro, ele precisa aumentar o número de pescadores. Com a cheia, diminui a captura do pescado, e essa escassez gera maior demanda do produto. Em função disso, ao mesmo tempo se torna fácil para o pescador vender sua produção e aumentar seu lucro, pois o preço também aumenta.

Em dezembro, no período de seca dos rios, considerado baixa temporada para os pescadores comerciais, ocorre o contrário, o peixe sobeja, com isso, necessita-se de um número menor de pescadores para conseguir a mesma produção que se tinha com um número maior de pescadores durante a seca. Com a abundância de peixe na cidade, a demanda diminui, e o preço baixa, dificultando a venda do pescado.

No processo de escolha dos parceiros, o pescador-proprietário leva em conta a agilidade do pescador, sua capacidade em ser bastante produtivo e a possibilidade de pagar o vale que recebe ao sair para pescaria. Como são poucos, os proprietários conhecem os pescadores que preenchem esses requisitos.

Sim, a gente já tá acostumado a trabalhar né. Já conhece quem dá conta do trabalho né. Quem não trabalha a gente conhece também né. Assim depende

(deles) que se esforçam mais, entendeu? Agora os que trabalham menos, a gente se amarra um pouco, não é toda viagem que vão que pagam a conta [vale+gasolina da rabeta]. (J., geleiro, trabalho de campo, 2012)

O sistema de vale é um compromisso pessoal entre o pescador-parceiro e o pescador proprietário. O pescador recebe o vale para deixar com a família e dar provimento em suas necessidades enquanto este estiver no rio. Dependendo da embarcação, da temporada e mesmo da destreza do pescador, ele pode pegar entre R\$ 200,00 reais até R\$ 1.000,00 mil reais.

O vale é um adiantamento que o pescador-proprietário dá aos parceiros e **que** varia de pescador para pescador, pois cada um pede determinada quantia ao proprietário. Porém, o proprietário se preocupa que a dívida gerada pelo vale não cresça e que seja quitada a cada viagem.

A gente pergunta se vão sair pra pesca e eles dizem que vão, mas pedem x de dinheiro [o vale]. A gente dá aquela importância para ele. Porque todo pescador tem o negócio de pedir um vale né. Aí vão para pesca. Aí é difícil né, quando eles trazem [peixes] para sanar aquele compromisso tudo bem, senão a gente tem que pagar o peixe deles... aí vai de novo, pega outro tanto de dinheiro. (C. P. C. B. N., 44 anos, geleiro)

Ao diferenciar o valor do vale, de acordo com conhecimento que tem de cada pescador, o pescador-proprietário se previne contra o possível prejuízo, pois há pescadores que não produzem o suficiente para receberem o vale. Caso o proprietário não disponha dos recursos, ele recorre ao patrão, que o financia em troca de sua fidelidade na venda do pescado, gerando assim, a relação de aviação na pesca artesanal em Barcelos.

Nessa relação entre pescador-parceiro e pescador-proprietário/patrão, este último é quem determina o valor do preço a ser pago para cada quilo de peixe. Assim, a partir do preço determinado pelo patrão, o pescador-proprietário, determina o preço que pagará ao pescador-parceiro. Essa situação gera um efeito cascata: o patrão compra o peixe do dono do barco por um determinado preço, abaixo do mercado, e este passa para o pescador por outro preço, porque tem que tirar “o seu”, pois é ele quem arca com as despesas do diesel, do rancho e do material de pesca, isto é, com as despesas da viagem.

Assim, o patrão cobra um preço e passa para o dono do barco, que repassa o preço para o pescador-parceiro com um valor menor para que possa ter lucro e pagar suas despesas. “É pago por produção né, aquele que produzir mais é [...]. Eu pago o peixe para eles a 2,50, e

vendo por 5,00. Eu pago meio por meio, do preço que eu vendo, pago meio por meio.” (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Nesse sentido, o pescador-proprietário compra o peixe do pescador-parceiro por um preço mais baixo, revende para o patrão-atravesador, por um preço diferente. Por exemplo, se o pescador-proprietário vender o quilo do peixe por R\$ 3,00 reais ao “patrão”, ele pagará o quilo do peixe ao pescador-parceiro a R\$ 2,00 reais.

Se me pagarem de três reais [o quilo do peixe] eu pago de dois reais para eles, por menos do que isso daí não dá para ele. Aí eu dou o rancho, a despesa do motor todo, tudo é por minha conta, é diesel, é gelo, é rancho, o peixe dele é só pra me entregarem, algum dinheiro que eles querem [o vale], querem tanto, às vezes da R\$ 150, às vezes desconta o dele, pago só o saldo deles lá. (J. J. M. N., 55 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Quando a produção é vendida, não por quilo, mas num todo, o pescador-proprietário divide o dinheiro da venda da produção entre os pescadores-parceiros. Porém, nessa divisão, o pescador-proprietário separa o valor correspondente à despesa da viagem e ao seu lucro.

O patrão é quem estipula o preço do peixe que vai pagar aos pescadores, e nessa cadeia, o preço do peixe sofre duas interferências, ou melhor, duas pessoas lucram com a venda do peixe, até chegar ao consumidor final: o dono do barco paga ao pescador-parceiro um preço, mas também vende por outro preço ao atravessador, porque precisa tirar o seu lucro, e esse atravessador passa ao outro atravessador, em outros municípios, por um preço maior, porque também precisa lucrar na operação.

Nesse processo, o aumento maior ocorre do atravessador para o consumidor final, que chega a aumentar 100% no valor pago ao dono do barco, e mais 100% no valor do pescador que retirou o peixe do rio. Essa é a cadeia de atravessadores dentro da cidade de Barcelos, porque o grande atravessador envia o pescado para outro atravessador nas cidades de Santa Isabel do Rio Negro e de São Gabriel da Cachoeira..Nessas cidades, encontra-se o último atravessador da cadeia produtiva da pesca comercial em Barcelos. Em síntese, a cadeia produtiva do peixe comestível, do geleiro, tem três atravessadores entre o pescador-parceiro e o consumidor final.

A relação de trabalho entre o pescador-proprietário e o pescador-parceiro, como já referido, é de parceria. O pescador ganha com a venda do peixe que consegue pescar durante a viagem, só que vende ao dono do barco por um preço abaixo do mercado, pois é este que arca com as despesas da viagem. A parceria se dá porque o proprietário não garante salário ou

dinheiro ao pescador pela viagem, mas compra o peixe que o pescador conseguir pescar. Nesse sentido, afirma um proprietário:

A cinquenta centavos (a mais) de cada quilo, para cobrir a despesa, mas só cobre a despesa quando eu estou dentro do barco, que é muito pouquinho né, para cobrir uma despesa por cinquenta centavos tem que ser muito peixe, uma três quatro toneladas de peixe para poder cobrir uma despesa. Se eu não estiver dentro do barco, se eu tiver aí eu tou trabalhando todo tempo, né? (J., geleiro, trabalho de campo, 2012)

O proprietário, no final de cada dia, anota em um caderno os quilos e as espécies de peixe que o pescador traz.

Aí quando eles acabam a pescaria, eu vou dividir [quando pescam juntos]. Lá quando eles tão pescando tudo numa parceria, aí o indivíduo sai pra pescar e eu noto o peixe só num lugar. Quando for na hora de prestar conta com eles, aí vou dividir em parte tudo igual, se for cem quilos, vai tocar, dez pra cada, dez pra cada [...]. Quando é separado, quem chegar eu vou pesando o peixe. (J., geleiro, trabalho de campo, 2012)

Na parceria com proprietário do barco, o pescador-parceiro tem parcialmente os meios de produção. Nos geleiros de Barcelos, os parceiros são donos de suas rabetas e de alguns apetrechos, porém quando o parceiro não tem a canoa, o dono do barco empresta uma, cujo uso não é descontado de sua produção.

Essa canoa só tem os apetrechos de pesca, pois o pescador tem um horário de sair e de voltar para o motor, onde ocorrerá a pesagem do peixe e sua acomodação nas caixas, nos isopores ou nos freezers.

Há duas formas de se realizar a pescaria. Uma, em que cada pescador desenvolve a pesca sozinho, pega seu peixe e o vende ao dono do barco; e outra ocorre em parceria entre os pescadores, pescaria de forma coletiva: “A gente faz aquele grupo né, pra fazer só uma pescaria. De malhadeira, só num lago.” (C. P. C. B. N., 44 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012) Nesse caso, a produção é vendida e repartida entre todos e mostra o caráter da parceria. A divisão do peixe ocorre na hora de sua venda: vende-se tudo para o patrão e divide-se o lucro entre os parceiros, depois de retirado pelo proprietário o valor referente à despesa da viagem, com rancho, diesel e vale.

Se quiser dividir em quilo, divide, senão quando chegar, faz a soma do peixe né, aí dá aquela parte deles tudo. Junta toda a produção e divide por cabeça.

Aí pesa, e diz nossa produção deu tanto, aí divide, aí divide ou em peso ou em dinheiro o tanto que vai dá. (C. P. C. B. N., 44 anos, trabalho de campo, 2012)

A escolha entre um ou outro tipo de pescaria dependerá da ocasião e da espécie a ser capturada. Essa parceria entre os parceiros é uma estratégia para aumentar a produtividade ou para capturar determinadas espécies. Assim, a decisão de pescar coletivamente ou sozinho é uma estratégia para aumentar a produção e depende muito do ciclo das águas, da cheia do rio e de outras variantes levadas em conta na hora da escolha.

3.3 RELAÇÕES SOCIAIS NA PESCA ORNAMENTAL

3.3.1 A relação entre pescador ornamental e empresa exportadora

O pescador ornamental parceiro, o coletor,⁵⁰ normalmente é proveniente das comunidades rurais de Barcelos e trabalha de forma autônoma. Eles recebem a encomenda do pescador do atravessador, isto é, do pescador-atravessador que mora em Barcelos e é o intermediário entre o pescador-parceiro e o aquário.

O pescador-atravessador, que também é um coletor, proporciona o trabalho aos seus parceiros que podem ser das comunidades, bem como da sede do município, ao negociar com as empresas exportadoras com sede em Manaus. Ele é o apoio logístico para que o parceiro possa desenvolver suas atividades de coleta e assim, as empresas possam adquirir o produto.

Eu vendo para dois aquários, e mais um pouquinho, porque eu trabalho com Tetra [empresa que vende peixe ornamentais aqui em Manaus] e com a Prestígio [...]. Eles ligam né, pede aquela quantidade de peixe, aí eu já vejo a qualidade né, aí já vou passo pro meninos [pescadores da comunidade ou locais que pescam pra ele], sempre eles pedem várias espécies, aí passo pros meninos, eu digo, você pega esse, você pega aquele tipo, [...] porque não tem

⁵⁰ Prang (2001) diferencia os pescadores ornamentais em quatro tipos: o patrão, o coletor da cidade, o coletor do interior, o piabeiro autônomo. O patrão é o intermediário que compra os peixes ornamentais dos coletores e revende para os exportadores. Pode atuar somente como comprador ou como comprador e coletor, que denominamos de pescador-atravessador. O coletor da cidade vive na cidade e acompanha o patrão nas áreas de pesca ou acampa em alguma “paragem” para pescar por determinado período, geralmente um ou dois meses. O coletor do interior é dividido em dois tipos, os que saem de suas comunidades para os ambientes de pesca ornamental e os que pescam próximo às suas comunidades. Esse pescador-coletor ou, como denominamos, pescador-parceiro desenvolve a pesca ornamental como complemento às outras atividades de subsistência. Já o pescador autônomo, na visão do mesmo autor, tem seu próprio barco e, geralmente acompanhado pela família, entrega o peixe para algum patrão, ou direto para o exportador. Ainda se encontram esses pescadores autônomos, mas sempre ligados, hoje, a um pescador-atravessador, que é o intermediário das empresas.

como pegar duas espécies, até duas o cara pega, mas é muito forçado, podendo cada um ficar com uma espécie é melhor. (E. S. S. 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Por exemplo, eles chegam ao local de pesca e passam uma semana coletando. “O pescador, ele tem deles, porque tem um motorzinho levando eles, cada qual anda com sua lonazinha. Ele arma a barraquinha dele e lá ele fica.” (E. S. S. 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Eles acomodam o peixe pescado durante a semana em uma espécie de viveiro natural, instalado nas margens dos rios. Só depois na hora do transporte é que eles passam para os vasilhames, as caixas de peixes ornamentais. “Eles guardam no viveiro [...] e cada qual tem seu material, e quando chegam lá, já vai armando [...], já na hora de embarcar passa pra caixa.” (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012) Os pescadores ornamentais, durante a pescaria, alimentam-se e dormem em uma espécie de acampamento improvisado, em uma das ilhas escolhidas como lugar para pernoitar.

O trabalho do pescador-parceiro na pesca ornamental é solitário, no entanto, acampam durante a semana em dupla. “Sempre ficam de dois em dois, mas ficam longe, quando não ficam só um. Eles passam a semana lá, duas semanas, passa até de mês, se for possível [...] quando chegam, já montam o viveiro deles. Quando for pescar, ele já deixa armado.” (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012) Quando o pescador-parceiro vem até a sede do município entregar o pescado coletado, aproveita para se abastecer de tudo, inclusive de ração.

O pescador-atravessador que vive em Barcelos é o interlocutor entre o piabeiro e o parceiro e a empresa exportadora disponibiliza um motor para que os piabeiros possam chegar aos locais de coleta da piaba. Esse barco motor vai deixando os pescadores nos locais e depois retorna coletando, operação que pode demorar uma semana. Quando esse peixe chega à cidade de Barcelos, no motor cedido pelo pescador atravessador, este compra a produção.

Traz na caçapa. Para aqui [Barcelos], ainda [...] a gente tem que ver se tá bem alimentado, se tiver bem alimentado vai [no barco recreio para Manaus], se tiver gordinho vai, se não tiver, a gente arreia aqui de novo, para alimentar uma semana aí é que ele vai (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012).

Diferentemente do que ocorre na pesca comercial em Barcelos, na pesca ornamental, o pescador-atravessador não fornece todo o material ao parceiro, nem o rancho ou o diesel.

Assim, ele evita dívidas e age mais como um parceiro e intermediário entre as empresas e os coletores, por mais que, em alguns casos, ele possa fornecer um apoio maior para seus pescadores, tanto da cidade quanto do interior.

Assim, na pesca comercial de peixe comestível, o patrão, grande atravessador, determina o valor do pescado, e aqui também não é diferente, só mudam os agentes. O preço é determinado pela empresa exportadora.

A questão do preço, é que aqui é sempre R\$ 14,00 ou R\$ 15,00 [o milheiro de cardinal], e alguma vez que eles mandam peineirar, quando eles querem assim, não é todo tempo. A gente sempre prefere mandar *coisado* [diversificado, grande, médio e pequeno]. Aí o grande sempre faz a R\$ 17,00 e R\$ 18,00, aqui, o médio, já é uma diferença, aí já baixa, numa faixa de R\$ 13,00, e o pequenininho, o que fica, é numa faixa de R\$ 10,00. Mas tudo é pago, de acordo com seu tamanho [...]. Isso, agora no verão sempre eles pedem, querem grande, mas não tem, às vezes a gente peneira, aí tira pouquinho, a gente já manda todo classificadinho, aí tem um preçozinho melhor né, agora embolado [vários tamanhos] sempre a gente manda numa faixa de R\$ 20,00. (E. S. S., 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Os pescadores-atravessadores na pesca ornamental trabalham com um número variável de parceiros, que dependerá sempre da quantidade de peixes que as empresas exportadoras encomendam por temporada. Neste estudo, encontram-se pescadores-atravessadores trabalhando, em média, com dez a quinze parceiros. No entanto, segundo os relatos, esse número era muito maior no passado. “Isso, mas antes era mais, eu conseguia subir daqui pro [rio] Demeni com trinta pescadores [...], era muito pescador, eu seu ribeiro aí eu nem sei quantos ele tinha.” (E. S. S. 42 anos, trabalho de campo, 2012)

Esse grande número de pescadores-parceiros provenientes das comunidades rurais se justifica pelo momento que a pesca ornamental viveu até a década passada, em que até 60% da renda do Município de Barcelos era proveniente dessa atividade extrativista, como nos lembra um antigo pescador ornamental: “era a renda maior do Município o peixe ornamental. Esse turismo não chega nem a metade do peixe ornamental, era muito dinheiro que rolava aqui na cidade, muitos que não soube aproveitar, não foi que não ganhou dinheiro, é que não soube aproveitar.” (E. S. S. 42 anos, trabalho de campo, 2012)

A principal função do pescador ornamental-atravessador é realizar a intermediação entre o pescador-parceiro (coletor) e a empresa exportadora. Mesmo que ele não seja um empregado das empresas, é visto como seu representante local. Em síntese, o pescador-atravessador compra os peixes ornamentais dos pescadores-parceiros, que podem ser do

interior ou da sede do município, e os revende para a empresa exportadora situada em Manaus. Então, recebe a encomenda da empresa, divide com os pescadores, depois compra por um preço menor e vende por um preço maior para empresa, para tirar o do diesel e do barco que fornece aos parceiros. Recebe o peixe em Barcelos, paga aos pescadores e cuida dos peixes até enviar a Manaus. “Isso mesmo, se morrer é prejuízo meu. O trabalho deles já fizeram né, entregar né, mas tem um parceiro nosso aqui que às vezes pega lá, nem morre, aí ele diz que morre, para não pagar os pescadores.” (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012)

Em Barcelos não tem um aquário ou empresa exportadora. “Não tem não, o que tem são os depósitos que a gente coloca lá no outro lado, que a gente coloca os peixinhos.” (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012). Nos relatos dos pescadores ornamentais, que ao mesmo tempo são atravessadores, foram citadas três empresas, com sede em Manaus, que ainda exportam o peixe ornamental: Tetra Corredora, Tabatinga Aquarium e Prestígio.

Figura 18 - Flutuante onde se armazena peixe ornamental em frente à cidade de Barcelos



Fonte:Trabalho de campo, Barcelos, 2012

Segundo relatos dos pescadores ornamentais, a pesca do peixe ornamental melhorou no final do ano de 2012, mas ficou longe das exportações dos anos de 2006 e 2007 (IBAMA, 2008).

Eu estou dizendo que ele [as empresas] estão pedindo muito, chega final de semana aí já sai, terça-feira, ele falou que era para mandar um peixe sexta-feira, aí eles já foram, e aí eu fiquei. Eles vão chegar sábado, aí tira a nota sexta-feira pra viajar sábado (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012).

3.4 A FIGURA DO ATRAVESSADOR NA PESCA ARTESANAL EM BARCELOS

A figura do atravessador surge dentro da cadeia produtiva das duas principais modalidades de pesca, *i.e.*, na pesca comercial e na pesca ornamental. Já a pesca esportiva se estrutura de outra maneira. Os principais atravessadores são da cidade de Barcelos.

Há dois tipos de atravessadores: o pequeno e o grande atravessador. O pequeno é aquele que compra para revender só em Barcelos e, normalmente, compra tanto do facheador quanto do barco geleiro que chega à beira.⁵¹ O grande atravessador, também conhecido entre os pescadores como patrão, é aquele que compra toda a produção de peixes de determinados barcos geleiros para enviar para outro. Segundo relatos dos pescadores-proprietários, existem pelo menos quatro grandes atravessadores no município.

A figura do pequeno atravessador (Figura 19) na pesca de fachear não existia e começou a se estabelecer quando essa modalidade começou a se estabelecer como uma pesca rentável. Isso se deu com o enfraquecimento da pesca de peixe ornamental e a migração da mão de obra dessa modalidade para outras modalidades de pesca, assim a pesca na modalidade fachear começou a ter sua relevância para o comércio local.

O pequeno atravessador é um pequeno comerciante que compra o peixe do facheador e o revende na cidade, de porta em porta, ou em alguma esquina do município. A figura do atravessador interferiu na venda do peixe pelo próprio pescador e fica com boa parte do lucro daquele.

⁵¹ Beira é como os pescadores se referem ao local, na frente da cidade de Barcelos, onde ancoram seus barcos e descarregam a produção do pesca.

Figura 19 - Pequeno atravessador vendendo peixes nas ruas de Barcelos



Fonte: trabalho de campo, Barcelos, 2013

Nesse sistema, explora-se o trabalho do pescador, e o lucro real passa para o atravessador. Para o pescador-facheador, o atravessador surge como uma possibilidade de venda rápida do peixe, pois o pescador precisa retornar no dia seguinte, ou às vezes no mesmo dia para o rio, não lhe sobra tempo para vender o peixe.

O surgimento do pequeno atravessador na cadeia produtiva da pesca artesanal em Barcelos é recente. Este atravessador não pode ser considerado como patrão, uma vez que ele não financia a pesca do pescador proprietário de barco ou do facheador, mas apenas compra determinadas quantidades de pescado quando esses pescadores chegam de viagem.

Esse fato obrigou o pescador facheador, que não tem como passar a noite facheando e depois sair pelas ruas da cidade de Barcelos oferecendo seu produto, a entregar o peixe nas mãos dos atravessadores, a um preço abaixo do praticado com o consumidor final, porque o atravessador tem sua margem de lucro. Nesse sistema, só o pescador, que é produtor e trabalhador, perde e tem seu trabalho explorado.

A ascensão do pequeno atravessador no processo de comercialização na pesca artesanal de Barcelos não alterou a relação do geleiro como patrão tradicional. O grande atravessador mudou a venda do peixe dentro do Município de Barcelos e tornou obsoleto, nesse sentido, o mercado central onde se vendia peixe, na medida em que o pequeno atravessador não utiliza esse local como lócus para a venda do pescado.

O surgimento do pequeno atravessador dentro da cadeia produtiva da pesca artesanal em Barcelos foi um dos fatores que dinamizaram a venda do produto da pesca artesanal. Com sua ascensão, foi possível proporcionar maior liberdade de escolha na hora de comercializar o pescado por parte dos pescadores donos de barco. A relação de patronagem, tradicional entre o dono de barco e o patrão, torna-se mais fluida, mais dinâmica, na medida em que eles podem vender o pescador para outros intermediários, mesmo que em pequenas quantidades.

Essa relação de patronagem remonta ao sistema de aviamento⁵², característico do extrativismo da Amazônia. O termo aviar foi forjado na Amazônia durante o período da extração da borracha e, resumidamente, significa fornecer mercadoria a crédito.⁵³ “O comerciante, ou ‘aviador’, antecipa o fornecimento de bens de consumo e instrumentos de trabalho ao produtor que, por sua vez, efetua o pagamento da dívida contraída através de produtos extrativos e agrícolas.” (ALVES, 2006, p. 66)

O aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica. Depois do ciclo da borracha, o aviamento passou a ser reformulado em termos menos policiais, mas continuou sendo igualmente dominante em todas as esferas da produção. (ARAMBURU, 1994)

Esse sistema era formado por uma cadeia de relações socioeconômicas, com diversos intermediários e tornava o coletor de produtos extrativista dependente do aviador, num círculo intermitente de submissão e dependência. O aviador, em alguns setores da pesca conhecido como patrão, tinha toda a liberdade de reajustar os preços das mercadorias fornecidas.

Essa relação sempre gerava o endividamento do produtor/coletor, e esse endividamento o obrigava a vender o produto ao seu aviador, isto é, ao financiador (ALVES, 2006, p. 67-8). Esse sistema proporcionava segurança ao aviador dentro de relações sociais, que incluía a troca de favores entre as partes, e estabilidade na produção. Era, portanto, uma forma de pacto social que se dá na relação aviador-aviado.

Na pesca, não se diferencia muito. Nesse caso há a exploração do pescador-parceiro e mesmo do pescador-proprietário, isto é, ocorre a extração de valor do produtor para os intermediários. Nesse sistema há uma extração de valor do pescador-parceiro para os atravessadores, em um espiral, que extrai renda do trabalhador e acumula na fonte da cadeia de intermediários.

⁵² “O aviamento esteve presente, também, em outros importantes produtos extrativos da região, como a castanha. Sua influência na pesca fez-se também sentir e se exprime na própria linguagem do pescador de hoje, quando se refere a um ‘patrão’ que ‘avia’ sua embarcação. Como é sabido, o auge da extração da borracha foi também o auge das relações comerciais próprias do aviamento. Na época, organizava-se como uma ‘cadeia hierarquizada’, iniciando com as grandes firmas aviadoras, que obtinham financiamento nos bancos da capital (Belém) e, em seguida ligando-se aos médios e pequenos aviadores, até chegar ao produtor direto.” (ALVES, 2006, p. 67)

⁵³ “Embrão de um grande mecanismo que pôs a funcionar toda a economia amazônica da fase da borracha e que persiste em nossos dias, se bem que modificado e com importância atenuada.” (SANTOS, 2005, p. 156)

Antes, havia uma troca de mercadorias entre o comerciante (aviador) e o produtor (aviado), sem a mediação da moeda. Hoje, porém, na pesca, não ocorre essa forma de escambo,⁵⁴ típica do aviamento amazônico, mas permanece o compromisso do produtor (pescador) em vender sua produção (o pescado) ao patrão aceitando suas condições de preço.

A relação entre o comerciante e o freguês é uma relação social central na vida do interior amazônico, pois não só possibilita a existência de produção mercantil, mas constitui relação de poder sujeita a uma moralidade que dispõe prescrições morais de ajuda aos fregueses em casos de perigo (doenças, carestias etc.) em troca de uma relação comercial monopolista. (ARAMBURU, 1994)

Nesse sentido, há uma relação de confiança e lealdade entre o pescador-proprietário e o patrão. “A fidelidade comercial do freguês é um termo de uma relação cujo outro termo são as obrigações morais que os patrões têm para com seus clientes em casos de dificuldade” (ARAMBURU, 1994). Nessa relação, cria-se um *habitus*, isto é, uma internalização da estrutura, das disposições vividas como naturais, internalizadas (BOURDIEU, 2007).

Essa relação permanece: o patrão continua sendo o suporte, o apoio para o pescador-proprietário. É ele quem fornece o dinheiro para abastecer o barco e dá o vale dos pescadores parceiros. É ele quem compra quase toda a produção e envia para outros municípios, como São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro. Nesse sentido, a relação originária permanece e mudam apenas seus contornos e as possibilidades para os pescadores proprietários.

Alguns pescadores que antes vendiam (atravessavam)⁵⁵ seu peixe na cidade depois de uma pescaria, notam uma mudança, com o surgimento do pequeno atravessador, aquele que compra peixe do facheador, a qual se refere ao preço, porque o facheador tem que vender o pescado mais barato para o atravessador, para este tirar seu lucro. Com isso, parte do lucro que poderia ficar com o pescador é transferido para o atravessador.

Mudou. Da época pra cá, por exemplo, mesmo no período assim do dinheiro, né. Quando eu trabalhei, eu mesmo atravessava (vender o peixe para população local) meu peixe. Eu vendia um quilo aqui, dois quilos ali, aí com o período do atravessador a gente ganhou muito mais menos, porque a gente não conseguiu vender o peixe correto que é o da cidade. Por exemplo, olha,

⁵⁴ Por outro lado, a troca entre o comerciante e o freguês dá-se geralmente sem a mediação da moeda, é um sistema de escambo em que a moeda serve apenas como referência de valor. Nesse sistema de crédito sem dinheiro, o escambo anula os princípios jurídicos do mercado ao acabar com um dos seus fundamentos: a liberdade de compra e venda (ARAMBURU, M. 1994).

⁵⁵ Atravessar é como alguns pescadores se referem ao ato de vender seu próprio pescado na cidade de Barcelos.

para ter uma ideia, eu pegava mais pouco peixe antigamente, mas eu meu dinheiro rendia muito. Vendia bem vendido o peixe (vendia o peixe direto para a população e com isso ficava com o lucro, que hoje fica nas mãos dos atravessadores), por exemplo, eu atravessava meu peixe no mercado, tirei mais ou menos uns quinze anos, mas eu mesmo atravessava meu peixe, quando eu chegava de manhã cedo eu vendia tudim. Se eu chegasse, com 70 kg, eu vendia tudim, não tinha atravessador na rua, né, vendia só no mercado. Ganhava um bom dinheiro, agora tem que pegar muito peixe que é pra poder ganhar [ter lucro]. Olha por exemplo, aqui não vende, você acredita que não vende, você pode colocar aí, o peixe fica aí, pode colocar uma placa aí, não vende porque os caras acostumaram a levar em porta em porta, os atravessadores [...], aí povo não quer, já sabe que vai vir (o povo). Não vai nem atrás, Não época eles iam, quando ia saía pra fachear e retornava de manhã, a gente chegava de madrugada lá, [...], como estou dizendo pra você o atravessador já acostumou deixar na porta, a gente coloca peixe lá [mercado da cidade] não vende, aí fica morfando o peixe lá, passa três quatro dias, aí vai ficando velho, aí você não vende mais né. E aí eu digo que mudou muito por causa disso, eu cansei de pegar de cem quilos, oitenta, setenta quilos, aí eu atravessava e chegava em casa com dinheirinho no bolso. (B. N., 47 anos, facheador, trabalho de campo, 2012)

O facheador não tem um atravessador certo, e na cidade há poucos atravessadores São, em média, seis que trabalham com carrinho na rua vendendo o peixe, ou atravessando, como na fala dos facheadores: “É a gente vende, por exemplo, é nosso conhecido, às vezes um quer cem quilos, às vezes outro já quer duzentos, e a gente tira o peixe pra gente assim, cinquenta pra um, às vezes quer quarenta. Não tem atravessador forte que leve tudo de uma vez não.” (B. N., 47 anos, facheador, trabalho de campo, 2012)

Não há uma disputa, uma concorrência entre o grande atravessador, patrão, e o pequeno atravessador, mas uma relação de complementaridade, na medida em que na pesca comercial existem dois tipos de pescadores, que são o geleiro e o facheador. O pequeno atravessador trabalha em parceria com o facheador, às vezes compra o peixe do geleiro, no entanto, não chega a abalar a relação patrão e dono de barco e, por mais que seja visto como uma possibilidade a mais de venda do pescado para o pescador artesanal, não tem condições de absorver toda a produção do geleiro, pois está voltado exclusivamente para o comércio fora do município.

Nesse sentido, ele é apenas uma opção temporária, pois quando os geleiros precisam de crédito para abastecer ou pagar o vale dos pescadores-parceiros, recorrem sempre ao patrão, que também é intermediários dos frigoríficos e responsável por enviar a produção para outros municípios.

O pequeno atravessador tem pouco potencial de ajuda, pois atua com pouco capital, e seus fregueses são locais e dispersos, não há uma regularidade na venda do produto, por isso

ele trabalha mais com o facheador e a pequena produção da pesca artesanal. Vender a produção para o pequeno atravessador facilita a atividade do facheador, que precisa voltar o quanto antes a pescar, então ele vende para o atravessador e já começa a preparar a viagem do dia seguinte. Essa prática livra o facheador da responsabilidade e do trabalho de vender o pescado.

Uma vantagem do facheador é que ele pode vender seu produto para qualquer atravessador interessado e para aquele que oferecer o melhor preço; ele não tem compromisso assumido com nenhum atravessador em especial. Essa liberdade não é permitida ao pescador geleiro, na medida em que o patrão lhe forneceu crédito para que pudesse ir pescar. Ele assume, então, o compromisso de lhe vender a produção, ao preço que o patrão determina, segundo a cotação do mercado. Essa relação vincula o pescador geleiro ao patrão financiador e se torna uma relação assimétrica, uma relação de patronagem.

Em resumo, podem-se descrever quatro características essenciais que diferenciam o patrão do pequeno atravessador: (1) o pequeno atravessador trabalha com pouco capital; o patrão, não; (2) o pequeno atravessador não financia a pescaria; o patrão, sim; (3) o pequeno atravessador compra a produção mediante negociação de preço, pois precisa ter lucro ao revender o pescado; o patrão determina o valor do pescado, segundo critérios que ele mesmo estabelece; (4) o patrão mantém relações comerciais em outros municípios para onde envia o pescado; o pequeno atravessador comercializa o peixe exclusivamente dentro do município.

Assim, a cadeia de intermediação que demonstra a relação de patronagem mais nitidamente é a que se dá entre o geleiro e o patrão. Cruz (2007) encontrou essa relação entre o pescador e os atravessadores no porto da Panair, em Manaus. Ele identificou uma rede de intermediários na qual o despachante aparece como a figura central na comercialização do pescado e garante ao pescador-proprietário uma venda rápida da produção, o que lhe possibilita voltar o quanto antes ao rio para uma nova pescaria:

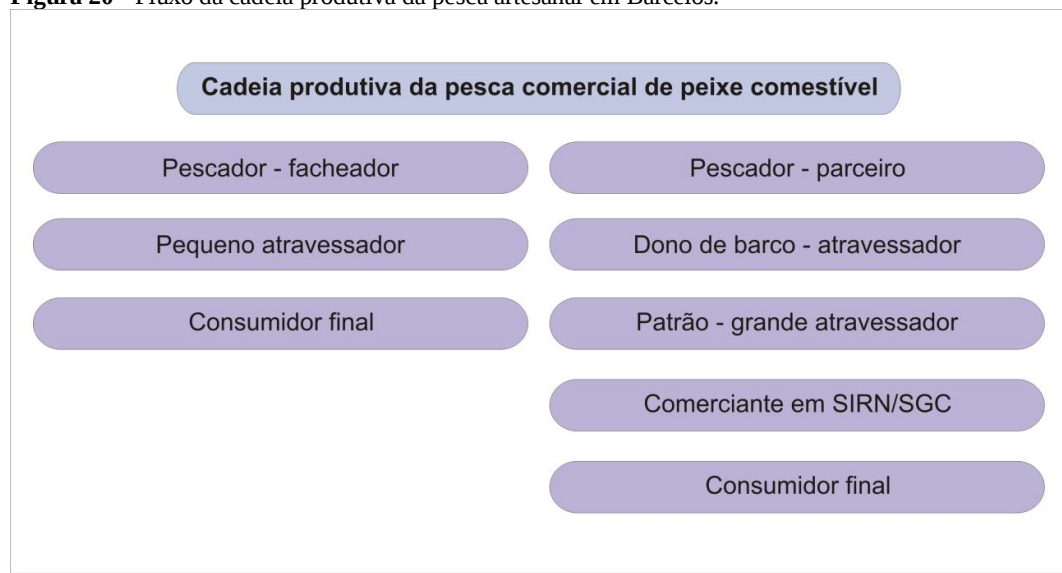
No porto de desembarque, em Manaus, desenvolveu-se uma rede de intermediários, na qual o despachante aparece como a figura mais importante, uma vez que exerce todo controle sobre a produção. Este negocia o pescado ainda nos barcos e garante aos seus proprietários, armadores de pesca, uma venda segura e rápida, possibilitando, desse modo, o retorno quase que imediato aos lugares de pesca. Os despachantes controlam, ainda, a distribuição para a cidade por meio de venda facilitada aos feirantes, os quais podem liquidar seus débitos em 24h, ou seja, no início da venda realizada diariamente à noite, às 22h no porto da Panair rio Negro. (CRUZ, 2007, p. 156)

Assim como ocorre em Manaus, em Barcelos o atravessador, seja ele patrão ou o pequeno atravessador, garante a venda rápida do pescado e possibilita o retorno dos pescadores ao rio, o mais rápido possível. Em Manaus, o despachante controla a distribuição do pescado para a cidade, em Barcelos, e o patrão possibilita a venda do pescado para outros municípios.

A rede de intermediários em Barcelos na pesca comercial não é muito longa. Para o facheador, existe apenas um intermediário, o pequeno atravessador, que compra seu pescado e o revende nas ruas da cidade para o consumidor final. A rede assim é constituída apenas de três agentes, o pescador, o atravessador e o consumidor final.

Já na pesca comercial do geleiro, essa cadeia é maior e envolve diversos agentes. Na rede de intermediários do pescador de geleiro, podem-se identificar cinco agentes, e a figura central nessa cadeia é o patrão. Há o pescador-parceiro, que é realmente o pescador, o primeiro elo da cadeia, aquele que retira o peixe do rio; há o segundo, o pescador-proprietário, que também é um pescador, e é considerado neste trabalho como o primeiro atravessador, na medida em que compra o peixe do parceiro e o revende ao patrão. A partir da análise das relações de trabalho entre o pescador-proprietário e o pescador parceiro, percebe-se que, ao final de cada viagem, o proprietário compra o pescado dos seus parceiros por um preço inferior ao do mercado local. Nesse sentido, o pescador-proprietário se torna o primeiro atravessador dentro da cadeia produtiva da pesca comercial de peixes comestíveis, na cidade de Barcelos.

Por terceiro, há o patrão, como a figura central na cadeia produtiva do pescado. Ele compra o pescado do gelador e o envia para fora de Barcelos, principalmente para Santa Isabel do rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. O quarto são os compradores nesses municípios, que repassam ao quinto e último elo da cadeia, o consumidor final.

Figura 20 - Fluxo da cadeia produtiva da pesca artesanal em Barcelos.

Fonte: Trabalho de Campo, 2013

Essa relação não ocorre com o facheador, pois, quando pesca em conjunto com outro pescador, a divisão é igualitária. Tanto na pesca comercial quanto na pesca ornamental, o pescador, seja ele proprietário, parceiro ou atravessador, detém os meios de produção, e depende parcialmente do patrão ou da empresa exportadora, no caso da pesca ornamental, porém, quando esse trabalhador da pesca passa a trabalhar como piloto, a situação muda. Ele passa de um trabalhador autônomo ou parceiro para um empregado, contratado pelas operadoras de turismo. E, nesse caso, não vende produto, mas sua mão de obra. De pescador a empregado, agora tem que seguir horários, normas e servir aos turistas. Sua contratação depende de seu conhecimento acerca da natureza, principalmente referente à pesca do tucunaré. Assim, despossuído dos meios de produção, passa a vender sua força de trabalho e seus conhecimentos sobre a região e a pesca para a indústria do turismo.

Há pescadores geleiros que atravessam, ou seja, vendem seu próprio peixe, no entanto, essa não é a regra em Barcelos. O comum é o pescador proprietário vender o peixe para o atravessador, seja ele o patrão ou o pequeno atravessador. Como mostra o relato a seguir:

É, eu não tenho comprador nenhum. Vendo meu peixe. Porque você chega aqui, o comprador compra seu peixe, uns dois reais, em São Gabriel é 15 a 16 reais o quilo do peixe, lá em São Gabriel é mais dobrado do que a gente aqui que vende pra eles. Aqui não, eu pego vendo meu peixe, às vezes eu vendo de R\$ 5 reais o quilo para sair logo. (W. C. S., 58 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

3.5 ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS DE BARCELOS

As múltiplas e profundas transformações que marcam a sociedade contemporânea, particularmente aquelas que afetam as relações entre o ser humano e seu habitat, têm colocado dilemas e perspectivas na forma de vida e organização de diversos grupos tradicionais na Amazônia.

Essas transformações de natureza social, política e ambiental desencadearam um processo acentuado de mobilização dos pescadores artesanais⁵⁶, por meio de suas representações associativas no Brasil. No entanto, esse processo tem ocorrido, no estado do Amazonas, de forma dinâmica e emergente e tem sido protagonizado pelas principais e, hoje, oficiais entidades, no Brasil, representativas da pesca artesanal:⁵⁷ colônias, sindicatos e associações de pescadores artesanais, às quais os pescadores podem se associar.

Nas últimas décadas, no estado do Amazonas, tem aumentado a criação de entidades representativas dos pescadores artesanais. Em diversos municípios surgiram sindicatos, associações e cooperativas de pescadores, e, em algumas cidades, o surgimento dessas novas formas associativas entrou em conflito direto, pelo monopólio da representatividade dos pescadores, com a Colônia local, representante histórico dessa categoria de trabalhadores. Além dos trâmites legais em cartórios e outros órgãos governamentais, essas entidades devem se registrar no MPA e podem se filiar, no caso de novas Colônias, à Federação Estadual dos Pescadores do Amazonas e Roraima (FEPESCA), filiada à Confederação Nacional dos Pescadores Artesanais. Os novos sindicatos estão ligados ao Sindicato dos Pescadores Amazonenses (SINDIPESCA), filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Outra instituição associativa que surge nesse cenário são as cooperativas de pescadores, ainda que de forma tímida, com pouca expressividade econômica no setor pesqueiro amazonense.

A maioria dessas entidades age como um movimento social organizado⁵⁸, na luta por direitos e afirmação de autonomia organizativa. Tornaram-se protagonistas de uma nova

⁵⁶ O pescador artesanal se enquadra na categoria, segundo a nova lei da pesca de 2009, Lei Nº 11.958/2009, de pescadores profissionais – pessoa física, brasileira, licenciado pelo órgão público, atualmente está a cargo do Ministério da Pesca e Aquicultura, que exerce a pesca com fins comerciais. No caso do pescador artesanal, pescador profissional é aquele que pratica a pesca de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria utilizando ou não embarcações de pequeno porte. O caso dos pescadores artesanais do Amazonas se enquadra, em sua maioria, nessa condição.

⁵⁷ A pesca artesanal no Brasil, e principalmente no Amazonas, é responsável por grande parte do pescado consumido. Ela ajuda na preservação de lagos e rios, mantém empregos nas comunidades tradicionais. A pesca artesanal é importante para o desenvolvimento sustentável dos recursos pesqueiros do País. (MPA, 2010)

⁵⁸ Conforme Scherer-Warren (1989), um movimento social é constituído por quatro elementos: práxis, projeto, ideologia e direção/organização. Mais à frente se aprofundará essa definição de movimento social.

história da mobilização social dos pescadores⁵⁹, entretanto se sabe que, nem sempre esses grupos atuaram de forma independente, pois estiveram à mercê dos governos de plantão das três esferas da Federação – União, estados e municípios.

Nesse contexto, encontra-se a situação contraditória das colônias, sindicatos e associações de pescadores no estado do Amazonas: entre sujeitos autônomos e participantes, protagonistas de sua história e lutas, ou apenas sujeitos passivos de políticas governamentais.

Essas organizações representativas muitas vezes atuam de forma híbrida, sobrepondo formas tradicionais de fazer política como clientelismo, autoritarismo e novas ações democráticas com a criação de espaços participativos, eleições internas, consultas etc. E assim, fazer uma análise superficial e simplista da atuação dessas organizações, enfatizando apenas suas contradições, pode ofuscar seu dinamismo e principalmente o seu protagonismo.

No Brasil, a organização formal dos pescadores em colônias teve sua origem em 1817, por meio do Decreto da Coroa Portuguesa. Essa forma de associativismo não levou em conta as peculiaridades do contexto brasileiro. Desde então, esse modelo associativo veio se expandindo para todo o território nacional, tornando-se a forma mais usual tanto no litoral, com os pescadores do mar (DIEGUES, 1983), quanto no interior, com os pescadores dos rios (FURTADO, 1993). “O primeiro estatuto das colônias de pescadores data de 1º de janeiro de 1923, assinado sob a forma de aviso, proveniente da Marinha.” (MORAES, 2001, p. 39)

Nesse documento, elas foram definidas como agrupamentos ou agregados de pescadores. Para desenvolver a atividade, o pescador ficava obrigado a se matricular nessas entidades. Entretanto, somente com a Portaria 471, de 26 de dezembro de 1973 do Ministério de Estado da Agricultura⁶⁰ é que as colônias de pescadores tiveram sua forma jurídica instituída pelo poder público e passaram a ter visibilidade social.

Esse documento define a estrutura e forma de organização dessa categoria de trabalhadores e, assim, ficou conhecido como o novo estatuto das colônias. Como se percebe, as colônias de pescadores, desde o início de sua constituição, tiveram íntima relação com o Estado brasileiro e atrelaram suas atividades às iniciativas de governo.

Esse reconhecimento jurídico foi importante porque proporcionou reconhecimento social aos trabalhadores da pesca. A representatividade política dos pescadores passa pela instituição que os representa jurídica e socialmente. Todavia, na origem de sua formação, as

⁵⁹ Nesta investigação, não se privou de mostrar as contradições na atuação sociopolítica dessas organizações. Contradições estimuladas pelas forças políticas tanto oficiais (poder público) quanto a representação maior dessas entidades (Federação das colônias, sindicatos e associações). Também não se deterá muito sobre as associações, pois, como se verá mais adiante, muitas delas estão ligadas aos sindicatos ou se transformaram em Colônias de pescadores, como é o caso da Colônia de Pescadores Z-33 de Barcelos – AM.

⁶⁰ Até então, as colônias de pescadores estavam sob a tutela desse órgão do Estado brasileiro.

colônias de pescadores foram criadas com o objetivo de o Estado brasileiro interferir na organização dos pescadores, manipulando e tutelando suas ações por meio de nomeações dos presidentes da confederação, das federações e das colônias (FURTADO, 1993), como bem relembra o relato do pescador registrado na cartilha da Colônia de Santarém (PA), que diz o seguinte:

Durante um longo período a Colônia de Pescadores foi, tradicionalmente, controlada por agências do Governo Federal e os presidentes das Colônias, até pouco tempo atrás, eram indicados pelos políticos municipais ou oficiais do Governo Federal. Nesse período, os Estatutos das Colônias eram aprovados por decreto do Ministério da Agricultura e estavam vinculados ao marco autoritário do período. Podiam ser sócias quaisquer pessoas ligadas à pesca: patrões de pesca, donos de fábricas de gelo, donos de frigoríficos, armadores, comerciantes de petrechos de pesca, funcionários de órgãos públicos ligados à pesca, pescadores amadores e pescadores artesanais. Cada um desses grupos tem seus interesses e são interesses diferentes e em alguns casos, totalmente opostos (Colônia de Pescadores de Santarém – Z - 20, p. 9, 2004).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, esse quadro de interferência estatal diminuiu significativamente, e as colônias, e agora também sindicatos e associações, começaram agir de forma institucional e autônoma, ampliando a participação política na elaboração de políticas públicas e na autogerência de suas estruturas internas, além de se envolverem na luta pela apropriação mais igualitária dos recursos pesqueiros em todo o território nacional (CAMPOS, 1993; ROCHA et al, 1996; HOROCHOVSKI, 2007; CARDOSO, 2009).

Atualmente, a ingerência do Estado⁶¹, embora sutil, continua atuante. As formas são as mais diversas, utilizando-se sempre de mecanismos de trocas com os presidentes. Dessa forma, projetos e programas de ajuda ao pescador se tornam moeda de troca na cooptação e na disputa por apoio político das organizações da pesca. Assim, as organizações se situam, paradoxalmente, entre sujeitos e definidores de políticas públicas e sujeitos passivos das ações governamentais. Como ressalta Potiguar Júnior (2007, p. 54),

Nas últimas décadas, a postura de omissão destas entidades oficiais tem provocado discussões entre as lideranças pesqueiras, pois estas entendem

⁶¹ Nesta pesquisa, utilizar-seá a definição de Estado no sentido “ampliado” e “estrito” segundo Gramsci. De acordo com Gramsci, o Estado ampliado é composto pela Sociedade civil e pela sociedade política. Esta última significa o Estado em sentido restrito que corresponde ao aparelho burocrático e coercitivo, às leis e tem a função de dominação direta, ou seja, é o governo jurídico (COUTINHO, 2008; PORTELLI, 2002). “Em conjunto, as duas esferas formam o Estado em sentido amplo que é definido por Gramsci como sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia escudada pela coerção” (COUTINHO, 2008, p. 54).

que sua postura assistencialista e seus dirigentes pouco contribuíram para a efetiva representação dos pescadores no Brasil, já que não perpassa somente pela questão material, mas também por uma organização político-ideológica consolidada, envolvendo questões como cidadania e relação com meio ambiente, dentre outras.

Foi a partir da insatisfação dos pescadores com relação à forma da atuação política assumida pelas entidades tradicionais representantes da pesca artesanal no Brasil Colônia, que surgiram novas formas associativas, o que levou ao surgimento de sindicatos e associações de pescadores que propunham uma nova concepção organizativa, ou pelos menos essa era a intenção inicial dessas novas instituições, com o enfoque mais político, diferenciando-se das colônias tradicionais e de seu processo histórico de subjugação e tutela estatal (POTIGUAR JÚNIOR, 2007).

Em seus objetivos e ações, as associações e sindicatos pouco se diferenciam das colônias de pescadores, pois, segundo o art. 8º da Constituição Federal de 1988, essas organizações profissionais são entidades civis de direito privado, sem fins lucrativos e reconhecidas como órgãos de classes dos trabalhadores da pesca.

Entretanto, ao analisar os objetivos postos em alguns estatutos de colônias de pescadores do Amazonas e comparando com os objetivos encontrados nos estatutos das associações de pescadores,⁶² verifica-se que os objetivos são semelhantes, ou seja, visam à defesa dos direitos dos associados, à autonomia diante do poder público, à representação dos associados frente às outras instituições da sociedade.

A semelhança de objetivos as levaria, normalmente, ao trabalho em conjunto, evitando a dispersão e fragmentação da luta dos pescadores artesanais. Porém isso nem sempre ocorre. O que se presencia são fortes conflitos políticos, disputa pelo monopólio da representatividade dos pescadores, no âmbito local, no caso do Município que tem mais de uma entidade representativa ou estadual, a Federação das colônias com os sindicatos e as associações de pescadores.

São conhecidas as relações de disputas internas pelo poder nas entidades e, entre elas, essa situação revela o modo de constituição dos subgrupos e quais possibilidades que cada um representa, por convivência, ideologias políticas, gênero, raça, poder hierárquico, entre outros (ALVES, 1994).

⁶² Não foi possível comparar com o Estatuto da Colônia de pescadores de Barcelos, pois o mesmo havia sido queimado em um incêndio. Porém, informações de representantes de pescadores, nos informaram que os estatutos, tanto das colônias como das associações não são diferentes. Eles utilizam os mesmos modelos e reproduzem.

As colônias, sindicatos e associações de pescadores artesanais se enquadram entre os grupos de interesses, qualquer conjunto de indivíduos que procuram defender certo interesse ou causa comum, utilizando os meios legítimos e tolerados, como mediadoras dos interesses dos grupos primários, povo, etnia, classe e Estado (GOHN, 2008; 2010).

Dessa forma, esses modelos associativos no Brasil, que atuam em favor dos interesses da categoria a que estão vinculados (organizações de tipo profissional) vêm alcançando importantes conquistas em relação aos direitos trabalhistas e à organização de seu setor (TEIXEIRA, 2008), no caso amazonense, ao setor pesqueiro.

Essas organizações apresentam algumas características: um sistema social devidamente estruturado; limites identificáveis de atuação; um conjunto complexo, diversificado e harmônico; e um sistema aberto ou fechado. Há em seu interior um conjunto de práticas, hábitos e costumes compartilhados por todo o grupo constituinte.

As organizações representativas da pesca artesanal estão inseridas no movimento social dos pescadores brasileiros, e todo movimento social é formado por agrupamentos coletivos e sociais e, de uma forma ou de outra, está inserido na sociedade. Podem assumir a forma de um partido, um sindicato ou outra forma de associação (GOHN, 2008) e, no seu processo histórico de luta por direitos, vêm se transformando e saindo de uma relação de dependência dos órgãos públicos para maior autonomia e determinação. Esses movimentos,

[...] podem ser vistos através de uma ótica um pouco diversa daquela que parece ter predominado até agora: isto é, não como movimentos de defesa contra o empobrecimento crescente (o que, aliás, também podem ser), mas como exigência de atendimento de novas necessidades e, portanto, como uma luta pela ampliação do acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico. (DURHAM, 2004, p. 285)

De acordo com Scherer-Warren (1996), só se pode falar em um movimento social quando os grupos estão organizados para lutar por melhorias, para atuar na produção de uma sociedade modificada e na busca da libertação e superação de algum tipo de opressão. Ainda enumera quatro características fundamentais para a existência de um movimento social: (1) uma práxis, vista como uma ação que visa à transformação social e que contenha uma consciência crítica; (2) um projeto ligado à práxis, ou seja, a determinação de um fim para o movimento, isto é, metas, objetivos, sonhos; (3) uma ideologia, como princípios valorativos, manifestações culturais que orientam a práxis do grupo e seu projeto; e, finalmente, (4) a existência de direção e organização.

Assim, Scherer-Warren (1996, p. 20) define movimento social como uma “ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e direção)”.

O movimento dos pescadores artesanais, representado por suas organizações, nas palavras de Touraine (1989), pode ser denominado de movimento social de base, levando em consideração sempre as peculiaridades políticas, econômicas e sociais dos seus membros. Segundo Fraxe; Witkoski; Silva (2009), para compreender esses grupos sociais é preciso desvendar seu cotidiano, é necessário considerar o contexto contraditório no qual estão inseridas suas manifestações e práticas culturais.

No contexto amazonense, essas organizações se distribuem em colônia de pescadores, uma organização antiga e em um processo de adaptação às novas leis⁶³, em sindicatos e em associações de pescadores, esses dois últimos criados a partir da Constituição de 1988 e de acordo com as exigências da nova legislação. Sabe-se da criação de cooperativas de pescadores no Amazonas, entretanto essa forma organizacional é nova no setor pesqueiro, e sua função junto aos pescadores ainda não está definida como as outras entidades citadas.

E assim, se por um lado, essas entidades representativas lutam pelo direito do acesso aos recursos naturais da Amazônia, por outro, também buscam o reconhecimento dessa categoria de trabalhadores e a realização de seus direitos sociais. Segundo Honneth (2003), o reconhecimento social passa por três esferas interligadas: amor, ou esfera emotiva, permite ao sujeito a confiança em si mesmo e realização pessoal e de seus projetos; direito, ou esfera jurídico-moral, em que o sujeito é reconhecido como autônomo e moralmente imputável; e estima, ou esfera social, em que os projetos podem ser objeto de respeito e solidariedade (NOBRE, 2003, p. 18).

Dessa forma, para Honneth (2003, p. 24), é nas esferas do direito e da estima que se acentuam os conflitos sociais: “as três formas de reconhecimento correspondem três tipos de desrespeito (privação de direitos, degradação da forma de vida e da estima social), cuja experiência pode influir no surgimento de conflitos sociais na qualidade de motivo da ação.”

Historicamente, as colônias de pescadores do Brasil têm uma estreita relação com o Estado. As primeiras colônias foram fundadas a partir de 1919 pela Marinha de Guerra. Um dos motivos para a fundação de colônias naquele período foi o interesse do país em aumentar

⁶³ Essas novas exigências são trazidas pelas Leis 11.959 de 29 de junho de 2009; 10.779 de 25 de novembro de 2003; 11.699 de 13 de junho de 2008. Discute-se, ainda, na Câmara dos Deputados, o código sindical para as colônias de pescadores.

sua produção pesqueira, pois, apesar de possuir uma vasta costa, o Estado brasileiro começou o século XX importando peixe. Outro motivo foi que, com o fim da Primeira Guerra Mundial, o Estado aumentou o interesse em defender sua costa.

O discurso institucional para justificar a fundação de colônias estava ancorado na defesa da soberania nacional, e os pescadores eram os melhores conhecedores da costa brasileira. “O lema adotado pela Marinha para a fundação das colônias de pescadores foi: Pátria e Dever, evidenciando o pensamento positivista.” (MORAES, 2001, p. 39; ROCHA, 1996; VAZZOLER, 1975)

Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil, e o primeiro estatuto das colônias de pescadores, proveniente da Marinha do Brasil, na forma de aviso, é datado de 1º de janeiro de 1923. Naquele período, as colônias eram vistas como agrupamentos de pescadores ou agregados associativos, o pescador era obrigado a se associar para poder exercer sua atividade, e a relação entre colônias e Estado era marcada por forte paternalismo.

Em 1933, por meio do decreto 23.134/33, criou-se a Divisão de Caça e Pesca, departamento que objetivava gerenciar a pesca no Brasil. Dessa forma, os pescadores saíram da tutela da Marinha – o termo tutela representa bem a relação entre Estado e colônias de pescadores na época – e passaram para o controle do Ministério da Agricultura. Essa divisão do Ministério elaborou o primeiro código de pesca em janeiro de 1934.

Em 1942, no Estado novo, no governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei nº 4.890/42, mais uma vez os pescadores voltaram a ficar subordinados à Marinha. Porém, na década de 1970, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que extinguiu a Divisão Caça e Pesca e ficaria responsável pelo desenvolvimento da Pesca no Brasil (MORAES, 2001; POTIGUAR JUNIOR, 2007; CARDOSO, 2001; 2009).

Em 1967, durante o regime militar, o Estado Brasileiro elaborou o que ficou conhecido como o novo Código de Pesca, por meio do decreto-lei 221 de 28 de fevereiro, que estabeleceu as normas que regeriam a atividade pesqueira no Brasil até 2009. Nessa época, a organização dos pescadores retornou para o controle do Ministério da Agricultura, e este, por meio da portaria nº 471 de 26 de dezembro de 1973, estabeleceu um novo estatuto para as colônias de pesca, que tinham a forma de sociedade civil, porém ainda sobre o controle das federações e da Confederação Nacional dos Pescadores e com forte ingerência do Estado (MORAES, 2001; POTIGUAR JÚNIOR, 2007; CARDOSO, 2001; 2009).

Com o advento da Constituição Brasileira de 1988, as Colônias de Pescadores foram equiparadas, em seus direitos sociais, a Sindicatos de Trabalhadores Rurais e ganharam a possibilidade de elaborar seus próprios estatutos. Essa lei trouxe uma inovação, de grande

importância para a sobrevivência e dinamismo democrático dentro dessas entidades associativas: a expressa proibição da ingerência do Estado na organização política e administrativa dessas organizações, assim também em qualquer sindicato ou associação. Reza o Art. 5º inciso XVII: “A criação de associações e, [...], e a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”.

Em 1989, por meio da Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro, o Estado brasileiro extinguiu a SUDEPE e criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), vinculado ao Ministério do Interior. Este instituto passa a ser responsável pelo desenvolvimento da pesca no Brasil. Em 1993, foi criado o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), que incorpora as representações dos pescadores artesanais. Em 1998, o Ministério da Agricultura volta a incorporar a categoria dos pescadores artesanais em sua estrutura administrativa (POTIGUAR JÚNIOR, 2007; CARDOSO, 2009; ROCHA, 1996; VAZZOLER, 1975).

Em 2003, no entanto, após muitas reivindicações dos pescadores, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) criou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), vinculada à Presidência da República. Um dos questionamentos dos pescadores é que eles não tinham um órgão específico que tratasse das questões pesqueiras no Brasil e que, durante sua história, ficaram à mercê de um órgão ou outro, como se pode perceber nas carteiras de pescadores artesanais (Figuras 21, 22 e 23), emitidas por diversos órgãos ao longo dos anos.

Figura 21 - Carteira de pescador emitido pelo Ministério Agricultura e do Abastecimento

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE APOIO RURAL E COOPERATIVISMO
DEPARTAMENTO DE PESCA E AQUICULTURA

PESCADOR PROFISSIONAL

VIA 1ª

Nome: [REDACTED]

Pescador Profissional

VALIDADE: 17/05/2005

DATA DE NASCIMENTO: 15/01/1976

DATA DO 1º REGISTRO: 28

ÓRGÃO EMISSOR: SUDEPE

DATA DO REGISTRO NO ÓRGÃO EMISSOR: 17/05/2002

Nº AM-PES-01

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Fonte: Trabalho de Campo, 2013

Figura 22 - Carteira de pescador emitida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

CARTEIRA DE PESCADOR(A) PROFISSIONAL

Nome: [REDACTED]

CATEGORIA: PESCA ARTESANAL

Nº DO RG: 0002 93

ÓRGÃO EMISSOR: SEAPPR

VALIDADE: 04/05/2008

DATA DE NASCIMENTO: 1962

Nº DO 1º REGISTRO RGP: [REDACTED]

ÓRGÃO EMISSOR: IBAMA

DATA DO 1º REGISTRO: 24/01/2003

ASSINATURA DO PESCADOR(A): [REDACTED]

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Fonte: Trabalho de Campo, 2013

Figura 23 - À esquerda carteira de pescador artesanal emitido pela antiga Sudepe; à direita, carteira de pescador emitida pelo Ibama



Fonte: Trabalho de Campo, 2013

Nesse mesmo ano, a categoria dos pescadores artesanais garantiu mais uma conquista com a promulgação da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que estendeu os benefícios do seguro-desemprego aos pescadores artesanais de todo o Brasil durante o período de defeso, e ficou conhecida como a lei do Seguro-Defeso.⁶⁴ A partir dessa lei, houve toda uma mobilização dos pescadores artesanais para se regulamentarem e receberem tal benefício. Ela também representa o reconhecimento da categoria desses trabalhadores. A Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008, promulgou o novo estatuto das colônias de pescadores⁶⁵, que regulamenta a Art. 8º da Constituição Federal:

Art. 1º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal.

Art. 2º Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição. [...].

⁶⁴ Com o direito ao seguro-defeso houve uma grande corrida dos pescadores, no Estado do Amazonas, para se filiarem às colônias, sindicatos e associações de pescadores locais e onde não havia esse tipo de representação eles fundaram essas entidades. Seguro-defeso é o seguro-desemprego do pescador artesanal. Quando essa classe de trabalhador para suas atividades pesqueiras para que determinadas espécies de peixes se reproduzam, o Governo Federal paga um salário mínimo por mês ao pescador - esse tema será aprofundado no capítulo IV.

⁶⁵ Em substituição à portaria 471 do Ministério de Estado da Agricultura que datava de 1973.

Art. 3º Às Colônias de Pescadores regularmente constituídas serão assegurados os seguintes direitos:

I - plena autonomia e soberania de suas Assembléias Gerais; [...].

IV – representar, perante os órgãos públicos, contra quaisquer ações de pesca predatória e de degradação do meio ambiente; [...].

VII – faculdade de montagem de bens e serviços para o desenvolvimento profissional, econômico e social das comunidades pesqueiras.

Art. 4º É livre a associação dos trabalhadores no setor artesanal da pesca no seu órgão de classe, comprovando os interessados sua condição no ato da admissão.

Art. 5º As Colônias de Pescadores são autônomas, sendo expressamente vedado ao Poder Público, bem como às Federações e à Confederação a interferência e a intervenção na sua organização.

Parágrafo único. São vedadas à Confederação Nacional dos Pescadores a interferência e a intervenção na organização das Federações Estaduais de Pescadores.

Art. 6º As Colônias de Pescadores são criadas em Assembléias de fundação convocadas para esse fim pelos trabalhadores do setor pesqueiro artesanal da sua base territorial.

Art. 7º As Colônias de Pescadores, constituídas na forma da legislação vigente após feita a respectiva publicação e registrados os documentos no cartório de títulos e documentos, adquirem personalidade jurídica, tornando-se aptas a funcionar.

Art. 8º As Federações têm por atribuição representar os trabalhadores no setor artesanal de pesca, em âmbito estadual, e a Confederação, em âmbito nacional.

Art. 9º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores providenciarão e aprovarão os estatutos, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008)

A SEAP, dentro do aparelho jurídico, trazia a promessa de se transformar em ministério, o que ocorreu com o advento da Lei nº 11. 958 de junho de 2009. No mesmo ano, o governo promulgou a lei que ficou conhecida como novo Código de Pesca Brasileiro, a Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, que estabeleceu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e da Pesca, regulamentou as atividades pesqueiras no Brasil e revogou o Decreto – Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, antigo Código de pesca brasileiro que ainda estava em vigor.

3.5.1 Colônia de Pescadores de Barcelos – Colpesca Z-33

Uma das primeiras instituições que se destaca dentro dessa atividade é a Colônia de Pescadores de Barcelos, fundada em 2002, a partir da junção de duas associações, a Associação dos Pescadores de Peixe Ornamentais, à época, dirigida pelo Sr. Francisco Dantas de Freitas, conhecido como Panadá, e a associação dos Pescadores de Peixe Comercial, que

tinha à frente o Sr. Roberto Leopoldo de Souza, conhecido por Betão. Da união dessas duas associações, originou-se a Colônia de Pescadores de Barcelos – Colpesca – Z 33.

Os motivos relatados à colônia acerca das razões que motivaram a união entre essas duas associações referiam que, dessa maneira, os pescadores e líderes da época pensaram que seria mais fácil receber os recursos do Estado, principalmente o seguro-defeso pago pelo Governo Federal e, ao mesmo tempo, mostraria a união da categoria dos pescadores artesanais da cidade de Barcelos.

Assim, relata um dos entrevistados: “nós ajeitamos para fundar a colônia, juntar as duas (associação de peixe ornamental e de peixe comestível) e fizemos só uma, e ficamos para receber os benefícios [...], agora não sei se vamos receber mais.” (F. D. S., 68 anos. Trabalho de campo, 2011). O senhor Roberto Leopoldo, o Betão, ex-presidente da Colônia de Pescadores explica o motivo da extinção das duas associações e a formação da atual colônia:

Digamos que, naquela época, se estivéssemos dois grupos de uma mesma categoria com posições diferentes nós não iríamos conseguir avançar, por quê? Porque o pescador de peixe ornamental e o pescador de peixe comestível eles são, eles trabalham em épocas diferentes, o pescador de peixe comestível ele trabalha o ano inteiro, mas o pescador peixe ornamental só trabalha um período, no outro período do ano ele vai fazer a pesca comercial de peixe comestível, então, até a questão de benefício é meio complicado de entender [...] a nossa pesca na região ela é complexa demais, porque imagina você tem hoje, a pesca ornamental, pesca de peixe comestível, pesca de subsistência e pesca esportiva, para você entender tudo isso aí só convivendo, porque quando a gente entendeu [que eram] dois grupos da mesma categoria, mas com posições diferentes nós não íamos conseguir, é talvez no meio do caminho alguma coisa iria atrapalhar, por isso a gente resolveu chamar todo o grupo e numa consulta com eles a gente resolveu [...] É. E sabendo também da questão do peso da federação para chegar mais perto dos benefícios do pescador. [...] Nessa época, o seguro já estava em andamento, e a gente viu que se tivéssemos o apoio Federativo [Federação dos pescadores do Amazonas e Roraima], nós teríamos mais oportunidades de adquirir os benefícios do pescador, por isso a gente entendeu que não era interessante ter dois grupos, hoje em Barcelos, assim, a gente até brinca, tem alguns municípios que a gente anda que tem colônia, tem associação, tem sindicato, tem municípios aqui nosso vizinho, Novo Airão, por exemplo, tem duas colônias, uma [que acompanha prefixo] AM e outra [que acompanha o prefixo] Z⁶⁶ e tem uma associação e tem um sindicato, então são quatro entidades pra mesma categoria, mas não consegue falar a mesma língua, entende como é difícil, imagina se tivéssemos duas associações aqui, mas cedo ou mais tarde teríamos ter conflitos de pensamento talvez, o benefício é mesmo do pescador, mas os pensamentos são divergentes, não querendo dizer que dentro da colônia não existe divergência de pensamentos, porque sempre o que vale nas assembléias é o pensamento da maioria, [...]. E ganha a maioria, aqui a gente

⁶⁶ As colônias com prefixo AM são aqueles que se desligaram da Federação dos pescadores do Amazonas, e as colônias que utilizam o prefixo Z são aquelas que continuam associadas à Federação dos pescadores.

trabalha com esse posicionamento, muito de ouvir o pescador. Na verdade, a junção veio em torno disso aí. (R. L., trabalho de campo, 2011)

A Colônia de Barcelos surge no contexto das lutas dos pescadores artesanais do Amazonas pela conquista de seus direitos sociais. Nota-se, desde o início, forte tendência dos pescadores artesanais de Barcelos a se organizarem como categoria de trabalhadores que exploram os recursos naturais aquáticos da RMRN. A Z-33, assim chamada pela maioria, congrega duas categorias de pescadores: o piabeiro, aquele pescador conhecido por pescar peixes ornamentais e o pescador de peixe comestível.

As duas categorias são unificadas em uma única classificação, reconhecida pelas autoridades, que é a categoria do pescador artesanal de pesca comercial, e ambas as práticas de pesca, ornamental ou comestível, enquadram-se na categoria da pesca artesanal comercial. A nova lei da pesca, Lei Federal nº 11.959/2009, estabelece no Art. 8º que pesca comercial artesanal é aquela “praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”.

Na colônia, os pescadores são orientados em relação ao seguro-defeso, sobre as espécies protegidas por lei, como ter acesso aos programas sociais do Governo Federal, ou seja, como receber o seguro-defeso. É por meio dela também que o pescador começa o processo de aposentadoria e tira sua carteira de pescador artesanal expedida pelo MPA.

Assim, a colônia se responsabiliza por orientar o pescador e seu sócio a receberem seus direitos como trabalhadores da pesca. Porém, ela não se detém somente a essa parte burocrática da atividade. Ela também é a representante legítima da categoria diante das autoridades e de outros grupos, principalmente quando estão em questão os direitos dos pescadores.

Os pescadores ornamentais são considerados pescadores artesanais pela legislação atual⁶⁷ e são associados à Colônia de Pescadores de Barcelos, Z-33. Eles se associam às colônias para receber os vários benefícios do Governo Federal, como o seguro-defeso e a aposentadoria.

A colônia parece ser o porto mais seguro para o pescador, quando esta passa a exercer um papel mais ativo, afastando-se do poder constituído e colocando-se ao lado dos

⁶⁷ Congresso Nacional. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

trabalhadores, isto é, ao lado dos pescadores, e defendendo seus interesses perante os empresários, os patrões, bem como diante do poder público.

A maioria dos pescadores informou que a colônia ajudava muito os pescadores, no entanto, quando se perguntava de que forma era essa ajuda, eles esclareciam que sempre girava em torno de dois serviços: o seguro-defeso e a aposentaria, que, na visão dos pescadores, resumem os serviços da colônia Z-33. Dessa forma, a colônia se torna mediadora entre os órgãos oficiais, como MPA, MTE, IBAMA, SEPROR e os pescadores artesanais. Ela facilita,

mas todo mundo é associado lá né? Para efeitos de aposentadoria ela representa isso né, ela que vai da a declaração que você é pescador né? É, isso é fácil, a gente paga todo direto né, a gente paga 15 reais na mensalidade, e paga o GPS [guia de Previdência Social] tá trinta e sete parece. Quer dizer que quando for chegar o tempo de se aposentar já tá feito, né. (V. S. S., 40 anos, trabalho de campo, 2011)

Para o pescador se aposentar e comprar o tempo de serviço na pesca, ele, além do registro no MPA, precisa de uma declaração da colônia de pescadores local, certificando que ele é pescador e durante determinado período exerceu a atividade pesqueira. Isso ocorre, porque o pescador artesanal não tem outra forma de comprovar o exercício da atividade.

Essa certificação por parte das entidades representativas serve para que os órgãos oficiais tenham certeza de que o indivíduo em questão é realmente pescador e exerce a atividade. Essa necessidade do Estado coloca essas entidades em um papel importante, ao mesmo tempo em que vincula o pescador a elas.

Na época, os pescadores reconhecem na atividade do Betão uma atividade em defesa dos direitos dos pescadores, principalmente depois que ele foi eleito vereador. Isso ocorria principalmente no conflito entre a pesca comercial e esportiva. “Rapaz, no tempo de vereador, só quem defendia mesmo era o Betão. O resto tudo é contra o pescador né. Eles apoiam o turismo né, eles acham que o pessoal do turismo dá mais emprego né, emprega muita gente.” (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

No entanto, existe uma cooperativa de pescadores ornamentais, que não tem sede e, segundo os piabeiros, não funciona, não conseguiu colocar nenhum projeto em prática, não conseguiu se erguer como representantes dos piabeiros. Ao perguntar a um pescador ornamental se havia uma representação exclusiva para os piabeiros a resposta foi contundente: “Tem nada, a gente tinha uma cooperativa. [...]. Rapaz, não fez mais nenhuma reunião.” (J. N. G. B., 42 anos, pescador/atravessador, trabalho de campo, 2012)

3.5.2 Cooperativa de Pescadoras e Pescadores Ornamentais do Médio e Alto Rio Negro – Ornapesca

Outra instituição encontrada nesta pesquisa de campo foi a Cooperativa de Pescadoras e Pescadores Artesanais de Peixes Ornamentais do Médio e Alto Rio Negro – Ornapesca, vista como promessa de melhoria no comércio de peixes ornamentais da região, isto é, como possibilidade de eliminar o atravessador (comprador local) dentro da cadeia produtiva.

O cooperativismo no Brasil remonta ao final do século XIX. A primeira cooperativa de que se tem notícias foi instituída em 1889, e fundada em Ouro Preto – MG, com o nome de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Mas somente em 1906, surgiram as primeiras cooperativas no meio rural, fundadas por produtores agropecuários descendentes de imigrantes alemães e italianos, principalmente no Sul do País. Esses imigrantes trouxeram de seus países a experiência do trabalho associativo, fundamental para a estruturação do cooperativismo no Brasil (OCB/RJ, 2012).

Desde sua origem, os objetivos dos trabalhadores e produtores cooperados eram o mesmo: criar autonomia e se livrarem da dependência dos atravessadores, especuladores e patrões. O cume desse processo associativo em cooperativas foi a fundação da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB em 1969, quase oitenta anos depois.

Foi somente em 1971, com a Lei n 5.5764, que o governo brasileiro disciplinou a criação e organização das cooperativas, no entanto, assim como ocorreu com as colônias de pescadores, mitigou as autonomias dos associados e interferiu na organização e empreendimento do cooperativismo. Essa situação de tutela só foi ultrapassada com a Constituição Federal de 1988 (OCB/RJ, 2012).

De acordo com a Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB), uma cooperativa é uma associação de pessoas que se obrigam a contribuir com bens ou serviços para a exploração de uma atividade. Dependendo da dimensão e objetivos da cooperativa, ela pode ser classificada como singular, ou de 1º grau; central, ou federação de 2º grau; e confederação, ou de 3º grau. A cooperativa de 1º grau objetiva prestar serviços diretos ao associado. Sua constituição exige um mínimo de 20 cooperados e não admite pessoas jurídicas que se dediquem às mesmas atividades dos associados.

A Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas no Brasil, assim define uma cooperativa: “art. 4º as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e

natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades [...]”. A Ornapesca enquadra-se nos preceitos do cooperativismo nacional tal como define seu estatuto:

Art. 1º – A Cooperativa das Pescadoras e Pescadores de Peixes Ornamentais do Médio e Alto Rio Negro – Ornapesca, constituída no dia 6 de julho de 2008, rege-se pelos valores e princípios do cooperativismo, pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão [...].

Art. 2º – A cooperativa tem como objetivo congrega pescadoras e pescadores de peixes ornamentais e comestíveis de sua área de ação, de acordo com a necessidade econômica dos mesmos através das seguintes atividades:

- a) Receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção de seus cooperados com garantia de qualidade, registrando a origem de suas marcas, com sustentabilidade econômica e futura.
- b) Adquirir e repassar aos cooperados bens de consumo, de produção e outros insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;
- c) Prestar assistência técnica, social, científica ao quadro social, em colaboração com órgãos públicos atuante no setor; [...].

A cooperativa poderia substituir, diz um pescador de peixe ornamental, o atravessador e garantir um preço mais justo pelo milheiro de peixes ornamentais, assim “porque eles [os atravessadores] não podem enganar a cooperativa, quando a cooperativa disser vamos mandar o valor de mil reais, manda 50% para mim, aí o peixe vai, aí não tem como enganar a cooperativa, eles tem que pagar direito.” (V. S. S., 40 anos, piabeiro, trabalho de campo, 2011)

Segundo os depoimentos dos pescadores piabeiros, o problema da pesca de peixes ornamentais em Barcelos não é a escassez de peixe. O que falta são compradores e, principalmente, pagamentos dos peixes pescados. Há peixe em abundância ou, pelo menos, o suficiente para boas pescarias, o que não há são compradores comprometidos com o pagamento justo ao pescador.

A cadeia produtiva do peixe ornamental pode ser considerada uma das mais longas dentro do setor primário, e a isso se junta que a mercadoria desses profissionais é muito frágil e de rápida perecibilidade, como é o caso do pescado. Esse tipo de produto, em sua grande maioria, é para ser vendido *in natura*.

Figura 24 - Cadeia produtiva do peixe ornamental

Fonte: Trabalho de Campo, 2013

Por isso há uma grande transferência de renda do pescador (produtor primário) para o intermediário (atravessador) do setor. Nesse sentido, Cardoso (2001, p. 118) conclui que a categoria dos pescadores artesanais “é tida como um dos grupos sociais onde predomina uma situação de pobreza (moradia, saneamento, nutrição, escolaridade e saúde), sendo várias as tentativas para reverter tal situação”.

A Cooperativa de Pescadores Ornamentais de Barcelos foi fundada em 2008, por iniciativa dos pescadores de peixe ornamental e teve como primeiro presidente João de Souza Freitas. De acordo com seu presidente, a Ornapesca ainda não conseguiu construir sua sede própria, e os pescadores artesanais de peixe ornamentais não conseguiram entender o espírito do cooperativismo. Faltam incentivos das autoridades locais além de haver outros problemas operacionais e logísticos. Falando sobre criação de cooperativas, Cardoso (2001, p. 118) demonstra a dificuldade de estruturar esse tipo de associação dentro do setor pesqueiro:

A formação de Cooperativas de Pescadores tem sido, ao longo da história do setor, um discurso presente nos planos governamentais de ação para os pescadores artesanais, sendo que o insucesso da maioria delas tem sido atribuído ao "espírito" e a "cultura" individualista do pescador. Parece-me que estes fracassos derivam antes de uma questão política do que uma questão psicológica, uma vez que, na maior parte dos casos, as iniciativas partiram de fora da categoria e muitas vezes comportaram a construção de infraestruturas de alto custo operacional, cuja manutenção compromete

sobremaneira os rendimentos dos envolvidos no processo. Outras vezes formam-se núcleos administrativos cujo comportamento assemelha-se a empresas e distanciando dos preceitos cooperativos.

A Ornapesca se apresenta como uma aspiração dos pescadores piabeiros de Barcelos, mais do que uma realidade concreta. O pleno funcionamento dessa cooperativa significaria uma transformação radical na estruturação da cadeia produtiva do peixe ornamental pescado no RMRN.

A organização dos pescadores artesanais em Barcelos está intimamente ligada à presença de pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas/Inpa. Segundo relatos de alguns piabeiros, foi o pesquisador Chao quem primeiro se preocupou com a legalização dos pescadores no município. Era ele, por meio do Projeto Piaba,⁶⁸ que incentivava os pescadores a se legalizarem junto aos órgãos federais em Manaus.

Ao ser questionado se a organização da pesca ornamental começou com a antiga associação dos pescadores ornamentais de Barcelos, o piabeiro disse: “Não, antes era o Projeto Piaba, antes [...]. Estou na terceira carteira pescador, eu desde da marinha. [...]. Olha, quem tirava era o Chao, só que a primeira, né, ele tirava lá por Manaus, não tinha aqui não [...]. Foi ele que deu a ideia disso tudo aí.” (V. S. S., 40 anos, trabalho de campo, 2011)

Os pescadores ornamentais sonham com uma cooperativa atuante, que possa substituir o atravessador e incrementar a atividade no município. Ela seria responsável pela venda do peixe, no próprio município, melhorando assim o preço do milheiro do peixe,

porque eles não podem enganar a cooperativa, quando a cooperativa disser vamos mandar o valor de mil reais, manda 50% para mim, aí o peixe vai, aí não tem como enganar a cooperativa, eles tem que pagar direito [...]. É, é, a gente vende o peixe, mas a gente não tem uma nota fiscal, eu estou enrolado com um cabra aí, desde do ano passado, o cara pediu mais esse ano, 130 vázias, disse que ia me pagar junto com o outro, aí peguei outro pino, só que agora eu abri um email para tirar nota através de um computador né, aí vai tá lá no meu email, agora vou ter como comprovar agora que o cara ta me devendo, né, o cara vai tirar o manifesto de lá, ele vai ter meu endereço, tem tudo o tanto de peixe que eu estou tirando o manifesto, quem vai pagar é ele lá mesmo, então, se ele não me pagar, digo, não ta aqui eu tenho como

⁶⁸ “Projeto científico interdisciplinar criado para compreender a pesca dos peixes ornamentais associado ao sistema ecológico e sociocultural da bacia do médio rio Negro, Amazonas, Brasil, procurando meios de preservar os peixes e ao mesmo tempo manter a pescaria de peixes ornamentais e outros recursos renováveis em níveis comerciais e ecologicamente sustentáveis. (Tinha) como meta promover uma pesca viável comercialmente e ecologicamente sustentável, ajudar a reduzir o uso destrutivo da floresta e da terra, e aliviar a pobreza dos ribeirinhos” (CHAO, 2001). Segundo Peres (2003), “Não foi casual a criação de um núcleo de pesquisas (o Projeto Piaba) em Barcelos cuja principal tarefa era investigar e propor as condições para um sistema economicamente e ecologicamente sustentável de pesca ornamental” (PERES, 2003, p. 275).

comprovar que esse peixe foi para ele, tá aqui ô, eu abro meu email , ta aqui ô, ta o dia, aí não tem como o cara fugir [...]. Eu tenho tantos milheiros de peixe aqui, aí ele vai toc toc toc, então aí tira o manifesto e já manda a nota no meu nome, o computador, aí eu só vou imprimir, fica lá mesmo, aí eu mando a nota no barco, os cara aqui já ta como testemunha [...]. (V. S. S., 40 anos, trabalho de campo, 2011)

Quase 90% dos pescadores artesanais de Barcelos, entre pescadores comerciais de peixe comestível e pescadores ornamentais, são associados à Colônia Z-33. Já em relação à cooperativa, não ocorre o mesmo. Os pescadores tem certa desconfiança da atuação da cooperativa, principalmente porque eles nunca viram nenhum projeto. “Sou, mas como estou falando, eu estou com ano, não vejo o cara coisar [realizar] nada.” (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Aí tem um problema, a gente faz uma reunião, aparece dois ou três, ninguém tá botando fé nessa cooperativa, ela tá interando [completando] dois anos, né, nunca ninguém vendeu um peixe pela cooperativa, então todo mundo espera a melhorar, aí eu pego falo para o João [atual presidente] – João vamos vender pela cooperativa, ela não tá pronta? – “Tá Deco”. Então eu estou enjoado de ser enganado, através da cooperativa eu não vou ser enganado, me paga a minha parte, a cooperativa fica com o lucro dela, não é verdade? Se eu mando cem milheiros de cardinal lá, me paga de vinte, a cooperativa vende de quarenta e cinquenta, me paga só de vinte, deixa aí para a cooperativa o resto, não sei por que ninguém acredita ou ninguém quer fazer isso. (V. S. S., 40 anos, trabalho de campo, 2011)

4 CONFLITOS SOCIAIS NA PESCA

A atividade pesqueira, principalmente a pesca artesanal no Amazonas, tem um importante papel socioeconômico, pois gera renda, emprego, além de o peixe ser a principal fonte de proteínas das comunidades ribeirinhas. Por esses e outros fatores, a disputa pelos recursos pesqueiros na Amazônia provoca conflito entre diferentes agentes sociais e entre os pescadores.

Neste capítulo, tratar-se-á do conflito social na apropriação dos recursos pesqueiros ocorridos na RMRN, onde se estende o território do Município de Barcelos. Dar-se-á ênfase ao conflito que se mostrou tácito na pesquisa de campo, a saber, o conflito entre os pescadores comerciais de peixes comestíveis e a indústria do turismo, pois ambos disputam, em determinada época do ano o mesmo recurso, o tucunaré do rio Negro.

Nesse sentido, a partir da pesca comercial, tentar-se-á descrever a apropriação dos recursos pesqueiros (RP) em Barcelos, começando pela pesca comercial, que se relaciona diretamente com todos os outros usuários dos RP.

Há vários conflitos no RMRN, e a pesca comercial é seu principal participante: podem-se identificar conflitos entre pescadores comerciais e os pescadores esportivos, entre pescadores comerciais e os ribeirinhos, entre os pescadores comerciais e os piloteiros, bem como entre pescadores comerciais e os pescadores de fora, considerados nesta pesquisa como outsiders.

Nesta seção, restringir-se-á a dois conflitos: um entre grupos, a saber, entre os pescadores comerciais e o turismo; e outro, dentro do próprio grupo dos pescadores artesanais, ou seja, entre os pescadores que trabalham no turismo, conhecidos como piloteiros e os pescadores comerciais. O primeiro conflito tem como catalisador a pesca do tucunaré, pois, ambos os grupos disputam o mesmo peixe; já o segundo conflito se desenvolve em torno do direito ao seguro-defeso do pescador artesanal.

4.1 O CONFLITO SOCIAL

O conflito social na apropriação dos recursos naturais emerge quando os interesses de diversos grupos que disputam os mesmos recursos divergem e entram em confronto. Nesse sentido, cada grupo procura defender seus interesses, algumas vezes, em concordância com os interesses de outros grupos, mas geralmente em detrimento dos interesses da parte oposta.

Esses conflitos não tem que ser necessariamente violentos⁶⁹ ou explícitos (BENNETT et al, 2001).

O conflito não é necessariamente negativo. Ele pode ser positivo e, na concepção de Simmel (1983), geralmente o é, na medida em que destaca as fragilidades de um setor em questão e os pontos fracos de determinadas políticas públicas, dá visibilidade às ações dos grupos de interesses, além de chamar a atenção, sobretudo, para aquilo que precisa mudar em benefício de todos os interessados. Dessa forma, o conflito pode gerar consenso e iniciar mudanças e pode ter origem em problemas sociais, econômicos ou políticos.

Segundo Simmel (1983), o conflito produz e modifica os grupos de interesses e as organizações, ele é uma forma de sociação, isto é, uma forma de interação entre os indivíduos e os grupos sociais, e suas causas podem ser o ódio, a inveja, a necessidade e o desejo. “O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade.” (SIMMEL, 1983, p. 123)

Assim, o conflito, em seu bojo, traz consigo aspectos positivos e negativos, e estes não podem ser separados, senão conceitualmente. Simmel (1983) considera o conflito uma energia positiva e que pode ser canalizada pelos grupos sociais. Assim refere sobre a relevância sociológica do conflito:

Todas as formas sociais aparecem sob nova luz quando vistos pelo ângulo do caráter sociologicamente positivo do conflito. Torna-se logo evidente que, se as relações entre os homens (mais que aquilo que o indivíduo é para si mesmo e em suas relações com os objetos) constituem a matéria subjetiva de uma ciência especial, a Sociologia, nesse caso os tópicos tradicionais desta ciência cobrem apenas uma de suas subdivisões: ela é mais abrangente e mais verdadeiramente definida por um princípio [...]. É o conflito um fato sui generis e sua inclusão sob o conceito de unidade teria sido tão arbitraria quanto inútil uma vez que o conflito significa a negação da unidade. (SIMMEL, 1983, p. 123)

Coser (1956) demonstra que o conflito é um aspecto essencial e natural das interações humanas e pode ocorrer dentro de um grupo e entre grupos de interesses. O conflito dentro de um grupo é de baixa intensidade, já o conflito externo é de alta intensidade e pode gerar violência. Assim, qual Simmel, Coser define o conflito como uma parte essencial e natural das interações humanas, com caráter negativo e positivo.

⁶⁹ Em uma concepção hobbesiana, o conflito é inerente ao ser humano, e emerge quando esses atuam em estado de violência em defesa de seus interesses e nesse sentido, é extremamente negativo (HOBBES, 2003).

Coser aponta cinco funções para o conflito social: a conexão, a definição, a revitalização, o reconhecimento e a resposta. O conflito como forma de conexão gera a afirmação entre os grupos e libera a tensão interna entre os indivíduos de um mesmo grupo. É uma forma básica de interação e troca, uma negociação entre grupos e dentro de um grupo e dentro dos grupos. A definição tem a função de delimitar as fronteiras entre os grupos e reafirma as fronteiras internas. Aumenta o sentimento de pertença, o “nós” versus o “eles”. O conflito entre os grupos se relaciona com a identidade dos mesmos e tem a função de revitalização das tradições e fortalecimento dos valores associativos internamente.⁷⁰ A função de reconhecimento coleta informações para resolver as divergências entre os grupos e internas. E, finalmente, a função de resposta do conflito gera um equilíbrio de poder entre os grupos e internamente gera um comportamento similar, ou seja, uma ação em conjunto. (COSER, 1956).

Pueden destacarse algunas características generales de los conflictos sociales. En primer lugar, son procesos, es decir, no son estáticos y tienen un desarrollo temporal. En este sentido, pueden analizarse en términos de ciclos o series de ciclos con un inicio, un desarrollo y un cierre, que puede ser parcial o total. Estos procesos tienen lugar en el ámbito público, por lo que se excluyen las disputas del espacio privado. En cuanto al ambiente, un daño en el mismo puede considerarse como la base de un potencial conflicto ambiental. Ahora bien, si no se producen acciones por parte de actores sociales que a su vez generen reacciones en otros actores, no estaremos ante un conflicto ambiental. Un conflicto social lo es cuando adopta Estado público e involucra más de un actor. Presupone por lo tanto acciones colectivas, en las que grupos de personas entran en disputa. Un conflicto alude, en síntesis, a una dinámica de oposición, controversia, disputa o protesta de actores. (WALTER, 2009)

Os conflitos sociais em torno dos recursos naturais historicamente sempre tiveram uma função na sociedade humana, no entanto, nas condições atuais aumentaram sua intensidade, seu caráter público e sua complexidade⁷¹. Nas últimas décadas houve aumento

⁷⁰ *Conflict not only generates new norms, new institutions, as I have pointed out elsewhere, it may be said to be stimulating directly in the economic and technological realm. Economic historians often have pointed out that much technological improvement has resulted from the conflict activity of trade unions through the raising of wage levels* (COSER, p. 198, 1957).

⁷¹ *Las sociedades tradicionales no necesariamente compartían la perspectiva instrumentalista de la economía global moderna. Los conflictos no sólo se producían en un contexto económico en el cual generalmente se prefería minimizar el riesgo antes que maximizar las utilidades, sino que también se basaban en conceptos culturalmente específicos del valor y la espiritualidad que definían lo sagrado, lo secular y el campo de juego entre ellos. Sin embargo, con el colapso de las prácticas tradicionales y la penetración de las fuerzas económicas mundiales en el plano local, esos conflictos ahora a menudo caen bajo la jurisdicción del estado. El mayor alcance de la sociedad industrial y de consume también ha transformado la definición de los conflictos por los recursos naturales* (TYLER, 2000).

demográfico e, conseqüentemente, do consumo e intensificação das atividades econômicas. Com isso, aumentaram também as pressões sobre os recursos naturais, aumentou a demanda sobre matérias-primas e produção de alimentos.

Los conflictos por los recursos naturales pueden producirse en diversos niveles, desde el ámbito familiar al plano local, regional, social y mundial. Además, el conflicto puede traspasar los límites de esos niveles mediante múltiples puntos de contacto. Los conflictos que se producen principalmente en contextos locales pueden extenderse al plano nacional y mundial a causa de su especial trascendencia jurídica o como resultado de los esfuerzos de actores locales por influir en procesos más amplios de toma de decisiones. (BUCKLES; RUSNAK, 2000)

Assim, recursos naturais usufruídos apenas pelas populações locais passaram a ser fonte de matéria-prima para indústria. O desenvolvimento em grande escala bem como o aumento da exploração dos recursos naturais provocam migrações dos moradores das zonas rurais para os grandes centros urbanos ou para outras áreas produtivas, onde possam desenvolver sua agricultura ou extrativismo (TYLER, 2000). Assim, novos atores da sociedade civil surgiram em torno desses conflitos como grupos de interesses associações, cooperativas, ONGs.

Segundo Buckles; Rusnak (2000), os conflitos sociais em torno dos recursos naturais podem ter origem em vários fatores. O primeiro diz respeito à integração dos recursos em um único espaço interconectado, onde as ações dos indivíduos ou dos grupos podem gerar efeitos além de seu espaço particular, por exemplo a questão do uso da água pelas comunidades ou empresas.

Isso leva ao segundo fator, em que os recursos naturais estão integrados em um espaço social compartilhado, locus de relações complexas e desiguais entre uma gama de atores sociais, entre os quais produtores, pequenos produtores agrícolas, minorias étnicas, organismos governamentais e ONGs. E por último, e crucial, a crescente escassez dos recursos naturais diante do aumento da população global e sua desigual distribuição.

4.2 O CONFLITO SOCIAL NA PESCA NO RMRN

De acordo com Bennett et al (2001), pode haver cinco causas que explicariam o surgimento de conflitos em determinada região ou setor: (a) as alterações demográficas (a migração ou o êxodo rural) em certo lugar, que acentua a disputa pelos recursos da região em questão e que pode levar à segunda causa; (b) o acirramento da disputa por recursos naturais; (c) as pressões causadas pelo desenvolvimento local, que, conseqüentemente, aumenta a procura por alimentos; (d) as mudanças na legislação vigente, ou seja, essa nova legislação pode aumentar direitos de um grupo (aumentar o acesso aos recursos em disputa) e restringir os direitos de outros grupos⁷² (negar o acesso aos recursos); e (e) a fragilidade e ineficiência das instituições envolvidas, instituições informais, como mercados, comunidades, ONGs, e formais, como as instituições de Estado do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Bennett et al (2001) tipifica os conflitos em torno dos recursos pesqueiros em cima de cinco questões básicas: quem controla a pesca? Como a pesca é controlada? Quais as relações entre os pescadores usuários dos recursos pesqueiros? Quais as relações entre os pescadores e outros usuários dos recursos? E finalmente, qual o relacionamento entre os pescadores e não pescadores?

Adaptando esse esquema à situação de Barcelos, poder-se-ia afirmar que, em relação ao primeiro, pode-se dar como exemplo a questão do acesso aos RPs, quem realmente tem acesso aos recursos nos rios. Na segunda questão, pode-se identificar o problema da legislação e gestão dos RPs.

Na terceira questão, a resposta se dá na relação entre os diversos usuários dos recursos pesqueiros, isto é, pescador de subsistência, pescadores artesanais de pesca comestível, pescadores ornamentais e pescadores da pesca esportiva. Na quarta questão, dá-se a relação desses usuários e a empresa turística e os pescadores de fora, os outsiders. A quinta questão, por fim, gira em torno das políticas públicas sobre os recursos pesqueiros (tabela 11).

⁷² Nesse sentido, pode-se dar como exemplo claro, no caso da RMRN, o Decreto do Rio Negro, que proibiu a pesca do tucunaré dos barcos pesqueiros de Manaus em Barcelos.

Tabela 8 - Tipologia dos conflitos sociais em torno dos recursos pesqueiros

Tipo I: quem controla a pesca?	Tipo II: como a pesca é controlada?	Tipo III: relacionamento entre os pescadores usuários dos recursos pesqueiros	Tipo IV: Relações entre pescadores e outros usuários dos recursos pesqueiros	Tipo V: Relações entre pescadores e não pescadores
Tipos de acesso ao RP	Gestão, por coação, alocação de cotas, comanejo, ordenamento, etc.	Relacionado aos diferentes tipos de pescadores (Ex: pesca comercial <i>versus</i> pesca esportiva, ornamental).	Pescadores <i>versus</i> ribeirinhos, <i>outsiders</i> – (<i>geleiros de fora e turista</i>).	Pescadores e ribeirinhos.

Fonte: Adaptado de BENNETT, 2001

De acordo Eleyd (2012, p. 28), o conflito social em Barcelos em torno dos recursos naturais se desenrola entre diversos agentes sociais constituídos em associações, cooperativas, sindicatos e a Colônia de pescadores, entre as quais piaçabeiros, indígenas (tarianos, tukanos, baniwas, bares, arapacos, werequena e tuyucas), pescadores, empresários do turismo, empresários da piaçaba (os patrãozinhos). Esses grupos, hoje, tem a percepção de que é possível assegurar os direitos sobre territórios aquáticos e terrestres. Neste trabalho, restringir-se-á aos conflitos sociais em torno dos recursos pesqueiros, com ênfase maior à pesca artesanal comercial de peixe comestível.

4.2.1 Os *outsiders* e os pescadores comerciais locais

Os *outsiders* são pescadores de fora, apontados pelos pescadores artesanais, são os geleiros vindos de Manaus, Novo Airão ou Manacapuru. Eles utilizam embarcações com uma capacidade de armazenamento muito superior às existentes em Barcelos.

Os pescadores locais, na concepção de Elias; Scotson (2000), os estabelecidos, fundam sua distinção e seu direito de um grupo tradicional coeso, em um princípio de antiguidade, pois moram na região desde muito antes que os outros e encarnam valores da tradição aplicados em sua prática diária, principalmente em relação aos conhecimentos tradicionais sobre a pesca. Os pescadores de fora são associados à prática predatória, visando sempre ao abastecimento do mercado de Manaus.

Segundo os pescadores artesanais de Barcelos, aqui considerados como os estabelecidos,⁷³ isto é, aqueles que há décadas pescam nesses territórios de pesca, os

⁷³ Um establishment é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influencia: os established fundam o seu poder no fato de ser um modelo moral para os outros (NEIBURG, 2000, p. 7).

outsiders, são aqueles “o pessoal vem de fora, fazendo ‘batição’, aí espanta muito o peixe né, quando vem de Manaus, quando fica o pessoal daqui mesmo, os pescador aqui não, não faz batição.” (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, em 3/12/12/)

A diferença entre os outsiders e os estabelecidos, no caso de Barcelos, está na primazia da antiguidade, direito tradicional aos territórios de pesca. Seus pais pescavam no local há muitos anos e eles continuam realizando a mesma atividade. Já os pescadores de fora, entre os quais se inclui também o turista, pescam o que desejam e depois vão embora, sem contrapartidas satisfatórias aos locais. Assim, essa diferenciação entre os outsiders e os locais visa preservar sua identidade, bem como afirmar seus direitos consuetudinários sobre os recursos naturais dos territórios de pesca.

Há certa inquietude em relação a tudo isso por parte tanto dos ribeirinhos quanto dos pescadores artesanais do município. Para eles os outsiders se apresentam como pilhadores dos seus recursos pesqueiros e não têm o direito de usufruir dos recursos naturais sem deixar para trás uma contrapartida à altura, no caso da pesca esportiva, e em relação ao geleiro, eles pedem o inteiro banimento desses pescadores de fora que atuam de forma predatória⁷⁴.

Dentre os aspectos mais reveladores da estratégia dos grupos estabelecidos figura a imputação aos outsiders, como motivo de censura, de algumas de suas próprias atitudes usuais, as quais, no caso deles, frequentemente são motivo de louvor (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 45).

Assim, nessa figuração⁷⁵, estabelecidos versus outsiders,⁷⁶ o turista é considerado também um outsider, com direitos reduzidos e visto como fonte de renda, já o pescador comercial é local e não admite ter seus direitos, tradicionalmente adquiridos, reduzidos em

⁷⁴ “A estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa-se, muitas vezes, a tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsider.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 35)

⁷⁵ Ela abrange, assim, a forma como as pessoas se aglomeram em pequenos ou grandes grupos, como se socializam e disputam o poder dentro de um determinado espaço social, ou seja, dentro de determinadas figurações. Por isso, o conhecimento, como outras práticas é aprendida e apreendidas dentro dos quadros figuracionais em que o indivíduo está atuando. Elias compara a figuração como um jogo de cartas ou similar, se um grupo de pessoas se juntarem para um jogo, tem aí o processo de formação de uma figuração. “Por configuração o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos mas pelo o que eles são em seu todo, a totalidade de suas ações [sic] nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrelaçado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou adversários. [...]Tomando como exemplo futebol, podemos ver que uma configuração é uma estrutura de um jogo que pode ter hierarquia de várias relações de ‘eu’ e ‘ele’, ‘nós’ ou ‘eles’”(ELIAS, 1980, p.141-2).

⁷⁶ “Nesse sentido, o modelo de figuração estabelecidos-outsiders pode funcionar como uma espécie de “paradigma empírico”. Aplicando-o como gabarito a outras configurações mais complexas desse tipo, pode compreender melhor as características estruturais que elas têm em comum e as razões por que, em condições diferentes, elas funcionam e se desenvolvem segundo diferentes linhas.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 21)

prol do outsider, como por exemplo, a limitação da área de pesca em razão da pesca esportiva sem uma contrapartida.

Assim, “as categorias se definem na relação que as nega e que as constitui como identidade socais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso de desigual interdependência.” (NEIBURG, 2000, p. 8)

O conflito ocorre basicamente entre os pescadores de fora e os pescadores locais. Mas esse conflito se estende também entre os operadores de turismo e os pescadores de fora, pois os outsiders, quando entram nos territórios de pesca dos pescadores locais, levam também o tucunaré, que é a estrela da pesca esportiva. Visando resolver esse conflito entre os pescadores locais, operadores de turismo e os pescadores de fora, foi estabelecido o Decreto do Rio Negro, que proíbe o transporte de tucunarés, oriundos do rio Negro para Manaus.

Esse Decreto solucionou o conflito legalmente, no entanto, sem a fiscalização adequada, por mais que tenha diminuído a entrada de pescadores de fora na RMRN, ainda há relatos de barcos geleiros pescando nos locais de pesca, assim, o conflito foi resolvido de direito, no entanto, de fato, continua. “Pra nós, não prejudicou muito não, o decreto. Tinha de transportar três toneladas por mês, tinha uma cota, aí acabou esse tempo, não foi mais vigorado. Ficou ruim para o pescador de fora que vinha pescar aqui e levava.” (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

4.2.2 Pescadores artesanais e piloteiros: a questão do seguro-defeso

O período do auge da pesca ornamental é praticamente o mesmo da pesca esportiva: a primeira vai de agosto a abril, a segunda vai de setembro a fevereiro, e ambos coincidem com o período da seca e enchente.

De acordo com as entrevistas, para os pescadores locais, tornar-se guia de turismo, principalmente entre os pescadores ornamentais, é o último recurso para melhorar a renda. Se a pesca de peixe ornamental melhora, muitos voltam a praticá-la, pois a preferem. “Rapaz, aqui a maior parte dos piloteiros foi pescador de peixe ornamental, muitos começaram a trabalhar no turismo porque não tem condições de trabalhar no peixe ornamental, porque fica difícil.” (S. S. S., 43 anos, trabalho de campo, 2012)

O pescador em Barcelos não cumpre o defeso, porque, ao entrar no defeso, os pescadores vão atrás de outras espécies que estão fora. O dinheiro proveniente do defeso serve para comprar material de pescar, manter a família, melhorar a casa, comprar eletrodomésticos

entre outras coisas. “O pacu, o aracu e matrinxã, tudo estar no defeso, aí a gente vai ter que pegar outro tipo de peixe.” (J., geleiro, trabalho de campo, 2012)

O pescador que trabalha como guia alguns meses do ano tem direito de receber seguro-defeso? Essa pergunta era o cerne do conflito interno entre os pescadores artesanais de Barcelos no final do ano de 2011, quando se aproximava a época de receber o benefício, de novembro de 2011 a março de 2012.

É que fizeram esse acordo lá com os empresários [operadores do turismo em Barcelos], assinar a carteira do pescador, mas eles não assinam não, eles preferem, pegar o pescador [piloteiros] e pagar mais de trezentos reais por semana pra ele, mas não assina a carteira né. O caso dos pescadores é imprensar os empresários, [...]. O prefeito chamou os empresários, para entrar em acordo, porque quem podia pagar o seguro dos guias eram os empresários. Isso não foi a frente não, porque não vi ninguém assinado a carteira. E o seguro quem sempre acaba pagando é o governo. (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Concordando com Coser (1956), pode-se dizer que o conflito entre os pescadores artesanais é um conflito dentro do grupo, por definições e identidades, redefinição de fronteiras, tensão interna. Assim, partir-se-á da pergunta que duas esposas de pescadores fizeram a este pesquisador: os pescadores que trabalham como guias têm direito de receber o seguro-defeso?

A primeira, também pescadora, é esposa de um pescador polivalente, isto é, um pescador que trabalha na pesca comercial, ornamental e também trabalha como pescador-piloteiro; a segunda, esposa de um dono de barco geleiro, que vive exclusivamente da pesca comercial. Ambas fizeram a mesma pergunta com sentimentos diferentes e opostos. A primeira achava que o pescador deveria receber o seguro-defeso; a segunda, não.

Essa discussão entrou no contexto quando a esposa do pescador, que também estava assistindo à entrevista fez o questionamento acerca do possível direito do guia de pesca/piloteiro sobre o seguro-defeso do pescador pago pelo Governo Federal, pois antes havia tido um encontro com todos os interessados. De um lado os pescadores propriamente ditos, ou seja, da pesca comercial e da pesca ornamental, apoiados pelo MTE, MPA, e a colônia que advogam que esses pescadores-piloteiros, transformados em guias, não têm direito ao benefício do seguro-defeso.

É uma discussão complexa, que envolve não somente os pescadores locais, mas também leva em consideração o que se entende como identidade de pescador e o que o define como pescador artesanal. Assim, de um lado tem-se o conceito institucional forjado ao longo

do tempo pelos órgãos oficiais de Estado como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), IBAMA, MPA, SEAP e Marinha, e por outro, a realidade diversificada da Amazônia, que não cabe dentro desses conceitos.

Dessa forma, o conceito restrito de pescador artesanal não mostra as características das idiossincrasias amazônicas: uma situação local e específica, que coloca dezenas de pescadores artesanais fora desse conceito. No entanto, podem-se considerar esses agentes, no sentido lato da palavra, e pelos conhecimentos que adquiriram durante anos de prática de pesca na RMRN, como pescadores artesanais.

Essa questão eleva os ânimos dos vários grupos locais, principalmente os pescadores comerciais que não trabalham com o turismo, e também dos empresários de pesca esportiva, que retiram o pescador de sua atividade tradicional e o transforma em um pescador auxiliar ao pescador esportivo. Essa foi uma discussão levantada por vários pescadores associados à Colônia Z-33, inclusive pela própria presidente da colônia.

Para alguns pescadores comerciais, aqueles que estão atuando como guias de pesca não merecem receber o seguro. Notava-se em suas palavras, nas suas assertivas, certa relutância e mesmo não aceitação de que essa classe de trabalhadores, que migrou para outra forma de pesca, tenha os mesmos direitos que eles, que permanecem na pesca tradicional.

Esse ano tá com esse negócio aí e eu não sei se vamos receber. Porque devido aos guias, agora dizem que vai ser os guias e quem vai pagar são as empresas, mas eu acho isso errado, porque a gente (não) podia receber se a gente trabalhasse de carteira assinada, mas a gente trabalha por temporada, terminou a temporada a gente não recebe mais nada. (S. S., 43 anos, trabalho de campo, 2012)

Às vezes, chegava a transparecer que os outros teriam deixado de ser pescadores, ou mesmo que não seriam mais pescadores artesanais nos moldes tradicionais, por isso não teriam direito ao seguro-defeso. No fundo, o que está em questão é o conceito de pescador artesanal aplicado pelos órgãos oficiais para que possam pagar o seguro-defeso ao beneficiário. Uma questão de definição que gera conflito.

Esse conceito oficial é restrito e por isso não engloba a realidade da pesca artesanal no Amazonas, e muito menos em Barcelos, assim, merece ser rediscutido em contexto local e regional. É um conceito limitante e míope para englobar uma realidade nacional da pesca artesanal. A própria Colônia, que é pressionada tanto por seus filiados quanto por órgãos do Governo Federal a não incluir esses trabalhadores na lista dos beneficiários do seguro-defeso, deveria ser a instituição a encabeçar essa discussão de forma aprofundada.

Mesmo que o conflito se resolva, essa discussão é importante porque coloca em xeque o conceito de pescador artesanal proposto pelos órgãos oficiais de Governo, como MPA, MTE, IBAMA, IPAAM, aplicados aos pescadores artesanais da Amazônia.

4.2.2.1 O seguro-defeso

O defeso é o período em que o pescador para de pescar determinada espécie para que essa possa se reproduzir. O defeso nos rios da bacia amazônica (AC, AM, PA, RO, AP) vai de 15 de novembro a 15 de março do ano seguinte. Segundo a nova Lei da pesca – Lei nº 11.959/09 –, defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes.

O Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), conhecido como seguro-defeso, foi criado dentro de um contexto de correlação de forças entre as entidades representativas dos pescadores artesanais no Brasil (associações, sindicatos e colônias de pescadores) e o poder público, em suas diversas instâncias governamentais, bem quanto outros sujeitos da sociedade civil organizada (MAIA, 2009). É um benefício nos moldes do seguro-desemprego, situado dentro de uma política pública de assistência aos trabalhadores que perdem o emprego e ficam desamparados até encontrar outro.

Esse benefício é previsto no Art. 39 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.998, 11 de janeiro de 1990 que institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), composto com os recursos do Programa de Integração Social (PIS), e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), sob a gestão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (MAIA, 2009, p. 35).

O seguro desemprego dos trabalhadores urbanos, principalmente da indústria, foi estendido aos pescadores artesanais, como resposta às demandas do setor pesqueiro no Brasil, em 2003, durante o primeiro ano da primeira gestão do governo Lula.

Foi regulamentado pela Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003 que Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. “O seguro defeso ao conceder o acesso ao recurso pesqueiro, media o acesso do pescador que faz uso de recursos artesanais e que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar, ao recurso.” (MAIA, 2009, p. 35)

O SDPA é uma política que agrega características regulatórias e redistributivas, englobando as ordens, proibições, decretos e portarias à redistribuição de renda, por meio do repasse do benefício. Os efeitos referentes aos curtos e benefícios não são determináveis de antemão e dependem da configuração concreta das políticas que devem ser analisadas a partir de suas esferas. (MAIA, 2009, p. 35)

Em 2012-2013, o seguro-defeso, segundo estimativas da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) e da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura (Sepa – AM), beneficiou perto de 80 mil pescadores artesanais no Amazonas, injetando na economia estadual cerca de R\$ 200 milhões. Esse benefício é pago em quatro parcelas mensais no valor de um salário mínimo. Em 2011, o número de beneficiados foi de 67 mil pescadores artesanais, que receberam um valor de R\$ 163 milhões (SRTE-AM; SINE, 2013).

Em 2013, o Portal da Transparência do Governo Federal registrava o total de pagamentos aos favorecidos do Município de Barcelos da pesca artesanal: R\$ 1.672.858,00, valor que demonstra que a pesca comercial artesanal para o município é muito importante, tanto quanto a pesca esportiva. Esse dinheiro cai diretamente na conta do pescador artesanal, sem intermediários.

O pescador aproveita essa quantia para fazer compras, melhorar seus apetrechos e realizar as compras de Natal. É um valor injetado diretamente na economia local. “Esse dinheiro já compra o material da minha pesca, compra malhadeira, freezers para nós pescar [...] é um dinheiro que vem livre.” (W. C. S., 58 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Esse fato demonstra que tanto a pesca esportiva quanto a pesca artesanal são responsáveis pela dinamização da economia de Barcelos, e não há uma sobreposição, nem para mais, nem para menos. Esse ponto é interessante, pois o que se tem comentado é que a pesca esportiva movimenta muito o comércio, mas esquecem de mencionar que os pescadores artesanais, na mesma época, estão recebendo o seguro-defeso na mesma época. Talvez o volume de dinheiro movimentado pela pesca artesanal não se compare com o montante proveniente da pesca esportiva, porém é um dinheiro certo que alimenta o comércio local.

No final, a pesca movimenta o comércio, mas do que qualquer outra atividade, e a pesca comercial é o ano inteiro. Só mudam as espécies em razão do defeso. Assim, sem o seguro-defeso, o pescador-guia se torna desamparado diante da escassez de trabalho na baixa temporada.

Porque isso aí fica difícil, eles querem que assinem a carteira, mas eu acho isso errado, porque para assinar a carteira, o cara tem que conhecer a pessoa

há muito tempo [...]. O cara vai, assina a carteira, o piloto vai, não conhece direito e se perde. Então a pessoa tinha que estar trabalhando três ou quatro anos, para o patrão conhecer o trabalho dele, daquele o patrão poderia assinar a carteira. Mas não, o que acontece quando termina a temporada o pobre fica encostado aí, nós queria que a empresa desse esse apoio pra nós e que nesse tempo que a gente tá parado ela desse uma ajuda como a colônia dá. (S. S. S., 43 anos, trabalho de campo, 2012)

4.2.3 O conflito entre pesca comercial e pesca esportiva

Um dos principais conflitos relatados em nossas entrevistas girou em torno do tucunaré, estrela da pesca esportiva, bem como fonte de renda para alguns pescadores comerciais do município. Antes do turismo e do Decreto do Rio Negro (ver anexo), a pressão sobre os estoques de tucunaré era forte, porque os pescadores--proprietários podiam, legalmente, enviar peixe para Manaus.

No entanto, com o crescimento da indústria do turismo local e a proibição do transporte do tucunaré, essa pressão diminuiu. Isso gerou uma demanda menor por mão de obra de pescadores comerciais. Segundo alguns pescadores, esse excedente migrou para pesca esportiva, para trabalhar como piloto.

Mesmo com a pesca ornamental em alta, a pesca do tucunaré era grande, porque seu destino não era o mercado interno. Isso demonstra que a pressão sobre a pesca do tucunaré, não é motivada pelo consumo da cidade de Barcelos, mas pelo mercado consumidor de Manaus.

Nesse sentido, o Decreto do Rio Negro foi acertado, pois inibiu parcialmente essa prática predatória, além de proibir a entrada de geleiros de fora. Nessa pesca, quem mais perdia era o Município de Barcelos, pois o peixe era vendido a preço baixo para o atravessador de Manaus, e pouca renda permanecia na cidade.

A pesca é a atividade que subjaz às demais atividades produtivas em Barcelos. O ano inteiro, e por mais que o turismo de pesca esportiva traga uma renda maior ao pescador e movimente a economia da cidade em um determinado período, é a pesca que consegue sustentar centenas de famílias o ano todo, e no geral, a pesca esportiva é uma atividade pesqueira, *lato sensu*, logo se enquadra em nossa classificação de atividade pesqueira.

O impacto econômico da pesca esportiva dá-se, principalmente, sobre os moradores da sede do município, pois é na cidade que se concentra a maioria da mão de obra requisitada pelas empresas de pesca esportiva, desde o guia até a cozinheira. Para a vida das comunidades, em termos econômicos, não há mudança perceptível, e quando há, ocorre por

meio da perturbação de sua vida tradicional. Benefícios reais advindos diretamente da pesca esportiva não há.

O que poderia ocorrer era o município lucrar e transformar esse lucro em benefícios como saúde e educação na zona rural, mas não se viu isso até hoje, pois os ribeirinhos não conseguem ver a ligação entre as políticas públicas e a pesca esportiva. Alguns reclamam que os barcos de pesca (botes, conhecidos como motor de polpa) passam com muita rapidez próximo onde eles guardam peixes ornamentais, e isso perturba os peixes, bem como seu estilo de vida.

Os operadores de turismo, isto é, os empresários da pesca esportiva, donos de hotéis, cobram fiscalização sobre a captura do tucunaré para que a indústria do turismo possa crescer e trazer lucros e, por outro lado, a população e os pescadores cobram a divisão dos lucros com a cidade. Só o salário dos trabalhadores do turismo injetado na economia local não é suficiente aos olhos da população local. Eles desejam que a cidade, como um todo, tenha benefícios com o turismo.

Em Barcelos, pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas, em parceria com a Prefeitura Municipal de Barcelos, levando em conta essa aspiração da população local, tentaram desenvolver um sistema de cobranças de serviços ambientais na pesca esportiva. No caso, as empresas de pesca esportiva reteriam as taxas cobradas aos turistas e repassariam à prefeitura, que se comprometeria em investir na fiscalização e melhoria nas comunidades onde ocorre a pesca.

A cobrança por serviços ambientais, segundo Rivas et al (2011), pode ser vista como forma de apropriação dos rendimentos associados com um recurso natural escasso, no caso, a pesca do tucunaré por parte dos pescadores esportivos, assim na “pesca esportiva do tucunaré, realizada no MRN, as empresas de pesca esportiva, são capazes de reter virtualmente todos os lucros associados com a existência de um estoque abundante de grandes tucunarés, decorrente dos serviços oferecidos pelo ecossistema do médio rio Negro” (RIVAS et al, 2011). Segundo os pesquisadores, o pagamento por serviços ambientais teria como objetivo:

Criar um pseudomercado para os serviços ambientais, os quais não possuem valor nos mercados tradicionais de commodities. Serviços ambientais devem ser vistos como fluxos dentro e entre os ecossistemas, sendo que o seu consumo não diminui a disponibilidade do recurso ecológico e pode não afetar o próprio fluxo. A maioria dos serviços ambientais são bens públicos, de propriedade comum, e incluem serviços como manutenção da química atmosférica, de ciclos hidrológicos, da biodiversidade e assim por diante.

Pagamentos por serviços ecológicos são, em geral, propostos como compensação por algum tipo de preservação dos serviços. (RIVAS et al. 2011)

Nesse projeto foi estabelecida a cobrança de uma taxa de R\$ 38,00 reais/dia de cada turista, pelos serviços ambientais no MRN. Essa cobrança durou de 20 de setembro de 2010 a 21 de janeiro de 2011, quando foi suspensa por liminar da Justiça Federal. Durante o ano de 2007, turistas realizaram o pagamento da taxa, com o valor médio pago por pescador de R\$ 166,61, o que gerou uma arrecadação de R\$ 330,750,50 reais.

Esse projeto “tentou tornar o processo de pagamento e de acesso à pescaria fácil para o pescador esportivo, estabelecendo diversas formas e locais de pagamento”. (RIVAS et al. 2011). A cobrança foi instituída pela Lei municipal nº502,⁷⁷ de 10 de agosto de 2010.

Art. 1º - Fica instituído o pagamento por serviços ambientais a serem cobrados pelo Município de Barcelos dos praticantes de pesca esportiva, com o objetivo de proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas e ainda, de preservar as florestas, a fauna e a flora no seu espaço territorial.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o selo *Peacock Bass* cujo direito de uso poderá ser solicitado, nos termos do respectivo regulamento, por pessoas físicas ou jurídicas e previamente cadastradas e que exerçam suas atividades produtivas, comerciais, de investimento financeiro ou de prestação de serviços relacionados à atividade de pesca esportiva no Município de Barcelos que comprovadamente realizem projetos de redução de emissões líquidas de gases de efeito estufa, de conservação ambiental e desenvolvimento humano sustentável ou outros nos termos do respectivo regulamento.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - serviços ambientais: as atividades humanas que contribuem para manter ou aumentar a provisão de benefícios por meio do ambiente. (Barcelos - Lei municipal 502, de 10 de agosto de 2010)

O projeto foi interrompido pela Justiça Federal a pedido dos operadores de turismo e da Associação Nacional de Pesca Esportiva, que alegavam inconstitucionalidade de lei municipal que cria tributos. Porém, segundo Rivas et al (2011), esse projeto, e consequentemente seu fracasso, trouxe uma lição: o “sucesso deste tipo de iniciativa é muito dependente da estrutura político-administrativa existente”. Os turistas não reclamavam da taxa

⁷⁷ A Lei 502/2010 previu a criação de uma fundação privada, destinada a gerenciar a aplicação dos recursos arrecadados em cada temporada de pesca. Essa fundação deveria ter suas diretrizes determinadas por um conselho diretor, que deveria detalhar a utilização dos recursos, sempre para atividades relacionadas com proteção ambiental, suporte às comunidades ribeirinhas e educação ambiental. (RIVAS et al. 2011)

cobrada, “reclamavam da ausência de ações do poder público para preservar o ambiente e os recursos naturais, em especial de ações de fiscalização.” (RIVAS et al. 2011)

4.2.4 Desvelando o conflito

Uma das causas do conflito entre pesca comercial e pesca esportiva é que os pescadores-clientes, isto é, os turistas, dizem que o tucunaré pode estar diminuindo em consequência da pesca predatória realizada pelos pescadores comerciais de peixe comestível. Por outro lado, os pescadores comerciais dizem que é o turista, mesmo sem saber, que também é responsável pela diminuição do estoque de tucunarés na região, eles dizem que o turista mata muito peixe ao fisgá-lo e depois soltá-lo no rio machucado.

Segundo os pescadores, nessas condições ele não consegue sobreviver por muito tempo.⁷⁸ “O problema da pesca esportiva é que não querem que a gente, o peixe mais fácil de pegar um tempo desse é o tucunaré, e eles não querem que a gente exporte, aí a gente fica nessa se batendo para pegar fera.” (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Na realidade há diversos fatores que contribuem para esse conflito entre pesca comercial e pesca esportiva, porque na realidade a divergência ocorre por falta de política pública, e mesmo de um ordenamento pesqueiro para a região de Barcelos. Daí poder-se chamar essas divergências de pseudoconflito.

Uma das principais queixas dos pescadores comerciais é que eles, muitas vezes, são responsabilizados pela pesca predatória do tucunaré, na RMRN. Por outro lado, alguns pescadores comerciais de peixes comestíveis responsabilizam os pescadores esportivos de também praticarem um pesca predatória, mesmo praticando a pesca chamada pesque e solte. Pode-se perceber essa guerra de versões na visão de um pescador geleiro que se beneficiava da pesca do tucunaré, antes do Decreto do Rio Negro, sobre a pesca esportiva e sua tentativa de proibir a captura do tucunaré:

Ah, é a pesca esportiva que não quer que o cara não mate o tucunaré [...]. Rapaz, se tivesse um comprador pra comprar eu acho que ia acabar, mas aqui não tem. Sabem quem mata esse tucunaré, é eles lá, eles pegam o tucunaré, eu já vi foi tucunaré morto, eles tiram lá do currico, o bicho fica de peito pra cima, eu já peguei tucunaré deles assim, depois dele arrancar aquela guerra [guelra], ele morre [...] aquele alicatão na boca do bicho assim e arranca na porrada, eles não aguentam, morre porque eu já vi, eu já vi

⁷⁸ Essas são as duas versões para explicar a diminuição do tucunaré no MRN e mesmo não se sabe, por falta de estudos acadêmicos conclusivos, se o estoque de tucunarés vem realmente diminuindo. São apenas versões de lados supostamente opostos.

desse tucunaré grande, que fica com o currico na boca, já pegamos foi muito, dessa viagem, trouxe um que tava lá na beira lá, com um currico na boca, tava no peixe, na boca dele. (J. J. M. N., 55 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Sabe-se que há fortes desconfiâncias no meio acadêmico relacionadas à prática do pesque e solte. Os peixes devolvidos por essa prática estão sujeitos ao estresse e ao dano físico, e, quando solto, o peixe manipulado torna-se presa fácil. Pode apresentar uma queda no desempenho produtivo e reprodutivo. Não se sabe, por falta de estudos aprofundados nesse sentido, as reais consequências dessa prática aos estoques de peixes, como por exemplo, o tucunaré no MRN.

Há fortes críticas relacionadas ao pesque-e-solte. Os peixes capturados e devolvidos estão sujeitos a estresse por fadiga e dano físico e, depois de solto, o peixe manipulado torna-se uma presa mais fácil e está sujeito à queda de seu desempenho reprodutivo e produtivo e à diminuição de resistência às doenças. Além disso, são desconhecidas as intensidades destes efeitos sobre os peixes devolvidos e, conseqüentemente, sobre as populações nativas de peixes [...]. Desse modo, o pesque-e-solte deve representar mais uma opção, mas não o modelo único para a pesca amadora, considerando a falta de conhecimentos de seus efeitos sobre a ictiofauna local. (EMBRAPA PANTANAL, 2011)

O peixe proveniente da pesca esportiva não se transforma em mercadoria, mas é devolvido ao rio, numa devolução compulsória, porém esse processo denominado de pesque e solte (catch-and-release), segundo os pescadores comerciais machuca o peixe, facilitando sua captura pelos botos ou outro predador local. Lopes (2011) considera a taxa de mortalidade de tucunarés (*Cichla spp.*) baixa, porém não há estudos conclusivos que possam sustentar essa conjectura na RMRN. Segundo o próprio autor, há necessidade de mais estudos sobre as injúrias nos processos da pesca pesque e solte.

Lopes (2011), em estudo desenvolvido na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Anamã (RDSA) sobre as injúrias causadas pelos apetrechos, especificamente alicates tipo boga grip, utilizados pelos pescadores esportivos, sobre a pesca amadora, na modalidade pesque e solte, concluiu que a sobrevivência dos peixes submetidos a esse sistema, em especial o tucunaré, depende de fatores extrínsecos e intrínsecos à própria espécie.

Lopes (2011) aponta ainda, em estudos preliminares, que a espécie com menor taxa de mortalidade no sistema pesque e solte é o tucunaré (7,56%), e que a sobrevivência dos peixes depende essencialmente da forma como os pescadores esportivos se comportam e que

tipo de ferramentas utilizam. Por exemplo, utilizar um alicate de contenção com cerdas desencapadas fatalmente provocará maior dano ao peixe, do que usar outro com cerdas encapadas (LOPES, 2011). Por isso, os empresários da pesca esportiva têm papel fundamental, juntamente com os órgãos estatais de fiscalização e preservação dos recursos pesqueiros, na conservação desses recursos e deveriam investir mais em campanhas de conscientização do pescador esportivo.

Figura 25 - Alicates de contenção tipo boga grip: “A” desencapado e “B” encapado



Fonte: LOPES, 2011.

Essa espécie mostrou uma porcentagem relativamente baixa no sistema pesque e solte. “Todavia, medidas simples como a utilização de alicates com cerdas encapadas ou protegidas pelos pescadores esportivos diminuem significativamente as injúrias causadas no ato da contenção do peixe pós captura.” (LOPES, 2011)

Alguns fatores podem ser citados como preponderantes na pesca esportiva, na modalidade pesque e solte, como a posição ou área anatômica onde o peixe é fisgado; o tempo excessivo de luta entre o pescador e o peixe, que pode levar este à exaustão; o tamanho do espécime capturado; a qualidade da água do rio para onde será devolvido; e, principalmente, o tipo de apetrecho utilizado, pois, dependendo da qualidade, pode agravar ou diminuir a lesão ao peixe; por último, a habilidade do pescador em manejar os apetrechos.

Figura 26 - Pesca do tucunaré com a utilização de iscas artificiais e alicate *boga grip* desencapado



Fonte: Lopes, 2011

Segundo Scott et al (2004, p. 795)⁷⁹, a mortalidade, quando ocorre após soltura do peixe na água, resulta quase sempre das injúrias provocadas pelo anzol. Daí a importância onde o peixe é fisgado. “All postrelease mortality resulted from hook penetration in and subsequent injury to the esophagus or stomach; no mortality was observed for fish hooked in anatomical.” (SCOTT et al. 2004, p. 795)

Na opinião de Casselman (2005), a modalidade pesque e solte é fisiologicamente estressante, e a mortalidade dos peixes pode ser diminuída seguindo alguns cuidados básicos na hora de sua captura. Por exemplo, adequar os apetrechos à espécie capturada, usar anzóis sem ganchos, o que facilitaria a soltura do peixe e o machucaria menos, diminuir a exposição do peixe fora da água, e soltá-lo rapidamente. O autor ainda acrescenta que, quando realizada corretamente, o pesque e solte pode ser bem-sucedido, com dano mínimo para o peixe. No entanto, adverte que cada espécie deve ter um estudo específico para adaptar os apetrechos e as técnicas de seu praticante.

Um dos argumentos a favor da modalidade pesque e solte é a suposição de que os peixes capturados e liberados sobrevivem à experiência. Essa certeza vem da observação dos pescadores de que, quando liberam os peixes depois de serem pegos, eles normalmente nadam para longe ou rapidamente se distanciam, aparentemente ileso (CASSELMAN, 2005).

Porém, segundo Casselman (2005), a maior mortandade ocorre algum tempo depois de sua liberação. Assim, os peixes que parecem saudáveis após serem liberados, depois

⁷⁹ This study was designed to standardize many of the variables that influence fish growth and survival following catch-and-release angling, including fight time, strike time, angler experience, handling method, depth, fish age, and bait type. (SCOTT et al. 2004, p. 796)

podem apresentar lesões ou estresse provenientes de sua captura. Todavia admite que mais estudos ainda são necessários.

A mortalidade causada pela prática do pesque e solte muitas vezes é subestimado por pescadores e gestores da pesca. A partir de uma revisão de 118 estudos sobre pesque e solte, que, no total, envolveram mais de 120.000 peixes, a média de mortalidade associada à pesca de captura e liberação foi de 16,2%. Assim, enquanto muitos pescadores podem pensar que com sua prática de pesque e solte não estão tendo nenhum impacto sobre a população de peixes, um número significativo de peixes liberados podem morrer. Além disso, muitos pescadores vão continuar a pescar depois de terem capturado o seu limite sob a premissa de que eles vão liberar todos os peixes capturados, no entanto, muitas vezes não levam em consideração o número de peixes que, inadvertidamente, morreram como resultado dessa prática. (CASSELMAN, 2005)

Casselman (2005) elenca alguns fatores⁸⁰ que influenciam na mortalidade dos peixes na pesca de pesque e solte: a resposta fisiológica; o tipo de anzol utilizado; o uso de iscas vivas ou artificiais; o local onde o peixe é fígado; o tipo de sangramento causado; a profundidade da água e sua temperatura; o tempo de exposição ao ar; o tempo para se recuperar; e o tamanho do peixe fígado. A conclusão do estudo do autor fundamenta as afirmações feitas pelos pescadores artesanais de que a prática do pesque e solte alardeada como sem impacto nos estoques pesqueiros e não predatória não se confirma.

Jones; Mcleay; Ward (2002) no estudo *National Strategy for the Survival of Released Line-Caught Fish: a Review of Research and Fishery Information* busca desenvolver, agrupar, sintetizar e revisar a literatura específica sobre a sobrevivência das solturas de peixes capturados na pesca de linha na Austrália, também busca determinar as lacunas provenientes nas pesquisas a esse respeito. Segundo o autor, para determinar como o pesque e solte “afeta uma espécie ou população é necessário saber: por que os peixes são libertados, o tamanho e a distribuição da população, a proporção de uma população que está sendo preso e liberado; padrões espaciais e temporais da liberação, métodos de pesca e manuseio, e as tensões físicas e ambientais que afetam a sobrevivência do peixe.” (JONES; MCLEAY; WARD, 2002, p. 7)

Jones; Mcleay; Ward (2002) continua defendendo que o pesque e solte provoca determinados efeitos como: estresse, mudanças no potencial reprodutivo, alterações na

⁸⁰ Casselman (2005) descreve onze fatores que podem influenciar a sobrevivência do peixe na pesca esportiva: resposta fisiológica do peixe; tipo de anzol; tipos de iscas; localização onde o peixe é fígado; sangramento; captura em águas profundas; temperatura; tipo de rede; tempo de exposição fora d água; tempo de recuperação; tamanho da espécime capturada. No entanto, alguns desses fatores, como a captura em águas profundas, não são relevantes para o caso em estudo, *e.i.*, para a RMRN.

resposta imunológica, mudanças no comportamento e no crescimento, efeitos barotrauma,⁸¹ efeitos de deflação,⁸² choque térmico, estresse osmorregulatório,⁸³ privação de oxigênio e toxicidade da amônia e predação após-soltura.

Como se pode verificar, levando em consideração os estudos apresentados (SCOTT et al. 2004; CASSELMAN, 2005; LOPES, 2011; EMBRAPA, 2011; JONES; MCLEAY; WARD, 2002), os pescadores artesanais de Barcelos, mesmo sem saber dos estudos acadêmicos, têm motivos para se preocuparem, ou mesmo não assumirem sozinhos a responsabilidade sobre mortalidade do tucunaré, porque se os pescadores esportivos também não fizerem uma pesca de pesque e solte adequada também contribuem para a pesca predatória do tucunaré.

Todos os pescadores, comerciais e esportivos são responsáveis pela mortalidade do tucunaré. Cada qual em um nível diferente, porém todos contribuem com sua parcela de responsabilidade na mortandade do tucunaré. O pescador artesanal fala a partir de sua experiência, sua prática do dia a dia. Em seu trabalho ordinário, não encontra os tucunarés que foram fisgados pela pesca esportiva, e assim se expressa em relação à pesca do turista:

Agora esse pessoal da esportiva, eles não estão enxergando, mas eles estão matando o peixe, tão matando, porque a gente tira pelo peixe, porque a gente solta o peixe e com 15 minutos ele tá só a caveira, porque eles falam que e a gente pega tanto peixe [...], porque se esse peixe que eles pegam ficasse vivo, aqui e a acolá a gente pegava um peixe rasgado, mas a gente não ver nenhum peixe desses, muito raramente a gente ver um peixe desse, esse peixe que vai sagrando a piranha vai comendo, quem tá diminuindo a reserva do Município é eles mesmo que tão matando, eles não tão nem pressentindo, porque não boia, a piranha não deixa porque não dá tempo, a gente vai numa praia dessas, chega tá pretinho de piranha, aí eles ficam culpando que é o pescador [...] é essa prática que eles não tão nem pressentindo que eles mesmos estão matando o peixe, fica cansado e vai pra praia [o peixe] e a piranha *tchan*. Porque a gente tira pela gente mesmo, quando a gente zagaia o peixe assim, ele só dá uma carreirinha, quando dá uns cinco minutos a gente escuta só [...], (barulho da piranha comendo o peixe), assim eu tiro, porque ninguém pega esses peixe que eles pegam, um fala que pega oitenta peixe, muito peixe rasgado, muito peixe furado, mas ninguém ver nenhum peixe desse. [...]. Não consegue (gostaria de saber onde tá esse peixe), porque se fosse a gente via muito peixe rasgado. Porque pega por todo canto,

⁸¹ Expansão excessiva da bexiga natatória devido a diferença de pressão.

⁸² “A deflação da bexiga natatória ou ‘ventilação’ tem sido recomendada em campanhas de educação recentes para aumentar a sobrevivência dos peixes capturados em profundidade. Isto envolve perfurar a bexiga natatória com um objeto pontiagudo e tem sido mostrado para aumentar significativamente a sobrevivência em achigã (*Centrarchidae* Família; *Micropterus salmoides*), robalo preto (*Serranidae* da Família; *Centropomus striatus*) e pargo vermelho (*Lutjanidae* da Família; *Rhomboplites aurorubens*)”. (JONES et al, 2002).

⁸³ “Pesquisas sobre espécies migratórias *sportfish* do hemisfério norte sugere que *Post-Release Survival* – PRS, pode ser menor em peixes com o estresse pré-existente causada por mudanças nos processos osmorregulatórios associados ao comportamento migratório.” (JONES; MCLEAY; WARD, 2002, p. 30).

os *zolpho*, (olhos) é bochecha, porque o peixe é bruto, não tem essa não, se vai pegar devagarzinho [...]. Eu acho que eles culpam a gente, que é o pescador comestível que tá matando, quando acabar é eles mesmos e não tá pressentindo. Porque nesse tempo ninguém não mata tucunaré. [...]. Eles não falam pra gente né, mas ficam pressionando o secretário de turismo, pagam uma taxa, acho que nem pagam para prefeitura [...]. Eu acho errado, se eles entendessem a parte deles. Que eles estão matando, eles não estão percebendo, como estou lhe falando, a gente não percebe, ver só a caveira do peixe né, e acho que eles nem estão percebendo que eles estão matando também né. Eu acho que eles estão matando mais que o próprio pescador mesmo, cada um fala, um guia pega setenta peixe grande, e peixe pequeno, aquele peixe não aparece [...], esse horror de lancha, todo mundo pega, pode dez peixes por dia, quantos peixes desses eles não acabam por dia. Ele nem pressentem, joga a culpa no pescador, o pescador é que tá levando fora, como eu tou lhe falando, nessa época ninguém nem pega tucunaré, porque não tem valor pra gente né. Pega de dois meses, de janeiro em diante, e a culpa sempre cai sobre o pescador [...]. Eu acho que eles se conscientizassem porque não é só a gente que tá acabando, acabando não, *fugentando*, eles procuram no lago e o peixe tá todo no rio né. Às vezes eles pensam que o peixe tá no lago, pensam que a gente já pegou né, quando acaba nem é. O peixe já fugiu com tanta zuada de motor de polpa né, ele sai fora pro rio grande, nem percebe, se entrar assim em acordo, os empresários, chegar uma parte de pescar e transportar sem problema né. Mas eles não querem concordar com isso né. A gente fez um debate aí, eles batem pesado né, vai acabar, acontecer ecoturismo, tá fracassando o ecoturismo, como eu tou falando, quem tá fracassando é eles mesmos, eles nem percebem que estão fazendo. (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Na narrativa do pescador a seguir, pode-se visualizar um pequeno resumo do conflito entre as duas modalidades de pesca.

Foi assim logo que cheguei né, não tinha bem conhecimento, a pesca comercial do tucunaré para transportar né, a gente sempre foi perseguido né. Não é liberado né. Porque tem um tempo aí o governador assinou um decreto, dizendo que ninguém poderia levar, só que acabou determinado. A prefeitura fez uma lei municipal que ninguém poderia levar, então a gente fica perseguido né. O prefeito bem que não liga nessa parte né. Deixa o pescador do Município trabalhar a vontade, graças a Deus. A época aí do Valdeci [empresário da pesca esportiva] foi uma época muito perseguida, mandava [...], no tempo que tinha esse outro empresário, um tal de Felipe⁸⁴ [Mastelis] né [...], fardava o funcionário dele mesmo e tomava os nossos materiais por aí. O pessoal da pesca esportiva, desse hotel rio negro (Figura 27) que tem aqui, ele perseguiu muito, ele foi embora, até que maneirou mais a barra, os outros empresários até que não pressionam muito não nós daqui né. Graças a Deus ele foi embora e acalmou mais um pouco né. Porque antes, aqui acolá era um conflito né. eles querendo que a gente não pescasse né, dizendo que a gente tava acabando, mas isso não acaba não, quem acaba são eles mesmos e não tão nem pressentindo né, agora mesmo

⁸⁴ FELIPE MASTELIS (norte americano), citado em entrevista com o presidente da Associação dos Operadores de Turismo, como sendo o empresário que colocou a pesca esportiva em Barcelos no mapa mundial de roteiro desse esporte, bem como pioneiro da indústria turística na cidade.

no rio tá operando vinte e duas lanchas aqui, fora os botes, cada qual com doze a quinze botes, cada qual com um motor, faltam se bater, tem lago que o cara não enxerga nada, porque a água toma tipitinga danada aqui, fica correndo de motor de polpa pra lá e pra cá, o peixe sai pra fora, aí acham que o peixe tá difícil, não tá pegando, aí acaba o pescador leva a culpa, acaba que nem eles não estão pressentindo que eles mesmos que tão matando, logo no começo que o peixe tá comendo bem, o peixe agora já sabe, não come mais, o bicho já conhece né, dado por Deus. (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Figura 27 - Vista aérea do Hotel Rio Negro Lodge, localizado na zona rural de Barcelos



Fonte: Disponível em: <<http://www.pescaesportiva.org/rionegrolodge.htm>>. Acesso em 10 set. 2013.

Uma contradição inserida no conflito entre a pesca comercial e a pesca esportiva é a venda do tucunaré pelos restaurantes de Barcelos. Em qualquer um deles, o turista pode comer tucunaré, de todas as formas. Se ele é a estrela da pesca esportiva, um dos primeiros lugares onde deveria ser banido seu consumo seria os restaurantes, porque na RMRN há muitas espécies que podem substituir o tucunaré. Se aumenta o consumo nos restaurantes, gera demanda, com isso aumenta o esforço de pesca.

Isso é uma contradição, porque a população local, como foi apontado no capítulo anterior, não vê o tucunaré como uma de suas espécies de peixe mais apreciada para o consumo. Nesse sentido, sua preservação se torna mais fácil e aceitável por essa mesma população. No entanto, alguns pescadores se sentem preteridos, e mesmo ofendidos, ao

perceber que o pescador de fora, o outsider, representado pelo turista, pode pescar o tucunaré e a ele é negado esse direito.

Assim, por mais que a alta temporada do tucunaré coincida com a temporada esportiva, sua pesca não se mostra mais uma atividade rentável para o pescador local, pois ele não pode enviar para seu principal mercado consumidor, que é a cidade de Manaus, graças ao Decreto do Rio Negro. Assim:

Não adianta o cara trazer pra cidade porque não vende. Vende algum tucunaré grande. O pessoal só quer comer aracu, o pacu, e bem pouco, às vezes a gente traz uma tonelada e fica adulando um e outro atravessador, um tira um pouco, outro tira outro. Passa dois três dias (aqui). Tem que pegar outro peixe pra vender pra fora, é assim que é o negocio [...]. São sim, de Manacapuru, às vezes no tempo de arribação eu vendo para santa Isabel do rio negro, e local também, eu vendia aqui em casa, mas eu parei né, porque vendia muito pouco né, aí eu vendo mais para o atravessador, porque eu já chego cansando né. (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012)

Muitos daqueles que não se beneficiam da empresa turística não aceitam ver o desenvolvimento de alguns empresários, enquanto a cidade não se beneficia dos dividendos da pesca esportiva. Muitas vezes, não poucas, as pessoas veem o turista como um aproveitador de seus recursos naturais, não deixando nada de concreto na cidade. No imaginário do homem simples e também para o pescador local, é isso que se passa. Ele é privado do direito de pescar determinada espécie enquanto o outsider se deleita em sua pesca, sem nenhuma contrapartida para a cidade.

A não presença do poder público na mediação desses conflitos contribui para aprofundar o conflito em torno dos recursos pesqueiros, levando cada grupo a exercer o poder segundo suas posses e sua influência dentro do campo político. Há quase uma total apatia do poder público em relação ao ordenamento pesqueiro na cidade de Barcelos.

4.2.5 A questão do acesso ao gelo

Outra questão e não menos importante que coloca os pescadores comerciais de um lado e a empresa do turismo do outro é a questão de acesso ao gelo. Na cidade de Barcelos, existem apenas duas fábricas de gelo (Figura 28). Quando chegam os meses de alta temporada da pesca esportiva, que também coincide com a seca dos rios, aumenta a procura por gelo tanto pelas operadoras de turismo quanto pelos pescadores artesanais comerciais de peixe comestível.

Segundo relatos dos pescadores artesanais, na alta temporada do turismo, as fábricas de gelos dão preferência à pesca esportiva. As operadoras de turismo chegam a comprar de uma só vez toda a produção de um dia das fábricas de gel. Assim, alguns pescadores, por não conseguirem abastecer o barco com gelo, adiam suas viagens.

A função do gelo na pesca comercial é conservar a produção do pescado; e na pesca esportiva, é manter os alimentos em bom estado e gelar as bebidas consumidas pelos turistas. Assim, segundo um pescador comercial “o gelo esse ano tá meio devagar. Por causa do turismo né, e a fábrica aqui é meio devagar, só tem duas fábricas. A gente vai lá conversa, até que eles liberam. Tem que encomendar, porque é todo mundo pegando né (S. P. A. A., 50 anos, geleiro, trabalho de campo, 2012).

Figura 28 - Fábricas de gelo localizadas na orla de Barcelos



. Fonte: Trabalho de Campo, Barcelos, 2013

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração da pesca no MRN, apresentada nesta dissertação demonstra sua complexidade e também sua singularidade. Barcelos, lócus da pesquisa, apresenta-se como um lugar privilegiado para se constatar a realidade da pesca artesanal na Amazônia.

Este trabalho tem o mérito de apontar que a pesca em Barcelos tem um caráter *sui generis*, demonstrado pela presença de quadro modalidades de pesca: pesca esportiva, pesca artesanal comercial, pesca artesanal e pesca de subsistência. Cada uma dessas modalidades, com exceção da última, diferencia-se internamente em outras modalidades, como apresentado no segundo capítulo.

Porém, ao mesmo tempo em que demonstra sua peculiaridade, afirma sua inserção dentro do complexo contexto da pesca artesanal Amazônica. Pode-se perceber essa inserção no terceiro capítulo quando se tratou das relações sociais na pesca, e percebeu-se que há a permanência de relações sociais do tempo da borracha, como é o caso do sistema de aviamento, embora com outra configuração social e econômica.

No quarto capítulo, apontou-se o que não é novidade e nem exclusividade da cidade de Barcelos, o conflito entre a pesca local e a pesca esportiva. Nesse capítulo foi possível demonstrar a importância econômica e social da indústria do turismo para o município. Apontou-se também que o conflito ocorre basicamente entre pesca comercial artesanal de peixe comestível e a pesca esportiva, pois ambas, em alguns meses do ano, capturam a mesma espécie, isto é, o tucunaré.

Nessa discussão foi possível perceber e desmitificar o que está presente no imaginário dos moradores do município de que a pesca esportiva transformou a economia local. Até certo ponto, é uma afirmação correta. Porém, numa visão mais ampla, tal como ficou demonstrado no trabalho de campo, quando se discutiu a questão do seguro-defeso, dentro do conflito entre o pescador-artesanal e o pescador-piloteiro, no quarto capítulo, não somente a pesca esportiva, mas toda a atividade pesqueira dinamiza a economia de Barcelos.

A pesca esportiva, na alta temporada injeta um grande volume de dinheiro na economia local, por meio dos salários dos trabalhadores do turismo, principalmente nos últimos meses do ano, no entanto, é sabido também que, os pescadores artesanais não param suas atividades, e que no final do ano, começam a receber do Governo Federal as quatro parcelas do seguro-defeso, no valor de um salário mínimo, cada uma.

Ao todo, recebem quatro parcelas, totalizando atualmente, um montante de R\$ 2.712,00 reais, valor que, multiplicado pelo número de pescadores beneficiados, em média

400 pescadores, chega-se a um montante de R\$ 1.084.800,00 reais. Como se percebe, a contribuição da pesca artesanal para economia Barcelense não pode ser subestimada ou subapreciada em relação à pesca esportiva.

Outro avanço que pode ser apontado pela pesquisa de campo também se dá dentro do conflito entre a pesca artesanal e a pesca esportiva. Foi unânime a opinião dos pescadores artesanais de que turista também é o responsável pela pesca predatória do tucunaré, e que a pesca esportiva tem impacto sobre os estoques de peixes da Região. A questão é que não há estudos que possam mensurar esse impacto, mas ele é real e perceptível. Para apoiar esses argumentos provenientes da empiria do pescador artesanal, apontou-se por meio de estudos sobre a pesca esportiva em outros países, onde os estudos nesse setor se encontram mais avançados, que essa percepção do pescador barcelense procede.

O trabalho, é necessário confessar, teve limites ao tratar o conflito social em relação aos recursos pesqueiros em Barcelos. Um motivo é que, em uma dissertação, o tempo é curto e se deve circunscrever bem o objeto em estudo. Torna-se imperativo a delimitação. Porém, sabe-se que o conflito vai além da relação entre o turista da pesca esportiva e o pescador artesanal de peixe comestível ou entre os próprios pescadores, como é o caso da concessão do seguro-defeso ao pescador-piloteiro.

Na apropriação dos recursos pesqueiros no MRN, existem outros atores que estão atuantes, por exemplo, o Instituto Socioambiental (ISA), que realiza um trabalho junto aos indígenas e ribeirinhos da zona rural e urbana da cidade e atualmente iniciou trabalho junto aos pescadores artesanais. E a relação entre esses atores e os pescadores artesanais na apropriação dos recursos pesqueiros pode se revelar um tema promissor em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. (Orgs.) **Conhecimentos tradicionais e territoriais na Pan-Amazônia**. Cadernos de debates Nova cartografia social. Manaus: UEA, 2010.
- _____. Prólogo: um rio dividido? In: ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. de A. **Mobilizações étnicas e transformações sociais no rio Negro**. Manaus: UEA, 2010.
- ALMEIDA, M. C. **Complexidade e cosmologias da tradição**. Belem: EDUEPA, 2001.
- ALVES, E. J. P. Mudanças e continuidades do aviamento na pesca artesanal. Boletim Musica Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 2, p. 65-76, maio-ago., 2006.
- ALVES, J. C. S. Igreja Católica, movimentos sociais e PT: um debate teórico sobre a classe trabalhadora. **Revista Universitária Rural**. (Serie Ciências Humanas). Rio de Janeiro, v. 6, 1/2 jan/dez. 1994.
- AMAZONAS. (Estado). **Decreto nº 22.747**, de 26 de junho de 2002. Regulamenta pesca esportiva Disponível em: http://www.programapescando.com.br/amazonas/Decreto_22747. Acesso em: 30 maio 2013.
- ARAMBURU, M. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Rev. bras. Ci. Soc.** v.9 n.25, São Paulo, jun. 1994.
- ARENDT, H. **A Condição humana**. Trad. de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ECOLOGIA E PESCA ESPORTIVA – ANEPE. **Pesca Esportiva no Desenvolvimento do Turismo**. Disponível em: <<http://www.anepe.org.br>>. Acesso em: 15 mai. 2012.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org>>. Acesso em: 30 mai. 2013.
- BARBOSA, R. P. Rios brasileiros com mais de 500 km de extensão. **Revista Brasileira de Geografia**, v.1, n. 134, 1962.
- BARBOSA, R. P.; FREITAS, C. E. C. **Apetrechos e técnicas de pesca da bacia do rio Negro**. Manaus: EDUA, 2006.
- BARCELOS. (Município). **Lei nº 502**, de 10 de agosto de 2010. Institui o pagamento por serviços ambientais a serem cobrados dos praticantes de pesca esportiva no município de Barcelos e dá outras providências. Disponível em: http://www.programapescando.com.br/barcelos/LEI_502_PSA_Barcelos.pdf. Acesso em: 30 mai. 2013.
- BARRA C. S.; DIAS, C. de Jesus; CARVALHEIRO, K., (Orgs). **Como cuidar para o peixe não acabar**. (Série Pescarias no Rio Negro). São Paulo: ISA, 2011.
- BARTHEM, R. B. Desenvolvimento da pesca comercial na bacia amazônica e consequências para os estoques pesqueiros e a pesca de subsistência. In: **Desenvolvimento sustentável nos trópicos úmidos**. (Série Cooperação Amazônica), v.13. Manaus: UNAMAZ, 1992.

BENNET, E et al. **Towards a better understanding of conflict management in tropical fisheries:** evidence from Ghana, Bangladesh and the Caribbean. CEMARE Research Paper 159. United Kingdom: University of Portsmouth, 2001.

BOSCH, T. M. Relatório da viagem à Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS. **Diagnóstico geral das práticas de controle ligadas a exploração, captura, comercialização, exportação e uso para fins ornamentais e de aquarofilia.** Brasília: IBAMA, 2008.

BOURDIEU P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. 9.ed. São Paulo: Papirus, 1996

_____. **O campo científico.** In: ORTIZ, R. (Org). Pierre Bourdieu. Tradução Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1983.

_____. **O poder simbólico.** Tradução Tomaz. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

_____. **O Senso prático.** Tradução Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988, Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 11.958**, de 26 de junho de 2009. Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 4.339**, de 22 de agosto de 2002. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.678**, de 8 de dezembro de 2008. Aprova o VII Plano Setorial para os Recursos do Mar. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 221**, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

_____. Presidência da República. **MP nº 2.186-16**, de 23 de agosto de 2001 – Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º e 8º, alínea j, 10 alínea c, 15 e 16, alínea 3 e 4, da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. (art. 7, I e II). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

_____. **Decreto-lei nº 221**, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0221.htm>. Acesso em: 03 jun. 2013.

_____. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm>. Acesso em: 25 mai. 2013.

_____. **Lei nº 11.699**, 13 de junho de 2008. Dispõe sobre as colônias, federações e confederação nacional dos pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11699.htm>. Acesso em: 30 mai. 2013.

_____. **Lei nº 5.764**, 16 de dezembro de 1971. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%205.764-1971?OpenDocument>. Acesso em: 30 mai. 2013.

_____. **Lei nº 7.998**, 11 de janeiro de 1990. Regula o programa do seguro-desemprego, o abono salarial, institui o fundo de amparo ao trabalhador - fat, e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%207.998-1990?OpenDocument>. Acesso em: 30 mai. 2013.

_____. **Portaria IBAMA/MMA nº 204**, de 17 de julho de 2008. Estabelecer normas, critérios e padrões para a exploração com finalidade ornamental e de aquariofilia de exemplares vivos de raias nativas de água continental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/portaria/20411699.htm>. Acesso em: 30 mai. 2013.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUCKLES, D.; RUSNAK, G. Conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales. In: BUCKLES, D. **Cultiva la paz**: Conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales. Ottawa - CANADÁ: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 2000.

CAMPOS, A. J. T. Movimentos sociais de pescadores da Amazônia: In: FURTADO L. G.; LEITÃO, W.; MELO, A. B. F. (Orgs.). In: **Povos das águas**: realidade e perspectiva na Amazônia. Belém: MPEG, 1993.

CARDOSO E. S. **Pescadores Artesanais**: território, movimento social. Tese (Doutorado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo 2001.

_____. Trabalho e Pesca - apontamentos para uma investigação. **Revista Pegada Eletrônica** (online), v.10, p. 1-14, 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA102/05eduardo1002.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2013.

CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia**: expansão do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CARVALHO, J. A. L. de. **Terras caídas e consequências sociais**: Costa do Miracauera - Paraná da Trindade, Município de Itacoatiara - AM, Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

CARVALHO, C. J. B. Padrões de endemismo e a conservação da biodiversidade. **Megadiversidade**, Curitiba, v. 5, 2009.

CASSELMAN, S. J. **Catch-and-release angling**: a review with guidelines for proper fish handling practices. Fish & Wildlife Branch. Ontario Ministry of Natural Resources. Peterborough, Ontario, Canadá. 2005. 26 p.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**, Nº 92, Belém, 1998.

CASTRO, F. **Fishing Accords**: The Political Ecology of Fishing Intensification in the Amazon. Tese de doutorado. USA: Universidade de Indiana, Bloomington, 2000.

_____. Níveis de decisão e o manejo de recursos pesqueiros. In: BEGOSSI, A. (Org). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC: NEPAM /UNICAMP: Nupaub/USP: Fapesp, 2004.

CATELLA, A. C. **A pesca no Pantanal sul: situação atual e perspectivas.** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003.

CENTRO DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - CEPAM. (Org.) **Relatório da 1ª Oficina de Planejamento Participativo da Cadeia de Valor dos Peixes Ornamentais do Rio Negro.** Barcelos, 24 e 25 de Agosto de 2009.

CHAO, N. L. Conservation of Rio Negro ornamental fishes. **TROPICAL FISH HOBBYIST**, 41 (5): 99-114, 1993.

CHAO, N. L. *et al.* **Conservation and Management of Ornamental Fish Resources of the Rio Negro Basin, Amazonia, Brasil** – Project Piaba. Manaus: UEA, 2001.

_____.; PETRY, P.; DOWD, S. **Projeto Piaba: A manutenção e o desenvolvimento sustentável da pescaria de peixes ornamentais na bacia do médio rio Negro, Amazonas, Brasil.** (relatórios e informes). [no prelo] Doc. Word. Manaus: Dezembro de 2001.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Orgs.). **A Questão Agrária** - Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Os ribeirinhos: preservação dos lagos, defesa do meio ambiente e a pesca comercial.** Manaus: PT. 1992. 24p. (Mimeo).

COOPERATIVA DAS PESCADORAS E PESCADORES DO MÉDIO E ALTO RIO NEGRO – ORNAPESCA. **Estatuto.** Barcelos (AM): 2008.

COSER, L. **Nuevos aportes a la teoría del conflicto social.** Amorrortu editores: Buenos Aires, 1970.

_____. **The Functions of Social Conflict.** New York: Free Press, 1956.

_____. Social Conflict and the Theory of Social Change. **The British Journal of Sociology**, v. 8, n. 3, p. 197-207, sep., 1957.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **GRAMSCI e a América latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CPT. **Os ribeirinhos: Preservação dos lagos, defesa do meio ambiente e a pesca comercial.** Manaus: Comissão Pastoral da Terra. 1992. 24p. (Mimeo).

CRUZ, M. J. M. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

DIGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ed. Ática, 1983.

_____. (Org.). Populações humanas, rios e mares da Amazônia. In: **Encontro de ciências sociais e o mar no Brasil**, 4. São Paulo, 1991.

_____. **Etnoconservação**: rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo, ANNABLUME, 2000.

_____. **Ecologia humana e planejamento costeiro**. 2 ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 5 ed. São Paulo: hucitec/NUPAUB/USP, 2004.

_____. (Org.). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

DURHAM, E. R. Movimentos Sociais: a construção da Cidadania. In: **A dinâmica da cultura**. São Paulo: COSACNAIFY, 2004.

_____. **Uso múltiplo dos recursos pesqueiros como estratégia para Conservação**. Equipe de Recursos Pesqueiros da Embrapa Pantanal, 2011.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições setenta, 1980.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO– AMAZONASTUR. **Síntese dos indicadores de turismo do Amazonas**, 2003-2011. Manaus, 2012.

EMBRAPA PANTANAL. Exemplos e Ações sobre a Gestão da Pesca Esportiva. In: **Simpósio nacional de pesca esportiva**, 1, Belém, 2011.

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Evolução do cooperativismo no Brasil**. Disponível em <<http://www.ocbrj.coop.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

FERNANDES, V. L. A.; VICENTINI, R. N.; BATISTA; V. da S. Caracterização do uso de malhadeiras pela frota pesqueira que desembarca em Manaus e Manacapuru, Amazonas. **Acta Amazônica**, v. 39(2): 405 – 414, 2009.

FERRAZ, E. Management and diseases of the ornamental fish exported from the Rio Negro basin. In: VAL, A. L.; ALMEIDA-VAL, V. M. F. **Biology of Tropical Fishes**. Manaus: INPA, 1999.

FERREIRA, A. R. **Viagem filosófica**. 2. ed. Manaus: Valer, 2008.

FERREIRA, A. S. **Trabalhadores da malva**: (re) produção material e simbólica da vida no baixo Solimões. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, 2010.

FERREIRA, J. G. Recursos pesqueiros: uma análise estrutural. In: GEEA. **Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos**. (Orgs). Adalberto Luis Val & Geraldo Mendes dos Santos). TOMO II, Manaus: INPA, 2009.

FRAXE, T. J. P; WITKOSKI, A. C. & SILVA, S. C. P. (Orgs.). **A pesca na Amazônia Central**: Ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo. Manaus: EDUA, 2009.

FREITAS, F. T.; ALBURQUERQUE, A. R. Análise Temporal Sobre as “terras caídas” no médio Solimões/Coari (AM). **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 25, p. 129-140, mai./ago. 2012.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica.(coleção Eduardo Galvão). Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993. 486p.

FURTADO L. G.; LEITÃO, W.; MELO, A. B. F. (Orgs.). **Povos das águas**: realidade e perspectiva na Amazônia. Belém: MPEG, 1993.

GONH, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. Col. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOULDING, M. **Ecologia da Pesca do Rio Madeira**. INPA, Manaus, Brazil, 1979.

_____. **The Fishes and the Forest: Explorations in Amazonian Natural History**. University of California Press, Berkeley, Lon Angeles, California, 1980.

_____. **Man and Fisheries on an Amazon Frontier**. Dr. W. Junk Publishers, The Hague, The Netherlands, 1981.

_____. **Rio Negro**: rich life in poor water: Amazonian diversity and foodchain ecology as seen through fish communities. The Hague: SPB Academica Publishing.

_____. **História natural dos rios amazônicos**. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá/CNPQ/Rainforest Alliance, 1997.

GOULDING et al. **Rio Negro**: rich life in poor water: Amazonian diversity and foodchain ecology as seen through fish communities. The Hague: SPB Academica Publishing, 1988.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre factividade e a validade. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HADDAD, S. (Coord.). **Ongs e Universidades**: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG, 2002.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

HOBBS, T. **O Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: editora 34, 2003.

HOROCHOVSKI, R. R. **Desatando nós:** associativismo civil, democracia e empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos, Paraná. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2007.

IANNI, O. **Estado e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS. **Diagnóstico geral das práticas de controle ligadas a exploração, captura, comercialização, exportação e uso para fins ornamentais e de aquarificação.** Brasília: IBAMA, 2008.

INSTITUTO DE ECOLOGIA HUMANA. **Relatório preliminar de diagnóstico participativo,** Barcelos (AM). Recife: 2009.

INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL. Ordenamento territorial é condição para o desenvolvimento sustentável do Médio Rio Negro. **Boletim de notícias sobre a região do rio Negro** (AM). nº 3. Jul/2010.

JONES, G. K; MCLEAY, L. J.; WARD, T. M. **National Strategy for The Survival of Released Line-Caught Fish:** A Review of Research and Fishery Information. Henley Beach, South Australia: Research and Development Institute (SARDI) PO Box 120, 2002.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização, 2006.

_____. **Ecologia, Capital e Cultura:** a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Epistemologia Ambiental.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEONEL, M. **A morte social dos rios.** Coleção Estudos. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 1998.

LOPES, K. S. **Análise preliminar das injúrias causadas pelos equipamentos de contenção tipo boga grip na pesca esportiva em tucunarés *cichla temensis*.** Congresso brasileiro de engenharia de pesca, 17, Belém, 2011.

_____. Avaliação da injúria causada pelo sistema pesque e solte em tucunaré *Cichla temensis* na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA. In: **Simpósio nacional da pesca esportiva**, 1, 2011.

LOPES, M. L. B., et al. **Mercado e Dinâmica espacial da cadeia produtiva da pesca e aquicultura na Amazônia.** Belém: Banco da Amazônia, 2010.

LOUREIRO, V. R. **Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia.** Belém: MPEG, 1985.

MACHADO, L. M. **Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero.** São Paulo: Annablume, 1995.

MACHADO, R. Life and Culture on the Rio Negro, Brazil. In: N. L. C.; P. P.; G. P.; L. S. and M. Tlusty (Eds.). **Conservation and Management of Ornamental Fish Resources of the Rio Negro Basin Amazonia, Brazil – Project Piaba.** Manaus: EDUA, 2001.

MAIA, M. B. R. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social.** 106 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

MARQUES, J. G. **Pescando pescadores.** 2 ed., São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

MARTINELLI, F. B. **Pesca Esportiva no Desenvolvimento do Turismo.** ANEPE, 2011.

McGOODWIN, J. R. **Comprender las culturas de las comunidades pesqueras: clave para la ordenación pesquera y la seguridad alimentaria.** Documento Técnico de Pesca. No. 401. Roma: FAO, 2002.

MELLO, A. **Pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação.** Belém: UFPA, 1989.

MENEZES, M; PINHEIRO, R. M.; GUAZZELL, A. C.; MARTINS, F. (Orgs). **Cadeia produtiva da pesca no Estado do Amazonas.** (Serie Técnica Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), v. 7. Manaus: SDS/Governo do Estado do Amazonas, 2005.

MESQUITA, R. et al. **Subsídios para o zoneamento Ecológico Econômico de Barcelos.** Manaus: SDS.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**, 2010. Brasília, 2012.

MONTEIRO, M. Y. **O pescador.** Histórias, instrumentos, técnica e folclore. Manaus: EDUA, 2010.

MORAES FILHO, E. (Org.), **Simmel**, São Paulo, Ática, 1983.

_____. Colônias de pescadores e a luta pela cidadania. In: **Congresso brasileiro de sociologia**, 10, Fortaleza, 2001.

MORAES, S. C. **Saberes da pesca: uma arqueologia da ciência da tradição.** 2005. 238 f..Tese (Doutorado). - Nucleo de Estudo e Pesquisa em Educação,Ciencias e Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia.** Petrópolis: Vozes 1990.

_____. **Adaptabilidade humana.** 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. Interações homem-ambiente em ecossistemas florestais: uma introdução. In: MORAN, E. F.; OSTROM, E. **Ecossistemas florestais: interação homem – ambiente**. São Paulo: SENAC/Edusp, 2009.

_____. **Human adaptative strategies in Amazonian blackwater system**. American anthropologist, 1991b, 9. (3): 361-81.

MOURÃO, F. A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo**. São Paulo: NUPAUB/CEC; HUCITEC, 2003.

NATIONAL SURVEY OF FISHING, HUNTING, AND WILDLIFE-ASSOCIATED RECREATION. U.S. Department of the Interior, U.S. Fish and Wildlife Service, and U.S. Department of Commerce, U.S. Census Bureau. 2011.

NEIBURG, F. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

NOBRE, M. apresentação. In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: editora 34, 2003.

OLIVEIRA, A. Gita de. **O mundo transformado: um estudo da cultura de fronteira no Alto Rio Negro**. (Coleção Eduardo Galvão). Belém: MPEG, 1995.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O cooperativismo no Brasil**. Brasília 2001. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

PAIVA, M. **Administração pesqueira no Brasil**. Rio de Janeiro: interciência, 2004.

PARENTE, V. M. **A economia da pesca em Manaus: Organização da produção e da comercialização**. 1996.178 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

PERES, S. C. **Cultura, política e identidade na Amazônia: O associativismo indígena no Baixo Rio Negro**. 2003 Tese (Doutorado). Universidade de Campinas, Campinas:, 2003.

PETREIRE, M. As comunidades humanas ribeirinhas da Amazônia e suas transformações sociais. In: Diegues, A. C. (Ed.) **Populações humanas, rios e mares da Amazônia**. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 4. 1992. São Paulo: 1992.

PETREIRE JUNIOR. M. Pesca e esforço de pesca no Estado do Amazonas. II locais, aparelhos de captura e estatísticas de desembarque. **Acta Amazonica**, v. 8 , 54 p. Suplemento 2, 1978.

PIGNATTI, M. G. **As ONGs e a política ambiental nos anos 90**. São Paulo: Annablume, 2005.

POTIGUAR JÚNIOR, P. L. T. Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará. **Bol. Para. Emilio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v.2, n.3, p. 51-62, set-dez. 2007.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

PRANG, G. **A caboclo society the middle Rio Negro Basin**: ecology, economy, and history of na ornamental fishery in the state of Amazonas, Brazil. Tese de doutorado. Detroit, Michigan: Wayne State University, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA AMADORA - PNDPA. **Guia de Pesca Amadora**. Peixes de Água Doce. 2006.

PROVONOST, G. **Introdução à sociologia do Lazer**. Tradução: Marcelo Gomes. São Paulo: Senac, 2011.

RAPOZO, P. H. C. **Territórios sociais da pesca no rio Solimões**: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso. 2010 273 f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

REIS, A. C. F. **Manaós e outras Villas**. 2. Ed. Governo do Estado do Amazonas. Manaus: EDUA, 1999.

RIBEIRO, B. G. **Os índios das águas pretas**. São Paulo: Edusp/Cia das Letras, 1995.

RIBEIRO, F. de A. S. **Policultivo de acará-bandeira e camarão marinho**. 2011, 95 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Centro de Aquicultura, 2011.

RIVAS, A.; KAHN, James R. **Economia ambiental e dos recursos pesqueiros**. Manaus: 2006.

RIVAS, A. et al.. Uma experiência de cobrança pelos serviços ambientais da pesca esportiva na bacia do rio Negro. In: **Simpósio nacional da pesca esportiva**, 1, Belém, 2011.

RIVAS, A. F.; FREITAS, C. E. DE C. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Ocidental**. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000300014>. Acesso em: 30 jun. 2013.

ROCHA, R. M. et al. Delineamento da situação das Organizações Sociais de pescadores amazônicos: o caso do Nordeste Paraense. In: XIMENES, T. (Org.). **Políticas pesqueiras nos países Amazônicos**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, UFPA e Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1996. (Série Cooperação Amazônica, 17).

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS G. M.; SANTOS, A. C. M. A sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, nº 19, (54), 2005.

SANTOS, G. et al. **Peixes Comerciais de Manaus**. Manaus: Ibama, Provárzea, 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1996.

SCOTT A et al. The Effects of Catch-and-Release Angling on the Growth and Survival of Juvenile White Seabass Captured on Offset Circle and J-Type Hooks. **North American Journal of Fisheries Management** 24:793–800, 2004.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **O cooperativismo brasileiro**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

SILVA, A. L. **Uso de recursos por populações ribeirinhas do médio rio Negro**. 2003. Tese (Doutorado). Universidade Paulista, São Paulo, 2003.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Uso de recursos por ribeirinhos no médio rio Negro. In: BEGOSSI, A. (Org). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC : NEPAM /UNICAMP : Nupaub/USP: Fapesp, 2004.

SILVA, A. L. Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 1, p. 141-163, jan.- abr. 2011.

SIMMEL, G., A natureza sociológica do conflito. in: MORAES FILHO, E. (org.), **Simmel**, São Paulo, Ática, 1983.

SIOLI, H. **Amazônia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

SMITH, N. J. H. **A pesca no Rio Amazonas**. Manaus (AM): INPA, 1979.

SOBREIRO, T.; SOUZA, L. A.; FREITAS, C. E. C. **manejo dos recursos pesqueiros no médio rio Negro**. Manaus: EDUA, 2006.

_____. Conflitos e territorialidade no uso de recursos pesqueiros do Médio rio Negro, In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS**, 4, Brasília, 2008.

_____. **Territórios e conflitos nas pescarias do médio Rio Negro** (Barcelos, Amazonas, Brasil). 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, 2007.

SOUZA, F. K. S.; BARBOSA, R. P.; FREITAS, C. E. C. **Peixes do Rio Negro: uma abordagem ecológica**. Manaus: EDUA, 2006.

TEIXEIRA, E. C. (Coord.). **Sociedade civil na Bahia: papel político das organizações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2002.

TOURAINÉ, A. **Como sair do liberalismo?** (Coleção Filosofia e Política). Bauru: EDUSC, 1989.

TYLER, S. R. Implicaciones para las políticas Del manejo de los conflictos por los recursos naturales. IN BUCKLES, D. **Cultiva la paz:** Conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales. Ottawa - CANADA: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 2000.

VANDENBERGHE, F. **As sociologias de Georg Simmel.** Bauru: EDUSC; Belém: EDUFA, 2005.

VAZZOLER, G. A pesca Marítima no Brasil. In: ROTHCHILD, Brian. J. (org). **A pesca:** seus recursos e interesses nacionais. Tradução Aydano Arruda. São Paulo: IBRASA, 1975.

VERISSIMO, J. **A pesca na Amazônia.** Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania:** a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIEIRA, P. F; BERKES, F. SEIXAS, C. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais:** conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED. 2005.

WALLACE, A. R. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978.

WALTER, M. Conflictos ambientales, socioambientales, ecológico distributivos, de contenido ambiental Reflexionando sobre enfoques y definiciones. **Boletín ECOS**, Madrid, n.6, febrero-abril, 2009.

WEBER, M. **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais.** São Paulo: Centauro, 2003.

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e Águas de trabalho:** Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. São Paulo: ANNABLUME, 2010.

ZEIDEMANN, V. K. O Rio das Águas Negras. In: OLIVEIRA, A. A.; DALY, D. C.; VARELLA, D. (Org.). **Florestas do Rio Negro.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, v., p. 1-33.

ANEXO

ANEXO I - Decreto Estadual nº 31.151, de 6 de abril de 2011 (Decreto do Rio Negro)



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO AMAZONAS

Manaus, quarta-feira, 06 de abril de 2011

Número 32.047 ANO CXVII

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 31.150, DE 06 DE ABRIL DE 2011

CONCEDE adicional de crédito estímulo e diferimento do ICMS nas hipóteses e condições que estabelece.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 54 da Constituição do Estado do Amazonas, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 16 da Lei nº 2.826, de 29 de setembro de 2003, que regulamenta a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 do Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento do Amazonas – CODAM, aprovado pelo Decreto nº 14.181, de 15 de agosto de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, ad referendum do Conselho de Desenvolvimento do Amazonas – Codam, adicional de crédito estímulo, de forma que o seu nível corresponda ao percentual de 100% (cem por cento), para o produto medicamento de uso humano, classificados nas posições 30.03 e 30.04 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, nos termos do art. 16 da Lei nº 2.826, de 29 de setembro de 2003.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, de que trata o inciso I do art. 14 da Lei nº 2.826, de 2003, na importação do exterior de matérias-primas, materiais secundários e outros insumos destinados à industrialização do produto de que trata este artigo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2021.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 06 de abril de 2011.

OMAR JOSÉ ABUEL AZIZ
Governador do Estado

RAUL ARMÔNIA ZAIDAN
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ISFER ABRAHAM LIMA
Secretário de Estado da Fazenda

DECRETO Nº 31.151, DE 06 DE ABRIL DE 2011

DISCIPLINA a pesca em área da Bacia do Rio Negro, compreendendo o trecho situado entre a divisa do Estado do Amazonas com a Colômbia, até a foz do Rio Branco.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 54, inciso IV, da Constituição do Estado do Amazonas, e

CONSIDERANDO que os artigos 229 e 230 da Constituição do Estado do Amazonas asseguram-nos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, competindo ao Poder Público o dever de sua defesa e preservação, dentre outras medidas, mediante o controle da extração, da produção, do transporte, da comercialização e do consumo dos produtos da flora e da fauna;

CONSIDERANDO a Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA nº 4, de 19 de março de 2009, que estabelece normas gerais

para o exercício da pesca amadora em todo território nacional;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca;

CONSIDERANDO a necessidade de proteger muitos pesqueiros tradicionais e a condição de risco das espécies denominadas tucunaré (*Cichla spp.*) e aruanã (*Osteoglossum spp.*), na Bacia do Rio Negro, pela crescente preocupação quanto a pesca comercial;

CONSIDERANDO que a bacia do Rio Negro, em comparação com outras regiões do Amazonas, por suas características físicas, químicas e biológicas, apresenta condições menos favoráveis a reposição dos estoques pesqueiros, resultando impositiva a necessidade de proteção, especialmente em face da pesca praticada de forma predatória e prejudicial à subsistência da população ribeirinha, a qual depende diretamente desses recursos para a sua sobrevivência;

CONSIDERANDO, por fim, os termos do Relatório Técnico da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Parecer nº 010/2010-PMA/PGE, e o que mais consta do Processo nº 8895/2010 - Casa Civil;

DECRETA:

Art. 1º Ficam proibidas as atividades de pesca comercial do tucunaré (*Cichla spp.*) e do aruanã (*Osteoglossum spp.*) na área da Bacia do Rio Negro compreendida entre a divisa do Estado do Amazonas com a Colômbia, até a foz do Rio Branco, excetuando-se as hipóteses e condições a seguir especificadas:

I - prática restrita a habitantes da área especificada no caput deste artigo, com destinação exclusiva ao abastecimento das comunidades e cidades nela localizadas, vedada a utilização de rede de arrasto, de substâncias tóxicas, explosivas ou outras que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes;

II - pesca de espécies ornamentais;

III - pesca científica;

IV - pesca amadora;

V - pesca esportiva.

§1º A pesca comercial das demais espécies, não relacionadas no caput deste artigo, será realizada exclusivamente por barcos de pesca sediados nos Municípios de Novo Airão, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, na área de abrangência deste Decreto, observados os seguintes procedimentos e condições:

I - registro da embarcação na Marinha e no Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA;

II - declaração emitida pelas Secretarias Municipais do Meio Ambiente e, quando não houver, do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM, de que as embarcações são sediadas há pelo menos 02 (dois) anos nos municípios definidos no caput deste parágrafo;

III - cota de captura limitada a 05 (cinco) toneladas por embarcação, para uma temporada de pesca anual de 08 (oito) meses, respeitando-se as espécies objeto do defeso;

IV - limitação de 01 (uma) viagem por mês, por embarcação, para os fins de transportes do pescado para fora da área de abrangência deste Decreto;

V - licenciamento perante o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, quando for o caso.

§2º Fica vedada a utilização de rede de arrasto, de substâncias tóxicas, explosivas ou outras que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes.

Art. 2º Para estrita obediência ao disposto neste Decreto ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

I - pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros;

II - pesca comercial: a que tem por finalidade realizar atos de comércio de pescado, na forma da legislação em vigor;

III - pesca de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo, sem fins de lucro e utilizando apetrechos previstos em legislação específica;

IV - pesca ornamental: quando praticada para fins de aquarfilia ou de exposição pública, com fins comerciais ou não;

V - pesca científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;

VI - pesca amadora: atividade de natureza não comercial, praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou apetrechos previstos na legislação vigente, que tem por finalidade o lazer, vedada a comercialização do recurso pesqueiro por ela capturado;

VI - pesca esportiva: atividade de natureza econômica, praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou apetrechos previstos na legislação vigente, que tem por finalidade o turismo e/ou o desporto através da modalidade pesque e solte, vedada a comercialização do recurso pesqueiro por ela capturado.

§1º A pesca amadora pode ser exercida:

I - de terra: a que se exerce de terra firme;

II - de embarcação: a que se exerce a bordo de uma embarcação autorizada para recreio ou atividade turística.

§2º É proibido expor para venda, colocar a venda ou vender espécimes ou suas partes capturados na pesca amadora ou esportiva, as quais apenas se podem destinar ao consumo do praticante.

§3º O pescador amador ou esportivo deve seguir as especificações de apetrechos, embarcações, bem como de licenças e registros para pesca esportiva constantes na respectiva legislação.

Art. 3º Os infratores das regras deste decreto serão submetidos à pena de apreensão do produto pescado, juntamente com todo material utilizado na pesca e no transporte, inclusive as embarcações.

Parágrafo único. Além da apreensão do produto e dos materiais utilizados para pesca, o infrator é passível de processo administrativo para apuração das infrações, sujeitando-se, ainda, as penalidades estabelecidas na Lei nº 1.532, de 6 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto nº 10.028, de 4 de fevereiro de 1987, na Lei nº 2.713, de 28 de dezembro de 2001 e no Decreto Estadual nº 22.747, de 26 de junho de 2002.

Art. 4º Caberá à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS coordenar o zoneamento de áreas para pesca esportiva e comercial, visando ao estabelecimento de normas disciplinares para utilização e manutenção do equilíbrio do estoque pesqueiro e sua biodiversidade.

Art. 5º Caberá à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM fomentar os estudos técnico-científicos que subsidiem a regulamentação deste decreto.

Art. 6º A capacidade de suporte do ambiente aquático será definida com base em estudos técnico-científicos.

Art. 7º Compete ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM a fiscalização do cumprimento do disposto neste decreto.

Art. 8º Para o fiel cumprimento das normas ora estabelecidas, fica a presidência do IPAAM autorizada a celebrar convênios ou outros ajustes competentes, na forma da lei:

I - com as prefeituras dos municípios situados nas áreas de abrangência deste decreto, a fim de delegar-lhes competência para fiscalização;

II - com as representações de classe da pesca profissional, para monitoração do defeso e fornecimento de informações referentes ao seu desrespeito.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 06 de abril de 2011.

OMAR JOSÉ ABUEL AZIZ
Governador do Estado

RAUL ARMÔNIA ZAIDAN
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil